

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

VITOR HUGO RIBEIRO

**OS “CASSACOS” MIGRANTES DE TAMBOARA-PR: A MOBILIDADE
FORÇADA E AS RESISTÊNCIAS NO PROCESSO DE PRODUÇÃO DO
ESPAÇO GEOGRÁFICO DE JARDIM-CE**

**MARINGÁ
2016**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**OS “CASSACOS” MIGRANTES DE TAMBOARA-PR: A MOBILIDADE
FORÇADA E AS RESISTÊNCIAS NO PROCESSO DE PRODUÇÃO DO
ESPAÇO GEOGRÁFICO DE JARDIM-CE**

Tese de doutorado apresentada por Vitor Hugo Ribeiro ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá como requisito parcial para obtenção do título de doutor em Geografia.

Orientador: Dr. Márcio Mendes Rocha.

MARINGÁ
2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)

Ribeiro, Vitor Hugo

R484c Os "cassacos" migrantes de Tamboara-PR: a mobilidade forçada e as resistências no processo de produção do espaço geográfico de Jardim-CE / Vitor Hugo Ribeiro. -- Maringá, 2016.

232 f. : il. col., figs., tabs., gráficos, quadros, coremas + apêndices

Orientador: Prof. Dr. Márcio Mendes Rocha.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2016

1. Mobilidade forçada - Trabalhador rural - Jardim-CE - Tamboara (PR). 2. Mundialização econômica. 3. Jardim - Cariri - Ceará (CE). 4. Cassacos - Trabalhadores rurais - Usinas - Nordeste. I. Rocha, Márcio Mendes, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDD 21.ed. 304.8

MN-003343

OS “CASSACOS” MIGRANTES DE TAMBOARA – PR: A MOBILIDADE FORÇADA E
AS RESISTÊNCIAS NO PROCESSO DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO DE
JARDIM - CE

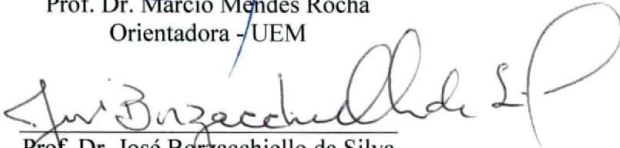
Tese de Doutorado apresentada a Universidade Estadual de
Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de
Doutor em Geografia, área de concentração: Análise
Regional e Ambiental, linha de pesquisa: Produção do
Espaço e Dinâmicas Territoriais

Aprovada em **01 de junho de 2016**.

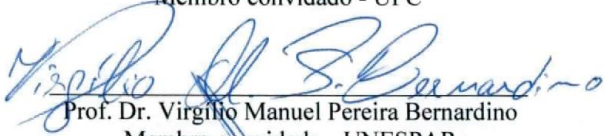
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Márcio Mendes Rocha
Orientadora - UEM




Prof. Dr. José Borzacchiello da Silva
Membro convidado - UFC



Prof. Dr. Virgílio Manuel Pereira Bernardino
Membro convidado - UNESPAR



Prof. Dr. Henrique Manoel da Silva
Membro convidado - UEM



Prof.ª Dr.ª Maria das Graças de Lima
Membro convidado - UEM

Quando o homem compreende sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e com seu trabalho pode criar um mundo próprio.

(Paulo Freire)

*Ao amigo educador e ambientalista Carlos
Alberto Ferraresi de Giovanni - ICMbio (in
memoriam).*

AGRADECIMENTOS

A construção desta tese não teria sido possível sem a ajuda de algumas pessoas que me acompanharam nesta jornada, direcionando-me, orientando-me e contribuindo para o meu amadurecimento e avanço no mundo acadêmico. Agradecer-lhes, neste momento, é uma maneira de reconhecer a chegada à finalização de mais uma etapa da minha vida, iniciada no ano de 2003, quando me adentrei nos estudos de Geografia para ingressar no vestibular da Universidade Estadual de Maringá. Nesse caso, o primeiro nome que eu gostaria de registrar, que sem dúvida foi o mais especial e importante para a minha etapa inicial, é o de minha tia Nilce Ruti Lautenschlager Ambrósio (*in memoriam*), professora de Geografia, que sempre acreditou no meu potencial e tanto me auxiliou para poder ingressar no curso de Geografia. Por mais que ela não tivesse tempo de me acompanhar nesta jornada acadêmica, falecida em 2003, vítima de câncer, tenho fé em Deus que em algum lugar ela esteve o tempo todo ao meu lado, assistindo-me, incentivando e direcionando, especialmente no âmbito da solidariedade e da fraternidade, e na tentativa de construção de uma práxis transformadora para o mundo em que vivemos.

Agradeço também aos meus pais, Inêz Ambrósio Ribeiro e Elpídio Ferreira Ribeiro, pessoas das quais busquei inspiração, e ao amigo e orientador desta Tese de doutorado Dr. Márcio Mendes Rocha pela oportunidade, companheirismo e por acreditar na minha pesquisa dando força, autonomia e liberdade no decorrer desses anos, sempre indagando, discutindo e, acima de tudo, orientando. Sou muito grato também ao amigo e professor Dr. Márcio Roberto Ghizzo pelas constantes ajudas fundamentais para a compreensão da temática desenvolvida nesta tese, especialmente ao tratar do trabalho de campo.

Importa mencionar também toda a gratidão aos co-diretores de tese, professora Sylvie Lardon (INRA/ AGROPARISTECH) e professor Laurent Rieutort (IADT), quando da realização do estágio exterior em Clermont-Ferrand/FR, e também ao amigo pesquisador François Johanny (INRA) cuja hospitalidade foi maravilhosa. Suas contribuições foram fundamentais para os estudos acerca da dinâmica territorial e da mobilidade humana. As orientações articuladas pela professora Sylvie Lardon foram importantes, principalmente para um redirecionamento da pesquisa que, além do local de destino dos trabalhadores rurais nordestinos (Tamboara-PR), passou a contemplar também o local de origem.

Especiais agradecimentos aos integrantes do Núcleo de Estudos de Mobilidade e Mobilização (NEMO/UEM), particularmente aos professores Henrique Manoel Silva, Vírgilio

Bernardino, Fábio Costa, Cláudia Chies, Vanessa Kimie pelos diálogos, apoio e a amizade. No que tange ao Departamento de Geografia e ao programa de Pós-Graduação em Geografia da UEM, gostaria de registrar meus sinceros agradecimentos à professora Dra. Maria das Graças de Lima e à professora Dra. Sueli de Castro Gomes, ambas puderam compartilhar juntas comigo a finalização deste trabalho. Também agradeço a Miriam de Carlos (PGE), secretária exemplar cujas direções e encaminhamentos foram fundamentais para esta jornada acadêmica.

Agradeço aos amigos que fiz em Clermont-Ferrand, especialmente a Rejane Corrêa (ISIMA) e a Priscila Malanski (INRA/ AGROPARISTECH) e ao Jérémy Marty (IADT) que tanto me apoiaram nos dez meses de estágio exterior.

À companheira Fernanda do Nascimento pela vivência e pela lealdade e companheirismo nesta reta final do doutorado.

Às irmãs, Jaqueline Ribeiro e Maria Amélia Ribeiro e à sobrinha Lanna Ribeiro de Almeida por terem me proporcionado tempos alegres e felizes nesta jornada.

Ao cortador de cana-de-açúcar Nilvam Francisco dos Santos, cearense de Jardim que atualmente mora em Tamboara. Graças a esse trabalhador tive todo um acolhimento na cidade de origem, proporcionando e acompanhando os estudos de campo daquela localidade.

E a todos os habitantes da comunidade Cacimba do município de Jardim-CE que me acolheram com a sua amizade e afeto sem igual.

Ao presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tamboara-PR Paulo Sanitá pelas informações e pelo acompanhamento prestado nas minhas idas à cidade.

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que proporcionou os meios e as oportunidades para a realização desta pesquisa.

Sinceros e profundos agradecimentos a todos e a todas que contribuíram, de forma direta e indireta, para a realização deste trabalho.

RIBEIRO, Vitor Hugo. **Os “cassacos” migrantes de Tamboara-PR: a mobilidade forçada e as resistências no processo de produção do espaço geográfico de Jardim-CE.** 232f. Tese.(Doutorado em Geografia)- Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Prof. Dr. Márcio Mendes Rocha. Maringá, 2016.

RESUMO

Atualmente os estudos acerca do movimento populacional perpassam diversas escalas geográficas de análise, ressaltando suas contradições e conflitos como reflexos da era da globalização. A globalização condicionou o aparecimento de uma classe de trabalhadores desqualificados em diferentes ramos das atividades econômicas, desterritorializados, precarizados e expropriados de seus meios de produção. Tais trabalhadores buscam por meio da mobilidade forçada melhores condições de vida e trabalho. Este contexto reflete a situação atual de uma relativa força de trabalho, sobretudo de jovens adultos oriundos da região nordestina, ligada ao setor canavieiro do Brasil. A falta de oportunidades em determinadas regiões brasileiras consubstanciada a negligência dos agentes políticos locais têm dificultado a retenção populacional de jovens adultos em seu meio de origem. Esta pesquisa de doutorado identificou uma classe de trabalhadores rurais nordestinos que migram, temporariamente ou de forma definitiva, ao Noroeste Paranaense para ingressar no corte da cana-de-açúcar ou na mandiocultura. Deste modo, o objetivo desta tese é investigar a força de trabalho nordestina no Noroeste Paranaense e seus reflexos na produção do espaço geográfico do município de Tamboara-PR. Sinaliza-se também o município de Jardim-CE, localidade de origem de muitos migrantes de Tamboara, para propor novas atividades econômicas pautadas na economia alternativa e na economia social e solidária como possibilidades de erradicação da mobilidade forçada aos canaviais paranaenses. Tais atividades consistem em dispositivos de retenção populacional e em resistências contra-hegemônicas face à mundialização e à globalização hegemônica de organização social.

Palavras- chave: Mundialização econômica. Trabalhadores rurais. Mobilidade forçada. Tamboara-PR. Jardim-CE.

RIBEIRO, Vitor Hugo. **The "cassacos" migrants from Tamboara-PR: the forced mobility and resistance in the production process into geographical space of Jardim-CE.** 232f. Thesis (Doctorate in Geography)-State University of Maringá. Advisor: Prof. Dr. Márcio Mendes Rocha. Maringá, 2016.

ABSTRACT

Nowadays, the studies concerning to the populational movement runs through several geographical analysis scales highlighting its contradictions and conflicts as reflections of the globalization era. Globalization has conditioned the emergence of a class of workers unskilled in different branches of economic activities, being deterritorialized, precarious and dispossessed of their means of production. Such workers seek through forced mobility, better life and work conditions. This context reflects the current situation of relative labour force, especially related to young adults coming from the north-eastern region, linked to the sugarcane industry in Brazil. The absence of opportunities in certain Brazilian regions consubstantiated the neglect of local politicians have been hindering population retaining young adults in their home environment. This research has identified a class of Northeastern rural workers who migrates temporarily or permanently, to the Paranaense Northwest to join in cutting sugarcane or cassava. In this manner, the objective of this thesis is to investigate the Northeastern labor force in the Paranaense Northwest and its effects on the production of the geographic area of the municipality of Tamboara-PR. It also signals the municipality of Jardim-CE, city of origin of many immigrants from Tamboara to propose new economic activities guided by the alternative economy and the social and solidarity economy as eradication of forced mobility possibilities to paranaenses sugarcane fields. Such activities consist of population restraint devices and counter-hegemonic resistance face of globalization and the hegemonic globalization of social organization.

Key-words: Economic globalization. Rural workers. Forced mobility. Tamboara-PR. Jardim-CE.

RIBEIRO, Vitor Hugo. **Les “cassacos” migrants de Tamboara-PR: la mobilité forcée et les résistances dans le processus de production de l’espace géographique de Jardim-CE.** 232f. Thèse.(Doctorat en Géographie)- Université d’État de Maringá. Directeur: Prof. Dr. Márcio Mendes Rocha. Maringá, 2016.

RÉSUMÉ

Actuellement, les études sur les mouvements de population portent sur plusieurs échelles géographiques d'analyse. Elles mettent en évidence des contradictions et des conflits liés à la mondialisation. Cette dernière a conditionné l'émergence d'une classe de travailleurs non qualifiée, déterritorialisée, précaire et dépossédée de ses moyens de production, dans les différents secteurs de l'activité économique. Par la mobilité forcée, ces travailleurs tentent d'atteindre de meilleures conditions de vie et de travail. Ce contexte est bien visible chez les jeunes adultes du Nord-Est du Brésil, région très liée à l'industrie de la canne à sucre. Le manque d'opportunités et la négligence des acteurs politiques locaux ont limité le maintien de la population dans leur milieu d'origine. Cette thèse a identifié une classe de travailleurs ruraux du Nord-Est brésilien, migrant temporairement ou définitivement vers le Nord-Ouest de l'Etat du Paraná, pour travailler dans les domaines de la canne à sucre ou du manioc. Aussi, l'objectif de ce travail est d'étudier la mobilité de ces travailleurs et de comprendre ses effets sur la production de l'espace de deux municipalités : Tamboara-PR et Jardim-CE. A travers ces exemples, de nouvelles activités orientées vers l'économie alternative et l'économie sociale et solidaire seront discutées pour tenter de limiter la mobilité forcée au Paraná. Ces propositions consistent en des dispositifs de maintien de la population et de résistance face un processus hégémonique de mondialisation et de globalisation de l'organisation sociale.

Mots-clés: Mondialisation économique. Travailleurs ruraux. Mobilité forcée. Tamboara-PR. Jardim-CE.

LISTA DE COREMAS

| | |
|---|-----|
| Corema 1: Dinâmica geofísica de Jardim-CE | 157 |
| Corema 2: Dinâmica territorial- Jardim-CE | 158 |
| Corema 3: Dinâmica territorial, educação e saúde- Jardim-CE | 159 |
| Corema 4: Dispositivo de retenção populacional otimista para Jardim-CE | 201 |
| Corema 5: Dispositivo otimista para Jardim-CE e o meio técnico científico informacional | 202 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|-----|
| Figura 1: Trajetória pautada no materialismo histórico..... | 31 |
| Figura 2: Procedimentos técnicos utilizados na pesquisa..... | 33 |
| Figura 3: Localização geográfica de Tamboara-PR..... | 35 |
| Figura 4: Localização geográfica de Jardim-CE..... | 36 |
| Figura 5: A Noção de Mobilidade Humana..... | 49 |
| Figura 6: Familiares numa rua do distrito Cacimba de Jardim-CE..... | 53 |
| Figura 7: Propriedade familiar no distrito Cacimba do município de Jardim-CE..... | 61 |
| Figura 8: Plantação de milho e feijão, criação de frangos e Pequi em propriedade familiar do distrito Cacimba..... | 62 |
| Figura 9: Empréstimos do Banco Mundial ao Brasil meados dos anos 1990..... | 68 |
| Figura 10: Sub-regiões geográficas e principais cidades do Nordeste..... | 82 |
| Figura 11: Fluxo de mobilidade de trabalhadores contratados pela Usina Santa Terezinha LTDA- Cidade Gaúcha, 2013/14..... | 96 |
| Figura 12: Igreja Matriz de Tamboara..... | 101 |
| Figura 13: Antigo cinema da cidade de Tamboara..... | 102 |
| Figura 14: Antigos depósitos de grãos de café..... | 102 |
| Figura 15: Transformação do uso do solo do município de Tamboara..... | 103 |
| Figura 16: Municípios de atuação da Usina COOPCANA- 2013..... | 105 |
| Figura 17: Área cultivada com a lavoura canavieira por classes dos municípios de atuação da Usina Coopcana em 2013, em hectares..... | 107 |
| Figura 18: Trilogia baseada na gestão articulada de transformações territoriais..... | 108 |
| Figura 19: Fluxo de trabalhadores imigrantes de Tamboara, 2000 a 2013..... | 111 |
| Figura 20: Representação esquemática da Geoagronomia..... | 124 |
| Figura 21: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tamboara..... | 133 |
| Figura 22: Hospital Municipal de Tamboara..... | 145 |
| Figura 23: Expansão do espaço urbano de Tamboara fruto do processo migratório..... | 149 |
| Figura 24: Expansão do espaço urbano e problema de mobilidade..... | 149 |
| Figura 25: Centro e periferia do núcleo urbano de Tamboara..... | 150 |
| Figura 26: Cultivo de mandioca no espaço urbano tamboarense..... | 151 |
| Figura 27: Rodovia CE- 060 e a Floresta Nacional do Araripe no município de Jardim..... | 160 |
| Figura 28: Feira de produtores rurais e de comerciantes no centro da cidade de Jardim..... | 162 |
| Figura 29: Distritos de Corrente e Fazenda Nova..... | 163 |
| Figura 30: Estrada de acesso de Jardim aos distritos de Corrente e Fazenda Nova..... | 164 |
| Figura 31: Mercado de associação de produtores em Rennes-FR..... | 181 |
| Figura 32: Feira de Associação de produtores, Rennes-FR..... | 181 |
| Figura 33: Jardim com vistas para a Igreja Matriz Santo Antonio..... | 183 |
| Figura 34: Paisagem urbana de Jardim- o passado no presente. Rua Coronel Rocha..... | 184 |
| Figura 35: Igreja Matriz Santo Antonio- Jardim..... | 185 |
| Figura 36: Distrito Cacimba- Jardim..... | 189 |
| Figura 37: Serra Barreiro Novo- Estrada CE 060..... | 190 |
| Figura 38: Moradia na Serra Barreiro Novo..... | 190 |
| Figura 39: Coleta de Pequi..... | 191 |
| Figura 40: Plantações de milho e feijão no distrito Cacimba..... | 192 |

| | |
|---|-----|
| Figura 41: Paisagem rural do distrito de Corrente com destaque para a plantação de milho..... | 195 |
| Figura 42: Topique no centro da cidade de Jardim com destino a Corrente..... | 203 |
| Figura 43: Dispositivo de retenção populacional baseado na gestão contra-hegemônica de transformação territorial..... | 209 |
| Figura 44: Casa da farinha de mandioca localizada no distrito de Cacimba..... | 212 |
| Figura 45: Trabalhadores do Distrito de Cacimba..... | 216 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|-----|
| Gráfico 1: População brasileira absoluta por regiões geoeconômicas..... | 88 |
| Gráfico 2: Distribuição da população do Nordeste por Idade nos Censos 2000 e 2010..... | 88 |
| Gráfico 3: Distribuição da população do Nordeste por sexo, conforme os grupos de idades-2000..... | 89 |
| Gráfico 4: Distribuição da população do Nordeste por sexo, conforme os grupos de idades- 2010..... | 90 |
| Gráfico 5: Proporção de alfabetizados por idade nas zonas urbana e rural do Nordeste- 2000 e 2010..... | 91 |
| Gráfico 6: Proporção de trabalhadores migrantes casados e solteiros, 2013/14..... | 98 |
| Gráfico 7: Local de moradia, quantidade citada- 2013/14..... | 100 |
| Gráfico 8: Período de imigração de trabalhadores à Tamboara- 2000 a 2013, por quantidade de migrantes..... | 109 |
| Gráfico 9: Municípios de origem dos trabalhadores migrantes de Tamboara, quantidade citada- 2000 a 2013..... | 112 |
| Gráfico 10: Nível escolar dos cortadores de cana migrantes de Tamboara..... | 114 |
| Gráfico 11: Atividade profissional dos migrantes de Tamboara..... | 115 |
| Gráfico 12: Gênero da força de trabalho migrante de Tamboara, por quantidade citada..... | 117 |
| Gráfico 13: Estado civil dos trabalhadores migrantes, por quantidade citada..... | 117 |
| Gráfico 14: Situação de moradia dos trabalhadores migrantes, quantidade citada..... | 118 |
| Gráfico 15: Origem dos trabalhadores migrantes das zonas rural e urbana, quantidade citada..... | 118 |
| Gráfico 16: Local de moradia no município de origem, quantidade citada..... | 126 |
| Gráfico 17: Motivações que levaram à emigração, por quantidade citada..... | 130 |
| Gráfico 18: Renda aproximada obtida no Paraná pelos nordestinos..... | 131 |
| Gráfico 19: Trabalhadores sindicalizados, por quantidade citada..... | 132 |
| Gráfico 20: Trabalhadores nordestinos que tiveram ascensão econômica no Paraná (quantidade citada)..... | 137 |
| Gráfico 21: Distribuição da população de Jardim CE por sexo segundo os grupos de idade, 2000..... | 140 |
| Gráfico 22: Distribuição da população de Jardim CE por sexo segundo os grupos de idade, 2010..... | 141 |
| Gráfico 23: Distribuição da população de Tamboara PR por sexo segundo os grupos de idade, 2000..... | 142 |
| Gráfico 24: Distribuição da população de Tamboara PR por sexo segundo os grupos de idade, 2010..... | 143 |
| Gráfico 25: Expansão da lavoura canavieira no município de Tamboara, 2000 a 2014..... | 148 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|----|
| Quadro 1: Distribuição da PEA por atividades do trabalho principal, 2012..... | 94 |
| Quadro 2: Municípios de origem dos trabalhadores migrantes de Cidade Gaúcha, quantidade citada e frequência- 2013/14..... | 97 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|-----|
| Tabela 1: Tipologia Geral da Migração em Petersen..... | 46 |
| Tabela 2: Taxas de importação de manufaturas (em porcentagens)..... | 58 |
| Tabela 3: Taxas de exportações de manufaturas (em porcentagens)..... | 59 |
| Tabela 4: Distribuição da população nordestina por Estados, e variação entre os Censos de 2000 e 2010..... | 87 |
| Tabela 5: Municípios de destino dos trabalhadores temporários dos Estados nordestinos e Minas Gerais, contratados pelo Grupo Santa Terezinha LTDA, 2013..... | 95 |
| Tabela 6: Origem dos trabalhadores mobilizados por Estados para Cidade Gaúcha- 2013..... | 96 |
| Tabela 7: Idade da força de trabalho mobilizada à Cidade Gaúcha para o corte da cana- de-açúcar, quantidade citada e frequência- 2013/14..... | 99 |
| Tabela 8: Escolaridade dos cortadores de cana-de-açúcar, quantidade citada e frequência..... | 99 |
| Tabela 9: Etnia dos cortadores de cana-de-açúcar, quantidade citada e frequência..... | 100 |
| Tabela 10: Transformação do uso do solo do município de Tamboara, por Classes..... | 104 |
| Tabela 11: Estados de origem dos trabalhadores migrantes de Tamboara, quantidade citada e frequência- 2000 a 2013..... | 112 |
| Tabela 12: Municípios de origem dos trabalhadores migrantes, população e IDH- 2010..... | 113 |
| Tabela 13: Grupos étnicos dos trabalhadores migrantes de Tamboara, quantidade citada e frequência..... | 114 |
| Tabela 14: Idade dos trabalhadores migrantes de Tamboara por faixa etária, quantidade citada e frequência..... | 116 |
| Tabela 15: Evolução populacional dos municípios de origem dos trabalhadores imigrantes de Tamboara..... | 120 |
| Tabela 16: Profissões dos migrantes na localidade de origem, quantidade citada e frequência..... | 127 |
| Tabela 17: Características negativas dos municípios de origem, por quantidade citada e frequência..... | 129 |
| Tabela 18: Interesse em trabalhar no campo..... | 135 |
| Tabela 19: Conquistas importantes dos migrantes nordestinos no Paraná, quantidade citada e frequência..... | 136 |
| Tabela 20: Características do município de destino, quantidade citada e frequência..... | 145 |

SIGLÁRIO

AGROPARISTECH: Institut des Sciences et Industries du Vivant et de l'Environnement

APA: Área de Preservação Ambiental

BIRD: Banco Mundial

BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social

CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CODEPAR: Companhia de Desenvolvimento do Paraná

CONTAG: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

COOPCANA: Cooperativa Agrícola Regional de Produtores de Cana

FES: Formação Econômico Social

FETAEP: Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná

FMI: Fundo Monetário Internacional

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IADT: Institut D'Auvergne du Développement des Territoires

ICMbio: Instituto Chico Mendes da Conservação da Biodiversidade.

IDH: Índice de Desenvolvimento Humano

INRA: Institut National de La Recherche Agronomique

IPARDES: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

IPECE: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra

NEMO: Núcleo de Estudos de Mobilidade e Mobilização

PEA: População Economicamente Ativa

PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PROALCOOL: Programa Nacional do Alcool

SUDENE: Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

STR: Sindicato dos Trabalhadores Rurais

UEM: Universidade Estadual de Maringá

URSS: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| INTRODUÇÃO..... | 20 |
| Justificativa..... | 25 |
| Objetivos..... | 27 |
| Objetivo Geral..... | 27 |
| Objetivos Específicos..... | 27 |
| Problematização, tese e hipóteses..... | 28 |
| Metodologia..... | 29 |
| 1 PRINCÍPIOS TEÓRICOS E MOTIVAÇÕES DOS MOVIMENTOS POPULACIONAIS E MOBILIDADE FORÇADA..... | 40 |
| 1.1 Teorias do Movimento Populacional e tipos de Migrações..... | 41 |
| 1.2 Motivos e causas dos movimentos populacionais no mundo globalizado..... | 55 |
| 1.3 Os países do sul e as contradições no mundo agrário..... | 64 |
| 2 DA ORIGEM AO DESTINO: AS CARACTERÍSTICAS DO NORDESTE BRASILEIRO E A MOBILIDADE FORÇADA NO NOROESTE PARANAENSE..... | 74 |
| 2.1 O Nordeste brasileiro e a questão regional..... | 77 |
| 2.2 A população nordestina, a força de trabalho e a mobilidade forçada..... | 86 |
| 2.3 Alguns apontamentos sobre a força de trabalho nordestina em Tamboara-PR..... | 101 |
| 2.3.1 Caracterização dos trabalhadores migrantes de Tamboara..... | 109 |
| 3 ABORDAGENS TERRITORIAIS E A MIGRAÇÃO DEFINITIVA NO NOROESTE PARANAENSE: O CASO DE TAMBOARA-PR E AS REPRESENTAÇÕES SOCIOESPACIAIS DE JARDIM-CE..... | 122 |
| 3.1 As causas e as motivações da migração definitiva em Tamboara..... | 125 |
| 3.1.1 A pobreza e as condições de trabalho na origem..... | 126 |
| 3.1.2 Forças de repulsão e atração e os aspectos econômicos..... | 128 |
| 3.1.3 Motivos psicológicos..... | 134 |
| 3.2 Consequências e reflexos na produção do espaço..... | 138 |
| 3.2.1 Mobilidade social e novas profissões..... | 138 |
| 3.2.2 Consequências demográficas..... | 140 |
| 3.2.3 Problemas de contato..... | 144 |
| 3.2.4 Consequências econômicas..... | 146 |
| 3.3 Desenvolvimento local, representações e mobilizações espaciais..... | 151 |
| 3.3.1 Representações e mobilizações socioespaciais: os coremas e o município de Jardim-CE.. | 156 |
| 4 ECONOMIA ALTERNATIVA E SOLIDÁRIA COMO DISPOSITIVOS DE RETENÇÃO POPULACIONAL PARA INIBIR A MOBILIDADE FORÇADA DE JARDIM-CE..... | 167 |
| 4.1 Ações locais como formas de resistência ao modelo hegemônico global..... | 173 |
| 4.2 Jardim-CE e as possibilidades de reterritorialização da força de trabalho no município..... | 183 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 205 |
| REFERÊNCIAS..... | 217 |
| APÊNDICES..... | 228 |

INTRODUÇÃO

A mobilidade da força de trabalho está concomitantemente articulada à história do homem. No entanto, ela nunca aconteceu de maneira tão exacerbada quanto após a mundialização econômica. A mobilidade humana é um tema instigante e perpassa diversos estudos de Geografia, percorrendo desde a Educação Básica ao Ensino Superior. Nos livros didáticos de Geografia, esse assunto está centrado na questão da transumância, e, no caso brasileiro, é exemplificado, principalmente, pela migração de trabalhadores rurais do sertão nordestino à Zona da Mata nos períodos de seca, além da mobilidade da força de trabalho nordestina ao Centro-Sul do país e da migração às frentes pioneiras do Centro-Oeste e ao Norte do Brasil. O Brasil foi construído e desenvolvido historicamente, por excelência, em função da mobilidade humana decorrente dos ciclos econômicos que envolveram o país desde a chegada dos europeus no Continente Americano.

A formação histórica do Brasil contemporâneo, de acordo com Prado Jr (1970), deu-se quase que exclusivamente com as correntes de povoamento motivadas pela economia extrativista num primeiro momento; posteriormente, deu-se com a grande lavoura açucareira, a pecuária, a mineração e mais tarde o café, dentre outros, como a indústria, as artes e o comércio, além das vias de comunicação e transporte. Essas atividades influenciaram a vida social da população brasileira, bem como os setores administrativos, artísticos e políticos. No âmbito dessas atividades econômicas, é impossível deixar de lembrar a mão de obra nordestina e os constantes fluxos de mobilidade às regiões que desenvolviam as respectivas atividades econômicas.

Tamanho foi a importância da força de trabalho nordestina, sobretudo aquela advinda do meio rural, que um saudoso folclorista nordestino, Rodrigues de Carvalho, documentou na poesia popular o vocábulo “cassaco”, sinônimo de trabalhador do campo, uma adaptação de “cossaco”, população camponesa russa que ajudou na formação daquele país:

Os cassacos da Usina
Só comem carne de boi;
Trabalham a 1500,
Recebem cruzado e dois.
(CARVALHO, 1928, p.269)

Na poesia popular, “cassaco” refere-se ao baixo nível de remuneração e opressão econômica por parte do poderio dos “senhores de engenho” que durante muito tempo recebeu o trabalhador rural nordestino ingressado na atividade canavieira. Pelo fato de os trabalhadores nordestinos terem migrado ao longo de todo o território brasileiro desde o Período Colonial, contribuindo diretamente com a formação do Brasil contemporâneo, não há dúvida, conforme Ribeiro (1977), de que os nordestinos são os cossacos do Brasil.

Num primeiro momento, com a ocupação portuguesa em território brasileiro, a lavoura canavieira foi elaborada à luz do trabalho servil e, posteriormente, após a abolição da escravidão, não perdeu a principal característica duradoura da exploração do homem pelo homem, pois o trabalho livre num país sem uma legislação trabalhista e social adequada e propícia para a emancipação humana condicionou fatalmente uma escravidão camuflada.

A psicologia social, a arte e a cultura dos brasileiros atrelam-se a todo momento a essas raízes étnicas, sobretudo enraizadas na monocultura canavieira em torno dos engenhos, da mineração e na vida em torno do pastoreio, cuja importância Ribeiro (1977) ressaltou em sua obra *Folclore do Açúcar*:

A vida em torno do engenho de açúcar, a vida em torno da mineração e a vida em torno do pastoreio marcam, indelevelmente, as colchas iniciais de nosso mundo rural. A cultura popular da colônia só conseguiu paisagem típica de “técnica de vida” numa dessas formas de atividade econômica. As demais atividades perdem nitidez diante dessas três, que abrangem e absorvem toda a vida colonial. Os próprios núcleos urbanos, que surgem, sofrem a influência decisiva do “engenho”, das “minas” e dos “currais” (RIBEIRO, 1977, p.10-11).

A atividade canavieira, a mineradora e o pastoreio sem dúvida se desdobraram geograficamente pelo território brasileiro. No que concerne à atividade canavieira, se no Brasil Colônia os engenhos de açúcar influenciavam decisivamente na economia dos núcleos urbanos que surgiam, atualmente, as Usinas também influenciam diretamente muitos núcleos urbanos do país. Um exemplo é o município de Tamboara-PR, que será estudado nesta pesquisa. O município em questão recebe uma influência considerada da Usina COOPCANA, do município vizinho, São Carlos do Ivaí. A economia local é movimentada e uma considerada força de trabalho local é direcionada à Unidade de Produção. O município recebe também trabalhadores nordestinos para o corte e plantio da cana-de-açúcar.

O trabalhador rural nordestino se adaptou, com o tempo, às transformações econômicas da atividade canavieira, e uma característica marcante nessa força de trabalho é a sua migração aos canaviais do Centro-Sul do Brasil. Com uma visão acerca da evolução da

atividade canavieira do Brasil, Lima Sobrinho (1943) distingue essas transformações em duas fases: antes do advento da Usina e posterior a ela. Essas feições, como salienta Ribeiro (1977), ultrapassaram a fase colonial e estão consubstanciadas ao desenvolvimento e transformações econômicas da própria atividade açucareira, sendo que

a Usina veio, na verdade, revolucionar a fisionomia tradicional colonial por excelência da cultura açucareira, dando novas modalidades à vida social do lavrador. Esse desequilíbrio provocado no tradicionalismo, já fixado através da ficção pelo romancista José Lins do Rego, num dos seus livros sobre o “Ciclo da cana-de-açúcar”, resultou do progresso técnico da industrialização agrícola (RIBEIRO, 1977, p.11).

A história acerca do latifúndio canavieiro e a sua intensificação no Brasil e no mundo dificilmente propiciou melhorias aos trabalhadores rurais que se inseriram nessa atividade. Além da baixa remuneração já sinalizada anteriormente, a cana-de-açúcar se processa, no olhar de Josué de Castro, num processo de autofagia:

A cana-de-açúcar se processa devorando tudo em torno de si, engolindo terras e mais terras, consumindo o humo do solo, aniquilando as pequenas culturas indefesas e o próprio capital humano, do qual sua cultura tira toda a vida. A história da economia canavieira no Nordeste, como em outras zonas de monocultura da cana, tem sido sempre uma demonstração categórica desta capacidade que tem a cana de dar muito no princípio para devorar depois quase tudo, autofagicamente. Donde a caracterização inconfundível das diferentes áreas geográficas açucareiras, com seu ciclo econômico do açúcar, com as fases de rápida ascensão, de esplendor transitório e de irremediável decadência. Ciclo este que se processa tanto mais rapidamente quanto menores os recursos de terras disponíveis. Daí a semelhança de aspectos entre as áreas geográficas diferentes como Haiti, Cuba, Porto Rico, Java e o Nordeste brasileiro (CASTRO, 1965, p. 97).

Com o desenvolvimento da atividade canavieira, a policultura foi sendo sempre asfixiada pela monocultura da cana-de-açúcar. Pequenas propriedades agrícolas destinadas ao autoconsumo acabaram sendo engolidas pelo latifúndio canavieiro. Essas amarras se processaram no território brasileiro e também em outros lugares, como na Jamaica, Trinidad, Cuba, dentre outras Antilhas (CASTRO, 1965).

Em trabalho anterior, de Mestrado em Geografia, intitulado “Mobilidade forçada e exploração da força de trabalho: um olhar para os trabalhadores da cana-de-açúcar do Noroeste Paranaense”, foi tecida essa problemática da lavoura canavieira se expandindo para as áreas produtoras de alimentos do Noroeste Paranaense, dentre outras regiões do Brasil, onde vem intensificando essa atividade. O detrimento da policultura vem contribuindo

diretamente com o aumento dos preços dos alimentos, além de reproduzir no país a expropriação de produtores familiares e, conseqüentemente, a intensificação do latifúndio agroexportador (RIBEIRO, 2011).

A atual indústria canavieira do Brasil se confunde com o processo de mundialização econômica, sobretudo após os anos 1960, com o advento do Programa Nacional do Alcool (PROALCOOL). O modelo econômico mundializado que rege o Brasil está pautado na economia agroexportadora, intensificada, especialmente após a segunda metade do século XX. Esse modelo hegemônico acarretou uma série de problemas sociais no país, tanto no meio urbano quanto no meio rural. O fenômeno mais expressivo desse processo foi a expropriação camponesa do seu maior bem de produção, a terra. Isso gerou uma intensa mobilidade de trabalhadores no espaço geográfico brasileiro.

Pretende-se, nesta pesquisa de doutorado, estudar a mobilidade dos trabalhadores da cana-de-açúcar oriundos do nordeste brasileiro, que vêm todos os anos ao Paraná para trabalhar no corte da cana-de-açúcar. A área de estudo compreende a mesorregião Noroeste Paranaense, e, a partir de investigações de campo, selecionamos um município, Tamboara, para investigar o fluxo de migrantes no corte da gramínea. O município em questão foi escolhido pois observamos um fluxo de mobilidade distinto dos fluxos estudados na pesquisa de Mestrado: enquanto os trabalhadores cortadores de cana-de-açúcar nordestinos dos municípios de Cidade Gaúcha e Rondon são contratados temporariamente pela Usina de Açúcar Santa Teresinha LTDA, os trabalhadores que migraram a Tamboara tiveram, por parte da Cooperativa Agrícola Regional de Produtores de Cana (COOPCANA), contratos e relações de trabalho definitivos. Com isso, esses trabalhadores passaram a residir no município de destinação.

O tema proposto nesta pesquisa de doutorado nos implica um grande desafio: estudar a mobilidade da força do trabalho no meio rural correlacionando com os estudos acerca da Geografia da População como Beaujeu-Garnier (1971), Petersen (1965), Trewartha (1974), Gaudemar (1976), dentre outros da Questão Agrária que já sinalizaram no século XIX o empobrecimento dos camponeses e a sua inserção na agricultura moderna, na condição de mão de obra barata.

A problemática em questão diz respeito aos locais de saída e de chegada. Pretendemos verificar as condições sociais e os motivos dessas migrações, bem como investigar se a cidade de destino está preparada para receber esse fluxo de trabalhadores anualmente. Por fim, buscar-se-ão novas estratégias territoriais de desenvolvimento local no espaço geográfico de

origem para inibir essas constantes migrações de macroescalas no território brasileiro e propor alternativas econômicas pautadas na solidariedade e no desenvolvimento alternativo e na agricultura familiar para manter o acesso à terra e à produção de alimentos, e, com isso, amenizar a miserabilidade social tão expressiva no meio rural do Brasil.

A macromobilidade física dos trabalhadores rurais no espaço agrário brasileiro garante a manutenção e a reprodução das relações capitalistas no campo. Lênin (1988) observava esse processo na Rússia, nas décadas finais do século XIX. Percebe-se que as relações contraditórias do modo capitalista de produção desenvolvem-se no âmbito da escala global, reproduzindo as mesmas relações contraditórias em diversos países. Embora o tempo tenha passado, ainda permeia na atualidade essa mobilidade forçada de pequenos agricultores e trabalhadores rurais no espaço geográfico brasileiro, produzindo e reproduzindo a mais-valia para os agentes do agronegócio mundializado do Brasil.

Isso nos leva a pensar no conceito de Hegemonia de Gramsci, num aparato de direção e de organização política da sociedade que atua no âmbito político e econômico, além do modo de pensar e de agir (GRUPPI, 1980). A mundialização econômica direciona em seu âmbito as classes sociais, os trabalhadores e a sociedade como um todo, atrelando para si o Estado por meio de alianças com setores dominantes da sociedade, que têm por fim a alienação do trabalho e a reprodução das relações capitalistas de produção (POULANTZAS, 1978).

Essa relação contraditória nada mais é do que o reflexo de uma sociedade capitalista embasada na divisão de classes sociais:

Em toda sociedade dividida em classes sociais, a primeira relação (proprietários-meios de produção) se destaca sempre o primeiro aspecto: são os proprietários que detêm o controle real dos meios de produção e, assim exploram os trabalhadores diretos extorquindo-lhes, sob várias formas, o sobretrabalho [...] Esta propriedade designa a propriedade econômica real, o controle real dos meios de produção (POULANTZAS, 1978, p.19).

Nesse contexto, o modelo hegemônico brasileiro pautado na produção agroexportadora visa o comércio mundial. Com isso, o Estado, via Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BIRD) dentre outros órgãos econômicos, financiam o agronegócio no Brasil. Isso resulta, por um lado, na concentração fundiária, uma vez que pequenos e médios agricultores arrendam (ou perdem) suas terras para os setores agroindustriais, acarretando no fim da agricultura camponesa do país, e, por outro, temos a reprodução de uma massa de trabalhadores rurais

desprovidos de estudos escolares, não tecnicizados, que são mobilizados pelo modelo hegemônico na condição de mão de obra superexplorada.

A mundialização econômica, como se pretende mostrar nesta pesquisa de doutorado, condicionou a atual mobilidade de trabalhadores rurais no espaço agrário brasileiro, em especial no Estado do Paraná, devido aos financiamentos e incentivos à modernização das atividades rurais. A mundialização será apresentada como um modelo hegemônico, e a mobilidade dos trabalhadores e de pequenos produtores em prol de uma economia alternativa social e solidária como as resistências ao agronegócio mecanizado e no processo de produção do espaço.

Os Trabalhadores oriundos da região nordestina do Brasil, ao se mobilizarem no espaço agrário paranaense, produzem e reproduzem o espaço geográfico de muitas localidades urbanas, na medida em que contribuem com o seu aumento populacional, com a economia local, com a dinâmica urbana como um todo, além da sua inserção num ambiente físico e social bastante diferente do local de origem. Isso nos leva a pensar que tais trabalhadores necessitam, primeiramente, de uma adaptação ao local de destino e, futuramente, de uma modificação desse meio.

Por mais que estejam inseridos num contexto hegemônico que reproduz relações contraditórias, esses trabalhadores buscam na mobilidade melhores expectativas de vida. Entende-se que a precariedade da região de origem, a falta de infraestruturas socioespaciais, o desemprego, a pobreza, a miséria, dentre outros problemas socioambientais, fazem com que essa classe de trabalhadores busque outros espaços de sobrevivência para dispor de uma certa renda e anseios inexistentes nos locais de origem.

Justificativa

Acreditamos que o presente projeto é legitimado pelo grau de complexidade que a mundialização da economia contém. A intensidade do movimento do capital é grande e se materializa na atualidade em diferentes escalas geográficas: do global ao local. Com isso, novas especialidades são colocadas em uma determinada região, fruto da Divisão Internacional do Trabalho, tendo os seus respectivos espaços geográficos produzidos e reproduzidos constantemente pela ação do capital e pela ação da mobilidade da força do trabalho. Marx (1975) já ressaltava que a modernização das técnicas de produção não necessariamente traria o desenvolvimento e a igualdade entre os homens, mas o contrário.

Quanto maior o investimento em capitais constantes, maior a desigualdade e a discrepância social entre os detentores dos meios de produção e a classe operária. Esta estaria sempre em desvantagem no bojo do processo de modernização do capital.

Relações como essas são encontradas no Noroeste Paranaense, principalmente após a reestruturação produtiva do capital decorrente da mecanização agrícola das décadas de 1970/80. Os incentivos e construções de agroindústrias e demais empresas no meio rural expropriaram pequenos e médios trabalhadores rurais dos seus meios de produção, a terra, e os transformaram em assalariados rurais, voltando ao campo na condição de mão de obra superexplorada.

A modernização agrícola no Brasil está concomitantemente ligada ao processo de mundialização econômica e com os princípios neoliberais propostos pelos países ricos, principalmente os da Europa ocidental e os Estados Unidos. Com isso, o sistema capitalista ganharia terras, dentre outros espaços para expandir e reterritorializar o capital, usando, ao mesmo tempo, a força de trabalho barata encontrada nos países subdesenvolvidos.

Dentre outras pesquisas já realizadas sobre os trabalhadores volantes do Noroeste paranaense, foi constatado que a maioria tem a sua origem no meio rural, filhos e filhas de trabalhadores rurais que, com a modernização da agricultura, passaram do campo para a cidade e voltaram ao campo na condição de assalariados rurais (RIBEIRO, 2011). Isso é um problema à medida que esses trabalhadores foram expropriados dos seus meios de produção a partir da modernização conservadora. Esse feito no Brasil foi a manifestação mais clara nas últimas décadas da inserção do país no neoliberalismo econômico vigente, que intensificou a destruição da agricultura camponesa em benefício da agricultura moderna capitalizada e hegemônica, financiada pelo Estado.

Esse fenômeno vem acontecendo em diversos Estados brasileiros, e a área de estudo da nossa pesquisa de doutorado será o Noroeste Paranaense, pois nessa região cresce o número de agroindústrias, dentre elas da cana-de-açúcar, fecularias de mandioca, da laranja, além de abatedouros de aves etc., e o que está por detrás dessas atividades é a mobilidade física dos trabalhadores volantes: ora trabalham no corte da cana-de-açúcar, ora estão trabalhando nos tratamentos culturais da mandioca, depois, vão trabalhar na colheita da laranja. São trabalhadores precarizados em suas relações de trabalho que se mobilizam no Noroeste Paranaense, e que são oriundos não apenas do Paraná, mas também de outras regiões brasileiras, dentre elas do Nordeste. Essa mobilidade em busca de emprego no Noroeste

Paranaense acaba sendo uma saída de emergência para muitos trabalhadores e trabalhadoras rurais que resistem ao modelo hegemônico mecanizado.

Portanto, ressalta-se a importância do diálogo entre universidade/pesquisa e trabalhadores, visando a construção de uma nova realidade por meio de uma práxis transformadora. Muitos temas e assuntos acerca do mundo do trabalho e da Geografia Agrária foram tratados de maneira reacionária e pragmática, não levando em consideração a real condição de vida da classe trabalhadora do campo. Um dos erros foi a não aceitação do diálogo entre as entidades de classes e, principalmente, com os próprios trabalhadores em seus locais de trabalho. É preciso investigar realmente a condição de vida dos trabalhadores rurais e fazer uma Geografia Agrária que contemple, além da produtividade do meio físico e da produção agrícola, os trabalhadores do campo, pois eles também fazem parte do processo produtivo, e tudo indica que essa profissão no Brasil tende a desaparecer ou se transformar com as constantes modernizações que vêm se desencadeando no meio rural. Por isso, mais esse olhar para a mobilidade dos trabalhadores rurais nesta pesquisa de doutorado.

Objetivos

Objetivo geral

Investigar a mobilidade da força de trabalho nordestina no Noroeste Paranaense e seus efeitos na produção do espaço geográfico da região e propor alternativas de desenvolvimento local no espaço de origem para inibir as constantes mobilidades de macroescala no espaço geográfico brasileiro.

Objetivo específico

- Analisar a fundamentação teórica da produção geográfica acerca dos movimentos populacionais;
- Buscar informações sobre o local de origem e destino dos trabalhadores migrantes;
- Contextualizar a mobilidade da força de trabalho no meio rural brasileiro, no contexto da mundialização econômica;

- Reconhecer aspectos da produção do espaço produzida por essa ordem de mobilidade no Noroeste Paranaense, focando principalmente a mobilidade dos trabalhadores rurais de origem nordestina;
- Propor alternativas de desenvolvimento local na região de origem dos trabalhadores migrantes;
- Construir dispositivos de retenção para a localidade de origem.

Problematização, Tese e Hipóteses

A população exaurida de recursos busca na mobilidade física novas alternativas econômicas com o objetivo de sair da miserabilidade social, e isso pode resultar em sérios problemas: enquanto essa mobilidade consistir em um caráter voluntário, no qual os trabalhadores busquem novas inspirações que conservem seus *status quo*, o movimento pode ser positivo na vida dos migrantes. Mas, se a mobilidade for de caráter forçado, o movimento terá um lado negativo, pois a mobilidade forçada consiste em um dos movimentos mais desumanos que já se estudou no bojo da Geografia de População.

A mobilidade, seja ela forçada ou não, acaba sendo uma estratégia às contradições socioespaciais presentes nos locais de origem dos migrantes. No entanto, é necessário salientar a existência de alternativas locais que poderão fazer frente às contradições encontradas e à mobilidade forçada. Novas alternativas locais, baseadas na diversidade agrícola, na agricultura familiar, em feiras de produtores rurais e de artesanatos, nas cooperativas sociais e solidárias geridas pela própria força de trabalho local, dentre outras, são resistências ao agronegócio mundializado. É preciso propor novas alternativas para além da mobilidade forçada, pautadas em caracteres emancipatórios e que fortaleçam o desenvolvimento local, importante no combate à erradicação da fome e miséria no Brasil e crucial na luta contra a precarização das relações de trabalho.

A tese desta pesquisa consiste na proposta de um dispositivo de retenção populacional por meio da micromobilidade física para inibir a macromobilidade física e a evasão populacional que permeia os municípios de origem dessa força de trabalho, a qual migra ao Noroeste Paranaense. Diante disso, é possível sinalizar algumas hipóteses:

- Hipótese 1: No âmbito do movimento de população, a macromobilidade física nem sempre leva à mobilidade forçada, mas a mobilidade forçada engendra, exclusivamente, a macromobilidade física;
- Hipótese 2: Inibir a macromobilidade forçada é fortalecer a micromobilidade física no espaço geográfico de origem dos migrantes;
- Hipótese 3: fortalecer a micromobilidade física é construir dispositivos de retenção da população local em seu espaço de origem.

As hipóteses em questão vão ao encontro das premissas do desenvolvimento local e da economia alternativa face à mundialização hegemônica. Quanto maior a atenção do poder público local à economia alternativa, menores serão os fluxos de macromobilidade forçada e, conseqüentemente, maiores os movimentos de micromobilidade física. Quando a atenção às questões locais são relativamente baixas, maiores os fluxos de macromobilidade forçada, e os movimentos de micromobilidade física tornam-se menos expressivos.

Metodologia

O desenvolvimento desta pesquisa se baseará em análise metodológica pautada no materialismo histórico dialético, à luz das lutas de classes sociais. Com esse método, pretendemos investigar o atual momento dos trabalhadores rurais do Noroeste Paranaense por meio do seu contexto histórico contraditório. Assim, pretendemos dialogar com os trabalhadores e com as trabalhadoras sobre as suas histórias e origens até o momento presente. A vida de muitos trabalhadores e trabalhadoras rurais está relacionada ao contexto histórico brasileiro e toda a sua problemática econômica vivenciada, especialmente após a década de 1950, período em que se intensifica a mundialização econômica. Vários foram os motivos que dificultaram a vida dessas pessoas, que as fizeram se mobilizar às terras paranaenses, inserindo-as em condições precárias de trabalho. Condições e relações que foram se reproduzindo no decorrer do tempo, produzindo e reproduzindo o espaço geográfico da região de geração para geração. Salienta-se a necessidade de buscar esse contexto histórico para analisar a realidade vigente de muitos assalariados do meio rural do Noroeste Paranaense, principalmente aqueles migrantes de origem nordestina.

O Materialismo histórico dialético, segundo Lefèbvre (1975), consiste numa visão e interpretação de mundo. O conceito de dialética foi utilizado pelos gregos, no sentido de arte

do diálogo. Já na concepção moderna, Hegel sinaliza a história da humanidade seguindo uma trajetória dialética, em que as contradições se encontram e originam novas contradições para serem solucionadas. Karl Marx e Engels, discordando da visão idealista de Hegel, apresentaram o materialismo e a matéria como fenômenos cruciais para a interpretação da realidade (GIL, 1999).

O materialismo dialético, de acordo com Gil (1999), consiste em um método de interpretação da realidade fundamentado em três grandes princípios: *a unidade dos opostos*, que apresenta aspectos contraditórios da realidade que condiciona uma luta entre si; *a quantidade e qualidade*, que nos processos contraditórios e de luta geram mudanças qualitativas da realidade vigente; e, por fim, *a negação da negação*, que muda constantemente o resultado da luta, principalmente no que diz respeito às lutas de classes sociais, conduzindo e visando sempre o desenvolvimento da sociedade.

Aplicando esse método e essas três etapas na pesquisa de doutorado, percebe-se: primeiramente, a unidade dos opostos, que seria a luta entre os trabalhadores rurais que foram historicamente expropriados dos seus meios de produção e os agentes do agronegócio exportador brasileiro que conduzem a mobilidade da força do trabalho no espaço rural paranaense. A quantidade e qualidade, juntamente com as premissas da economia social e solidária, possibilitam mudanças qualitativas na realidade desses trabalhadores. Por fim, a negação da negação, que ao se mobilizar pelo espaço agrário paranaense na condição de mão de obra assalariada, faz com que esses trabalhadores sejam a própria negação do sistema capitalista brasileiro embasado na economia agroexportadora, que visa a mecanização das atividades rurais, aumentando, assim, o desemprego no campo. A mobilidade da força de trabalho acaba consistindo em uma estratégia por parte dos trabalhadores e trabalhadoras rurais em inserir-se no mercado de trabalho, e, pelo modelo hegemônico agroexportador, estratégias para a acumulação e reprodução do capital.

Sendo assim, para desenvolver e fundamentar essa questão, temos determinados autores ligados a essa linha de pesquisa, tanto no âmbito da Geografia Agrária quanto na Geografia de População, que buscam o enfoque crítico acerca das relações contraditórias do modo capitalista de produção e dos movimentos populacionais. A Figura a seguir apresenta uma síntese da trajetória metodológica desta tese de doutorado no que compreende a produção agrária embasada na dialética marxista.

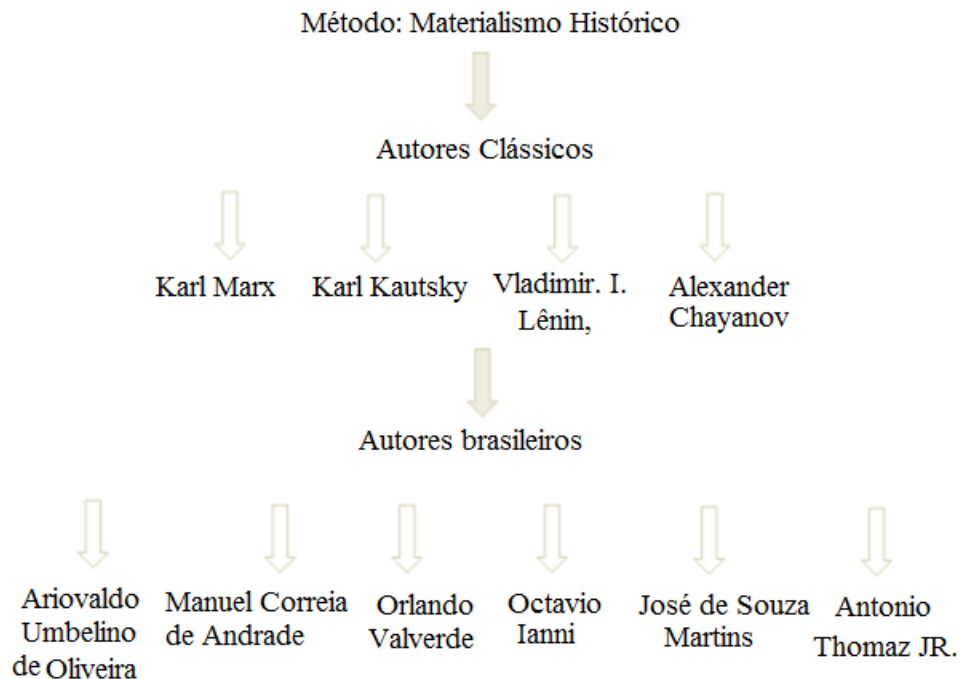


Figura 1: Trajetória pautada no materialismo histórico
Elaboração: Ribeiro, Vitor Hugo, 2014.

O principal nome do materialismo histórico é Karl Marx, que sinalizou toda a crítica da economia capitalista baseada na expropriação do campesinato e da mais-valia, com o intuito de acumulação do capital (Marx, 1975). A partir de Marx, surgiram outros nomes clássicos embasados no marxismo, como Kautsky e Lênin, que ao tratarem da questão agrária, levaram em consideração o cooperativismo popular e familiar, em que a produção acaba sendo destinada aos pequenos produtores inseridos na cooperativa. Temos, também, Chayanov, que perpassa a linha revolucionária de tomada ao poder pelos camponeses, dentre outros assalariados do meio rural. Chayanov difere um pouco na sua abordagem dos demais autores por defender uma linha mais radical. Tanto Chayanov quanto Lênin e Kautsky influenciaram, e muito, os autores que estudaram a questão agrária brasileira, sendo que alguns deles defendem a linha revolucionária e apoiam lideranças como MST, Via campesina etc.

Existem outras vertentes no Brasil que atentam às cooperativas populares e ao trabalho familiar como uma forma de resistência ao modelo hegemônico agroexportador. Os autores ligados nessa vertente, dentre eles Singer (2002a), baseiam-se principalmente no cientista social português Boaventura de Sousa Santos. Esta pesquisa será direcionada à essa vertente

para propor meios, dentre outros dispositivos de retenção da população local no espaço de origem, importantes para inibir a macromobilidade forçada ao Paraná.

Autores clássicos como Lênin, Kautsky e Chayanov interpretaram a questão agrária no âmbito global do sistema capitalista, sinalizando que as contradições capitalistas seriam reproduzidas em outros países. Para uma análise global da questão agrária, esses nomes servem de referências. Ao adentrar no território brasileiro, seguindo a linha marxista, existe na Geografia alguns nomes importantes que são bases para o estudo da questão agrária brasileira: Valverde (1964), um dos pioneiros dessa questão, fez, juntamente com Andrade (1973), uma geografia agrária à luz dos problemas reivindicados na época pelos camponeses, dentre outros trabalhadores do campo, sobretudo após a segunda metade do século XX. Dois nomes que merecem atenção são Octavio Ianni e José de Souza Martins que, embora não sejam geógrafos, contribuíram sobremaneira no pensamento geográfico, principalmente com um olhar crítico. Ariovaldo Umbelino de Oliveira e, mais recentemente, Antônio Thomaz Júnior são na atualidade alguns dos principais nomes da geografia agrária, que buscam um diálogo dentro dos movimentos sociais, agindo de maneira crítica no que diz respeito a estrutura fundiária do país, aos programas de reforma agrária e à economia agroexportadora como um todo.

Em relação a Geografia da População, mais especificamente aos estudos acerca dos movimentos populacionais, as análises permeiam algumas correntes de estudos, como ressalta Póvoa Neto (1997). Tais correntes se intitulam como: neoclássica, histórico estruturalista e mobilidade do trabalho. A corrente neoclássica tem um caráter mais descritivo, cujo estudo se baseia especialmente nos quesitos econômicos, sendo o migrante um fator “trabalho”, importante para a questão do equilíbrio econômico e para a homogeneização do espaço geográfico. Para os históricos estruturalistas, o fenômeno migratório responde aos processos sociais, assumindo uma dimensão econômica e política ao migrar. As migrações são historicamente condicionadas, sendo um processo contraditório de âmbito global (SINGER, 1980). A corrente mobilidade do trabalho atenta às questões acerca do movimento migratório em relação à acumulação de capital. A mobilidade da força de trabalho, de acordo com Gaudemar (1976), submete o trabalhador às forças de mercado, deslocando-se espacialmente e/ou setorialmente nos mais diferentes ramos das atividades econômicas. Ambas as abordagens, histórico estrutural e mobilidade do trabalho, adquirem como método de análise as premissas marxistas.

Além do campo teórico de investigação, necessita-se também de procedimentos técnicos que condicionem uma visão do empírico e da realidade vigente. Para tanto, em Geografia Humana, encontram-se algumas técnicas de pesquisa de campo como: entrevistas semidiretivas e quanti/quali, perpassando a abordagem quantitativa e qualitativa, levando também em consideração a história oral de vida que nos permite estabelecer vínculos com a realidade vigente; questionários para levantar informações primárias e quantificáveis que se constituem num excelente procedimento metodológico de pesquisa de campo (ver Apêndices); fontes de dados e demais informações secundárias coletadas a partir dos institutos de pesquisas, dentre outros órgãos; computadores e suas ferramentas interessantes, principalmente para espacializar as informações coletadas nas entrevistas e nos questionários, tais como o programa Sphinx Léxica, que dispõe de recursos avançados que permitem investigar mais a fundo as informações adquiridas no campo e nos institutos de pesquisas.

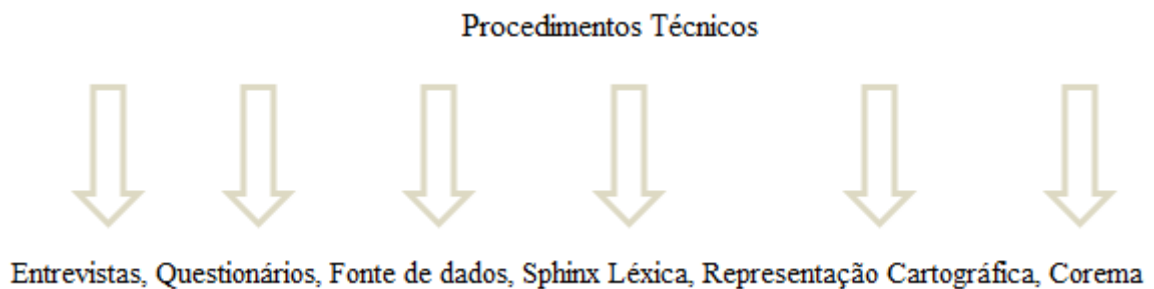


Figura 2: Procedimentos técnicos utilizados na pesquisa.
Elaboração: Ribeiro, Vitor Hugo, 2014.

O questionário apresentado nos apêndices foi uma adaptação de Lima (2011) visando um reconhecimento da realidade dos trabalhadores rurais e tendo maior aproximação do objeto de estudo desta pesquisa, que é a mobilidade dos trabalhadores e trabalhadoras rurais oriundos da região nordestina do Brasil. A identificação, o gênero, a escolarização, bem como os motivos que os fizeram migrar ao Paraná, além da caracterização social, são elementos cruciais para a interpretação da realidade social dessa classe de trabalhadores do país e para desenvolver dispositivos de retenção da população local em seu espaço de origem. Atrelado a isso, também são importante essas, dentre outras informações secundárias, a partir dos institutos de pesquisas, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), para a interpretação do espaço geográfico da região Noroeste Paranaense, bem como da localidade de origem que vem se reproduzindo em função desse movimento populacional. Tratando-se do Noroeste

Paranaense, esta pesquisa identificou dois fluxos migratórios distintos: um temporário, articulado à unidade de produção do grupo Santa Teresinha LTDA, e um definitivo, que se inseriu na unidade COOPCANA do município de São Carlos do Ivaí.

O primeiro questionário foi aplicado aos cortadores de cana-de-açúcar temporários da Usina Santa Teresinha LTDA-unidade de Cidade Gaúcha, que recebe trabalhadores todos os anos para o corte manual. Na safra de 2013/14, somente a unidade de Cidade Gaúcha recebeu 220 trabalhadores temporários, sendo, quase que exclusivamente, oriundos de Estados nordestinos. Também nesta primeira etapa, foram aplicados questionários aos trabalhadores permanentes do município de Tamboara, vizinho do município São Carlos do Ivaí, sede da COOPCANA. Ao todo, foram aplicados 50 (cinquenta) questionários aos trabalhadores migrantes de Tamboara a fim de investigar os motivos desse movimento populacional definitivo. O segundo questionário foi aplicado exclusivamente aos trabalhadores migrantes de Tamboara, e o objetivo foi verificar as motivações que os fizeram migrar de suas regiões de origem.

Posteriormente, sinalizou-se o município de Jardim-CE para investigar a problemática que assola aquela localidade nordestina, bem como as causas da evasão populacional. Ao longo da primeira década deste século, estima-se que aproximadamente 300 (trezentos) trabalhadores, homens e mulheres, migraram de forma definitiva a Tamboara motivados pelos serviços ofertados pela Usina COOPCANA do município de São Carlos do Ivaí. Com isso, os questionários aplicados em Tamboara concebem em torno de 16% da realidade em questão. A maior parte dessa força de trabalho, de acordo com esta pesquisa, é originária do município de Jardim. Por isso, um olhar para essa localidade com a finalidade de estudar a realidade sociopolítica e econômica, além de propor alternativas econômicas de desenvolvimento local para inibir esses fluxos de macroescalas.

Por conseguinte, no desenrolar desta pesquisa, necessitou-se trabalhar com duas empirias: primeiro no município de Tamboara, para descobrir a origem dos trabalhadores migrantes, bem como a sua caracterização social, e, posteriormente, em Jardim e nos seus respectivos distritos, a fim de conhecer a realidade contraditória desse município que repele uma parcela significativa de sua população jovem trabalhadora para outras regiões do Brasil. Se o trabalho de campo em Tamboara se pautou principalmente nos questionários, em Jardim, a dinâmica foi diferente. Nessa localidade, pretendeu-se apresentar, por meio de fotografias e entrevistas com funcionários da prefeitura e com a população local, a realidade em questão.

As Figuras 3 e 4 apresentam os municípios de investigação desta pesquisa, que estão articulados em função do movimento populacional. O município de Tamboara está localizado na mesorregião Noroeste Paranaense e faz divisa com o município de Paranavaí, um dos polos econômicos importantes do Noroeste Paranaense, juntamente com Cianorte e Umuarama. O fenômeno importante que marca essa mesorregião paranaense é a evasão populacional do campo e a emigração às outras mesorregiões do Paraná, especialmente após a segunda metade do século XX, quando desencadeou a modernização conservadora. Com isso, o Noroeste Paranaense se constituiu, quase que exclusivamente, por municípios demograficamente pequenos, tendo como principal atividade econômica o setor energético. A pecuária e a mandioca, com as suas feculares, também compõem a paisagem da mesorregião em questão.

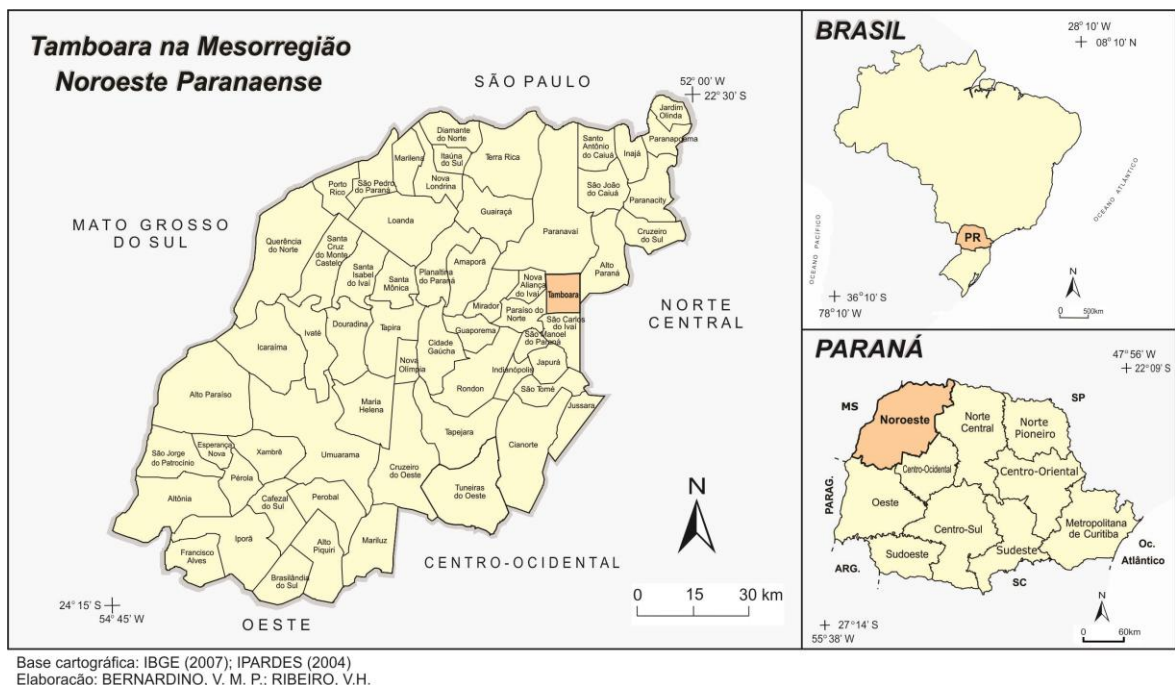


Figura 3: Localização geográfica de Tamboara-PR
Fonte: Base cartográfica IBGE, 2007; IPARDES 2004.

O município de Jardim, como pode-se observar a seguir, está localizado na mesorregião Sul Cearense, distante aproximadamente 45 quilômetros de Juazeiro do Norte, um dos principais polos de atração dessa mesorregião. Embora o município esteja localizado numa área de preservação ambiental (Floresta Nacional do Araripe), a agricultura adquiriu uma certa importância no que diz respeito às atividades econômicas, sendo o milho, o feijão, a mandioca, o algodão, além da coleta do pequi, as principais atividades que movimentam o circuito econômico local. Nas últimas décadas, o município de Jardim vem perdendo uma parcela expressiva da sua população, fruto da falta de emprego e da desintegração do campesinato, além da falta de serviços públicos para atender a sua população.

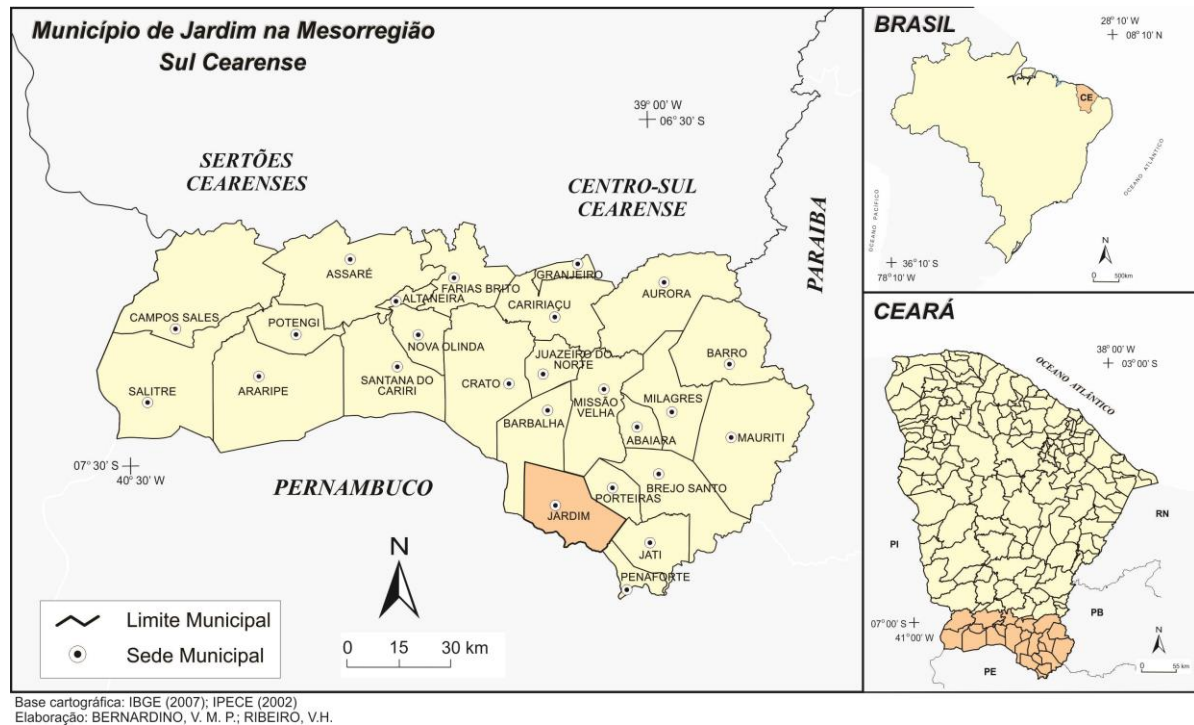


Figura 4: Localização geográfica de Jardim-CE.
Fonte: Base cartográfica IBGE, 2007; IPECE, 2004.

A diferença do município de origem e de destino dos trabalhadores estudados nesta pesquisa, como será observado no decorrer deste trabalho, é a dinâmica local. A localidade de origem investigada, Jardim, com uma população de aproximadamente 26 mil habitantes, é contemplada com quatro distritos, todos dependentes da sua sede municipal e das políticas públicas do Governo Federal, especialmente no que tange ao Programa Cisternas água para todos e ao Bolsa Família. O município de Tamboara, com uma população em torno de 5 mil habitantes, é comparável, demograficamente, a um distrito jardimense, como Jardim Mirim, por exemplo, que possui um pouco mais de 6.600 habitantes (IBGE,2010). Esse fato denota a importância de projetos de agroindústrias para o município de Jardim a fim de erradicar a evasão populacional que vem acontecendo atualmente. Um exemplo que ocorre na cidade de destino é a unidade de produção sucroalcooleira localizada na divisa de São Carlos do Ivaí e Tamboara que, embora tenha intensificado a monocultura em detrimento da policultura e da agricultura familiar, tem proporcionado uma dinâmica econômica e populacional para essas localidades do Noroeste Paranaense nas últimas décadas, dinâmica esta que reflete na produção do espaço da região; e um fenômeno marcante que se desenrola no âmbito desse processo, como será apresentado nesta pesquisa, é a mobilidade humana.

Tais localidades, Tamboara e Jardim, têm em comum os tempos de penetração desigual do capital, fenômenos que podem ser visualizados na paisagem urbana de ambos os

municípios: as formas velhas ao lado das novas. Isso, no olhar de Santos (2008c), representa as “rugosidades”, ou seja, as antigas relações econômicas e sociais materializadas no presente. Os laços que unem Tamboara à Jardim estão articulados por meio da mobilidade forçada. Esse fenômeno reflete o modelo econômico contraditório brasileiro que, por um lado, um município com um pouco mais de 26 mil habitantes assiste a sua população migrar em função da precarização e pela falta de oportunidades, e, por outro, motivado pelo agronegócio, um município em torno de 5 mil habitantes presencia a sua população aumentar.

O agronegócio, ao se tornar hegemônico, desabilita territórios, desterritorializa a sua população trabalhadora e a direciona às regiões mais promissoras. Por isso esse olhar nesta tese de doutorado às novas alternativas econômicas para as localidades de origem, a fim de desenvolver modelos contra-hegemônicos de libertação social, no sentido de habilitar e reterritorializar uma massa de trabalhadores migrantes em seu meio de origem. Isso nos leva a pensar, de fato, em medidas que propiciam a erradicação da miserabilidade social que permeia há séculos o nosso país.

Pensando nessas medidas e as atrelando às experiências vivenciadas no trabalho de campo em Jardim, algumas inquietações foram elencadas: quais os fatores sociais, culturais e econômicos que podem contribuir para a manutenção da população em seu espaço de origem? Quais as possíveis ações para reverter o fluxo de população trabalhadora para fora da comunidade? Qual o potencial de retenção populacional que o município apresenta? A conjuntura em que vive a população de Jardim atualmente é propícia para a reversão desse quadro migratório?

Para dar consistência às questões, buscaram-se informações primárias e secundárias das localidades de estudo, espacializadas em gráficos e em tabelas, e também pela representação coremática. Os coremas são procedimentos técnicos elaborados pelo geógrafo francês Roger Brunet. A primeira etapa de elaboração desses procedimentos aconteceu nos anos 1960, e, nessa época, as cartas coremáticas se constituíram como resultados de reflexões que agitavam o espírito dos geógrafos que se preocupavam com a epistemologia geográfica. Nesse momento, Roger Brunet, que era especialista em geografia regional, propôs uma nova escala para trabalhar com os estudos rurais: “o *quartier rural*” ou área rural. Segundo a definição de Brunet, o *quartier rural* é um espaço homogêneo que corresponde a um certo tipo de relações entre os aspectos físicos, aos direcionamentos econômicos (agrícolas e não agrícolas), às estruturas demográficas, sociais, além do fluxo de mobilidade. É uma porção do

território na qual podemos descobrir uma combinação original e interdependente, articulada aos elementos humanos e geofísicos (GIBLIN, 1995).

Já Lacoste (1993) fez uma crítica aos métodos de representação de Brunet. Segundo Lacoste, a visão do mundo de Roger Brunet privilegiava as instâncias econômicas em detrimento das instâncias políticas e socioculturais, além de excluir boa parte das informações ambientais. Por mais que existam as críticas de Lacoste, os coremas foram recebidos de maneira favorável por diversos geógrafos e teve o uso expandido. No entanto, o seu fundamento científico não assegurou a “veracidade” e não convenceu alguns cientistas da academia pelo fato de os coremas consistirem em representações simplificadas do espaço geográfico a partir da espacialização generalizada de dados estatísticos, além de fugirem do rigor cartesiano que predomina na cartografia contemporânea (SIVIGNON, 1995).

De acordo com Sivignon (1995), ao elaborar as cartas coremáticas, é necessário:

- Ter uma abordagem teórica da Geografia;
- Admitir que o espaço geográfico é um produto social e regido por leis;
- Atentar-se aos princípios da sistemática;
- Admitir as bases de uma abordagem estrutural;
- Considerar que os sistemas geográficos são dinâmicos.

Em outras palavras, os coremas consistem numa síntese do espaço de um determinado território. Suas figuras substituem os antigos croquis utilizados na Geografia Regional. Em efeitos analíticos, as cartas coremáticas podem gerar certas inquietações pois, devido à representação simplificada, é possível que ocasionem confrontos com a realidade vigente (SIVIGNON, 1995). Sendo assim, nesta pesquisa de doutorado, adotaram-se os coremas como procedimentos técnicos para representar as causas e os motivos da mobilidade da força de trabalho do município de Jardim para Tamboara, bem como para a construção de um dispositivo otimista de retenção da população local no espaço geográfico de origem. Os dados e informações contidos nas cartas coremáticas concebem o trabalho de campo, e parte da problemática estudada foi representada por meio desse procedimento.

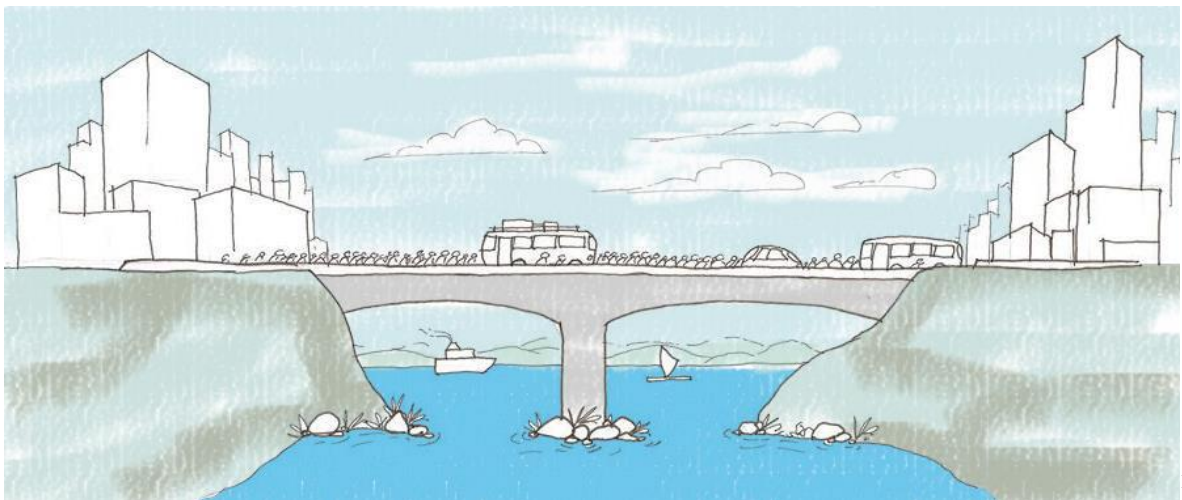
No decorrer dessa jornada acadêmica, compartilharam-se metodologias e experiências junto ao Institut National de La Recherche Agronomique (INRA) e ao Institut des Sciences et Industries du Vivant et de l’Environnement (AGROPARISTECH), de Clermont-Ferrand-FR, no período de 9 (nove) meses, no que tange aos estudos de mobilidade dos trabalhadores do campo para a cidade, avaliando as consequências desses deslocamentos,

tanto considerando o trabalhador em si quanto o espaço geográfico, os vazios demográficos, a desabilitação dos territórios, o planejamento do Estado e suas políticas públicas para contenção de populações para o estímulo à produção local, entre outras. Intentou-se construir um contraponto com a realidade investigada no Brasil dialogando com teorias e métodos trabalhados pelo INRA/AGROPARISTECH.

CAPÍTULO 1

PRINCÍPIOS TEÓRICOS E MOTIVAÇÕES DOS MOVIMENTOS POPULACIONAIS E MOBILIDADE FORÇADA

A liberdade depende do ponto onde você está e da intenção que enseja as suas ações.
(Márcio Mendes Rocha)



¹ A imagem foi elaborada pelo geógrafo Vitor Hugo Ribeiro e pelo arquiteto Rodrigo Barbosa de Abreu, cujo objetivo foi representar os fluxos populacionais. Conforme o movimento, a migração pode adquirir um caráter voluntário ou forçado, de micro ou macroescala e de curta ou longa temporalidade.

1 PRINCÍPIOS TEÓRICOS E MOTIVAÇÕES DOS MOVIMENTOS POPULACIONAIS E MOBILIDADE FORÇADA

Ao se estudar os movimentos populacionais de um país, sobretudo de grande extensão territorial, como no caso brasileiro, observa-se a existência de desníveis econômicos entre várias áreas em seu território que acabam condicionando certos fluxos migratórios. Desigualdades sociais e econômicas entre regiões de um determinado país de proporções continentais são sintomas das crises desencadeadas ao longo de sua história, cujos reflexos são vivenciados em pleno século XXI. São crises intensificadas pela globalização econômica do mundo (IANNI, 1995). Sendo assim, uma questão pertinente cabe perguntar: Por que analisar os movimentos populacionais como tema central nesta pesquisa de doutorado? Primeiramente, porque estudos acerca da mobilidade humana compreendem as discussões centrais do Núcleo de Estudos de Mobilidade e Mobilização-NEMO, da Universidade Estadual de Maringá. É impossível, atualmente, deixar de reconhecer a importância dos movimentos populacionais no Brasil, que envolvem centenas de milhares de pessoas, sobretudo trabalhadores do campo e da cidade.

Em segundo lugar, não basta apreender a problemática migratória apenas como deslocamento de indivíduos no espaço geográfico. É necessário levar em consideração, no bojo dos fenômenos migratórios, aspectos importantes como a precarização econômica, política e social existentes em diversas regiões brasileiras. Por fim, preocupa-se também em apontar novas alternativas frente ao problema migratório, visto que, ao olhar do NEMO, é importante conhecer e compreender os fenômenos migratórios e desenvolver uma ação prática diante de certos problemas. Portanto, este capítulo tem como objetivo ampliar a discussão e a compreensão acerca dos movimentos populacionais sem se esgotar no assunto, procurando abordar as principais teorias migratórias, bem como os tipos de migrações, suas causas e consequências.

1.1 Teorias do Movimento Populacional e tipos de Migrações

Em todos os estágios da evolução do ser humano, a mobilidade humana foi sempre uma característica básica da população e tem se intensificado com o progresso tecnológico, concomitantemente ligado às eficiências dos diversos tipos de meios de comunicação e transportes.

Pode-se definir migração, de acordo com Beshers (1967), como uma forma de mobilidade espacial que se verifica entre uma e outra unidade geográfica, resultante de um processo de decisão que se desenrola no bojo de certas restrições e contradições de ordem social. Essas restrições dizem respeito principalmente às regiões onde apresentam sérios problemas não apenas sociais, mas também econômicos e políticos. Esses problemas são as forças que repelem parcelas da população de uma determinada região (BEAUJEU-GARNIER, 1971).

De acordo com Petersen (1965), a migração não é tão universal quanto o nascimento e a mortalidade. Segundo o autor

Todos nascemos e todos morremos, entretanto, apenas alguns de nós migram, e aqueles que o fazem são principalmente os jovens adultos, que são mais suscetíveis a responder o ímpeto de se mover do que as crianças e os idosos. Migração significa, portanto, não apenas um número de pessoas que se deslocam de um lugar para outro, mas também uma mudança na estrutura ocupacional e populacional em diferentes países ou regiões (PETERSEN, 1965, p.592, tradução nossa).

Como ressalta Petersen, os adultos jovens e principalmente solteiros predominam nos processos migratórios, pois além de estarem na faixa etária produtiva², são mais hábeis a se adequar às mudanças, tanto relacionadas ao mercado de trabalho quanto adaptar-se ao meio físico e social de determinados lugares.

Os migrantes dispõem de certas características sociais próprias que os estimulam a sair do seu lugar de origem. Essas características dizem respeito aos fatores físicos, sociais e psicológicos, como a idade, a saúde e número necessário de força de trabalho, bem como o gênero, o estado civil e a qualificação profissional.

Em se tratando do gênero, Petersen (1965) salienta que não existe uma lei clara que defina se a migração será predominantemente de homens ou mulheres. O que irá definir serão as condições e diversidades do local de destino, tais como as habilidades necessárias de trabalho. Por exemplo: Existem serviços que as mulheres estão mais aptas a executar do que os homens. Por outro lado, há serviços que os homens são mais requisitados devido a sua força braçal. O efeito da migração da força de trabalho no país é complexo, dependendo muito da capacidade produtiva dos migrantes e da oferta de trabalho no lugar de destino.

²De acordo com o IBGE, compreende o conjunto de pessoas com idade entre 15 a 65 anos aptas a exercer uma atividade econômica.

Contudo, importa relativizar que, na atualidade, principalmente com os avanços do meio técnico científico, as atividades desempenhadas nos setores produtivos não mais necessariamente pertencem a um determinado gênero. Assim, por exemplo, as mulheres que trabalham no meio rural também estão se inserindo em novas atividades, tais como motoristas e apontadoras³ no eito da cana-de-açúcar, ao mesmo como sindicalistas. Essas conquistas datam, principalmente, a partir da década de 1960, quando essas mudanças representaram a gênese de um novo perfil sociopolítico adquirido pelas mulheres. Isso se deu no âmbito do processo de reestruturação produtiva do capital (SINGER, 1977).

Os efeitos da migração poderão acarretar mudanças bruscas, tanto na localidade de origem dos migrantes quanto na localidade de destino. Esses efeitos poderão variar de um tempo para outro e poderão ser de ordem populacional, econômica, política ou socioambiental. Com os processos migratórios, na região de evasão populacional, haverá uma diminuição da população, principalmente aquela da faixa etária produtiva. Já na região de destino, haverá um aumento da população e também da força de trabalho disponível no mercado (TREWARTHA, 1974).

Geralmente, ocorre também uma espécie de “choque cultural” em alguns migrantes, principalmente em seu lugar de destino. Esse embate pode acontecer tanto com a população que os recebe, quanto com os que chegam. Com o tempo, a população migrante tende a permanecer e se adaptar às diversidades locais ou retornar ao seu local de origem (PETERSEN, 1965).

Assim, quando se considera a vida cotidiana nas comunidades, como no caso estudado, quando há uma fusão de culturas oriunda do processo migratório, percebe-se que ocorre, diante de toda a complexidade desse processo, uma evolução, marcada pelo contraste e assimilação de costumes e novos juízos de valores. Contudo, essa condição normalmente também perpassa por diferenças de classes, nas quais aquelas menos privilegiadas e, nesse caso, que realizam a mobilidade forçada, findam por ceder e absorver a maioria das mudanças, deixando as resistências apenas para aquelas que julgam mais importantes para sua vida. Tal questão foi discutida por Rocha (2013), que afirma:

³ O apontador(a) tem por objetivo acompanhar um grupo de cortadores de cana-de-açúcar, fiscalizar e medir o metro quadrado que cada trabalhador cortou de cana.

A sociedade é muito complexa e mesmo com toda essa complexidade e diferenças, a sociedade como um todo toma um rumo, um norte e é isso que temos que avaliar com seriedade porque muitas vezes essa direção é uma direção que não está favorável à sociedade. Ela não é favorável à sociedade como um todo, não se tem uma consciência mais ampla, é favorável a certos grupos (ROCHA, 2013, p.224).

Muitos analistas, ao tecerem as teorias e modelos migratórios, reconhecem a grande complexidade que envolve os componentes migratórios no atual estágio de conhecimento científico. As migrações são específicas e adquirem certas peculiaridades que dependem das particularidades econômicas, sociais e políticas de certos países, regiões ou cidades. (TREWARTHA, 1975).

Em Geografia da População, Beaujeu-Garnier (1971) expõe três tipos de migrações: os movimentos de grande distância ou internacional, as migrações de escala menor dentro dos países, e, por fim, as migrações oscilatórias, nas quais os migrantes não abandonam o lugar de moradia, retornando periodicamente.

Todos esses desenvolvimentos são de passado recente e ainda continuam a processar-se; a área ocupada pela espécie humana está aumentando continuamente. Isso ocorre em vastas extensões de terras até então despovoadas ou escassamente povoadas, que têm atraído milhões de indivíduos de muitos países e, às vezes de grandes distâncias (BEAUJEU-GARNIER, 1971, p.227).

A classificação de Beaujeu-Garnier é importante, pois remete principalmente ao passado, sendo que seus reflexos permeiam ainda na atualidade, principalmente com os grandes descobrimentos da América e com as conquistas e reocupações territoriais na Europa e nos continentes africano e asiático a partir do século XIX, quando a revolução industrial se expandiu para outros países.

Todavia, ao estudar os movimentos populacionais no espaço geográfico brasileiro, a proposta de Beaujeu-Garnier necessita de certos cuidados e olhares. Exemplo disso são os trabalhadores oriundos do Nordeste que se mobilizam para as regiões Sul e Sudeste do Brasil. Dependendo do percurso, esses trabalhadores poderão percorrer até quatro mil quilômetros ou mais para chegar à região de destino. Percebe-se que esse é um movimento interno de grande escala. Se levar em consideração a realidade europeia, um migrante que saísse da França, por exemplo, e migrasse a quatro mil quilômetros de distância, certamente atravessaria diversos países e até mesmo continentes.

Portanto, estudar a realidade brasileira à luz da análise de Beaujeu-Garnier demanda esses cuidados, pelo menos no que tange às distâncias, pois o que podem ser considerados grandes percursos na Europa, no Brasil podem ser curtos, pelo fato de esse país possuir dimensões continentais. Internamente, no território brasileiro, verificamos migrações de grandes escalas geográficas e, por isso, privilegiar-se-á não apenas o fato de as migrações serem intra ou internacionais, mas, principalmente, será considerado o tempo de duração, no caso, micro ou macromobilidade (ROCHA, 1998).

O cientista norte-americano William Petersen (1965) define cinco amplas classes gerais de migração, as quais são designadas como primitivas, impelidas, livres, de massa, e forçadas:

- *Migração primitiva*, que são movimentos de impulsão ecológica devido às condições naturais do ambiente. Esse tipo de migração está mais associada aos povos pré-industriais ou de cultura mais voltada ao campo. Tem um caráter conservador, no sentido de buscar outras áreas pra manter os mesmos costumes de vida, e inovador quando busca novos hábitos. Os principais sujeitos dessa migração são os antigos povos pastores, os coletores e caçadores de alimentos, dentre outras populações agrícolas;
- *Migração impelida*, quando os sujeitos adquirem algum poder de decisão e escolha ao migrar. Comum em casos de guerras, em que alguma parcela da população busca outros lugares para viver e se reproduzir, deixando no lugar de origem certas forças políticas e sociais;
- *Migração Livre*, que tem um caráter mais voluntário, pautado na vontade dos sujeitos migrantes. São indivíduos muitas vezes frustrados com a economia do país ou da região de origem e, pelo fato de possuírem certas capacidades, buscam melhores progressos pessoais e qualidade de vida;
- *Migração maciça*, aquela representada pelos enormes fluxos de migrantes que seguem os trajetos de seus pioneiros. Um exemplo são os movimentos da Europa à América, principalmente no decorrer do século XIX, que seguiram um antigo percurso feito pelos colonizadores do continente americano;
- *Migração forçada*, quando os sujeitos não têm opção nas respectivas regiões de origem e nem escolha em relação ao lugar de destino. São os casos de extrema miserabilidade social ou em função das guerras e perseguições políticas e culturais.

Percebe-se que essas categorias são de uso comum e não meros neologismos, pois são encontradas em muitos contextos e denotam um grande número de significados.

Dentro das respectivas classes de migração, Petersen ressalta ainda dois tipos que o movimento populacional pode adquirir: o conservador, no qual os sujeitos procuram manter na região de destino um ambiente similar ao lugar de saída, mantendo o mesmo padrão e estilo de vida, e o inovador, que tem por fim experimentar um novo estilo de vida além de adquirir novas relações sociais. O êxodo rural, tráfico de escravos, as frentes pioneiras e o processo de urbanização são fenômenos que podem articular uma migração inovadora. Já o nomadismo, o despatriamento, o movimento de grupos e de povoadamentos são considerados tipos de migrações conservadoras, pois consistem em manter as mesmas relações e hábitos de vida em uma outra localidade. A Tabela 1 apresenta a tipologia geral das migrações postulada por Petersen.

Tabela 1: Tipologia Geral da Migração em Petersen.

| <i>Tipo de Interação</i> | <i>Força Migratória</i> | <i>Classe de Migração</i> | <i>Tipos de migração</i> | |
|--------------------------|-------------------------|---------------------------|--------------------------|--------------------|
| | | | <i>Conservadora</i> | <i>Inovadora</i> |
| Homem e Natureza | Impulso ecológico | Primitivo | Nomadismo | Êxodo |
| Estado e Homem | Política Migratória | Impelida e forçada | Fuga e despatriamento | Tráfico de pessoas |
| Homem e suas normas | Aspirações altas | Livre | Grupo | Pioneira |
| Comportamento coletivo | Momento Social | Maciça | Povoamento | Urbanização |

Fonte: Petersen, 1965.

É possível perceber que a tipologia geral da migração elaborada por Petersen (1965) pode servir de embasamento para desenvolver estudos acerca dos movimentos populacionais no território brasileiro. A interação homem-natureza, pautada num impulso ecológico primitivo marcado pelo nomadismo, faz com que se lembre dos povos indígenas que habitavam o país antes da chegada dos colonizadores europeus, que sobreviviam da caça, da pesca, de uma agricultura alimentar de autoconsumo e que necessitavam constantemente de

migrar para outros lugares para poder produzir e reproduzir seus gêneros de vida, conservando então suas peculiaridades.

Já os casos de migração indígena às cidades, ou a submissão dos pequenos produtores e trabalhadores rurais ao capital, consistem numa migração inovadora no sentido de mudança dos hábitos e gêneros de vida. Novas atividades aparecerão na vida dessa população e novas relações sociais e necessidades surgirão em função desse processo.

Nos casos da escravidão indígena e africana no Brasil, a migração pode ser considerada forçada, conservadora no sentido de manter a hegemonia europeia no território brasileiro, e inovadora ao modificar todo um gênero de vida, tanto dos índios quanto dos negros africanos. Nota-se que, no caso de escravidão, os indivíduos não tiveram o poder de decisão, sendo mobilizados para uma região que necessitava de força de trabalho para manter a economia ativa. Atualmente, no espaço geográfico brasileiro, pelo menos na teoria e nas leis trabalhistas, já se foram as casas grandes e as senzalas, porém a precarização do trabalho continua desumana em muitas regiões brasileiras, fazendo com que milhares de trabalhadores e trabalhadoras do campo, principalmente, migrem para buscar melhores condições de vida.

Percebe-se que o uso do termo migração ou mobilidade integra o vocabulário de diversas disciplinas como a Geografia, a História, as Ciências Econômicas e Sociais, dentre outras das áreas Humanas e Biológicas. Tratando-se das Ciências Humanas, estudos acerca do movimento populacional podem se fundamentar em três principais correntes de análise: a corrente neoclássica, a corrente histórico estruturalista e a corrente mobilidade do trabalho (PÓVOA NETO, 1997).

Após a Segunda Guerra Mundial, as migrações espaciais, setoriais ou profissionais estavam presentes nos discursos estatísticos oficiais e no âmbito econômico internacional e, muitas vezes, eram objetos de preocupação de muitos pesquisadores. A corrente neoclássica tem uma abordagem mais economicista, na qual o mercado e as relações comerciais e empresariais regulam o fluxo de pessoas. É também por meio do mercado e das relações econômicas que a sociedade busca o equilíbrio espacial tão importante para o seu desenvolvimento. O trabalhador, para os neoclássicos, está “livre” para decidir onde trabalhar. No entanto, Gaudemar (1976) afirma que no modo capitalista de produção essa “liberdade” conquistada tornou-se opressão, pois os sujeitos foram, forçadamente, expropriados dos seus meios de produção, tendo apenas a sua força de trabalho para vender no mercado. Essa expropriação é justamente fruto da centralização do capital e se constitui na fórmula elementar da exploração capitalista e da acumulação do capital (MARX, 1975).

Nota-se que a vertente teórica neoclássica dificulta qualquer possibilidade de entendimento da realidade vigente e dos conflitos que se desencadeiam no mundo do trabalho. Os autores mencionados anteriormente que se atentaram às questões teóricas acerca das migrações, como Petersen (1965), Trewarth (1974), Beshers (1967) e Beaujeu-Garnier (1971), estão mais atrelados à abordagem neoclássica, pois seus estudos distanciam-se da dialética e do materialismo histórico, embora apresentem uma descrição a respeito das causas e das motivações que condicionam os processos migratórios, considerando tanto as áreas de expulsão e seus determinados problemas quanto as áreas de atração motivadas por certos fenômenos, principalmente de cunho econômico.

A corrente histórico estrutural e a mobilidade do trabalho apresentam o lado contraditório da “liberdade” dos indivíduos, ou seja, a falsa liberdade de escolher onde trabalhar. Os autores ligados a essas correntes teóricas buscam essa contradição social no marxismo. Marx, em *O Capital*, define o conceito de liberdade negativa como um processo histórico que procura compreender o trabalhador como despossuído dos meios de produção e autoconsumo, subsumido ao capital (MARX, 1975).

Procurando estabelecer uma síntese sobre as várias correntes acerca da migração, Rocha (1998) construiu a categoria de mobilidade humana à luz do materialismo histórico dialético, em que o meio social, econômico e político adquirem funções significativas nos processos migratórios. Segundo o autor, a mobilidade humana é

uma noção que procura estabelecer a síntese das construções teóricas sobre vários conceitos de mobilidade, desenvolvidos nos ramos das ciências humanas que trataram da questão. Procura-se uma articulação dos diversos caminhos teóricos percorridos com o intuito de criar uma noção com algum poder explicativo. Para tanto, parto de uma perspectiva transdisciplinar para atingir o objetivo almejado (ROCHA, 1998, p.13).

O autor pondera também que a mobilidade humana é um processo de articulação entre três ordens de mobilidade: mobilidade física, que é subdividida em macromobilidade física e micromobilidade física, mobilidade centrada na força de trabalho e mobilidade social (ROCHA, 1998). A Figura 5 apresenta a articulação da noção de mobilidade humana.

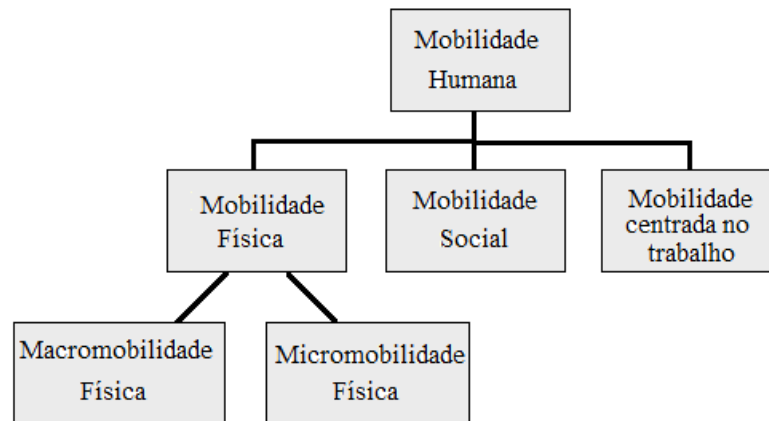


Figura 5: A Noção de Mobilidade Humana.
Fonte: GHIZZO, 2006.

A mobilidade física, de maneira geral, possui uma dimensão temporal e apresenta um perfil histórico geográfico. Tanto a macromobilidade física quanto a micromobilidade física se reproduzem no espaço concreto. Embora a escala tenha uma certa relevância que a faz diferenciar na contextualização da macromobilidade ou micromobilidade, a temporalidade é o principal diferencial desses fluxos de população. A macromobilidade física refere-se aos deslocamentos de indivíduos em escalas geográficas internacional, nacional e municipal, e a sua temporalidade não é cotidiana. Já na micromobilidade física, a escala temporal é mais curta e diz respeito aos deslocamentos cotidianos diários às compras, ao trabalho, dentre outros (ROCHA, 1998).

Nas ordens de Mobilidade Humana, percebe-se que tais estudos estabelecem diversas espacialidades, quer internas, quer externas. Na macromobilidade física, os exemplos mais apreciáveis são os movimentos populacionais rural-urbana, interurbana, inter-regional, interestadual ou ainda internacional. Considera-se que, para empregar esses movimentos nessa classificação, o relevante não é o espaço percorrido, e, sim, o tempo a que se estabelecem tais deslocamentos.

Entende-se que a micromobilidade física adquire a sua maior relevância no âmbito do trabalho. Essa ordem de mobilidade se constitui especialmente nos espaços de aglomeração urbana, cuja cidade-polo consolida a hierarquia urbana diante de sua área de influência. Nesta, localizam-se cidades menores, que adquirem características de “cidades-dormitório” ou “cidades-satélite”, locais de moradias de boa parte da força de trabalho da cidade-polo. Para essa mão de obra, cabe, como possibilidades de sobrevivência e relativa ascensão social, o movimento diário e rotineiro à cidade-polo, onde se destaca a maior oferta de trabalho. Mesmo que as despesas com o transporte sejam expressivas, para essa população, residir nas

idades periféricas torna-se viável, uma vez que, concebendo a classe proletária e de baixa remuneração, são nesses espaços que se encontram os menores custos de vida.

Outra ordem de mobilidade que se insere no conceito de Mobilidade Humana é a Mobilidade Social. Esta é entendida como mobilidade “vertical”, ou seja, refere-se às mudanças de status e de posições nas esferas sociais dos sujeitos. Esse tipo de mobilidade encontrou, nas Ciências Sociais, a sua maior representatividade (ROCHA, 1998).

Diferentemente da mobilidade física, a mobilidade social diz respeito a um movimento vertical na posição da população no que remete às classificações de classes sociais. Realiza-se, no entanto, a função de analisar, interpretar e compreender as alternâncias ocorridas na estrutura de classes ocupadas pelos indivíduos (GHIZZO, 2006).

Para Goldthorpe (1986), a mobilidade de classe remete-se à mobilidade entre diferentes posições dentro de uma estrutura de classes, entendida como a dinâmica de pessoas que, movidas por esperanças e diferentes estilos de vida, utilizaram orientações sociopolíticas, dentre outros meios de ação, que resultaram na transferência de posição na estratificação de classes sociais (*apud* SCALON, 1999).

Nessa concepção, Poulantzas expõe uma visão na qual as classes sociais são determinadas, ainda que não exclusivamente, pela posição do indivíduo na Divisão Social do Trabalho. Poulantzas (1978) afirma que os sujeitos ocupam posições sociais determinadas por um horizonte, local de sua luta de classes. Sendo assim, a posição ocupada pelo sujeito no âmbito das relações de produção adquire um papel significativo na determinação das classes sociais. Nesse contexto de determinação das classes sociais, encontra-se os estudos de Rocha (1998), nos quais autor pondera que:

É este papel dominante das relações de produção sobre as forças produtivas e o processo de trabalho que resulta no papel constitutivo das relações políticas e ideológicas na determinação estrutural das classes sociais. (ROCHA, 1998, p. 74).

A determinação estrutural das classes sociais, se por um lado apresenta relevância no que tange às relações de produção, por outro vai ser fundamental também no que concerne à mobilidade social. Esta, em articulação aos ideais de ascensão econômica e social por parte da classe trabalhadora, corresponde aos interesses do sistema capitalista, uma vez que proporcionam maiores consumos e anseios, resultando em uma mudança nas atitudes e valores da massa de trabalhadores que acabam legitimando a consolidação do sistema (GHIZZO, 2012).

Embora o sistema capitalista possibilite uma relativa ascensão social à classe menos favorecida, essa ascendência se apresenta muito rarefeita quando comparada à elevação social da população que ocupa posições mais privilegiadas na estrutura de classes. Nota-se que, na lógica do modo capitalista de produção, um dos princípios de materialização é a divisão da sociedade em classes sociais (POULANTZAS, 1978).

A mobilidade social perpassa, então, por uma concepção no que tange à produção desigual e combinada decorrente do modo de produção capitalista. Esse sistema, no decorrer de sua evolução, legitimou a existência de duas classes sociais antagônicas identificadas pela luta de classes constituídas pelos detentores de capital e pelos possuidores de força de trabalho. É no âmbito dessa articulação e do antagonismo instaurado pela luta econômica, política e ideológica que se adquiriu uma identidade social.

Analisando Scalon (1999), pode-se considerar que existem dois tipos de orientações teóricas acerca da mobilidade social: o deslocamento vertical do indivíduo na estrutura interclasses e a mobilidade existente nas distintas funções desempenhadas pelos trabalhadores na divisão social do trabalho. Nesse contexto, o modelo de estratificação social apresenta-se polarizado por duas principais classes sociais, sinalizadas anteriormente: os detentores dos meios de produção e os possuidores de força de trabalho. No âmbito dessas, a classe social deve ser pensada como “grupos de fato, relativamente abertos e não fechados. Sua base é indiscutivelmente econômica, mas são mais do que grupos econômicos.” (BOTTOMORE, 1981, p. 187). Para o referido autor, as classes sociais são grupos peculiares da sociedade industrial e, numa abordagem marxista, há duas principais classes que se encontram em luta constante, caracterizadas pela ligação com os meios de produção.

Entretanto, existem, na moderna estratificação social, “grupos de status” entre as classes sociais extremas, ou seja, grupos estratificados conforme o poder de consumo de bens ou estilos de vida, e “servem de ponte ao abismo entre as posições extremas da estrutura de classes” (BOTTOMORE, 1981, p. 190). Na esfera dessa complexidade, aparece a classe média. Esta tem crescido em significância devido a sua indeterminação e/ou inexatidão de conceito.

Os trabalhadores são conduzidos e motivados pela esperança de melhorar de vida por meio de um avanço em suas condições materiais. O que de fato acontece é que o sujeito realiza a mobilidade física cobiçando a mobilidade social ascendente. Contudo, para a grande parcela da população, a mobilidade física acaba sendo uma submissão econômica, política e cultural, imposta de forma excludente pelo sistema econômico hegemônico.

Sob essa reflexão, são unânimes os pensamentos de Becker (1997), Rocha (1998), Scalon (1999), Brumes (2003) e Damiani (2004). Os referidos autores entendem que os trabalhadores migram em busca de oportunidades, sendo que o trabalho se consolida como principal motivo de partida, tornando-se compreensivo o desejo por uma melhor qualidade de vida. Os trabalhadores mais capacitados, aqueles providos de instruções específicas, tendem a ocupar uma vaga no mercado de trabalho. Quanto àqueles menos instruídos e preparados profissionalmente, em muitos casos migram novamente para outros lugares, visando encontrar novas oportunidades.

Esse movimento que se realiza fisicamente cria espaços propícios para impulsionar a oferta de bens e serviços para a população que se movimenta horizontalmente, na esperança de que ocorra também um deslocamento vertical ascendente. Percebe-se a articulação entre essas ordens de mobilidade, resultado do modo de produção que condiciona a mobilidade dos homens e mulheres. *No fim das contas, a mobilidade social, a movimentação natural e a migração da população são condicionadas pelas relações sociais que surgiram na base do nível das forças produtivas alcançado.* (VALENTEI, 1987, p. 14).

A polêmica que gera em torno da migração se dá em função das condições em que ela ocorre: de maneira livre, na qual os sujeitos buscam “altas inspirações” devido às suas capacidades e qualificação, ou de maneira forçada, que é uma consequência de interesses políticos e de modelos econômicos desumanos.

A mobilidade centrada na força de trabalho diz respeito aos fluxos populacionais horizontais que dependem da qualificação do sujeito, de seu *status* profissional, da produtividade do trabalho e de sua condição funcional, além de sua submissão à lógica do modo capitalista de produção.

Pretende-se, nesta pesquisa de doutorado, avançar as discussões acerca da mobilidade forçada. Definimos mobilidade forçada como a mobilidade centrada no trabalho decorrente dos interesses políticos e econômicos, além da miserabilidade social e ambiental de determinadas regiões. Em linhas gerais, a mobilidade forçada remete-se às formas de controle, circulação e exploração da força de trabalho pelo capital como mercadoria, cruciais ao processo de acumulação capitalista (GAUDEMAR, 1976).

São essas as principais questões que assolam populações e obrigam um grande contingente populacional a se mobilizar de maneira penosa e exaustiva para outras regiões (VALIM, 1996). Esse movimento é para atender os interesses do capital nacional e estrangeiro, que por sua vez acaba intensificando as contradições sociais tão expressivas no

mundo atual, aprofundando a discrepância existente entre o mundo da riqueza e o mundo da pobreza.

Essas discrepâncias e contradições são resultados do desenvolvimento desigual e combinado nos moldes de Smith (1988). O autor ressalta que o desenvolvimento desigual é um fenômeno autenticamente do século vinte e ocorre em várias escalas geográficas espaciais. Esse padrão de desenvolvimento resulta, de um lado, o desenvolvimento e, de outro, o subdesenvolvimento. São reflexos do modo de produção capitalista que se baseia na expropriação dos meios de produção de trabalhadores urbanos e rurais e na mobilidade da força de trabalho e na apropriação da mais-valia, além da circulação e consumo da produção.

Nesse sentido, para Soja (1993),

O ponto fundamental é que o capitalismo baseia-se, intrinsecamente, nas desigualdades regionais ou espaciais como meio necessário de sua sobrevivência contínua. A própria existência do capitalismo pressupõe a presença mantenedora e a instrumentalidade vital do desenvolvimento geográfico desigual (SOJA, 1993, p. 132).

Em especial no espaço geográfico brasileiro, existem discrepâncias regionais, principalmente no que diz respeito às contradições econômicas, sociais e políticas. Se por um lado o Brasil vem acenando nas últimas décadas como um dos maiores produtores e exportadores agrícolas, por outro, milhões de brasileiros se encontram na miséria passando fome e centenas de crianças morrem por desnutrição diariamente. São reflexos do modelo hegemônico brasileiro, pautado no agronegócio exportador que intensificou a expropriação camponesa no Brasil, concentrando ainda mais a terra nas mãos de poucos (OLIVEIRA, 2001).



Figura 6: Familiares numa rua do distrito Cacimba de Jardim-CE.
Foto: Ribeiro, Vitor Hugo, 2016.

No espaço geográfico de estudo desta pesquisa, verifica-se a discrepância social sinalizada anteriormente. Percebe-se, por um lado, na Figura anterior, em uma das ruas do distrito Cacimba, localizado no município de Jardim, o encontro de jovens e adultos durante uma tarde. A figura denota a questão do desemprego de uma parcela da população trabalhadora, além da precariedade urbana. A priori, essa população consiste em agricultores e filhos de produtores rurais. Num país como o Brasil, que disponibiliza as principais políticas públicas e recursos financeiros ao agronegócio, gera essa contradição nos espaços que dependem da agricultura camponesa ou familiar. Uma parcela significativa da classe trabalhadora rural migra para poder sobreviver.

Por outro lado, a Figura 6 evidencia, no âmbito do modelo político e econômico brasileiro, que embora o capital esteja em todos os espaços, utilizando os instrumentos e os recursos naturais à sua disposição, formando as grandes corporações e os grandes mercados e as áreas de atração populacional, ele vai produzindo espaços geográficos diferenciados. Isso nada mais significa que o tempo diferenciado da penetração do capital e a sua apropriação pelos grupos humanos (SMITH, 1988). A exemplo do Nordeste brasileiro, por mais que a região seja conhecida como uma área historicamente de emigração populacional, nas últimas décadas, ela tem conhecido uma relativa penetração do capital, das firmas, dentre outras atividades que vêm proporcionando um maior crescimento e desenvolvimento econômico, além de aumentar a sua integração às esferas econômicas de âmbito nacional e global. Pode ser que, futuramente, o município sinalizado nesta tese, Jardim e seus distritos, atinja um maior patamar de desenvolvimento econômico que proporcione melhorias na sua infraestrutura urbana, bem como condicione a apropriação das técnicas pelos grupos humanos, modificando a atual relação contraditória capital x trabalho, especialmente tratando-se de regiões fortemente dependentes da agricultura e do trabalho rural. Isso, conseqüentemente, poderá refletir na dinâmica populacional, mantendo a população autóctone em seu meio, além de atrair populações de outras localidades da região do Cariri.

Ao camponês expropriado do seu maior bem de produção, que é a terra, resta vender a sua força de trabalho nos núcleos urbanos ou voltar ao campo na condição de assalariado rural. Quando se intensifica o latifúndio, aumenta o número de trabalhadores volantes no país e aumenta a pobreza também em função desse processo. Isso desencadeia as mobilidades físicas no país. São macromobilidades centradas principalmente na força de trabalho e estão concomitantemente ligadas à própria história do Brasil. O modelo econômico desigual

proporcionou a mobilidade forçada no território brasileiro e, atualmente, assistimos a esse tipo de movimento populacional no espaço urbano e agrário.

A seguir, serão ressaltados os principais motivos e causas que condicionam os movimentos populacionais no mundo globalizado, buscando uma reflexão acerca da realidade brasileira.

1.2 Motivos e causas dos movimentos populacionais no mundo globalizado

Nesta pesquisa de doutorado, parte-se do princípio de que a mobilidade forçada condiciona a macromobilidade física no espaço geográfico brasileiro, sobretudo no que diz respeito ao trabalhador rural. Esse fenômeno é resultado das transformações sociais, políticas, econômicas e culturais desencadeadas pelo modo de produção capitalista do final do século XX, intensificado pela mundialização do capital. A mundialização econômica, bem observado por Alves (2001), diz respeito a uma nova estrutura da economia e da política mundial que gerou, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, novas dinâmicas no processo produtivo, tendo o capital como condicionante crucial para a modernização conservadora. Para entender a mundialização econômica, é necessário compreendê-la como um processo sócio-histórico, contraditório no processo civilizatório, especialmente quando se trata da relação capital x trabalho.

As mudanças advindas no mundo do trabalho se expressam como uma forma de reorganização do sistema produtivo, visando o seu patamar de acumulação do capital e a sua retomada ao projeto de dominação global. Ricardo Antunes, tratando do processo de reestruturação produtiva, afirma que:

o capital iniciou um processo de reorganização das suas formas de dominação societal, não só procurando reorganizar em termos capitalistas o processo produtivo, mas procurando gestar um projeto de recuperação da hegemonia nas mais diversas esferas da sociabilidade (ANTUNES, 2010, p.22).

Esse processo, apontado por Antunes (2010), levou à intensificação da grande fábrica global. A classe trabalhadora se fragmentou e se complexificou. A força de trabalho adquiriu certa intelectualização, no entanto, em diversos ramos, se desqualificou e se precarizou. Essa intelectualização se deve à nova reestruturação produtiva do capital que proporcionou equipamentos cada vez mais desenvolvidos, incrementando uma crescente produção de

inovações nas grandes firmas. Isso fez com que os trabalhadores buscassem qualificação e certa intelectualização instrumental (JULIO, 2003).

Esse novo modelo de reestruturação produtiva, sobretudo após 1970, ficou conhecido como pós-fordista ou toyotista⁴. Foi a resposta do capitalismo mundial às crises que surgiram no modelo fordista⁵, que já não respondiam às novas necessidades econômicas instáveis e flexíveis e às demandas de mercado e da força de trabalho (HARVEY, 1993).

O modelo fordista não acompanhava as mudanças tecnológicas aceleradas e baseava-se numa produção padronizada e em massa, na qual os trabalhadores eram especializados a desenvolver tarefas específicas. O Estado assumia diversas obrigações, tais como investimentos públicos nas áreas de infraestrutura, transporte, complementos salariais, seguridade social, assistência médica, habitação, educação, dentre outros, para fortalecer o crescimento da produção e o consumo de massa, além de manter o pleno emprego. São políticas públicas oriundas do estado de bem estar social. (HARVEY, 1993).

Com a reestruturação produtiva, no que diz respeito às relações de trabalho, o trabalhador tornou-se polivalente e apto a desenvolver diversas atividades. A produção, aliada às novas tecnologias, proporcionou novas possibilidades de flexibilização e adaptação às mais diversas propostas. Em oposição à produção em massa fordista, os métodos flexíveis desenvolveram produtos mais adequados à demanda, conforme as necessidades do mercado e do consumidor (customização). A produção atende a quantidade necessária para atender a demanda de mercado, diminuindo, com isso, as despesas de estoques. A eliminação dos estoques, atrelada à produção tecnológica flexível, diminuiu muitos postos de trabalho.

No que tange à presente pesquisa, torna-se importante mencionar que o setor sucroalcooleiro da região Noroeste do Estado do Paraná vivenciou, nas últimas décadas, uma reestruturação do trabalho. Consequentemente, os jovens trabalhadores da região estão se qualificando e buscando novas e melhores formas de trabalho, de modo que o setor demanda por trabalhadores que não são encontrados na região para o corte da cana-de-açúcar. Surge, assim, a demanda pela imigração de trabalhadores para o corte manual advindos de outros Estados brasileiros, como apresentado neste trabalho, no caso, o Ceará, dentre outros.

⁴ Designa um sistema organizacional de gestão industrial desenvolvido pela empresa Toyota no Japão. Está atrelado às novas tecnologias, sobretudo da informática, que trouxe consigo a possibilidade de flexibilização da produção, dando a ela mais chances de adaptações às mais variadas finalidades. Ocorreu também toda uma mudança nas relações de trabalho. Ver (HARVEY, 1993).

⁵ São os princípios aplicados às formas de organização do trabalho desenvolvido a partir de FORD na indústria norte americana, que envolvia a participação dos trabalhadores, do Estado, do capital na organização social. Esse modelo predominou até meados dos anos de 1960 (HARVEY, 1993).

O que se verifica, neste objeto, é o processo que Chesnais (1996) denomina de “revolução conservadora”, esse avanço do capital implementado a partir do fim da década de 1970 no mundo desenvolvido e, no caso brasileiro, décadas depois. São políticas de caráter liberal consolidadas pelos governos Thatcher e Reagan, da Inglaterra e dos Estados Unidos, respectivamente, que consistiam numa forma de ataque e pressão às condições e direitos sociais e trabalhistas conquistados pela classe trabalhadora.

A acumulação flexível é marcada pelo financiamento aos serviços financeiros e nos padrões de mercados e consumo de produtos inteiramente novos. A consolidação das fábricas globais e sua expansão no mundo também estão concomitantemente articuladas à acumulação flexível, custeadas pelos organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio (OMC), dentre outros.

No que tange ao modelo econômico brasileiro, o país passou por um processo de substituição de importações, que foi intensificado no período de reestruturação produtiva. A Tabela 2 apresenta as taxas de importações dos principais setores industriais do país logo após a Segunda Guerra Mundial até os anos 1980. Embora sejam dos anos 1970, as informações são apenas para sinalizar a dependência brasileira no início do processo de intensificação da mundialização econômica e do meio técnico científico informacional.

É possível perceber a diminuição das importações de setores como equipamentos elétricos, metalurgia, máquinas, equipamentos de transportes, produtos químicos e outros. São setores cruciais para a construção da infraestrutura que o Brasil necessitava. Os incentivos à substituição de importações foram financiados, principalmente, pelo Banco mundial. Embora esse processo fosse importante para o país desenvolver e se articular às relações globais, o Brasil aumentava a sua dívida externa e tornava-se dependente ainda mais dos órgãos internacionais.

Tabela 2: Taxas de importação de manufaturas (em porcentagens).

| <i>Setores</i> | <i>Anos</i> | | | | | |
|-----------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | <i>1949</i> | <i>1964</i> | <i>1967</i> | <i>1970</i> | <i>1974</i> | <i>1979</i> |
| Minerais não metálicos | 1,8 | 1,8 | 1,8 | 2,7 | 4,1 | 2,4 |
| Metalurgia | 23,6 | 7,5 | 11,6 | 10 | 14,7 | 4,6 |
| Máquinas | 65,7 | 30,9 | 29,6 | 28,4 | 32,1 | 19,5 |
| Equipamentos elétricos | 47 | 7,8 | 11,3 | 18,8 | 20,2 | 14,1 |
| Equipamentos de transportes | 51,7 | 4,8 | 8,9 | 7,8 | 8,8 | 3,6 |
| Madeiras e madeira serrada | 1,5 | 0,1 | 0,2 | 0,4 | 0,7 | 1 |
| Mobiliário | 0 | 0,1 | 0 | 0,1 | 0,2 | 0,1 |
| Papel | 9,6 | 5,8 | 6,8 | 8,6 | 11,5 | 4,9 |
| Borracha | 3 | 0,3 | 0,7 | 2,9 | 8,3 | 4,4 |
| Couro | 3,4 | 0,3 | 0,3 | 0,5 | 3,2 | 2,6 |
| Produtos químicos | 38,3 | 11,1 | 13,6 | 15,6 | 22,2 | 11,8 |
| Produtos farmacêuticos | 19,3 | 3,3 | 3,6 | 6 | 8,3 | 8,1 |
| Perfumaria | 2,8 | 3,4 | 2,2 | 2,2 | 4,1 | 1,2 |
| Plásticos | 29,6 | 3,6 | 7,1 | 0,5 | 1,7 | 0,3 |
| Produtos têxteis | 4 | 0,1 | 0,2 | 0,6 | 2,3 | 0,6 |
| Vestuário e calçados | 0,1 | 0 | 0,1 | 0,8 | 0,5 | 0,3 |
| Produtos alimentícios | 2,9 | 0,9 | 1,3 | 0,9 | 4,4 | 5,1 |
| Bebidas | 2,4 | 0,8 | 1,2 | 4,5 | 6,9 | 1,3 |
| Tabaco | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,9 | 0,1 |
| Publicidade | 2,2 | 4,4 | 4,2 | 2,3 | 2 | 2 |
| Outros/ Diversos | 30,7 | 13,4 | 17,9 | 21,7 | 28,8 | 21,1 |

Fonte: Banco Mundial, 1983.

Dentre os ramos que o Brasil aumentou em suas exportações dos anos 1940 aos anos 1970, como denota a Tabela 3, estão os setores de máquinas, pois o país passou a ser “plataforma” de exportação das multinacionais do setor para outros países, em função dos baixos salários e leis menos rígidas no que concerne ao mundo do trabalho. Nos produtos alimentícios, também houve um aumento significativo. São, principalmente, produtos oriundos do agronegócio exportador, setor da atividade econômica brasileira que mais cresceu e evoluiu com o processo de reestruturação produtiva, expandindo as cooperativas agroindustriais e o maquinário no campo, modificando expressivamente as maneiras de produzir, em detrimento da agricultura camponesa e dos produtos alimentares.

Tabela 3: Taxas de exportações de manufaturas (em porcentagens).

| <i>Setores</i> | <i>Anos</i> | | | | | |
|-----------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | <i>1949</i> | <i>1964</i> | <i>1967</i> | <i>1970</i> | <i>1974</i> | <i>1979</i> |
| Minerais não metálicos | 0,2 | 0,2 | 0,7 | 0,8 | 1,2 | 1,8 |
| Metalurgia | 1,6 | 1,5 | 3,6 | 3,2 | 1,5 | 3,7 |
| Máquinas | 1,5 | 3,2 | 5,2 | 3,6 | 5,2 | 14,2 |
| Equipamentos elétricos | 0,2 | 0,3 | 0,7 | 1,4 | 7,7 | 4,4 |
| Equipamentos de transportes | 0,1 | 0,7 | 0,7 | 0,7 | 4,4 | 9,9 |
| Madeiras e madeira serrada | 2 | 2,2 | 3,1 | 4,2 | 11,8 | 8,9 |
| Mobiliário | * | 0,1 | 0,2 | 0,3 | 1,3 | 0,8 |
| Papel | * | 0,7 | 0,3 | 0,9 | 3,7 | 7,7 |
| Borracha | 0,1 | 2,4 | 0,3 | 0,9 | 1,4 | 3,4 |
| Couro | 2,2 | 2 | 6,2 | 13,5 | 17,8 | 21,3 |
| Produtos químicos | 16,5 | 4,1 | 3,3 | 5,7 | 8 | 11,4 |
| Produtos farmacêuticos | 2,5 | 0,6 | 0,8 | 0,8 | 1,7 | 2,5 |
| Perfumaria | * | 2 | 2,8 | 0,2 | 0,5 | 1,1 |
| Plásticos | * | 0,3 | 0,3 | 0,1 | 0,2 | 0,8 |
| Produtos têxteis | 2,5 | 0,7 | 1 | 7,4 | 10,9 | 6,5 |
| Vestuário e calçados | | 0,1 | 0,2 | 1 | 9,1 | 7,4 |
| Produtos alimentícios | 2,1 | 4,3 | 5,7 | 13,3 | 21,1 | 16,9 |
| Bebidas | 0,1 | 0,2 | 0,2 | 0,3 | 2,9 | 1,8 |
| Tabaco | | 0,3 | 0,5 | 11,5 | 18,5 | 22,1 |
| Publicidade | | 0,1 | | 0,3 | 0,8 | 0,6 |
| Outros/ Diversos | 1 | 0,4 | 0,9 | 2,2 | 7,3 | 7,7 |

Fonte: Banco Mundial, 1983.

No que remete à classe trabalhadora, a força de trabalho foi solapada pela acumulação flexível, que, por sua vez, implicou em níveis relativamente altos de desemprego. A fragmentação da classe trabalhadora e o enfraquecimento da força sindical intensificaram trabalhos temporários, subcontratos, o desmonte de direitos trabalhistas e sociais, moldando um novo modelo de exploração e precarização das relações de trabalho (IANNI, 1997).

Essas adversidades provocaram a mobilidade e a reterritorialização da força de trabalho, das pessoas, do capital e das ideias. Promoveram também o redimensionamento do espaço e do tempo, que se baseiam em conquistas de novos meios de comunicação, informação, informática, dentre outros recursos tecnológicos que transformaram os significados dos dias e noites, das semanas e dos meses, estações e ciclos. As divisas e as fronteiras também adquiriram novos significados. O local pode se situar na região, na nação e no mundo e estar concomitantemente articulado com as relações globais.

O desenvolvimento do modo capitalista de produção, em forma extensiva e intensiva, adquire outro impulso, com base em novas tecnologias, criação de novos produtos, recriação da divisão internacional do trabalho e mundialização dos mercados. As forças produtivas básicas, compreendendo o capital, a tecnologia, a força de trabalho e a divisão transnacional do trabalho, ultrapassam fronteiras geográficas, históricas e culturais, multiplicando-se assim suas formas de articulação e contradição (IANNI, 1997, p.10).

Esse surto de universalização do capitalismo, sobretudo a partir dos anos 1970, adquire um processo civilizatório que rompe, subordina, destrói e recria outros modos sociais de vida e trabalho. Os sujeitos, inseridos nesse processo de acumulação, acabam produzindo as condições materiais e imateriais de sua subordinação ao capital (IANNI, 1995).

A mundialização dos mercados provoca uma intensa mobilidade de trabalhadores no interior de cada sociedade nacional. Os movimentos migratórios são multiplicados em várias direções, principalmente com a dissolução do mundo agrário, desenvolvendo um verdadeiro reservatório mundial de força de trabalho, sobretudo em países asiáticos, africanos e latino-americanos (IANNI, 1997).

A maior parte desta força de trabalho consiste da superpopulação latente em áreas rurais que, devido ao emprego do capital na agricultura (Revolução Verde) provoca um fluxo constante de indivíduos para áreas urbanas e favelas, em busca de emprego e ganho, de tal modo que constitui um suprimento praticamente inesgotável de trabalho (IANNI, 1997, p.153).

Cabe, então, reconhecer que a acumulação flexível envolve a emergência de um novo trabalhador, desqualificado em diversos setores que exigem certa intelectualização, desterritorializado, precarizado e expropriado dos meios de produção, destituído dos direitos sociais e trabalhistas, e a sua busca por melhores condições de vida e trabalho se dá por meio da mobilidade forçada, movimentando de um lugar para outro, por diferentes cidades e regiões, criando e recriando o seu mapa do mundo do trabalho.

Assim, os trabalhadores nordestinos que se dirigem à região de Tamboara são motivados a esse deslocamento devido às consequências e possibilidades impostas por esse momento do capitalismo global. A Figura 7 apresenta a antiga moradia no meio rural na origem de dois cortadores de cana-de-açúcar, um com 20 e outro com 29 anos. É possível perceber as condições do meio que denotam dificuldades socioambientais para articular uma agricultura que possa reter esses jovens no espaço, proporcionando emprego e renda.



Figura 7: Propriedade familiar no distrito Cacimba do município de Jardim-CE.
Foto: Ribeiro, Vitor Hugo, 2016.

Quando esses jovens trabalhadores se encontraram em condições de precariedade social e do trabalho na região de origem, desqualificados e sem oportunidades, viram na migração e no lugar de destino localizado no Noroeste paranaense uma possibilidade de melhorar sua condição de vida, ou seja, de mobilidade social ascendente. Assim, o trabalhador nordestino se desterritorializou devido às precárias e desesperançosas condições de miserabilidade social e territorializou-se num espaço que permite uma vida melhor. Esta, marcada pelo trabalho e condições de consumo antes inalcançáveis.

Na localidade de origem, por mais que exista uma pequena iniciativa à agricultura familiar, como apresenta a Figura 8, o trabalho existente se dá principalmente no plantio da roça e nos meses da coleta de Pequi (*Caryocar Brasiliensis*, *Cambess*), que abrange principalmente os meses de fevereiro, março e abril. No decorrer do tempo de maturação, os pais, aposentados, recebem suas aposentadorias que lhes permitem ficar no local. Porém, os jovens na faixa etária produtiva não encontram emprego na comunidade em questão no decorrer da maturação, e isso faz com que se intensifique o fluxo emigratório.



Figura 8: Plantação de milho e feijão, criação de frangos e Pequi em propriedade familiar do distrito Cacimba.

Foto: Ribeiro, Vitor Hugo, 2016.

Parte dessa problemática está retratada em Silva (1984), que ressalta o dia a dia do camponês no interior cearense:

A família camponesa é geralmente constituída de muitos membros, o que pode indicar a necessidade de maior volume de mão-de-obra a partir de uma divisão de trabalho que especifica quais são as atividades masculinas e as femininas. A forte influência do fator religioso sobre a constituição da família e o seu tamanho explica em parte o tamanho demográfico da população interiorana, como também os casamentos realizados precocemente, além da quase ausência de práticas e métodos anticonceptivos, capazes de diminuir o tamanho da família. Dessa forma o campo passa a ser um excelente receptáculo demográfico, lógico que, de uma população constituída de camponeses sem terras, em sua maioria, e com muitos filhos [...] A estrutura dominante praticamente impede que esses camponeses tenham acesso à terra. Com prole tão numerosa (cerca de 7, 8 filhos) não há propriedade que resista à pulverização através da linha de herança (SILVA, 1984, p.48).

Assim, a propriedade que outrora foi o suporte para a manutenção da família foi partilhada pelos herdeiros e deu lugar a vários minifúndios improdutivos e, em muitos casos, sem quaisquer condições de exploração. Reitera ainda o autor que, diante de certos problemas, tais como as longas estiagens, além da família numerosa e a propriedade partilhada, cabe ao camponês vender a sua força de trabalho, dado a dificuldade deste de participar do processo produtivo na condição de proprietário. Esse fenômeno permeia a vida dos jovens trabalhadores que migraram a Tamboara para trabalhar no corte da cana-de-açúcar.

Essas contradições sociais que condicionam os fluxos migratórios são reflexos das transformações da economia política do capitalismo no final do século XX desencadeadas pelo processo de mundialização, que resultou em abundantes modificações, muitas delas radicais e contraditórias, no mundo do trabalho, nos hábitos de consumo da população, nas configurações geográficas, nas práticas e poderes do Estado, dentre outras (HARVEY, 1993).

A passagem do fordismo ao toyotismo, de acordo com Ianni (1997), concerne à passagem da economia nacional à global. Portanto, emergem cidades globais ou regiões que expressam centros de poder mais abrangentes, que frequentemente sobrepõem à soberania do Estado-Nação para manter o modelo hegemônico. Nesse sentido, o Estado e seus recursos financeiros são, cada vez mais, destinados às grandes fábricas globais e aos circuitos modernos da economia. Além dos incentivos e subsídios à produção e à exportação, existem também a proteção dessas fábricas para a concentração e aos monopólios. Constrói-se também todo um aparato legal pautado em legislações fiscais discriminatórias, dentre outras leis e planos de desenvolvimento econômico (SANTOS, 1979).

Cabe ressaltar que essas relações compreendem as articulações conservadoras no âmbito do neoliberalismo econômico, em que o Estado Nacional reduziu investimentos em setores que interessam diretamente a população e o mercado de trabalho, tornando-se então, refém do modelo hegemônico contraditório e da economia estrangeira.

[...] o preço que o Estado paga protegendo o setor moderno da economia não é somente financeiro, é também político. O Estado vê assim seu poder de decisão reduzir-se e, por isso mesmo, seu próprio papel de Estado, porque tem que conceder cada vez mais recursos para responder a uma modernização cumulativa. Por esse motivo torna-se cada vez menos independente (SANTOS, 1979, p.126).

As práticas de “poder” estão atreladas a um território. A noção de território é entendida, de acordo com Raffestin (1993), como uma relação política-administrativa, bem como econômica e social, além de uma área jurídica ocupada por uma população com seu espaço e suas linhas de fronteira. Com a acumulação flexível e a mundialização econômica, as grandes empresas e fábricas globais são os principais agentes econômicos que controlam e detêm certa influência no território de uma determinada região ou nação.

No que tange ao conceito de hegemonia, Gramsci aponta que é um fenômeno que tem por objetivo conduzir e direcionar a sociedade no âmbito de um determinado modo de produção (GRUPPI, 1980). A mundialização econômica e a acumulação flexível integram

processos hegemônicos que têm por objetivo inserir a sociedade e direcioná-la ao âmbito da acumulação de capital sob a égide do neoliberalismo econômico.

As contradições sociais, desigualdades econômicas entre países e regiões, a degradação dos ecossistemas e a expropriação camponesa, a miséria e a fome, o desemprego e os endividamentos, o descaso pela educação e pela saúde pública, dentre outros, são problemas de caráter social, intensificados pelo processo de mundialização econômica que, juntamente com o neoliberalismo, transformou o planeta num mundo intolerável (DUMONT, 1989).

1.3 Os países do sul e as contradições no mundo agrário

A intensificação da mundialização econômica e das articulações das empresas transnacionais nas últimas décadas tem crescentemente aumentado a polarização e a disparidade entre os países do Norte e do Sul, ou seja, entre países centrais e periféricos em escala geoeconômica mundial. No que tange aos países do Sul, a explosão demográfica, a pobreza urbana, a dívida externa, o descaso nas áreas sociais, a degradação ambiental e a questão agrária como um todo são reflexos negativos que solapam os países do Sul (SANTOS, 2005).

A acumulação flexível foi instituída nos países do Sul de maneira impositiva. Os países desenvolvidos, no centro do sistema capitalista, inseriram essa nova reestruturação produtiva nos países periféricos, subsumindo estes aos rearranjos do capital e aos recursos financeiros e científicos.

Essa polarização e desigualdade entre o Norte e o Sul são antigas no âmbito político, geoeconômico, social e cultural. Sobre esse contexto, Galeano (1986) afirma que na divisão internacional do trabalho, alguns países se especializam em ganhar, e outros em perder. Os países do Sul (subdesenvolvidos) especializaram-se em perder desde os tempos coloniais das grandes navegações, passando pelo imperialismo dos séculos XIX e meados do século XX, e, atualmente, perdem com o advento da acumulação flexível condicionada pela mundialização econômica.

Os reflexos dessas contradições provocaram e ainda provocam diversas transformações negativas, tanto nos núcleos urbanos quanto no mundo agrário dos países subdesenvolvidos (SANTOS, 2005). Transfiguram os modos camponeses de produção, desvirtuando suas organizações de classe e trabalho, alienando-os em novos padrões

socioculturais que os inserem ao modelo hegemônico agroexportador. Nesse sentido, afirma Octavio Ianni:

Tudo que é agrário dissolve-se no mercado, no jogo das forças produtivas operando no âmbito da economia, na reprodução ampliada do capital, na dinâmica do capitalismo global [...] é inegável que a industrialização e a urbanização invadem progressivamente esse mundo, induzidas pelo desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo pelos quatro cantos do mundo (IANNI, 1997, p.46).

A mundialização econômica desencadeou uma progressiva urbanização do mundo agrário, transformando significativamente o modo de vida do camponês (OLIVEIRA, 2001). Os modos de pensar e agir, sentir e imaginar do campesinato, bem como seus valores socioculturais, foram modificados e, em muitos casos, extintos pelo modelo hegemônico agroexportador.

A modernização das técnicas de trabalho no campo foi feita em prejuízo dos modos camponeses de produção. Além da expulsão dos camponeses das terras férteis em benefício das culturas para a exportação, os processos de desenvolvimento para o aumento da produtividade dessas *commodities* têm produzido diversos impactos ambientais, como a desertificação dos solos, salinização, dentre outros de cunho social que tornaram a sobrevivência dos camponeses ainda mais difícil (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2002).

Para compreender a questão agrária e os movimentos populacionais atuais do Brasil, é necessário entender que o modelo econômico do país está internacionalizado, articulado com as questões econômicas de escala global. A mundialização econômica e a acumulação flexível do capital têm intensificado, sobretudo após os anos 1960, vários conflitos e lutas pelo acesso à terra em função das expropriações forçadas de camponeses, dentre outros produtores rurais.

Essas expropriações forçadas foram feitas em benefício da agricultura para a exportação e também para a importação de todo o maquinário, dentre outros mecanismos de trabalho na produção. O país, desde então, faz dívidas para manter essa tecnologia no campo, visando aumentar a produção e as áreas destinadas às culturas para a exportação; em contrapartida, diminuem-se significativamente as áreas agrícolas destinadas à produção alimentar de autoconsumo (OLIVEIRA, 2007).

É por isso que temos assistido no Brasil, nas últimas décadas, a uma expansão violenta das culturas de produtos de exportação, quase sempre em detrimento daqueles produtos destinados ao mercado interno, para alimentar a população brasileira (OLIVEIRA, 2001, p.23).

Para isso, modificou-se a maneira de pensar do camponês e da população no geral e houve mudanças de hábitos alimentares em decorrência da produção agroexportadora. Constrói-se todo um aparato publicitário em benefício dos produtos oriundos da reestruturação produtiva⁶ do capital, ressaltando seus valores nutricionais, denegrindo a imagem da produção camponesa destinada ao autoconsumo.

Esse processo nada mais é que a industrialização da agricultura dos nossos dias. Uma industrialização e modernização conservadora marcada pela internacionalização da economia, materializada em indústrias nacionais e estrangeiras, fomentadas e financiadas muitas vezes pelo Estado (OLIVEIRA, 2007).

Nesse processo de reestruturação produtiva, ocorreu também a sujeição do trabalho ao capital. O camponês ou pequenos produtores, ao adentrarem nesse mercado internacionalizado, sujeitaram-se às crises recorrentes do sistema, endividaram-se por não ter condições de acesso à mecanização e muitos acabaram falindo por causa da baixa produção e dos baixos preços dos produtos agrícolas. Esse processo constituiu, então, de acordo com Oliveira (2007), duas classes sociais de camponeses distintas: dos camponeses ricos, que se tornaram pequenos capitalistas rurais⁷, e dos camponeses pobres, que se transformaram em trabalhadores assalariados.

Essa distinção do campesinato resultou na fragmentação dos modos camponeses, e um dos principais problemas que isso vem acarretando é a dificuldade de organização de classe e de lutas reivindicatórias para o acesso à terra e aos financiamentos e incentivos à produção. A reivindicação dos camponeses capitalistas rurais pode não ser a mesma dos camponeses empobrecidos. Isso acaba fortalecendo ainda mais o agronegócio exportador, seus latifúndios e suas monoculturas.

Essa fragmentação se deve, em muitos casos, ao mau uso do termo camponês. A designação foi bastante usada na Europa e no Oriente Médio para designar uma grande comunidade de moradores do campo que se dedicava quase que exclusivamente à produção e exploração agrícola para o autoconsumo (ANDRADE, 1986).

No Brasil, essa denominação passou a ser usada pelas correntes políticas de esquerda para apoiar os trabalhadores rurais, popularizando de forma significativa o seu termo e buscando uma articulação às demais classes, tanto dos pequenos produtores do campo, quanto

⁶ Reestruturação produtiva do capital refere-se às formas de produzir no campo, à inserção de máquinas agrícolas, insumos, dentre outros equipamentos que permitem os latifúndios manocultores a evoluir para empresas rurais capitalistas (OLIVEIRA, 2007).

⁷ Vários autores chamam esse processo de “fâmerização” do campesinato, ou seja, eles se tornariam *farmers* do tipo norte-americano (OLIVEIRA, 2007, p.9).

aos assalariados rurais. Dessa forma, as reivindicações e lutas pela reforma agrária e por uma agricultura camponesa de autoconsumo teria uma forte articulação e força política (ANDRADE, 1986).

O uso do termo camponês, nesta pesquisa de doutorado, será usado nos moldes de Andrade (1986), para expressar a classe dos trabalhadores rurais do país. Atualmente, no Brasil, existe uma população rural que não tem suporte e incentivo suficientes para poder produzir e sobreviver nesse meio. Muitos são forçados a se mobilizar para outras regiões brasileiras em busca de empregos e melhores condições de vida. Por isso, a importância de atrelar, à categoria camponesa, as classes de pequenos produtores e dos trabalhadores rurais.

Esses migrantes, mesmo saindo de suas regiões de origem e das suas propriedades rurais, mantêm um vínculo com sua família por meio de cartas, visitas periódicas para festas comemorativas, além de enviarem dinheiro. Percebe-se que o vínculo familiar persiste ainda no imaginário desses migrantes (MOURA, 1986).

Ao longo do processo histórico brasileiro, o camponês teve suas formas de organização de vida redefinidas e engendradas pelo modelo de produção capitalista do país. Nessa conjuntura histórica, o campesinato desempenhou um papel contraditório: de um lado, resistiu ao desaparecimento, e, de outro, foi resultado do próprio capitalismo que não o extinguiu (MOURA, 1986). Um exemplo disso, na atualidade, são os trabalhadores cortadores de cana-de-açúcar, na maior parte originários do meio rural, que trabalham no campo para um setor energético altamente tecnificado.

Se a nível global, a reestruturação produtiva e a acumulação flexível têm resultado nas desigualdades sociais entre os países do Norte e do Sul, no âmbito de escala nacional, a mundialização também foi excludente, deixando diversas localidades na periferia do modelo econômico brasileiro. Os casos mais extremos são as localidades do Norte e Nordeste, que apresentam sérios problemas de cunho social, ambiental, econômico e político. Isso mostra o quanto a mundialização econômica é contraditória, pois ao mesmo tempo em que ela promove a reestruturação produtiva nos setores industriais das cidades e do campo, ela tenta minimizar a problemática social desencadeada nesse processo.

Relatórios do Banco Mundial (1994) ressaltam os processos de industrialização e financiamentos e créditos que destinaram ao Brasil para que o país pudesse se modernizar, sobretudo na área rural. Os recursos foram destinados, principalmente, para modernizar as relações de produção no campo. Isso intensificou o latifúndio, as monoculturas em detrimento

da agricultura camponesa, o êxodo rural, as desigualdades regionais no país, além da mobilidade forçada de trabalhadores oriundos do Nordeste para o Centro-Sul.

A Figura 9 retrata os empréstimos feitos pelo Banco Mundial ao Brasil nos anos 1980 e meados dos anos 1990. A agricultura e desenvolvimento rural foram alguns dos que mais receberam investimentos, ao lado do setor de energia. Foram, respectivamente, US\$ 2,699 bilhões e US\$ 3,749 bilhões para esses setores. Já no que diz respeito à educação e saúde, foram destinados apenas US\$ 298 milhões e US\$ 624 milhões, respectivamente.

Essa discrepância e o descaso para com o setor educacional condicionaram sérios problemas sociais no país e também no mundo do trabalhador rural. Intensificaram uma massa de jovens adultos desprovidos de estudos escolares, que encontraram muitas dificuldades para a sua inserção no mercado de trabalho. Isso vem alimentando, atualmente, os setores que se beneficiam dos trabalhadores temporários, especialmente o setor sucroalcooleiro, que emprega jovens e adultos para o exercício do corte manual da cana-de-açúcar.

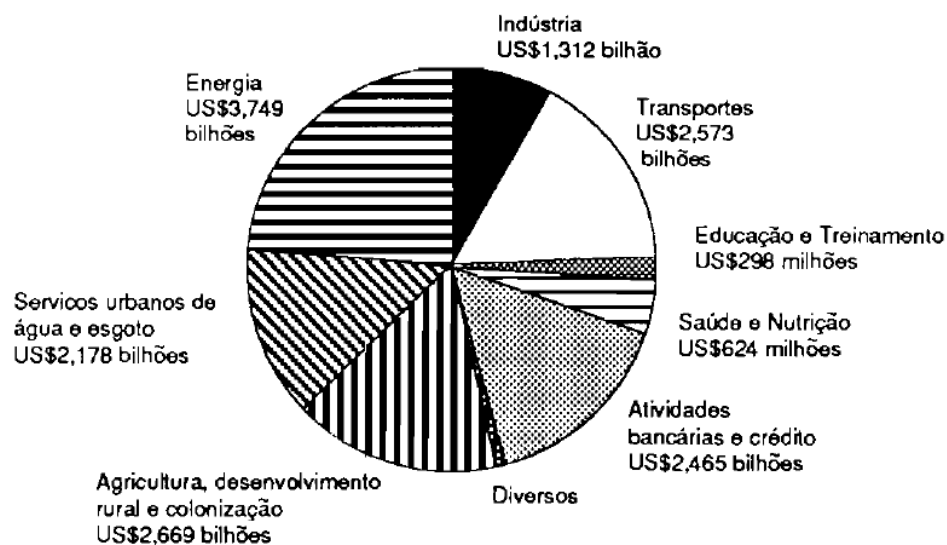


Figura 9: Empréstimos do Banco Mundial ao Brasil, meados dos anos 1990.

Fonte: Banco Mundial, 1994.

É dentro desse contexto sociopolítico e contraditório da acumulação flexível e das tensões sociais e ambientais que o camponês vive e se reproduz no meio rural contemporâneo. Ele resiste, se adapta e se transforma e adquire novos papéis e significados. Mas esse processo de transformação de seus significados se dá de maneira forçada pelo modelo hegemônico mundializado. Destituído de recursos financeiros, dentre outros incentivos à produção e à educação profissional, esse trabalhador se vê forçado a migrar para buscar melhores condições e anseios de vida.

Clássicos da questão agrária, dentre eles Kautsky (1980) e Lênin (1988), sinalizavam, no século XIX, o empobrecimento dos camponeses e a sua inserção na agricultura moderna na condição de mão de obra barata. Lênin (1988) observou esse movimento na Rússia e já ressaltava a mobilidade forçada dos trabalhadores rurais na medida em que iam sendo expropriados do seu principal meio de produção, a terra.

No caso brasileiro, o nosso país esteve às voltas dessa mobilidade forçada desde a chegada dos europeus na América, quando estes mobilizaram índios e negros para a grande lavoura agroexportadora. Esse processo, embora fosse forçado, não foi feito de forma passiva. Diversas guerras, rebeliões e revoltas populares se desencadeavam constantemente no Brasil⁸ (ANDRADE, 1986).

Atualmente, em pleno século XXI, verifica-se no Brasil a expropriação de camponeses, dentre outros pequenos produtores rurais, levando-os à mobilidade forçada no espaço geográfico brasileiro, fruto da miserabilidade social imposta a eles. Se no passado essa mobilidade não foi realizada de maneira passiva, atualmente também não é. Existem, no país, diversos conflitos pela posse da terra, e muitos deles desencadeados após a década de 1960, na conjuntura do processo de reestruturação produtiva no campo (OLIVEIRA, 1988).

A mobilidade dos trabalhadores rurais no espaço agrário brasileiro garante a manutenção e a reprodução das relações capitalistas no campo, sem que, para isso, tenha que destruir definitivamente o campesinato. As relações contraditórias geram conflitos, revoltas e reivindicações que fortalecem os camponeses e forçam o Estado a suprir suas necessidades de acesso à terra e trabalho.

Isso nos faz pensar no conceito de hegemonia em Gramsci, num aparato de direção e de organização política da sociedade que atua no âmbito político, econômico e social, além do modo de pensar e agir (GRAMSCI, 1990). A mundialização econômica direciona em seu âmbito as classes sociais, os trabalhadores e a sociedade em geral, atrelando para si o Estado por meio de alianças com setores dominantes da sociedade, que têm por objetivo principal a alienação do trabalho e a reprodução das relações capitalistas.

O modelo hegemônico brasileiro atual é a produção agroexportadora, visando o comércio mundial. Com isso, o Estado, via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BIRD), dentre outros órgãos econômicos financiam a atividade agroexportadora que resulta, de um lado, na

⁸ Andrade (1986) em *Lutas camponesas no Nordeste* resalta esses conflitos. Nos primeiros séculos de colonização, ocorreram vários conflitos entre os negros e senhores de engenho, que constituíam quilombolas como forma de resistência ao regime escravista. No período regencial, aconteceram as Balaiadas, cabanagens, dentre outros que visavam o enfraquecimento do governo imperial.

concentração da terra e nas monoculturas para a exportação em detrimento das pequenas propriedades e da policultura, e, de outro, na reprodução de uma massa de trabalhadores desprovidos de formação escolar e profissional que são mobilizados pelo agronegócio na condição de mão de obra superexplorada.

No entanto, os diversos conflitos, lutas e reivindicações sociais do campesinato constituem uma resistência contra-hegemônica ao agronegócio no Brasil. Por mais que estejam inseridos num contexto contraditório, são nessas lutas e na mobilidade centrada na força de trabalho que os camponeses buscam melhores condições de vida. A precariedade de muitas regiões, tais como a falta de infraestrutura básica, o desemprego, a pobreza, dentre outros problemas sociais e ambientais, fazem com que essa classe de trabalhadores busque outros espaços para sobreviver e dispor de uma certa renda e anseios inexistentes nos locais de origem.

Embora esse modelo econômico tenha intensificado as desigualdades sociais em todas as regiões brasileiras, a nordestina é das mais problemáticas, com sérias dificuldades sociais e ambientais, que forçam muitos trabalhadores a migrar para buscar emprego e melhorar a renda familiar. Nesse trabalho, procurou-se conhecer um pouco da realidade atual da região nordestina por meio de relatos dos trabalhadores entrevistados e dos dados auferidos de forma primária e secundária, em que milhares de trabalhadores oriundos do meio rural migram para buscar trabalho no Noroeste Paranaense, sobretudo no corte manual da cana-de-açúcar. São reflexos contraditórios das políticas públicas regionais que não erradicaram essas disparidades na região, pelo contrário, intensificaram-se e agravaram-se mais ainda.

Para compreender esse processo migratório e seus reflexos no território paranaense nas últimas décadas, é importante mencionar que o Estado adquiriu um novo perfil setorial, que passou a privilegiar a indústria, principalmente a partir dos anos 1970, ganhando força e expressividades paulatinamente. Esse processo, somado à modernização da agricultura vivenciada de forma concomitante, atraiu força de trabalho para as cidades, trazendo consequências também para a estrutura fundiária e para a produção agrícola.

É necessário entender que esse processo está articulado às relações políticas e econômicas de âmbito nacional e internacional, remodelado pelo processo de reestruturação produtiva do capitalismo. O capital, na sua forma de investimentos em setores produtivos, desencadeou intensas mudanças no Estado paranaense, sobretudo no mundo do trabalho (ROCHA, 1999).

Se anteriormente à reestruturação produtiva do capital a economia paranaense funcionava de maneira periférica e dependente em relação ao Estado de São Paulo (PADIS, 1981), posteriormente, com a descentralização do parque industrial paulista e a criação dos primeiros parques industriais paranaenses, a indústria deste Estado adquiriu outra dinâmica. Isso fez com que adentrasse no processo de internacionalização, e toda aquela forma de produzir, sobretudo no meio rural, modificou-se e transformou-se em novos papéis e significados, assumindo as características do modelo de produção supracitado (ENDLICH, 2009).

O setor industrial paranaense, até meados da década de 1950, mostrava-se bastante estagnado. No caso do Norte e Noroeste paranaense, o café, que era a principal atividade econômica, proporcionava ganhos e acumulação de capital que eram revertidos a outros setores industriais. Nesse processo de reestruturação, diversos órgãos estaduais, como o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), Companhia de Desenvolvimento do Paraná (CODEPAR), dentre outros, trabalharam para incentivar a criação desse novo perfil industrial no Estado do Paraná, bem como na construção de toda uma logística de infraestrutura para a integração do Estado à economia nacional (TRINTIN, 2006).

Essa internacionalização da economia brasileira atingiu de forma significativa o setor agrícola, que por sua vez passou a incorporar o modelo de exploração capitalista inserindo-se na lógica do modelo hegemônico neoliberal. Os avanços das atividades agroindustriais no Estado do Paraná permitiram uma integração maior no conjunto da economia nacional e mundial.

As agroindústrias no Paraná adquiriram certa importância no processo de modernização da agricultura, levando os produtores e demais agentes do agronegócio a incorporarem rapidamente as inovações tecnológicas, sobretudo ao pacote tecnológico da soja. Para tanto, essas inovações foram estimuladas pelo poder público que concedeu [...] *crédito a longo prazo para a instalação de infra-estrutura (silos, escritórios, armazéns, etc.) e do tratamento preferencial na consecução de políticas agrícolas.* (HESPANHOL; COSTA, 1995, p.374).

Se o café de outrora se baseava numa forma de produção que mantinha o trabalhador rural e sua família no campo, com a entrada da soja e dos demais cultivos propícios à mecanização, toda a forma de produzir pautada na agricultura familiar foi modificada. O

avanço desse cultivar, de acordo com Trintin (2006), confunde-se com o processo de reestruturação produtiva no Estado do Paraná.

A soja adquiriu essa importância no processo de reestruturação produtiva devido ao fato de essa cultura possuir certas inovações como sementes selecionadas, bem como um processo mecanizado de produção desde o plantio à colheita, além de aliar os interesses das agroindústrias em impulsionar o cultivo, processar e exportar a produção (DELGADO, 1985).

Outro segmento agroindustrial que cresceu com o processo de reestruturação produtiva foi o sucroalcooleiro. O avanço do setor canavieiro no Paraná, especialmente no Norte do Estado, está vinculado ao contexto da crise mundial do petróleo na década de 1970, período em que foi criado oficialmente o Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL). O principal objetivo desse programa era produzir álcool combustível para ser usado em veículos automotores. Desde então, o Brasil emergiu no cenário econômico mundial como um dos principais produtores de álcool combustível e também de açúcar (ENDLICH, 2009).

O Estado do Paraná tem aumentado de maneira expressiva suas unidades do ramo sucroalcooleiro, principalmente na Mesorregião Noroeste, localidade onde predominam solos arenosos não propícios à monocultura da soja, mas ideal para privilegiar-se o plantio de cana-de-açúcar e as pastagens. A partir da década de 1970, a cana-de-açúcar passou a fazer parte da paisagem do Noroeste Paranaense, embora existisse antes disso, mas apenas em algumas manchas isoladas em alguns municípios. Importa mencionar que, de acordo com o projeto político energético de âmbito nacional, a lavoura canavieira não necessariamente expande-se em solos arenosos, mas também em terras roxas e férteis, que são importantes para a policultura e a produção de alimentos. O avanço da lavoura canavieira desestrutura a economia familiar baseada na policultura e na produção de alimentos. Esse contexto foi explanado em (RIBEIRO, 2011), quando atentou-se aos estudos acerca do setor energético no Noroeste paranaense e seus reflexos na paisagem rural e na mobilidade da força do trabalho.

A paisagem é entendida, neste trabalho, como uma combinação de objetos naturais e de objetos produzidos pela ação humana. Estes últimos, conforme Santos (2009b), são resultados da acumulação das atividades ao longo de muitas gerações. Consistem em formas do trabalho humano no passado, expressas no presente.

A paisagem nada tem de fixo, de imóvel. Cada vez que a sociedade passa por um processo de mudança, a economia, as relações sociais e políticas também mudam, em ritmos e intensidades variados. A mesma coisa acontece em relação ao espaço e à paisagem que transforma para se adaptar às novas necessidades da sociedade (SANTOS, 2009b, p.54).

O processo de mundialização econômica atrelado à reestruturação produtiva transformou a paisagem urbana e rural do Noroeste Paranaense. Se outrora o café e os antigos barracões e silos consistiam em paisagem rural e em paisagem urbana, atualmente a paisagem rural predominante é a cana-de-açúcar, ao lado da lavoura de mandioca e das pastagens. As antigas formas ou construções, comuns nos núcleos urbanos de muitos municípios do Noroeste Paranaense, adquiriram outras funções e se adaptaram às novas necessidades da sociedade local. Isso significa que, embora tenham ocorrido mudanças na estrutura socioeconômica dessa mesorregião, não condicionaram por completo modificações na paisagem urbana. Santos (2006) chamava esse fenômeno de “rugosidade”, ou seja, antigas formas do passado expressas no presente.

Portanto, se por um lado a lavoura canavieira tem contribuído com as transformações da paisagem rural do Noroeste Paranaense (RIBEIRO et al 2013), por outro, articulada ao processo de reestruturação produtiva, passou a desencadear uma intensa mobilidade da força de trabalho em municípios periféricos que são contemplados com unidades de produção do ramo sucroalcooleiro. Como pode-se constatar na presente pesquisa, a mobilidade da força de trabalho não é apenas do Paraná, mas também de outros Estados brasileiros.

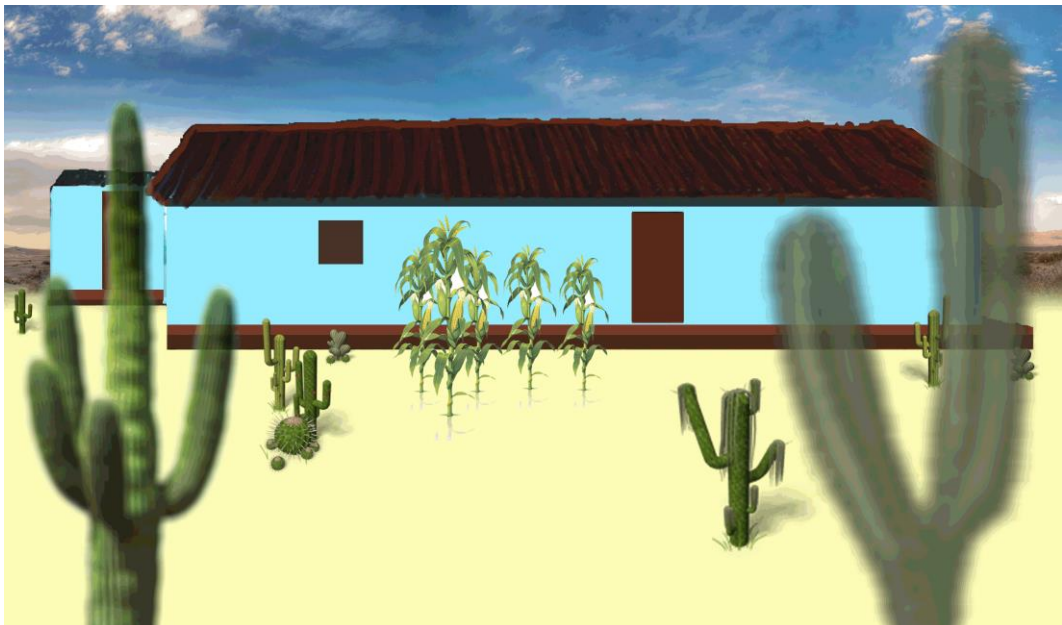
Essa mobilidade vem contribuindo com o crescimento populacional de muitas cidades paranaenses, dentre elas Cidade Gaúcha e Tamboara, que serão tratadas neste trabalho. A primeira será apenas uma sinalização dos fluxos de mobilidade temporária de força de trabalho contratada pela unidade de açúcar e álcool Usina Santa Terezinha Ltda; já, à segunda, será dada maior atenção, visto que o fluxo de força de trabalho consiste em uma migração definitiva. Ambas as cidades não dispõem de infraestrutura básica necessária para receber essa força de trabalho, e alguns problemas relacionados à saúde, educação e moradia podem ser constatados em seus núcleos urbanos (RIBEIRO; ROCHA, 2011), resultados do descaso político por parte do Estado e também por parte dos agentes do agronegócio que apenas usam e exploram o solo para a apropriação da mais-valia e não destinam recursos para melhorar a qualidade de vida nesses municípios.

CAPÍTULO 2

DA ORIGEM AO DESTINO: AS CARACTERÍSTICAS DO NORDESTE BRASILEIRO E A MOBILIDADE FORÇADA NO NOROESTE PARANAENSE

Existem pessoas que lastimam que o Governo Federal aplique recursos no Nordeste, nos períodos de seca, e na sua política de desenvolvimento, considerando uma perda destes recursos.

(Manuel Correia de Andrade)



9

⁹ A imagem representa uma típica propriedade rural com sua casa de taipa, bastante comum no sertão nordestino. Foi elaborada pelo geógrafo Vitor Hugo Ribeiro e pelo arquiteto Rodrigo Barbosa de Abreu.

2 DA ORIGEM AO DESTINO: AS CARACTERÍSTICAS DO NORDESTE BRASILEIRO E A MOBILIDADE FORÇADA NO NOROESTE PARANAENSE

O principal objetivo deste capítulo é fazer uma contextualização de algumas variáveis da região nordestina do Brasil no intuito de demonstrar algumas fragilidades que legitimam a mobilidade forçada de trabalhadores rurais daquela região para outras áreas do país, a exemplo do Noroeste Paranaense. Nesse sentido, intenta-se também apresentar informações que ratificam o município de Tamboara como área de atração. As informações permitem uma maior compreensão da produção desses espaços desiguais que estão vinculados por meio da mobilidade forçada dos trabalhadores do setor sucroalcooleiro.

O Nordeste brasileiro compreende uma das regiões geográficas que mais tem se discutido no país. A sua problemática, tanto ambiental quanto social, política e econômica, vem sendo debatida há algum tempo no meio acadêmico, científico e também no âmbito político. No que concerne à produção geográfica, estudos clássicos já apontavam as contradições sociais e ambientais que solapam a população nordestina há séculos. Paul Vidal de la Blache, na época em que desenvolvia e orientava as grandes monografias e estudos regionais universais, atentou à questão da América do Sul em seus estudos de Geografia Universal e dedicou uma atenção especial ao Nordeste brasileiro, considerando suas características naturais, econômicas e populacionais, bem como os processos emigratórios e a luta contra a seca, como pode-se identificar na citação a seguir:

A seca que atinge periodicamente o Nordeste do Brasil atinge não somente a riqueza do sertão, reduzindo o rebanho e destruindo suas plantações, mas também causa inúmeros deslocamentos populacionais. Às vezes, quando ocorre uma série de anos de seca, esgotam as reservas naturais e dificultam a vida no sertão. Com isso, a emigração torna-se indispensável para a sobrevivência. Os retirantes, então, se direcionam à região costeira para alcançar melhores condições de vida. A grande seca de 1877-1879 aumentou abruptamente a população de Fortaleza, passando de 30.000 à 125.000 pessoas no período [...] As áreas serranas do sertão também assistiram um fluxo de refugiados, e toda a sua superfície ficou deserta (DENIS, 1927, p.105-106, tradução nossa).

Essa seca fez com que o Ceará perdesse um número expressivo de sua população. Estima-se que, em 1878, de acordo com o referido autor, aproximadamente 54.000 pessoas deixaram a província com destino à Amazônia, motivados pelas atividades extrativistas,

principalmente na extração do látex. A propaganda realizada pelos patrões seringueiros consubstanciada à miserabilidade do sertão cearense foram motivações cruciais para a atração dessa força de trabalho nos seringais amazônicos.

Na literatura nacional destinada aos estudos sobre a região nordestina, há de se destacar o trabalho do geógrafo Manuel Correia de Andrade, inicialmente influenciado pela geografia regional francesa, até os anos 1960, do próprio Paul Vidal de la Blache e seus discípulos, como Emmanuel de Martonne e Albert Demangeon e Pierre Denis. Por isso, já naquele momento, essa região passou a ter estudos pautados em análises regionais econômicas, enfatizando-se a produção dos espaços desiguais, no caso, com características geofísicas e geo-humanas. As análises de Andrade sobre o Nordeste produziram uma geografia crítica que enfatizava o desenvolvimento desigual do país (SAQUET, 2010).

Outro clássico que contribuiu significativamente com a escola geográfica brasileira foi Pierre Monbeig. O referido autor estudou, na década de 1930, a colonização, a população e a plantação de cacau no sul do Estado da Bahia. Naquele tempo, Monbeig (1937) já ressaltava que a economia cacauera era, na verdade, um *affaire*, ou seja, um negócio propriamente dito, e não uma cultura. Os produtores de cacau eram comerciantes, sobretudo terceiros que exploravam as terras, e não agricultores de fato, e muito menos moravam em suas propriedades rurais como acontecia nas atividades cafeeira e canvieira do Sudeste e do Nordeste, respectivamente.

Para uma estrutura social que também oferece notáveis semelhanças com a das fazendas de café, há por conseguinte, uma grande diferença: o fazendeiro paulista vive cada ano em sua terra, ele gosta e inculca o gosto em seus filhos. Da mesma forma, o proprietário da Usina de Recife, herdeiro de uma longa linhagem dos senhores de engenhos, tem paixão pelo seu trabalho que não é para ele uma questão exclusivamente direcionada ao lucro. Pelo contrário, o cacau é um negócio, não uma cultura. Comerciante e não um agricultor-como no caso do fazendeiro paulista e o usineiro são agricultores- o grande fazendeiro de cacau deve confiar a sua produção a terceiros (MONBEIG, 1937, p.292, tradução nossa).

Os trabalhadores do cacau consistiam, na maior parte, em migrantes que se deslocavam à região sul da Bahia nas épocas de colheita do produto. Essa força de trabalho era oriunda das regiões fortemente castigadas pela seca e compreendiam trabalhadores não apenas da Bahia, mas também do Ceará e de Sergipe. Depois dos serviços de extração do cacau, segundo o autor, eles se direcionavam às outras fazendas em busca de emprego e melhores salários, inexistentes na região de origem.

Os estudos de Denis (1927) e de Monbeig (1937) refletem, ainda, a atualidade da região nordestina. Passaram-se os tempos e a questão ambiental e social ainda vêm sendo questionadas e debatidas nos setores acadêmicos, visando desenvolver novas alternativas e possibilidades para melhorar a condição extrema que vive uma grande parte da população dessa região do Brasil. No entanto, essa problemática que assola a população nordestina não é, necessariamente, uma questão ambiental, como ressaltam diversos estudos fomentados pelo governo federal, dentre outras instituições, mas também uma questão econômica e, principalmente, política. Para compreender essa problemática, é preciso um olhar para as questões demográficas, econômicas, sociais e políticas, além da ambiental. Com isso, podemos apresentar elementos que permitem uma reflexão mais próxima da realidade vigente.

Como no estudo anterior (RIBEIRO, 2011) a mesorregião Noroeste do Paraná foi explanada, neste momento, serão enfatizados aspectos da região de origem dos trabalhadores migrantes nordestinos, no intuito de conhecer algumas de suas aflições. Também serão apresentadas informações do município de Tamboara, que tem se destacado como destino definitivo de trabalhadores rurais nordestinos, o que deverá permitir maior entendimento dessa mobilidade forçada.

2.1 O Nordeste brasileiro e a questão regional.

O conceito de região não se atrela apenas ao linguajar do homem, mas também é um dos mais tradicionais e complexos do conhecimento geográfico. Com a evolução histórica do pensamento geográfico, o termo região adquiriu diferentes significados, como o de região natural inserida na corrente determinista, pautada na influência do meio, que determinava as diferentes regiões do planeta.

A região geográfica de Paul Vidal de la Blache atenta ao Possibilismo e à ação do homem sobre o meio, criando seus diferentes gêneros de vida¹⁰. De acordo com essa abordagem, cabe ao geógrafo desvendar a combinação de elementos responsáveis pela configuração regional, concebendo a região como uma realidade concreta e física e sendo um quadro de referência para o desenvolvimento de um certo gênero de vida para a população que lá habita. Tais gêneros de vida compreendem uma extensão territorial com limites razoavelmente identificáveis. Nesse sentido, o método recomendado para determinados

¹⁰ Consiste num aparato técnico, de usos e costumes, dentre outros que permitem ao homem apropriar-se dos recursos naturais disponíveis em uma determinada região. Sobre o assunto, ver (VIDAL DE LA BLACHE, 1936, p.105 a 117).

estudos é a descrição, pois é com ela que se desenvolvem as possibilidades de compreensão da complexidade e da dinâmica acerca da região (VIDAL DE LA BLACHE, 1936). No âmbito desses estudos, Corrêa (2003) aponta que:

No processo de reconhecimento, descrição e explicação dessa unidade concreta, o geógrafo evidenciava a individualidade da região, sua personalidade, sua singularidade, aquela combinação de fenômenos naturais e humanos que não se repetiria. A concretude e individualidade de cada região são ainda reconhecidas pela sua população e as das regiões vizinhas; isto se explica pelo fato de cada região possuir um nome próprio único, que todos conhecem a partir de uma vivência plenamente integrada à região: *Pays de Caux, Pays de La Brie, Agreste, Brejo, Campanha Gaúcha* etc (CORRÊA, 2003, p.29).

A região geográfica definida por Paul Vidal de la Blache ficou conhecida e amplamente difundida como a “Escola Francesa de Geografia”, e seus métodos foram amplamente difundidos ao exterior, inclusive com uma considerada repercussão no Brasil, onde vieram diversos professores e pesquisadores, tais como Pierre Denis e Pierre Monbeig, ambos citados anteriormente, dentre outros nos anos 1930 e 1940 que contribuíram na criação da base universitária da geografia brasileira.

Ainda no campo da epistemologia geográfica, sobretudo no âmbito das escolas clássicas, o método regional consiste no terceiro paradigma, divergindo-se do determinismo e do possibilismo. O método regional tem como embasamento o estudo das áreas, atentando à sua diferenciação como objeto de estudo da geografia. O principal nome dessa corrente de pensamento foi o cientista norte-americano Richard Hartshorne, influenciado por Alfred Hettner, da escola alemã de geografia, cujo paradigma ganhou outras dimensões.

Para Hartshorne, a região consiste em um produto mental, em outras palavras, uma maneira de ver o espaço evidenciando as premissas da organização diferenciada. Tanto Hartshorne quanto Hettner acreditam que o método corológico orienta e direciona a geografia para o seu campo de pesquisa, físico e humano, sendo a região a síntese dessas relações complexas. Inserindo o conceito de região nesse paradigma, Gomes (2000) afirma que:

A região é, ao mesmo tempo, o campo empírico de observação e o campo da verificação das relações gerais. A partir do método regional a dicotomia sistemático-particular desaparece em uma espécie de complementariedade inerente ao próprio conceito de região (GOMES, 2000, p.60).

Tal ideia é inspirada em Kant, que propôs uma separação entre as ciências sistemáticas de um lado, e, do outro, a Geografia e a História. Estas se identificam com o modelo

idiográfico que consiste na descrição dos fatos particulares e nos estudos dos fenômenos únicos, sem a intenção de formular leis de aplicação universal. As ciências sistemáticas são aquelas que se aproximam dos modelos nomotéticos, cujo embasamento encontra-se nas ciências naturais, e procuram leis gerais de aplicação universal (FERREIRA; SIMÕES, 1986).

Embora Hartshorne sinalize a importância de proceder aos dois modelos para analisar a região-idiográfico e nomotético, seus estudos se direcionaram mais para uma abordagem idiográfica do que para uma direção nomotética. Esta, cada vez mais interessará aos geógrafos contemporâneos. Devido a sua ampla repercussão no âmbito das discussões acerca dos paradigmas e metodologias do conhecimento geográfico, Hartshorne e a sua concepção de região estiveram no centro das críticas e dos debates que visavam a renovação do pensamento geográfico após os anos de 1950 (CLAVAL, 1976).

Neste processo de renovação do pensamento geográfico após os anos 1950, surgiu a Nova Geografia, embasada no positivismo lógico, e o conceito de região nessa corrente se opõe aos paradigmas e aos modelos associados ao determinismo ambiental, ao possibilismo e ao método regional. No âmbito desse novo contexto, a região foi concebida como um conjunto de lugares cuja diferença interna passa a ser menor do que o conjunto de outros lugares.

O surgimento de novas abordagens acerca do pensamento geográfico está ligado às transformações dos setores científico-tecnológicos, do meio social, econômico e cultural desencadeadas pela Segunda Guerra Mundial. Esse contexto abrangeu os aspectos filosóficos e metodológicos do pensamento geográfico, que foi denominado de “revolução quantitativa e teórica da Geografia” por Ian Burton (1977). Esse novo paradigma atentava à superação das dicotomias, dos modelos e dos procedimentos pautados na Geografia Clássica, buscando um enquadramento maior da ciência em questão no contexto científico global.

A região para a Nova Geografia foi vista como uma área para a expansão do sistema capitalista, bem como ao planejamento do Estado com vistas à maximização dos lucros e para a ampliação do capital além da exploração da força de trabalho. Sendo assim, a região era vista como uma criação intelectual marcada por interesses específicos, cujo dinamismo era centrado exclusivamente na ação do planejador (MORAES, 2000).

A Geografia Crítica, que também compreende o processo de reformulação do pensamento geográfico após a Segunda Guerra Mundial, concebe região como uma relação entre as distintas classes sociais articuladas aos modos de produção, modeladas pela ação do Estado e da sociedade local que, em conjunto com a sociedade global, produz uma dimensão

política (CORRÊA, 2003). Nesse caso, o mundo, atualmente, apresenta-se cada vez mais articulado e comandado pelas dinâmicas econômicas mundializadas que produzem, em diferentes territórios, um espaço único para o capital. Este momento de mundialização, de acordo com Santos (2008a), permite designá-lo de período do meio técnico-científico-informacional, caracterizado pela aceleração do capital, das coisas e das ideias em escala planetária.

A região, para a Geografia Crítica, é formada e composta por uma articulação entre uma série de variáveis, como por exemplo a população, o capital, o trabalho, o consumo, a cultura, dentre outros que atrelam-se no processo produtivo, desencadeando transformações constantes para tais regiões. Os interesses específicos centrados na ação do Estado com vistas à ampliação do capital como eram vistos pelos geógrafos quantitativos engendram uma série de técnicas em uma certa região que podem desencadear uma desestruturação de sua organização social, político-econômica e cultural. Um dos principais e importantes reflexos do planejamento do Estado com vistas à maximização do lucro em uma determinada região é a desigualdade social e a pobreza, sobretudo nos países subdesenvolvidos ou emergentes, bem como afirma Santos (2007):

Sem o planejamento teria sido impossível atingir-se uma intromissão tão rápida e brutal do grande capital nessas nações. Não cremos que seja exagero afirmar que o planejamento tem sido um instrumento indispensável à manutenção e ao agravamento do atraso dos países pobres, assim como ao agravamento ou à exacerbação de disparidades sociais [...] A serviço do planejamento a economia perdeu o seu status científico e se tornou simples ideologia, cujo fito é persuadir Estados e povos das vantagens daquilo que passou a ser chamado desenvolvimento: a venda da ideologia do crescimento aos Estados, a imposição de uma ideologia de sociedade de consumo às populações. Ambas combinadas induzem ao capital estrangeiro e à aceitação de um só parâmetro aplicável à economia, à sociedade, à cultura, à ética; em suma, à dependência e à dominação; à dominação através da dependência (SANTOS, 2007, p.13-15).

Esse processo de dominação e dependência é decorrente, especialmente, da imposição das técnicas de trabalho e de organização socioespacial estranhas a uma determinada região. Outro reflexo contraditório que merece mencionar, com a imposição das técnicas, é a migração. Esta aparece como uma possibilidade de defesa de uma determinada classe social, cujo espaço de origem foi invadido por técnicas que uma parcela da população assimilou e outra não (SANTOS, 1985).

No contexto do dinamismo global, que se impõe atualmente no espaço geográfico, algumas regiões se tornam mais capazes de receber os aparatos técnicos científicos que

permitem a reprodução das relações sociais, adaptando-se às mudanças na organização espacial. Contudo, existem regiões que não estão preparadas para receber tais aparatos, desencadeando em si intensas contradições socioespaciais, resultado de uma forte acumulação de capital de um lado, e da intensificação da pobreza de outro. Exemplo dessas discrepâncias socioespaciais encontra-se no espaço geográfico brasileiro, onde, ao longo da segunda metade do século XX, as técnicas, o planejamento e o capital se concentraram no Centro-Sul do país, deixando as demais regiões na dependência desta.

Esse processo reflete na região nordestina, tema de estudo deste capítulo. Importa mencionar que a dependência do Nordeste em relação às outras regiões do país transformou aquela região numa das principais áreas de evasão populacional que se tem conhecido no Brasil. Isso se deve, como será apresentado nesta pesquisa, pela falta de serviços públicos, tais como nos setores educacionais, na saúde, na questão de infraestrutura e mobilidade urbana, dentre outros serviços importantes para a assimilação das técnicas e para ingressar no mercado de trabalho, principalmente no contexto da reestruturação produtiva do capital que demanda certas técnicas específicas no que tange ao mundo do trabalho.

Vale lembrar-se, também, ao tratar do Nordeste brasileiro, do cientista Francisco de Oliveira e a inserção do conceito de região no âmbito econômico e político fundamentado nas premissas da reprodução do capital e das relações de produção. Nesse contexto, como aponta Oliveira (1993), os Estados que compreendem o Nordeste brasileiro expressam a história da formação político-econômica nacional, bem como suas diferenciações.

A grande região Nordeste do Brasil estende-se por uma área de mais de 1.500.000 km², sendo influenciada por diversos fenômenos, dentre eles, como afirma Andrade (1973), os geofísicos, como a estrutura geológica, o relevo, o clima e a hidrografia; o meio biológico, como a sua fauna e a vegetação; bem como a produção dada a esse espaço pelo homem (Figura 10). Esses fatores estão concomitantemente se articulando, e nesse processo resultam as paisagens naturais e culturais.

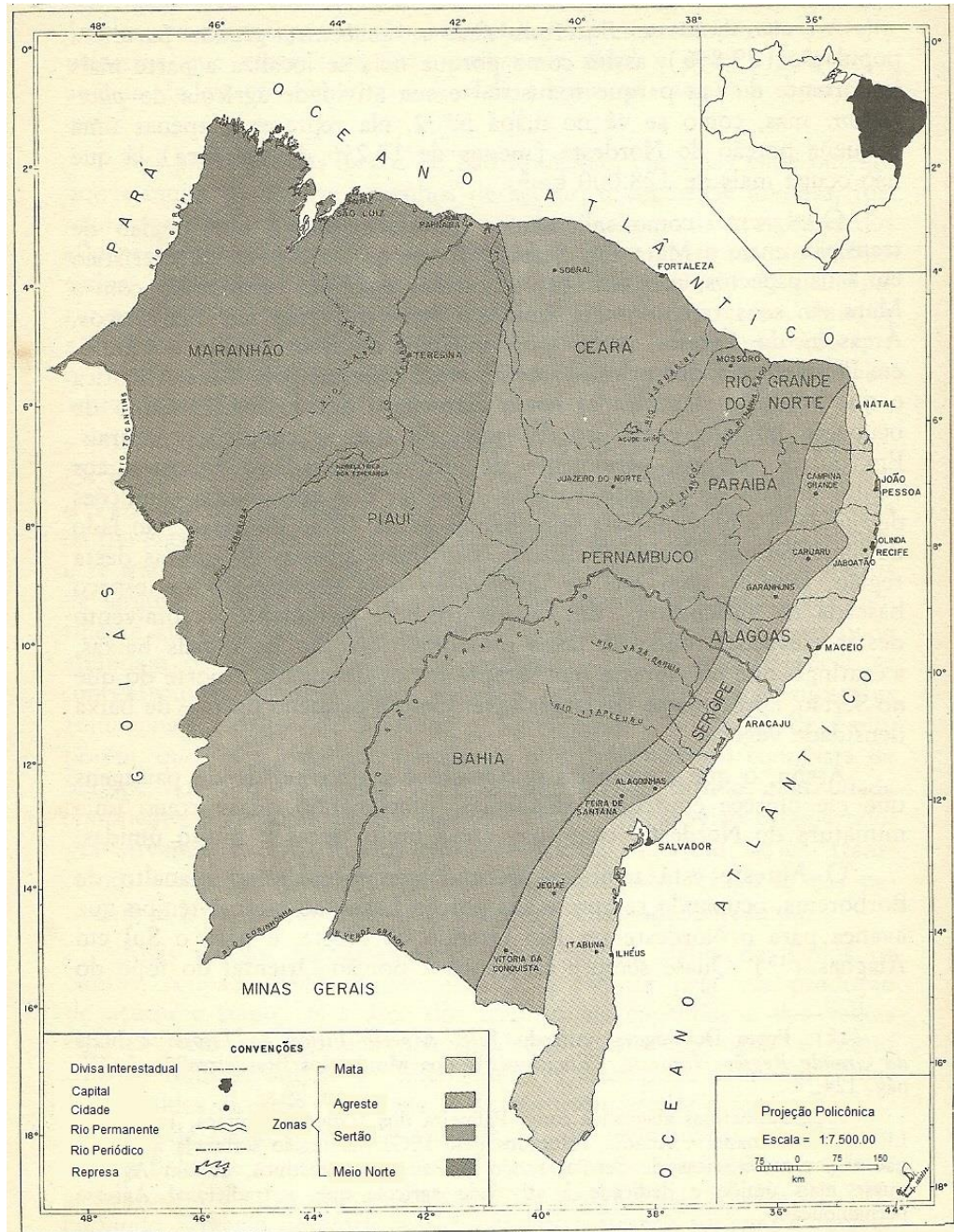


Figura 10: Sub-regiões geográficas e principais cidades do Nordeste.
Fonte: ANDRADE, 1973.

Em função da diversidade dos elementos naturais e aliados aos sistemas históricos de exploração capitalista, o Nordeste divide-se em quatro sub-regiões, naturais e geográficas a um só tempo, sendo impossível serem desconsideradas ao estudar essa região: a Zona da Mata, o Agreste, o Sertão e o Meio-Norte. A Zona da Mata compreende uma faixa litorânea desde o Rio Grande do Norte até o sul da Bahia, sendo também a zona de maior umidade da região e a principal atividade que se desenvolveu nesta porção foi a cana-de-açúcar. O Agreste é uma transição entre a Zona da Mata e o Sertão, historicamente colonizado por

criadores de gado, no entanto, propícia também para a agricultura destinada ao mercado interno. O Sertão é a porção mais extensa, que ocupa aproximadamente 49% do território nordestino. É também chamado de “Polígono das Secas”, uma área marcada expressivamente pelos baixos índices pluviométricos. A pecuária, milho, algodão são algumas das atividades praticadas no Sertão, além de alguns cactáceos, tais como mandacaru, facheiro, xiquexique, macambira e outros destinados à alimentação do gado. O Meio-Norte é uma transição entre o Nordeste e o Norte do Brasil, os índices pluviométricos já são maiores que no Sertão e a atividade extrativista é a mais marcante, além da agricultura, sendo o babaçu uma das principais atividades de extração dessa sub-região (ANDRADE, 1973).

Para entender como se deu a produção do espaço nordestino e a sua realidade atual, é necessário compreender o processo que a gerou, ou seja, a maneira como se deu a formação econômico-social produzida no país desde o início da ocupação portuguesa em território sul-americano. A noção de Formação Econômica Social (FES) foi elaborada por Karl Marx e Engels no século XIX e estudada em diversas obras, tais como o *18 Brumário*, *O Capital* e *A Ideologia Alemã*. O objetivo principal desses estudos era, de acordo com Marx (1975, 2006) e Marx; Engels (2001), além da sua importância para com o método histórico dialético, fornecer conhecimentos em sua totalidade, principalmente no que tange às forças externas que impulsionam e resultam na evolução diferencial de uma determinada sociedade. Lênin (1988) retomou essa categoria para fins científicos e políticos para compreender na sua totalidade o desenvolvimento do capitalismo na Rússia, bem como suas contradições que geraram a desintegração do campesinato daquele país. Observou Lênin que o processo de desintegração do campesinato consistiu na base sobre a qual se forma o mercado interno na produção capitalista.

Em se tratando do Nordeste brasileiro, a produção capitalista de seu território se deu logo nos primeiros séculos de expansão portuguesa além-mar, influenciada pelo capitalismo comercial. O território brasileiro foi apropriado e inserido no âmbito do capitalismo comercial mercantilista, sendo fornecedor de matéria-prima para o continente europeu. Primeiramente, o Pau-Brasil, posteriormente, a cana-de-açúcar, dentre outros recursos naturais e alimentares (OLIVEIRA, 1993). Esse período intensificou o processo que Marx (1975) chamou de Acumulação Primitiva (ou Original) do Capital, em que o modo de produção capitalista passou a apoiar a expropriação forçada dos meios de produção, resultando na concentração de excedentes e capital nas mãos de poucos e, em contrapartida, a maioria era forçada a se tornar trabalhador assalariado para sobreviver.

O processo que cria a relação capitalista não pode ser, assim, senão o processo que estabelece a dissociação entre o operário e seus meios de trabalho. A acumulação dita primitiva é, portanto, esse processo de dissociação entre o produtor e os meios de produção (MARX, 1975, p. 172).

O sistema de ocupação territorial introduzido pelos colonizadores portugueses durante todo o período colonial, influenciados primeiramente pela Acumulação Primitiva, resultou em sérios problemas sociais e ambientais no país, que permeiam na atualidade vigente. Logo nas primeiras décadas de ocupação do território brasileiro, o sistema de ocupação expropriou forçadamente a população indígena de seu meio de produção, a terra, e a transformou em mão de obra escrava. Posteriormente, veio a população africana para inserir-se, forçadamente, na rigidez do modelo colonial, no qual se perpetuou por aproximadamente 400 anos no país.

A expropriação forçada dos meios de produção, a concentração de excedentes e capital nas mãos de poucos e o trabalho sob o regime escravocrata consolidaram no país a grande exploração agrícola, pois as sesmarias eram, sobretudo, de grande extensão (ANDRADE, 1988). A sociedade dividiu-se em sesmeiros, muitos deles senhores de engenhos que, aliados aos comerciantes, dentre outros funcionários de alto escalão da Coroa que intermediavam as importações e exportações, formavam o grupo dominante da Colônia. Os negros e índios formavam a grande massa de excluídos, submetidos à rigidez do sistema colonial (FAORO, 1957).

A produção capitalista do espaço, como expõe Harvey (2006), dá-se em função de um jogo dialético entre as forças de concentração e dispersão das atividades geoeconômicas. O Nordeste, assim como todo o território brasileiro, foi inserido no processo de acumulação primitiva, e a sua relação com a metrópole portuguesa era fornecer matéria-prima e adquirir do país colonizador produtos manufaturados. Essa relação e contradição histórica devido às crises que atingiram o modelo colonial desencadearam e reproduziram diversos problemas ambientais, econômicos, sociais e políticos na região nordestina.

A concentração da propriedade fundiária continuou se intensificando após o período colonial, reproduzindo a má distribuição de renda e o trabalho precarizado. O sistema econômico à que o país foi submetido transformou historicamente o Nordeste em uma região de dispersão de matérias-primas e mão de obra, sobretudo de pouca qualificação, para regiões mais dinâmicas economicamente (ANDRADE, 1988).

As transformações políticas, econômicas e sociais que ocorreram no processo de formação da sociedade brasileira trouxeram expressivas mudanças nas formas sociais, todavia, conservaram em sua estrutura a rigidez que a dominou desde o período colonial: uma

pequena minoria da população se beneficiou das etapas de modernização, usufruindo das riquezas do país, enquanto uma grande maioria adquiriu o mínimo necessário para a sobrevivência.

Essa discrepância social não foi aceita de forma passiva pela sociedade brasileira ao longo de sua história. Diversos foram os conflitos travados contra os setores dominantes da sociedade. No período colonial, Andrade (1986) ressalta os primeiros conflitos pela ocupação e conquista da terra, bem como rebeliões que resultaram na formação de quilombos, onde a população procurava sobreviver com uma atividade agrícola de autoconsumo. Já no século XIX, no período regencial e imperial constituído após a independência do Brasil, as revoltas populares mais marcantes foram a Guerra dos Cabanos, em Pernambuco e Alagoas, a Balaiada, no Maranhão e no Piauí, Canudos, no interior do Estado baiano, dentre outros. Essas mobilizações têm em comum a reação contra um sistema agrário que não permitia o acesso à terra àqueles que nela trabalhavam. Esses movimentos foram duramente reprimidos pelas forças do governo, marcando, assim, a história rural do país:

A história rural brasileira está marcada tanto pelo massacre das populações pobres-indígenas, negros, caboclos e mulatos-, como pela luta entre as grandes famílias, sendo, a grande propriedade, o fruto da efetivação da violência (ANDRADE, 1991, p.40).

Embora o sistema escravocrata tenha desaparecido, o domínio do latifúndio perpetua ainda no país e, atualmente, aliado ao capital nacional e estrangeiro e aos interesses das grandes empresas multinacionais, como foi sinalizado no decorrer do Capítulo 1, não para de explorar e empobrecer os modos camponeses de produção, e isso reflete atualmente na região nordestina do Brasil.

Por ser uma região de povoamento bastante antiga, o Nordeste brasileiro adquiriu, ao longo do tempo, uma estrutura econômica social consolidada e estagnada até os anos finais do século XX. Embora nas últimas décadas a sua economia tenha adentrado no processo de reestruturação produtiva, essa modernização, seja ela agrícola ou industrial, vem fortalecendo mais os grandes grupos econômicos do Sudeste e internacionais do que a população regional. Por isso a necessidade de uma política consolidada visando o atendimento das populações locais, sobretudo do meio rural, bastante castigadas pela seca e pela falta de infraestrutura como um todo, além de incentivos agrícolas para a produção.

Face a isso, conforme será apresentado a seguir, o Nordeste teve o desenvolvimento de uma economia que findou em produzir um espaço marcado pela concentração de terras e a

presença hegemônica do latifúndio. Esse processo, entre outros motivos, refletiu na produção de uma condição social que solapa com os atuais trabalhadores rurais nordestinos que veem, na mobilidade forçada, uma alternativa de sobrevivência. Porém, muitos acabam fazendo desse tipo de mobilidade um destino definitivo, por se tratar de sair de uma situação de miserabilidade para o encontro de uma segunda, na qual oportunidades de relativa mobilidade social são atingíveis.

Embora atualmente haja também um fluxo migratório de retorno ao Nordeste, há de se considerar que este acontece principalmente com destino às grandes cidades nordestinas, as quais encontraram, nas últimas décadas, o caminho para uma urbanização e desenvolvimento econômico, mas que ainda são incipientes para contornar os graves problemas que atingem a população nordestina como um todo. Por isso, os fluxos de trabalhadores que migram para o noroeste paranaense são advindos majoritariamente da região do polígono das secas, composto por cidades periféricas e demograficamente pequenas, as quais raramente são alvo desse fluxo de retorno que as maiores cidades hoje vivenciam.

2.2 A população nordestina, a força de trabalho e a mobilidade forçada

O objetivo deste item é contextualizar características da população da região nordestina. Acredita-se que, com a descrição de dados, possa ser construído um perfil daquelas pessoas que tendem a migrar para outros lugares em busca de melhores condições de sobrevivência, a exemplo dos trabalhadores rurais que se dirigiram ao Paraná, estudados nesta pesquisa.

A população nordestina, de acordo com o IBGE (2010), aproxima-se dos 53.081.950 habitantes, distribuída de maneira irregular entre os seus nove Estados que compõem a região. Os Estados mais populosos são Bahia, Pernambuco e Ceará, como apresenta a Tabela 4. Importa destacar que o Estado do Ceará, onde se localiza o município de Jardim, localidade que será enfatizada neste estudo, é uma unidade que apresenta relativo grau de crescimento populacional, estando atrás do Maranhão, Sergipe e Rio Grande do Norte. Esse crescimento é devido às taxas de natalidade somado às imigrações, inclusive de retorno, para as maiores cidades. No caso de Jardim, assim como a maioria dos municípios periféricos e demograficamente pequenos, o processo predominante é emigratório.

Tabela 4: Distribuição da população nordestina por Estados, e variação entre os Censos de 2000 e 2010.

| <i>Estados</i> | <i>População</i> | | <i>Varição (%)</i> |
|---------------------|------------------|-------------|--------------------|
| | <i>2000</i> | <i>2010</i> | |
| Alagoas | 2.822.621 | 3.120.494 | 10,55 |
| Bahia | 13.070.250 | 14.016.906 | 7,24 |
| Ceará | 7.430.661 | 8.452.381 | 13,75 |
| Maranhão | 5.651.475 | 6.574.789 | 16,34 |
| Paraíba | 3.443.825 | 3.766.528 | 9,37 |
| Pernambuco | 7.918.344 | 8.796.448 | 11,09 |
| Piauí | 2.843.278 | 3.118.360 | 9,68 |
| Rio Grande do Norte | 2.776.782 | 3.168.027 | 14,09 |
| Sergipe | 1.784.475 | 2.068.017 | 15,89 |

Fonte: IBGE, Censos demográficos 2000, 2010.

Organização: Ribeiro, Vitor Hugo. 2014.

Os municípios mais populosos do Nordeste, segundo o IBGE (2010), são: Salvador-BA, com 2.669.845 habitantes; Fortaleza-CE, com uma população em torno de 2.448.184 pessoas; e Recife-PE e São Luís-MA, com, respectivamente, 1.534.231 e 1.014.000 habitantes aproximadamente. São localidades com mais de um milhão de habitantes da região nordestina. Salvador e Recife se localizam na Zona da Mata e Fortaleza está no Sertão nordestino. São Luís já compreende a sub-região Meio-Norte. Essas capitais, juntamente com as demais, Aracaju-SE, Maceió-AL, João Pessoa-PB e Natal-RN, foram construídas e desenvolvidas próximas ao litoral e, somente Teresina, capital do Estado do Piauí, se desenvolveu mais ao interior, distante aproximadamente 200 km do seu litoral.

Estima-se que a população rural do Nordeste, como expõe o Gráfico 1, está em torno de 14,3 milhões de pessoas, ou seja, aproximadamente 26% do total. O Brasil possui um total de 29,8 milhões de habitantes vivendo na zona rural. Nota-se, então, que somente o Nordeste concentra quase a metade de toda essa população que vive no campo.

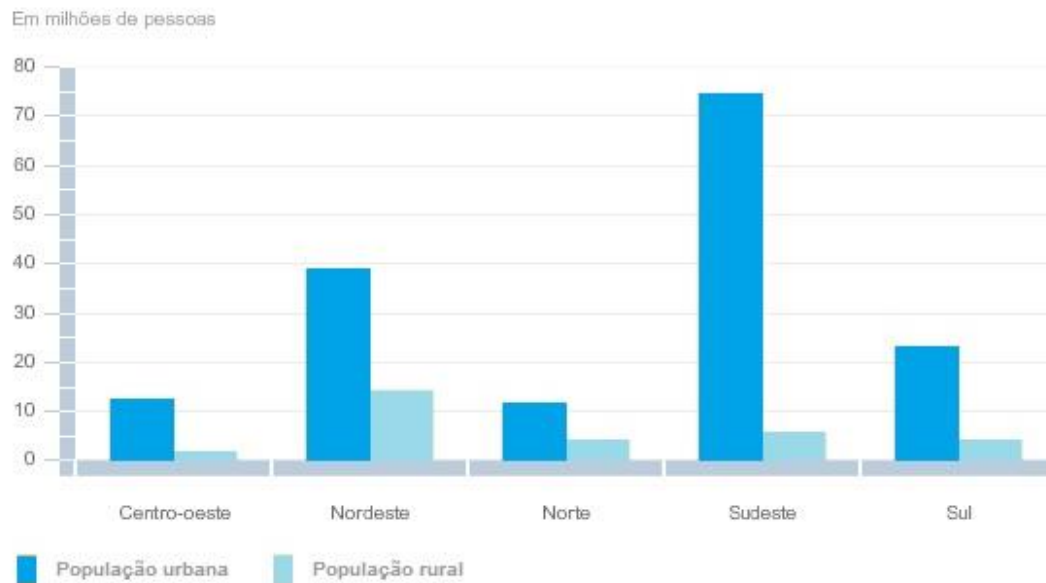


Gráfico 1: População brasileira absoluta por regiões geoeconômicas.
Fonte: IBGE, censo demográfico 2010.

O Brasil vem apresentando uma nova dinâmica populacional, com uma diminuição do crescimento demográfico e modificando a estrutura etária em função da queda das taxas de mortalidade e fecundidade. Com aumento da população adulta e uma redução de crianças e jovens, o país adquire um novo retrato demográfico, e isso condiciona novas demandas por políticas públicas específicas, sobretudo no mundo do trabalho.

Em se tratando da população nordestina, é possível perceber que ela segue o padrão de crescimento populacional do país. Houve, nos últimos dez anos, uma diminuição da população de crianças e jovens, sobretudo de idade entre 0 a 14 anos, e um maior crescimento da faixa etária adulta de 15 a 59 anos. A faixa etária de 60 anos ou mais também apresentou, em 2010, um relativo crescimento, como apresenta o Gráfico 2.

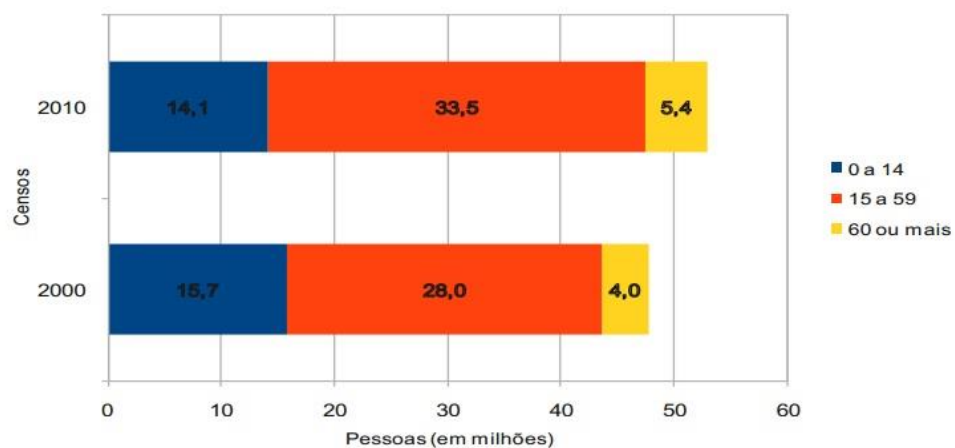


Gráfico 2: Distribuição da população do Nordeste por idade nos Censos 2000 e 2010.
Fonte: Banco do Nordeste, 2012.

É possível perceber, de acordo com a pirâmide etária do Nordeste, que entre os anos 2000 e 2010 ocorreu um processo de redução da população de 0 a 14 anos, diminuindo a base da pirâmide em 2010. Os Gráficos 3 e 4 denotam a existência de uma população maior, sobretudo de jovens adultos e adultos da faixa etária de 20 a 59. São as principais faixas etárias que compreendem a força de trabalho produtiva.

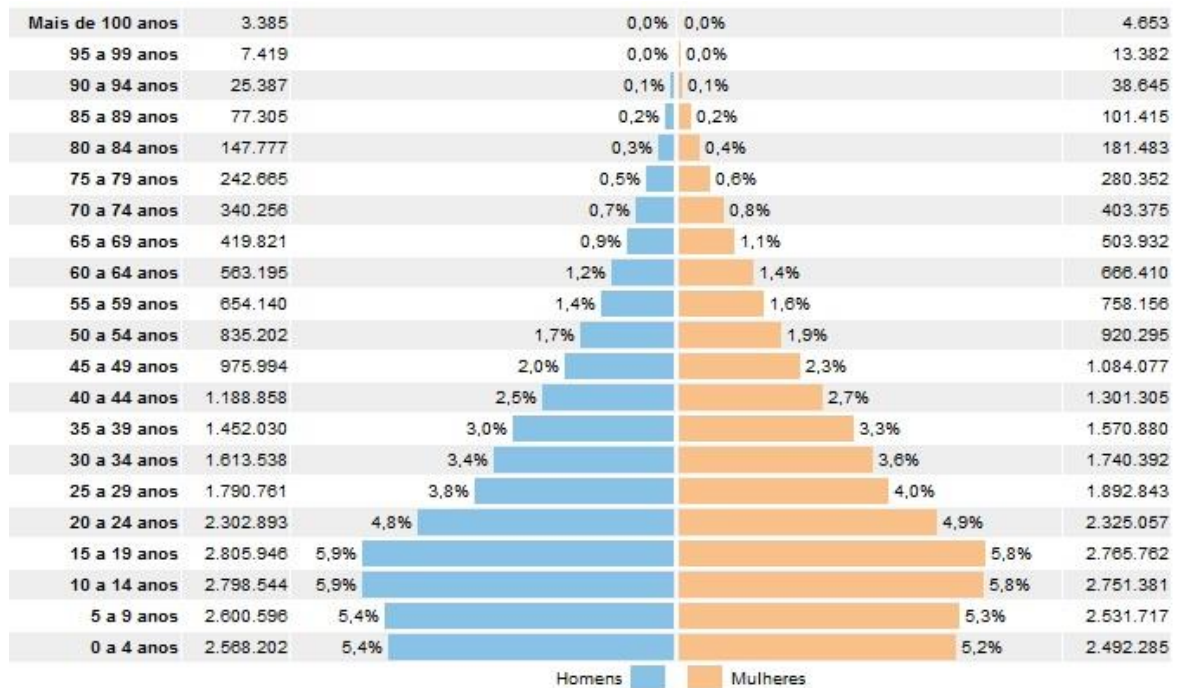


Gráfico 3: Distribuição da população do Nordeste por sexo, conforme os grupos de idades - 2000.
Fonte: IBGE, censo demográfico 2000.

Por compreender a maior parcela da população na faixa etária produtiva, a região nordestina necessita de mais investimentos em atividades econômicas para a inserção dessa população economicamente ativa no mercado de trabalho. É necessário, também, atentar-se às políticas públicas de infraestrutura básica como saúde, educação, moradia, saneamento, mobilidade urbana, dentre outras que proporcionem melhores condições e qualidade de vida para a população em geral.

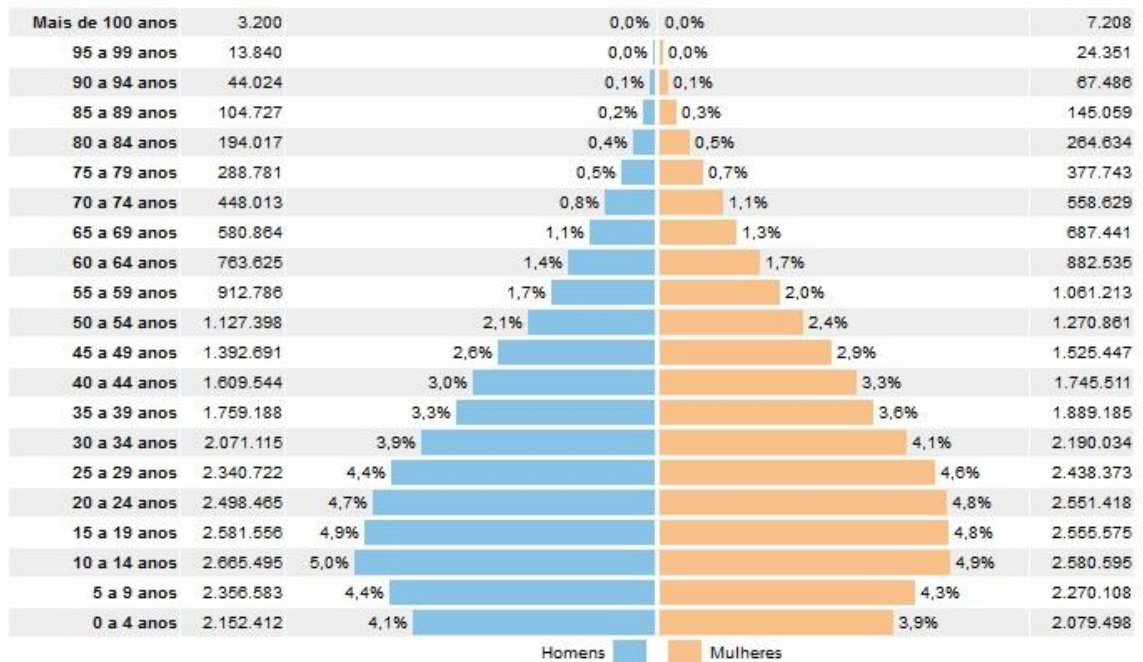


Gráfico 4: Distribuição da população do Nordeste por sexo, conforme os grupos de idades-2010.

Fonte: IBGE, censo demográfico 2010.

Percebe-se que a região nordestina, a segunda mais populosa do país, tem conhecido um novo estilo de vida, que vem influenciando o perfil de sua população. As transformações que as pirâmides mostram denotam que a região tem passado por uma reestruturação urbana, reflexo de melhorias na qualidade de vida das pessoas. Tais transformações são frutos, entre outros, principalmente de programas sociais do governo federal que, nas últimas décadas, têm dedicado atenção especial para as populações mais carentes, a exemplo do Programa Bolsa Família. Esse tipo de ação produz uma alteração na estrutura social, o que gera a mudança verificada, consequência de uma conscientização e acesso às informações.

Porém, tais ações são ainda incipientes, e a maioria da população padece de uma ampla emancipação social e produtiva. Afinal, embora sejam destinadas à toda população de baixa renda, nas cidades periféricas e demograficamente pequenas, as reais oportunidades de emancipação econômica são insuficientes, de modo que pouco se alterou a estrutura social dessas cidades. Há de se destacar que municípios como Jardim também possuem diminuição da base da pirâmide, porém, devido às altas taxas emigratórias, que serão tratadas no próximo capítulo.

É preciso ressaltar, também, que boa parte da população nordestina se encontra no meio rural. Como foi exposto, aproximadamente 26% da população vive na zona rural e depende desse meio para sobreviver. Contudo, devido à precariedade e falta de incentivos

para a produção, muitos jovens da faixa etária produtiva estão deixando as propriedades em direção aos núcleos urbanos em busca de empregos. Por não terem uma formação escolar e uma qualificação profissional de excelência que os permitam conseguir melhores condições de trabalho, muitos migram para outros Estados nordestinos ou até mesmo para outras regiões do Brasil em busca de oportunidades dentro de suas limitações.

Ao comparar o nível escolar da população rural e urbana, pode-se perceber a discrepância entre os dados, sendo maior o índice de analfabetismo na população rural, o que denota a falta de investimentos públicos para os jovens da primeira localidade, principalmente nas décadas passadas. Isso explica o que foi apresentado no primeiro capítulo, quando dados de investimentos do Banco Mundial no país foram apresentados (Figura 9).

De acordo com o Gráfico 5, menos de 70% da população rural acima de 33 anos era alfabetizada em 2010. São reflexos do desenvolvimento desigual e combinado em nosso país que, no decorrer do processo de mundialização econômica, intensificou a desigualdade socioeconômica no Brasil na medida em que os recursos e outros investimentos se concentraram em setores estratégicos, especialmente no Centro-Sul do Brasil.

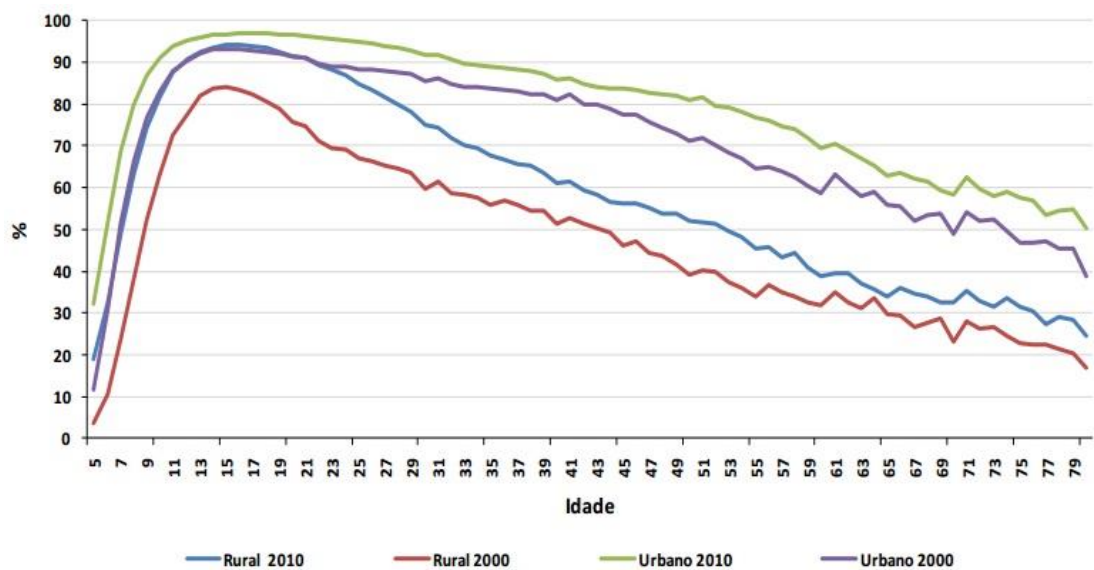


Gráfico 5: Proporção de alfabetizados por idade nas zonas urbana e rural do Nordeste - 2000 e 2010.
Fonte: Banco do Nordeste

Conforme os Censos do IBGE (2010a), no Brasil, existem aproximadamente 14 milhões de analfabetos plenos, ou seja, pessoas que não sabem ler nem escrever. Aproximadamente 39% dessa população compreende idosos, especialmente da região nordestina. A problemática maior está na região do semiárido. Com uma população de 22.598.318 habitantes (11,85% da população nacional e 42,5% da população do Nordeste),

estima-se que 24% da população acima de 15 anos não sabe ler e escrever, e a maior proporção dessas pessoas encontra-se em municípios com até cinquenta mil habitantes. No Brasil, especialmente na região nordestina, crianças e jovens oriundos principalmente do meio rural costumam trabalhar para complementar a renda familiar. Os baixos índices escolares refletem outros problemas econômicos e sociais que permeiam o país. Ao observar a questão escolar, os baixos índices de escolarização coincidem com a fome, com o desemprego e subemprego, com a carência de toda uma infraestrutura básica que visa a qualidade de vida para a população. Esses problemas que afligem grande parte da população brasileira, especialmente a nordestina, levam uma grande massa de trabalhadores a buscar novos espaços para sobreviver. São requisitos que estão concomitantemente articulados à mobilidade forçada.

No Nordeste brasileiro, tanto o movimento populacional intrarregional quanto a migração com destino às outras regiões do Brasil existem desde os primórdios da ocupação europeia nessa porção do território brasileiro. Formou-se, na região, uma das mais poderosas e dinâmicas correntes de migração do país. Um dos motivos dessa mobilidade, tanto micro quanto macromobilidade populacional, bastante colocado em pauta quando se trata do Nordeste brasileiro, é o problema da seca. Desde os primeiros séculos de colonização do Brasil, a seca tem marcado profundamente a sociedade nordestina. A escassez periódica de chuvas gera, desde os tempos coloniais, uma influência negativa na população rural. Porém, é preciso sinalizar também que os problemas climáticos não explicam toda a problemática que assola o Nordeste. A conjuntura nacional e o modelo econômico hegemônico, sobretudo após os anos de 1960, inseriram a região nordestina numa situação de dependência e subordinação às regiões mais dinâmicas do país, reproduzindo uma série de problemas sociais, econômicos, ambientais e políticos. É preciso ressaltar, como será visto mais adiante nesta pesquisa, que a seca é agravada por um viés político, isso porque acabou se tornando um negócio em poder das oligarquias locais, cujos latifundiários demandam recursos de nível federal em benefício próprio.

O processo de reestruturação produtiva após os anos de 1960, visando a integração do Nordeste ao mercado nacional, fez com que a região entrasse em um processo de modernização. A ação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) promoveu a diversificação e modernização industrial e agrícola, criando novos arranjos espaciais na economia da região. Todavia, é bom lembrar que essas mudanças não foram

acompanhadas de uma transformação social de fato, pelo contrário, consolidaram e intensificaram ainda mais a pobreza regional (SOUZA; MEDEIROS FILHO, 1983).

Isso se deve também ao caráter desigual e contraditório do processo de reestruturação produtiva do Brasil, como apontado no Capítulo 1. As principais atividades industriais, as grandes firmas e outros conglomerados empresariais se concentraram sobretudo na região Sudeste, deixando as demais regiões na dependência desta. Com isso, uma intensa macromobilidade da força de trabalho se desencadeou para essa região, fazendo com que o Nordeste entrasse em profundas crises no âmbito do trabalho pela falta de mão de obra qualificada para ser inserida em setores produtivos tecnificados. Os baixos investimentos em educação, tecnologia e em infraestrutura urbana, como saúde, saneamento básico e moradia, além da falta de custeios e financiamentos aos pequenos produtores familiares para gerirem suas propriedades em épocas de secas, fizeram com que boa parte da força de trabalho nordestina migrasse para outras regiões brasileiras a fim de conseguir melhores condições de vida e anseios.

Intrigante é o fato de que, mesmo com o passar dos anos, essa é a região do país que mais possui emigrantes. Segundo o IBGE (2010b), embora o percentual de emigrantes tenha diminuído, nessa região ainda predominam os casos de saída de população em busca de empregos e oportunidades em relação às demais regiões do país. O Instituto afirma, ainda, que o Nordeste também lidera a migração de retorno devido às conquistas sociopolíticas e desenvolvimento da região, um movimento que tem ganhado notoriedade principalmente pelas mídias nacionais, mas que na prática não representa uma realidade tão expressiva para a população. A citação a seguir atesta que esse movimento tem perdido força, possivelmente pelo fato de que muitos migrantes têm encontrado condições mais favoráveis em seus destinos:

Os estados da região Nordeste, tanto em 2000 quanto em 2010 apresentaram as maiores proporções de retornados quando comparados com as outras regiões do país, ultrapassando os 35,0% do total de imigrantes na maioria de seus estados entre 2005 e 2010, com exceção do Rio Grande do Norte (30,2%) e Sergipe (25,5%). Todos os estados nordestinos tiveram reduções na proporção de retornados, embora permanecendo como a região com as maiores proporções de imigrantes retornados do país (IBGE, 2010b, p. 05).

O IBGE (2010b) mostra ainda que as migrações de retorno têm acontecido devido à saturação dos espaços, fruto da ampla ocupação do território nacional. Isso gera novas correntes migratórias, ou de retorno, ou intrarregionais e de menores distâncias. Contudo, o sucesso no destino inibe esses tipos de migrações.

Como serão apresentados mais adiante nesta pesquisa, setores produtivos do agronegócio, sobretudo o energético, se beneficiaram e ainda se beneficiam de uma força de trabalho nordestina desprovida de bens de produção e de baixa escolaridade. Se por um lado o modelo de desenvolvimento brasileiro foi desigual e refletiu em sérios problemas sociais, econômicos e ambientais para uma grande parcela da força de trabalho, por outro, essa desigualdade favoreceu o setor energético, pois, por existir no país uma população desprovida de qualificação e estudos escolares, esses trabalhadores condicionaram às empresas a exploração da mais-valia, ou seja, a fórmula elementar de acumulação e reprodução capitalista. Afinal, a maior parte da População Economicamente Ativa (PEA) da região nordestina está inserida nas atividades agrícolas. A PEA nordestina compreende aproximadamente 24.014.000 trabalhadores (IBGE, 2012). Destes, 6.081.000, ou seja, 25,32%, trabalham nas atividades advindas do meio rural, conforme apresenta o Quadro 1.

| <i>Grupamentos de atividades do trabalho principal.</i> | <i>Nordeste</i> | |
|---|---|--|
| | <i>Pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas (Mil pessoas)</i> | <i>Pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas (Percentual)</i> |
| Total | 24 014 | 100 |
| Agrícola | 6 081 | 25,32 |
| Indústria | 2 168 | 9,03 |
| Indústria de transformação | 2 041 | 8,5 |
| Construção | 2 045 | 8,51 |
| Comércio e reparação | 4 273 | 17,79 |
| Alojamento e alimentação | 1 125 | 4,68 |
| Transporte, armazenagem e comunicação | 1 077 | 4,48 |
| Administração pública | 1 361 | 5,67 |
| Educação, saúde e serviços sociais | 2 186 | 9,1 |
| Serviços domésticos | 1 532 | 6,38 |
| Outros serviços coletivos, sociais e pessoais | 848 | 3,53 |
| Outras atividades | 1 296 | 5,4 |
| Atividades mal definidas | 21 | 0,09 |

Quadro 1: Distribuição da PEA por atividades do trabalho principal, 2012.

Fonte: IBGE, 2012.

Organização: Ribeiro, Vitor Hugo, 2014.

A expansão do setor energético nacional, incentivado por políticas públicas, também influenciou no processo emigratório do Nordeste em direção ao Centro-Sul. Em Ribeiro (2011), esse processo é amplamente apresentado, mas importa, neste momento, ressaltar que,

atualmente, milhares de trabalhadores nordestinos emigram em busca de emprego, a exemplo do setor sucroalcooleiro.

Nesse caso, o crescimento das cooperativas e usinas que beneficiam a cana-de-açúcar tem demandado por mão de obra para o trabalho rural, mesmo amparado pela tecnificação do meio produtivo. Somente no Estado do Paraná, no ano de 2013, a Usina Santa Terezinha LTDA mobilizou aproximadamente 1.550 trabalhadores homens, de origem nordestina e mineira, para o corte da cana-de-açúcar, sob relações de trabalho temporário. Estes tiveram a logística de transporte organizada e financiada pela usina e ficaram alojados nos municípios de Ivaté, Tapejara, São Tomé, Cidade Gaúcha, Rondon e Paranacity. Em todos esses municípios, existem unidades sucroalcooleiras do grupo Santa Terezinha LTDA.

Tabela 5: Municípios de destino dos trabalhadores temporários dos Estados nordestinos e Minas Gerais contratados pelo Grupo Santa Terezinha LTDA, 2013.

| <i>Municípios de destino</i> | <i>Trabalhadores Mobilizados</i> |
|------------------------------|----------------------------------|
| Cidade Gaúcha | 220 |
| Ivaté | 380 |
| Paranacity | 200 |
| Rondon | 190 |
| São Tomé | 160 |
| Tapejara | 400 |

Fonte: Trabalho de campo, 2013/14.
Organização: Ribeiro, Vitor Hugo, 2014.

Somente em Cidade Gaúcha, naquele ano, foram 220 trabalhadores, sendo todos acomodados em um alojamento. A grande maioria dessa força de trabalho é oriunda de Estados nordestinos, mas também tem um número significativo de mineiros, a saber, 37 trabalhadores, totalizando 16,8% dos alojados. É possível perceber, na Tabela 6, que 93 trabalhadores mobilizados para a Cidade Gaúcha, ou seja, 42,3%, foram do Estado da Bahia. Alagoanos foram 73 trabalhadores, que concernem 33,2% da amostragem. Os contratos de trabalho são feitos pela própria usina, e os representantes viajam até o Nordeste, visitam as cidades, negociam e mobilizam toda essa força de trabalho que tem um vínculo temporário seguindo a sazonalidade do cultivo da gramínea. Após a safra, os trabalhadores recebem todos os direitos trabalhistas, mas parte desses trabalhadores fica no município e tem seus contratos renovados com o setor, tornando-se migrantes definitivos.

Tabela 6: Origem dos trabalhadores mobilizados por Estados para Cidade Gaúcha- 2013.

| <i>Estado de Origem</i> | <i>Nb. cit.</i> | <i>Fréq.</i> |
|-------------------------|-----------------|--------------|
| Alagoas | 73 | 33% |
| Bahia | 93 | 42,30% |
| Ceará | 1 | 0,50% |
| Minas Gerais | 37 | 16,80% |
| Pernambuco | 14 | 6,40% |
| Piauí | 1 | 0,50% |
| Sergipe | 1 | 0,50% |
| TOTAL Obs. | 220 | 100% |

Fonte: Trabalho de campo, 2013/14.
Organização: Ribeiro, Vitor Hugo, 2014.

A Figura 11 apresenta o fluxo da mobilidade dos trabalhadores que foram para Cidade Gaúcha em 2013. Existem localidades de origem que se distanciam aproximadamente três mil quilômetros da cidade de destino. Esse fluxo, como foi estudado no capítulo anterior, compreende a macromobilidade física da força de trabalho, ou seja, mobilidades de grandes escalas espaço-temporais e interestaduais.

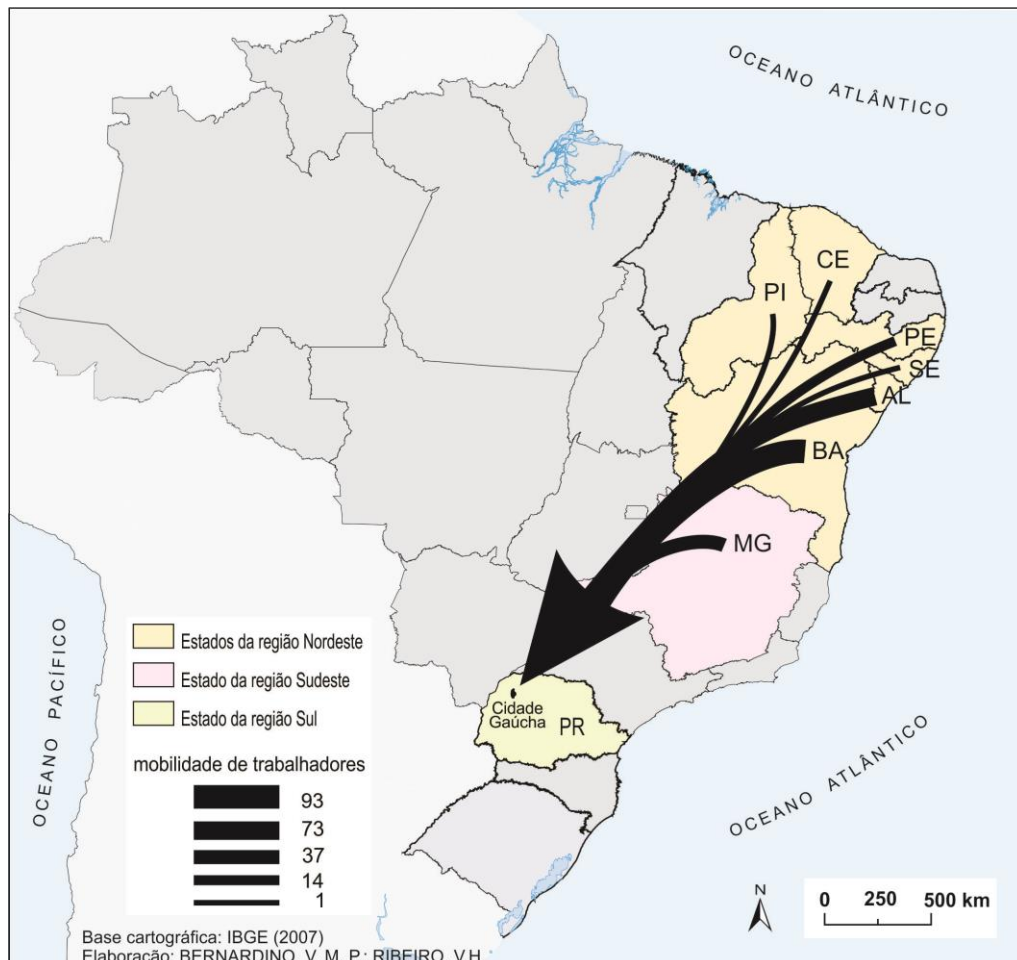


Figura 11: Fluxo de mobilidade de trabalhadores contratados pela Usina Santa Terezinha LTDA-Cidade Gaúcha, 2013/14.

Fonte: Trabalho de campo, 2013/14.

As cidades de origem desses trabalhadores são variadas. Ao todo, foram 45 cidades que tiveram trabalhadores mobilizados para Cidade Gaúcha (Quadro 2). A cidade que teve a maior emigração foi Iaçú-BA, com 63 trabalhadores migrados, ou seja, aproximadamente 28% da amostra. Nova Itarana-BA e Minas Novas-MG tiveram respectivamente 21 e 17 trabalhadores mobilizados. Com exceção os municípios de Maceió-AL, Fortaleza-CE, Arapiraca-AL e Feira de Santana-BA, as demais localidades compreendem, quase que exclusivamente, municípios demograficamente pequenos, com menos de 50 mil habitantes, salvo Iaçú-BA, que tem uma população estimada em 88.000 habitantes, de acordo com o IBGE (2010).

| <i>Município de origem</i> | <i>Num. Cit.</i> | <i>Município de origem</i> | <i>Num. Cit.</i> |
|----------------------------|------------------|------------------------------|------------------|
| Arapiraca/AL | 7 | Taquarana/AL | 2 |
| Igaci/AL | 8 | Atalaia/AL | 1 |
| Bom Conselho/PE | 12 | Maceió/AL | 1 |
| Capela/AL | 1 | Iaçú/BA | 63 |
| Viçosa/AL | 3 | Nova Itarana/BA | 21 |
| Traipu/AL | 6 | Fortaleza/CE | 1 |
| Grafbas/AL | 10 | Presidente Tancredo Neves/BA | 1 |
| Tanque d'arca/AL | 1 | Itaberaba/BA | 3 |
| Minador do Negrão/AL | 2 | Andaraí/BA | 1 |
| Belém/AL | 3 | Canto do Buriti/PI | 1 |
| Junqueiro/AL | 11 | Amargosa/BA | 1 |
| Quebrangulo/AL | 1 | Propriá/SE | 1 |
| Santana do Ipanema/AL | 3 | Santa Teresinha/BA | 1 |
| Jacaré dos Homens/AL | 1 | Brejões/BA | 1 |
| Feira Grande/AL | 1 | Feira de Santana/BA | 1 |
| Palmeira dos Índios/AL | 5 | Minas Novas/MG | 17 |
| Águas Belas/PE | 1 | Chapada do Norte/MG | 12 |
| Inajá/PE | 1 | Capalina/MG | 1 |
| Dois Riachos/AL | 1 | Jenipapo de Minas/MG | 3 |
| São Sebastião/AL | 2 | Araçuaí/MG | 1 |
| Anadia/AL | 1 | Francisco Badaro/MG | 2 |
| Passo de Camaragibe/AL | 1 | Monte Santo de Minas/MG | 1 |
| Batalha/AL | 1 | TOTAL Obs. | 220 |

Quadro 2: Municípios de origem dos trabalhadores migrantes de Cidade Gaúcha, quantidade citada e frequência- 2013/14.

Fonte: Trabalho de campo.

Organização: Ribeiro, Vitor Hugo, 2014.

É preciso destacar que, na época em que esses trabalhadores foram contratados, não estavam necessariamente em suas respectivas cidades. Muitos, por exemplo, se encontravam

em Iaçú-BA, ou em Minas Novas-MG, Graíbas-AL, dentre outras. São trabalhadores que se deslocam pelo Nordeste e Norte de Minas Gerais à procura de empregos sazonais no campo ou nos núcleos urbanos. Na região nordestina, essa cultura emigracional está no cotidiano da população. Muitos jovens adultos, principalmente aqueles oriundos do campo e que trabalham nas atividades advindas deste meio, migram para outras localidades em busca de novas oportunidades. Muitos deles são solteiros, mas também existem aqueles que deixam a família, enviam renda e após o serviço retornam às suas cidades.

Dentre os 220 trabalhadores que migraram à Cidade Gaúcha para trabalhar no corte da cana-de-açúcar, 40 eram casados e 180 solteiros. Isso compreende, respectivamente, 18% e 82% da amostra (Gráfico 6).

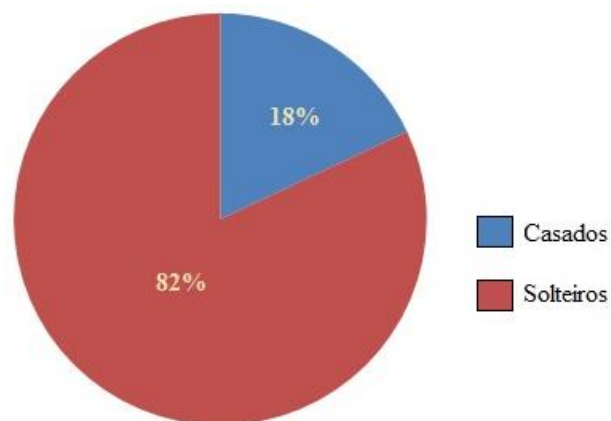


Gráfico 6: Proporção de trabalhadores migrantes casados e solteiros, 2013/14.

Fonte: Trabalho de campo, 2013/14.

Organização: Ribeiro, Vitor Hugo, 2014.

A idade desses trabalhadores compreende a faixa etária produtiva, dos 18 aos 59 anos. Contudo, 46,4% dos trabalhadores mobilizados são jovens adultos de 21 a 30 anos. O setor sucroalcooleiro não emprega menores de 18 anos no corte da cana-de-açúcar. Se juntarmos os jovens de 18 aos 30 anos, dariam pouco mais de 50% dessa força de trabalho. Esse fato denota falta de oportunidades para jovens que estão se inserindo no mercado de trabalho em suas regiões, o que legitima a necessidade de dispositivos de retenção para essa população em seus municípios de origem.

Tabela 7: Idade da força de trabalho mobilizada à Cidade Gaúcha para o corte da cana-de-açúcar, quantidade citada e frequência- 2013/14.

| <i>Idade</i> | <i>Num. cit.</i> | <i>Freq.</i> |
|-------------------|------------------|--------------|
| 18 a 20 | 14 | 6,40% |
| 21 a 30 | 102 | 46,40% |
| 31 a 40 | 59 | 26,80% |
| 41 a 50 | 31 | 14% |
| mais que 50 | 14 | 6,40% |
| TOTAL Obs. | 220 | 100% |

Fonte : Trabalho de campo, 2013/14.
Organização: Ribeiro, Vitor Hugo, 2014.

As localidades de origem são quase que exclusivamente municípios periféricos e demograficamente pequenos, e seus núcleos urbanos e o meio rural não oferecem oportunidades a essa força de trabalho. Outro fator negativo na vida desses trabalhadores é o baixo nível escolar. Como salientamos anteriormente, o baixo índice escolar ainda vem sendo uma realidade negativa na região, sobretudo no que se refere à educação no campo e aos municípios com até 50 mil habitantes. Percebe-se, na Tabela 8, que 104 trabalhadores, ou seja, 47,3%, possuem apenas as séries iniciais do ensino fundamental - 1º ao 5º ano. Já 28,6% concluíram as séries iniciais, porém não terminaram as séries finais do ensino fundamental - 6ª à 9ª série.

Tabela 8: Escolaridade dos cortadores de cana-de-açúcar, quantidade citada e frequência.

| <i>Escolaridade</i> | <i>Nb. cit.</i> | <i>Frég.</i> |
|-----------------------|-----------------|--------------|
| Sem estudos escolares | 31 | 14,10% |
| Primário incompleto | 22 | 10,00% |
| Primário completo | 104 | 47,30% |
| 1ºGrau incompleto | 63 | 28,60% |
| 1ºGrau completo | 0 | 0,00% |
| 2ºGrau incompleto | 0 | 0,00% |
| 2ºGrau completo | 0 | 0,00% |
| TOTAL Obs. | 220 | 100% |

Fonte: Trabalho de campo, 2013/14.
Organização: Ribeiro, Vitor Hugo, 2014.

Outra problemática somada à questão escolar é a composição étnica dessa força de trabalho que se direcionou à Cidade Gaúcha em 2013. A quase maioria dos trabalhadores são pardos (64,1%), seguidos pelos pretos, que compreendem 35,5% da amostra. Apenas 1

trabalhador se identificou como indígena. São reflexos da desigualdade social e também racial que ainda permeia o nosso país, demonstrando como esses grupos são os que mais padecem por uma inserção social mais efetiva.

Tabela 9: Etnia dos cortadores de cana-de-açúcar, quantidade citada e frequência.

| <i>Etnia</i> | <i>Nb. cit.</i> | <i>Fréq.</i> |
|-------------------|-----------------|--------------|
| Preta | 78 | 35,50% |
| Branca | 0 | 0,00% |
| Indígena | 1 | 0,50% |
| Parda | 141 | 64% |
| TOTAL Obs. | 220 | 100% |

Fonte: Trabalho de campo, 2013/14.
Organização: Ribeiro, Vitor Hugo, 2014.

Todos esses 220 trabalhadores mobilizados à Cidade Gaúcha para trabalhar no corte da cana-de-açúcar relataram que, durante a maior parte de suas vidas viveram no meio rural e, atualmente, como pode-se observar no Gráfico 7, 214 trabalhadores, ou seja, 97,3%, vivem ainda no meio rural. Somente 6 trabalhadores, no que diz respeito a 2,7% deles, vivem no meio urbano.



Gráfico 7: Local de moradia, quantidade citada- 2013/14.

Fonte: Trabalho de campo, 2013/14.
Organização: Ribeiro, Vitor Hugo, 2014.

Essa força de trabalho compreende a grande massa populacional excluída das políticas públicas locais nordestinas. São fenômenos que levam à mobilidade forçada com destino às outras regiões brasileiras. Outra localidade que também atrai força de trabalho, sobretudo da região Nordeste, é o município de Tamboara, principal lócus de estudo desta pesquisa. Contudo, a grande diferença que legitima a escolha dessa localidade para ênfase neste trabalho é o fato de essa mobilidade da força de trabalho ser de cunho permanente, enquanto a de Cidade Gaúcha ser predominantemente temporária. No decorrer da última década, centenas de trabalhadores migraram a Tamboara, motivados quase que exclusivamente para trabalhar na Usina Cooperativa Agrícola Regional de Produtores de Cana (COOPCANA) de São Carlos do Ivaí, município limítrofe.

Diferentemente de Cidade Gaúcha, a unidade de São Carlos do Ivaí tem outra dinâmica. Os trabalhadores migrantes têm seus contratos e registros efetivos e permanecem

no município, diferentemente da Usina Santa Terezinha que contrata essa força de trabalho de forma temporária. Como poderá ser observado na sequência deste capítulo, a realidade social contraditória dos trabalhadores permanentes é semelhante à realidade da força de trabalho temporária. Esses migrantes, ao se fixarem em Tamboara, vêm contribuindo com a dinâmica econômica local e com o crescimento populacional, condicionando novos significados à realidade vigente.

2.3 Alguns apontamentos sobre a força de trabalho nordestina em Tamboara-PR.

Num primeiro momento, torna-se imprescindível reafirmar que a ênfase deste trabalho é a macromobilidade física. Portanto, será enfatizado o município de Tamboara-PR, que concentra um interessante número de migrantes definitivos. O município em questão localiza-se na mesorregião Noroeste Paranaense do Estado do Paraná, coberta por arenitos da Formação Caiuá, onde originaram solos arenosos e predominam as formas de relevo suavemente onduladas com topos aplainados (MINEROPAR), propícias às atividades agrícolas. Porém, seus solos arenosos dificultam bastante a introdução de culturas ditas modernas como a soja, dentre outras.

A origem da cidade de Tamboara remonta a economia cafeeira, fundada em 1947 pela Empresa Colonizadora Engenheiro Beltrão. Tamboara foi desmembrada do município de Paranavaí em 1954, passando, então, a ter a sua administração própria. A Figura 12 apresenta a Igreja Matriz Santo Antônio de Pádua, localizada na Praça Brasil, no centro da cidade. O início das obras da igreja aconteceu em 1955, durante o auge do café, e a sua conclusão se deu no ano de 1973.



Figura 12: Igreja Matriz de Tamboara.
Foto: Ribeiro, Vitor Hugo, 2016.

O município de Tamboara reflete a história do Norte Paranaense, tendo o seu auge na época da atividade cafeeira e, posteriormente, com a mecanização agrícola, conheceu uma ampla evasão populacional. No auge do café, principalmente nos anos 1960/70, a população de Tamboara era em torno de 12.000 habitantes (RIBEIRO, et al, 2013), e a cidade possuía uma economia mais dinâmica, sendo, por exemplo, contemplada com um cinema, como apresenta a Figura 13, desativado mais tarde decorrente da crise cafeeira, que gerou uma considerada emigração da população local. Atualmente, o prédio é destinado a um restaurante.



Figura 13: Antigo cinema da cidade de Tamboara.
Foto: Ribeiro, Vitor Hugo, 2016.

Existem alguns barracões na cidade que remetem à época áurea do café, que consistiam em silos, dentre outros, cujo objetivo era o armazenamento do grão. A Figura 14 mostra uma das ruas de Tamboara, sendo a esquerda um antigo barracão de madeira e hoje compreende um armazém de bebidas, e a direita uma antiga loja de revenda de produtos agropecuários da Agrovale. No olhar de Santos (2008c), essas antigas formas são marcas do passado no presente. Se no passado funcionavam como cinema ou silos, hoje, essas formas adquiriram outras funções, adaptando-se às novas demandas da sociedade tamboarense.



Figura 14: Antigos depósitos de grãos de café.
Foto: Ribeiro, Vitor Hugo, 2016.

A economia local é movida pela agricultura, tendo a cana-de-açúcar, seguida pela mandioca e milho, os principais cultivos. A pecuária também é desenvolvida no município, porém, desde os anos 1987, a atividade se encontra em declínio. Naquele ano, as pastagens ocupavam 81,27% do uso do solo do município, mas, em 2011, representavam 44,37%, uma redução de aproximadamente 45%. A agricultura detinha aproximadamente 17,29% do uso do solo no ano de 1987, e em 2011 esta se expandiu para 50,09%. Esse aumento foi decorrente das novas atividades que se intensificaram no meio rural, como a mandioca e, principalmente, a cana-de-açúcar (RIBEIRO et al, 2013).

A atividade agrícola, como se pode observar na Figura 15, concentra-se principalmente na porção sul e sudeste do município, divisa com São Carlos do Ivaí, onde se encontra a Usina COOPCANA. A porção sul e sudeste do município de Tamboara se insere no raio de 25 km de atuação da Unidade sucroalcooleira no que diz respeito aos arrendamentos para a produção da gramínea. Distâncias maiores dificultam a logística e aumentam os gastos com transportes.

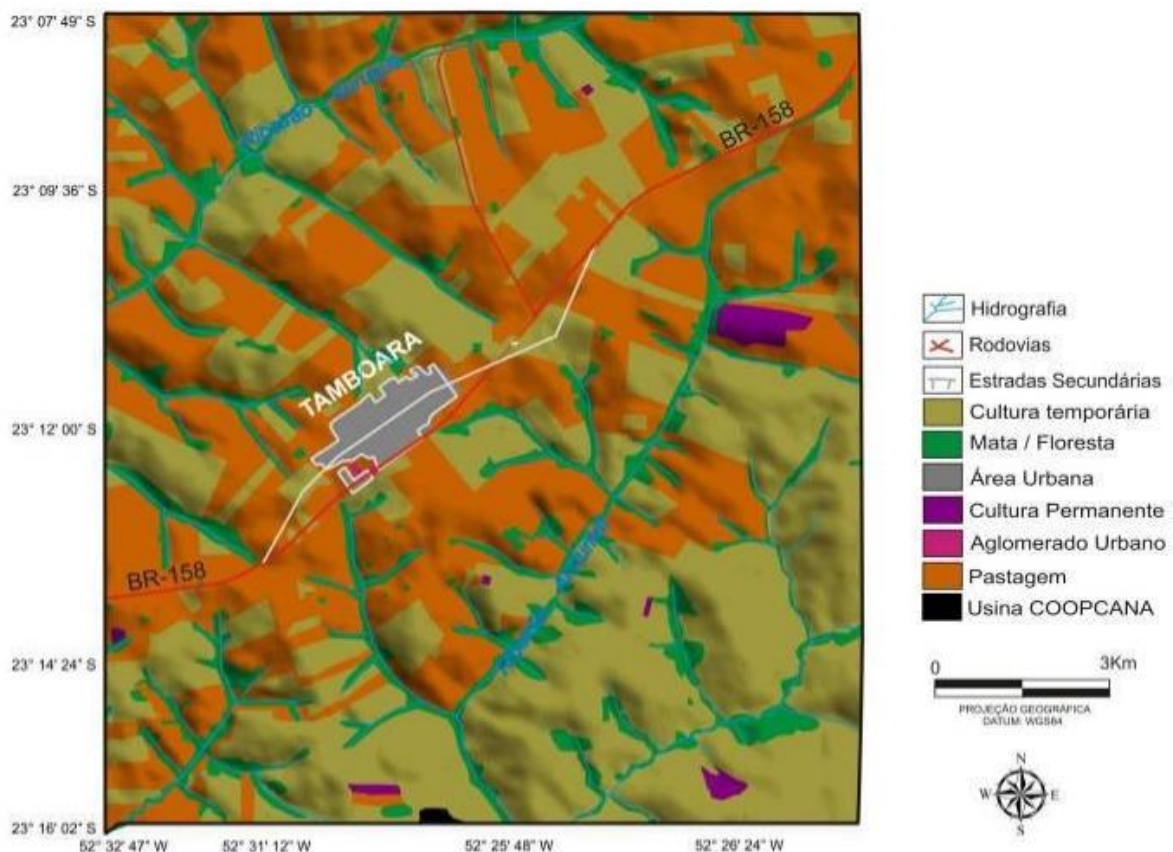


Figura 15: Transformação do uso do solo do município de Tamboara.
Fonte: SANTOS et al, 2010.

A Tabela 10 apresenta a classe de uso do solo, subdividida em vegetação arbórea, pastagens e agricultura. Embora a vegetação do município tenha aumentado de 1987 a 2011, ela foi fortemente desmatada, primeiramente com a introdução da atividade cafeeira seguindo o ritmo de expansão do modelo econômico do norte paranaense da primeira metade do século XX, e, posterior, com o processo de mecanização agrícola, com a introdução e intensificação de atividades como a pastagem, dentre outras.

Tabela 10: Transformação do uso do solo do município de Tamboara, por Classes.

| <i>Classe de Uso do Solo</i> | <i>1987</i> (%) | <i>2011</i> (%) |
|------------------------------|--------------------|--------------------|
| Vegetação Arbórea | 1,45 | 5,55 |
| Pastagens | 81,26 | 44,37 |
| Agricultura | 17,29 | 50,08 |
| Total | 100 | 100 |

Fonte: RIBEIRO et al, 2013.

A população do município de Tamboara se aproximou de 4.664 habitantes, de acordo com IBGE (2010). Destes, 668 viviam no meio rural e 3.996 no meio urbano. A PEA do município compreende 2.420 trabalhadores. A maior parte dessa força de trabalho, no que abrange 68%, trabalha no setor de serviços. No setor industrial, estima-se que um pouco mais de 6% da PEA está empregada, e o restante insere-se nas atividades advindas da agricultura (IPARDES, 2013).

Dos anos 2000 a 2013, o município recebeu um número significativo de trabalhadores nordestinos, aproximadamente 300 pessoas, mobilizados quase que exclusivamente para trabalhar nas atividades agrícolas, sobretudo voltadas ao setor sucroalcooleiro do município de São Carlos do Ivaí. A COOPCANA foi fundada nos finais da década de 1970, motivada pelas políticas do Programa Nacional do Álcool (PROALCOOL). Atualmente, a cooperativa possui 128 associados que cultivam e arcam com os custos da lavoura de cana-de-açúcar. Esse modelo de produção difere, por exemplo, dos segmentos do Grupo Santa Terezinha LTDA, que arrenda a terra e planta a gramínea.

No ano de 2012, a cooperativa plantou aproximadamente 3.500 alqueires de cana-de-açúcar e moeu 3.250.000 toneladas, produzindo 140.000 toneladas de açúcar e 175 milhões de litros de etanol (VIZZOTTO, 2012). A dinâmica da COOPCANA extrapola os limites municipais de São Carlos do Ivaí, de modo que os associados da cooperativa são oriundos de outros municípios, como Paranaíba, Alto Paraná, Tamboara, São Carlos do Ivaí, Nova

Aliança do Ivaí, Paraíso do Norte, Mirador e Amaporã. São localidades que estão no raio de atuação da usina, entre 25 a 30 km.

A Figura 16 apresenta a espacialização desses municípios e a territorialização da lavoura canavieira. A lavoura denominada “soca” pela Figura 16 refere-se às áreas provenientes da rebrota da cana. As áreas reformadas são aquelas onde o solo foi preparado para receber a cana ano-e-meio, ou seja, plantada nos meses de fevereiro e março de 2012 e que já estavam disponíveis para a colheita no ano de 2013. A cana ano-e-meio que não foram disponíveis para a colheita em 2013 denomina-se “em reforma”. As áreas em expansão são aquelas disponíveis pela primeira vez para a colheita da cana-de-açúcar (RUDORFF, et al, 2010).

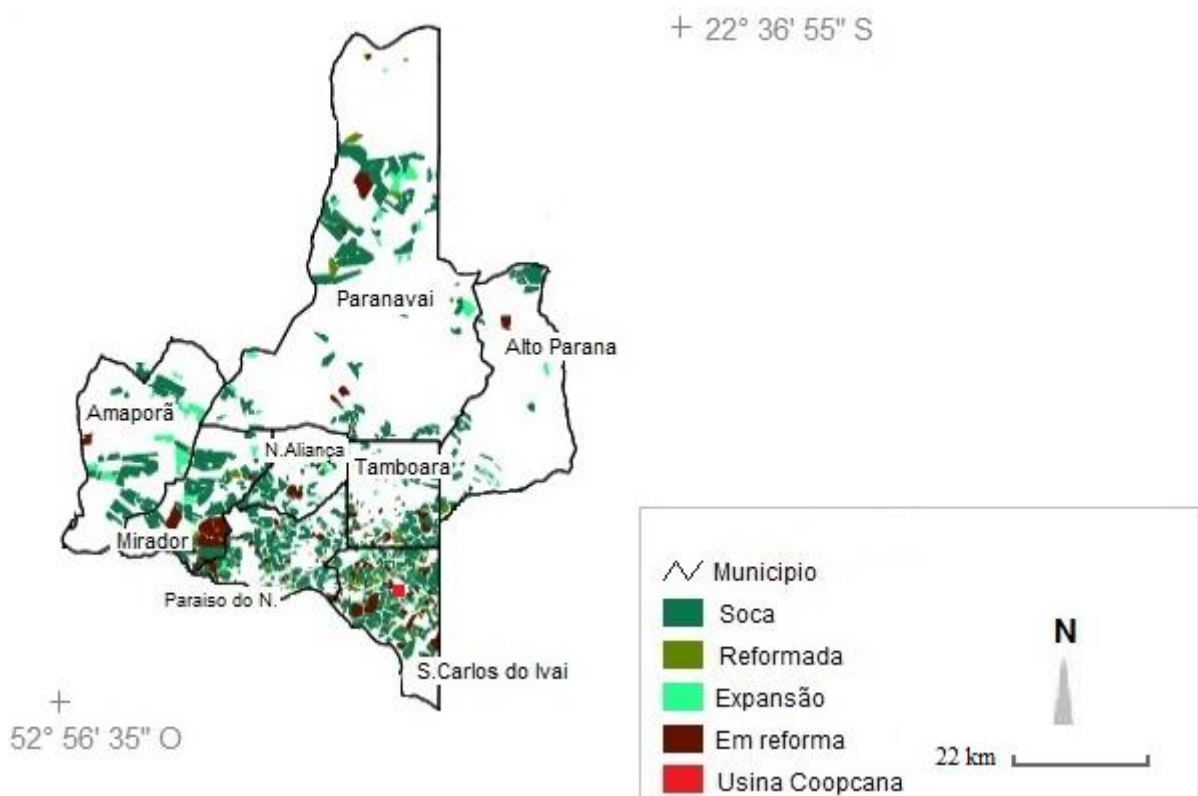


Figura 16: Municípios de atuação da Usina COOPCANA- 2013.

Fonte: Canasat, 2013.

Elaboração: RIBEIRO, Vitor Hugo 2014.

É preciso lembrar que esses espaços agrícolas destinados à gramínea não estão, necessariamente, ligados apenas à COOPCANA, mas também a outros segmentos do ramo sucroalcooleiro do Noroeste Paranaense. Um município pode gerar arrendamentos para duas ou mais unidades de produção, dependendo do raio de atuação das usinas. Esse fato pode

levar a intensas disputas e conflitos entre os segmentos para terem acesso à terra e aumentar a produção dos derivados da cana-de-açúcar e, conseqüentemente, seus lucros.

Os municípios de Paranaíba e São Carlos do Ivaí são os que mais plantam a cana-de-açúcar, ambos cultivando aproximadamente 12 mil hectares. No entanto, é necessário levar em consideração a área municipal. Embora o município de Paranaíba cultivasse, em 2013, um pouco mais de 12 mil hectares (Figura 17), a lavoura representava apenas 10% da sua área municipal, que tem aproximadamente 120.246 hectares. O município de São Carlos do Ivaí tem 22.507 hectares de território municipal, e a gramínea representava 53% de todo o espaço em 2013. E, localidades como Paraíso do Norte, que tem 20.456 hectares de área municipal, a cana-de-açúcar representava, em 2013, 43% de todo o território. Já em Tamboara, a lavoura canavieira em 2013 ocupava 26% da área municipal.

Esses, dentre outros fatos, são importantes porque quanto mais espaço agrícola a lavoura canavieira ocupar, menos diversificada será a agricultura desses municípios. Tamboara apresenta uma diversidade maior no que diz respeito à sua agricultura. Em trabalho anterior (RIBEIRO et al, 2013), foi constatado que o município em questão atenta ao fato e à importância pela diversidade agrícola, incentivando a agricultura familiar. Nos últimos anos, agricultores receberam recursos para manter a produção, proporcionando, então, uma possibilidade de manutenção de pequenos produtores no campo. Para tanto, incentivam-se produções voltadas ao pequeno produtor e não ao agronegócio, a exemplo da cana-de-açúcar. Assim, as políticas públicas se destinaram especialmente aos produtores que praticam a pecuária leiteira. A construção de um laticínio na localidade proporcionou novas alternativas de renda e fortaleceu o agricultor familiar, não apenas de Tamboara, mas também dos municípios de Nova Aliança do Ivaí, São Carlos do Ivaí, Paraíso do Norte e Mirador.



Figura 17: Área cultivada com a lavoura canieira por classes dos municípios de atuação da Usina Coopcana em 2013, em hectares.

Fonte: Canasat, 2014.

As atividades econômicas são fenômenos cruciais que polarizam e desencadeiam a mobilidade centrada no trabalho. De acordo com Perroux (1967), uma economia local gera uma certa autonomia e crescimento em uma determinada região, proporcionando funções significativas à demanda populacional, tanto interna quanto externa à região. Embora o município de Tamboara não seja um polo econômico da mesorregião Noroeste Paranaense, a localidade vem recebendo um fluxo importante de população na última década para ser inserida nas atividades rurais da Usina COOPCANA, sobretudo no corte da cana-de-açúcar, na mesma lógica do desenvolvimento industrial local.

Os segmentos agroindustriais do ramo sucroalcooleiro na Mesorregião Noroeste Paranaense funcionam como “economias de aglomeração” nos moldes de Perroux (1967), no sentido de, por meio de suas empresas (usinas ou destilarias), promover uma atração populacional devido a sua diversidade de bens de produção que proporcionam diferentes ofertas para o mercado de trabalho.

Essas empresas promovem a circulação dos fluxos monetários na economia regional, proporcionando efeitos diretos nessas cidades. O crescimento populacional vem aumentando, principalmente com a atração da força de trabalho, que acaba contribuindo com o desenvolvimento local. Esses segmentos também são importantes para manter a população em municípios demograficamente pequenos, como retratado em Ribeiro (2013), diminuindo a evasão populacional para as localidades mais dinâmicas do Noroeste Paranaense, como Cianorte, Paranavaí e Umuarama. Em contrapartida, tem-se a problemática em torno da atividade canaveira, especialmente no que tange à expansão da gramínea sob áreas produtoras de alimentos. Produtores familiares, por exemplo, deixam de produzir para arrendar as terras à usina, fragilizando o circuito alimentar local.

A Figura 18 apresenta os principais agentes que desenvolvem um território. Os atores são os sujeitos, ou seja, os trabalhadores que são mobilizados a uma atividade econômica de um determinado território. A articulação desses três fenômenos é importante para a modelização do território, ou seja, a transformação.

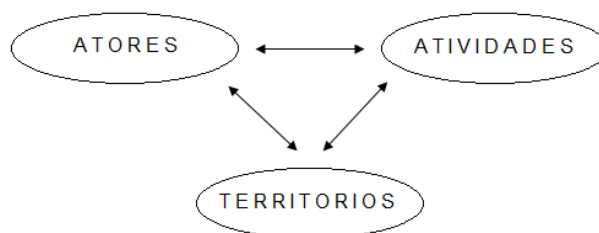


Figura 18: Trilogia baseada na gestão articulada de transformações territoriais.
Fonte: Benoît et al, 2006.

Os segmentos sucroalcooleiros são as principais atividades econômicas de muitas localidades do Noroeste Paranaense. As usinas e destilarias mobilizam a força de trabalho que atua nas localidades sedes ou próximas às unidades de produção, que acabam transformando o território e contribuem com o circuito econômico local. A Usina COOPCANA, embora esteja instalada no município de São Carlos do Ivaí, atua nas localidades de seus associados, gerando renda e emprego. Como foi ressaltado anteriormente, somente em Tamboara, na

última década, aproximadamente 300 migrantes chegaram à procura de emprego no segmento energético. Muitos desses trabalhadores são oriundos de Estados nordestinos.

Como no exemplo de Cidade Gaúcha, onde o Grupo Santa Terezinha LTDA mobilizou 220 trabalhadores para o corte da cana-de-açúcar, a unidade COOPCANA também mobiliza força de trabalho nordestina para o trabalho manual no meio rural. No município de Tamboara não existe alojamento para esses trabalhadores, e os contratos são efetivos e não temporários, como acontece com os migrantes de Cidade Gaúcha. A migração que se assiste em Tamboara na última década é permanente. Os trabalhadores migraram, adquiriram moradia ou alugaram-na e ficaram na cidade. Muitos, como pode-se notar na sequência, vieram acompanhados de parentes ou amigos.

2.3.1 Caracterização dos trabalhadores migrantes de Tamboara

O perfil da força de trabalho migrante de Tamboara é semelhante àqueles que se mobilizaram a Cidade Gaúcha. A diferença, como foi sinalizado, é que esses trabalhadores não têm vínculo temporário com a Usina COOPCANA, e sim efetivo. Nesse caso, não apenas homens migraram à cidade, mas também mulheres e crianças. Em alguns casos, o chefe de família migrou e trouxe consigo sua esposa e filhos. Desde o início dos anos 2000, o município vem recebendo migrantes nordestinos para trabalhar, principalmente, na Usina COOPCANA. O Gráfico 8 apresenta a época em que esses trabalhadores migraram a Tamboara.

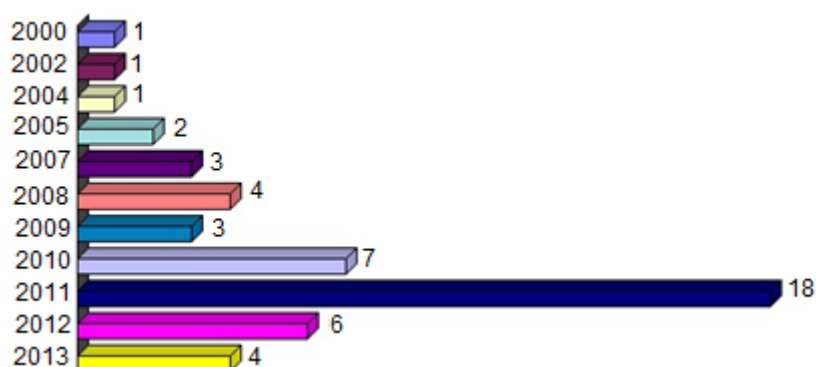


Gráfico 8: Período de migração de trabalhadores a Tamboara - 2000 a 2013, por quantidade de migrantes.

Fonte: Trabalho de campo, 2013/14.
Organização: Ribeiro, Vitor Hugo, 2014.

Após 2002, sob o governo do então presidente Luis Inácio Lula da Silva, políticas públicas e financiamentos foram destinados ao ramo energético, aumentando, então, a produção do etanol combustível que proporcionou novas frotas de veículos *flex fuel*. Uma das consequências dessas políticas públicas foi o aumento das culturas canavieiras e das atividades afins. A área nacional destinada ao plantio da cana-de-açúcar chegou a 4.879.841 hectares no ano de 2000, e em 2014 expandiu-se para 10.472.169 hectares (IBGE, 2014). Isso denota a expressividade do setor, que aumentou 214% aproximadamente sua área no período mencionado.

No que tange à colheita da cana-de-açúcar, importa mencionar que o setor tem vivenciado intensas transformações, principalmente com a mecanização do corte, o que tem causado mudanças na estrutura de trabalho. Estas têm se dinamizado pelo espaço nacional como um todo, alcançando o Noroeste Paranaense. Essa região tem conhecido uma escassez de oferta de força de trabalho local destinada a esta prática. Com isso, a demanda pela mobilidade forçada de trabalhadores de outras regiões do país tem-se acentuado, a exemplo do que se percebe no município de Tamboara-PR. Assiste-se, desde então, uma intensa mobilidade da força de trabalho para o corte da cana-de-açúcar, sobretudo no Centro-Sul brasileiro, onde se concentra a produção e a lavoura canavieira do país e, mais especificamente, na região em estudo.

De acordo com a realidade estudada, nos anos de 2010, 2011 e 2012 ocorreram os maiores fluxos de mobilidade, culminando com o período em que a COOPCANA passou a investir mais na produção e na expansão de suas lavouras. Em 2010, de um total de cinquenta trabalhadores entrevistados (aproximadamente 16% do universo que é em torno de 300), migraram sete trabalhadores nordestinos, e em 2011 e 2012 dezoito e seis, respectivamente. Esses dados concernem a 14%, 36% e 12% do total.

Se a força de trabalho migrante de Cidade Gaúcha era oriunda principalmente dos Estados de Alagoas, Bahia e Minas Gerais, os que se dirigiram a Tamboara são quase que exclusivamente oriundos do Ceará. Como se pode observar na Figura 19 e na Tabela 11, dos cinquenta entrevistados, quarenta e dois são cearenses, totalizando aproximadamente 84% da realidade estudada. No que tange ao Estado da Bahia, seis trabalhadores, ou seja, 12% migraram ao município.

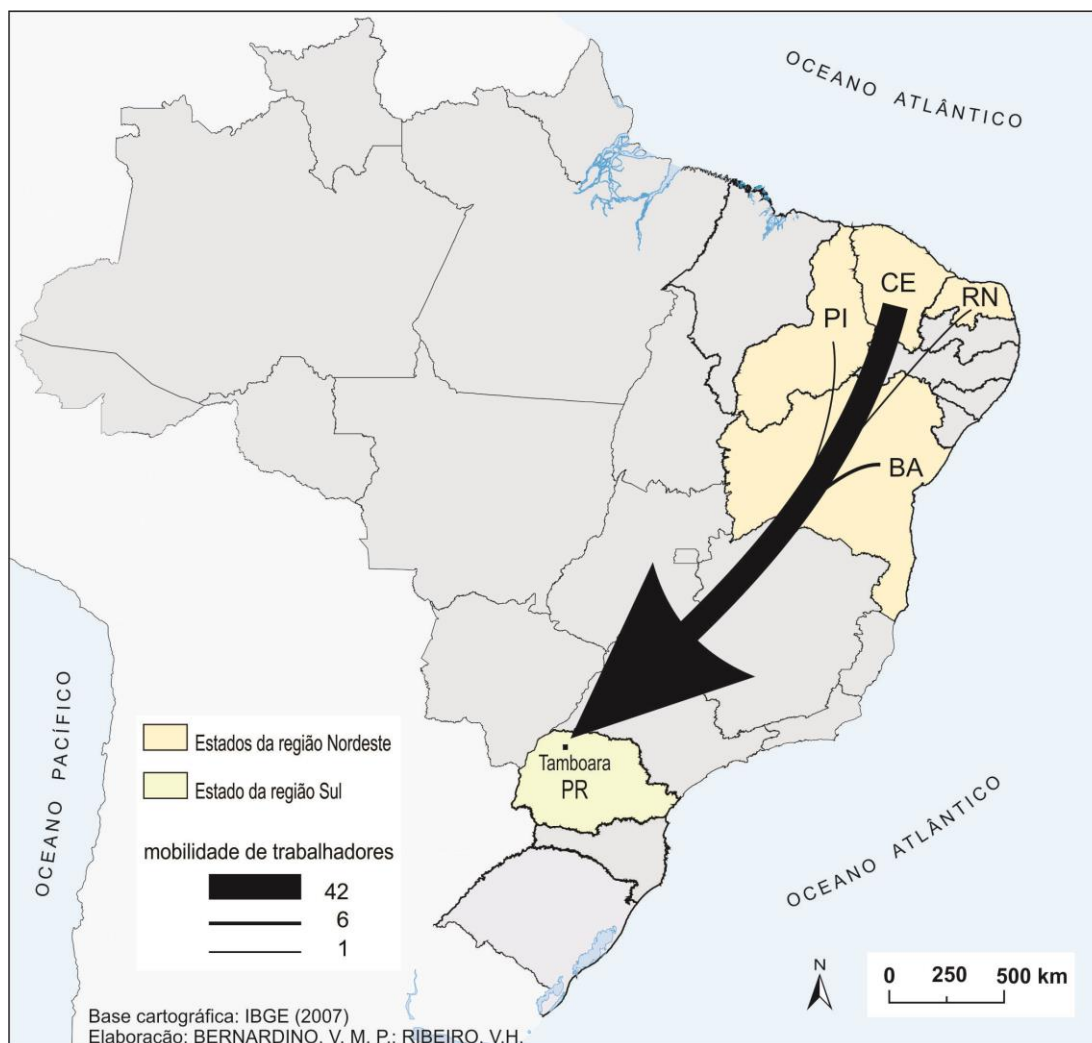


Figura 19: Fluxo de trabalhadores migrantes para Tamboara, 2000 a 2013.
Fonte: Trabalho de campo, 2013/14.

No caso dos trabalhadores de Tamboara, diferentemente de Cidade Gaúcha, onde os migrantes recebem ajuda de custo para a viagem, às vezes até com o fretamento do ônibus, eles não possuem nenhum tipo de incentivo ou custeamento por parte da COOPCANA. O percurso desses trabalhadores à cidade de destino é feito de “ônibus de linha”, ou seja, de transporte interestadual, de modo que a Viação Gontijo foi a principal empresa a ser procurada para fazer o trajeto. Os trabalhadores oriundos dos Estados do Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte optaram por ir até Salvador-BA, para virem ao Paraná. Essa empresa de transporte rodoviário faz um percurso de Salvador a Assunção-PY, sendo o principal meio de transporte de passageiros por acesso rodoviário ao Paraná. Embora sejam exacerbadas as despesas com o deslocamento, a maioria dos trabalhadores consegue emprego em Tamboara e arca com os custos, compensando o gasto, diante da perspectiva de conseguirem uma melhor qualidade de vida para suas famílias.

Tabela 11: Estados de origem dos trabalhadores migrantes de Tamboara, quantidade citada e frequência- 2000 a 2013.

| <i>Estado de origem</i> | <i>Nb.cit</i> | <i>Fréq.</i> |
|-------------------------|---------------|--------------|
| Ceará | 42 | 84% |
| Bahia | 6 | 12% |
| Piauí | 1 | 2% |
| Rio Grande do Norte | 1 | 2% |
| Total Obs. | 50 | 100% |

Fonte: Trabalho de campo, 2013/14.
Organização: Ribeiro, Vitor Hugo, 2014.

O município de Jardim, no Estado do Ceara, é a localidade de origem da maioria da força de trabalho migrante de Tamboara (Gráfico 9). De um total de cinquenta trabalhadores, vinte e oito são oriundos desta cidade, o que corresponde a 56% da realidade estudada. O município próximo, Barbalha, é o local de origem de onze trabalhadores, ou seja, 22% do estudo de campo. Os municípios de Araripe-CE e Irecê-BA foram origem de dois e quatro trabalhadores, respectivamente, correspondendo a 4% e 8% dos migrantes. As demais localidades somam 10% da amostra.

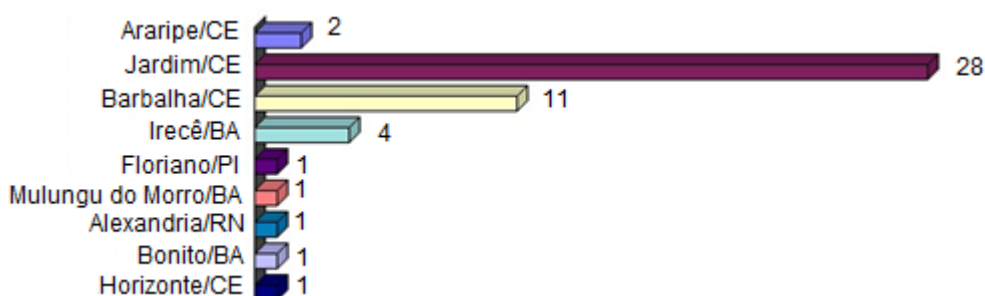


Gráfico 9: Municípios de origem dos trabalhadores migrantes, quantidade citada- 2000 a 2013.

Fonte: Trabalho de campo, 2013/14.
Organização: Ribeiro, Vitor Hugo, 2014.

Observa-se que o número de habitantes dos municípios de origem dos trabalhadores é superior à população da localidade de destino. Tamboara possuía, de acordo com o censo demográfico de 2010, aproximadamente 4.664 habitantes. O que se assiste atualmente na economia sucroalcooleira é uma migração diferenciada do padrão comum. No universo da atividade canavieira, o trabalhador normalmente migra com destino a uma cidade demograficamente menor. O que diferencia Tamboara dos municípios de origem, além de

uma melhor infraestrutura básica, é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH¹¹), que se aproxima de 0,75, considerado alto pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

O município de Floriano-PI foi o único que apresentou, em 2010, um IDH considerado alto, 0,7. Já Araripe-CE, Mulungu do Morro-BA e Bonito-BA, com IDH entre 0,500 a 0,599, são considerados baixos. As demais localidades com IDH entre 0,600 a 0,699 são consideradas médias (Tabela 12).

Tabela 12: Municípios de origem dos trabalhadores migrantes, população e IDH- 2010.

| <i>Municípios de origem</i> | <i>População (em habitantes)</i> | <i>IDH</i> |
|-----------------------------|----------------------------------|------------|
| Araripe-CE | 20.689 | 0,584 |
| Jardim-CE | 26.697 | 0,614 |
| Barbalha-CE | 55.323 | 0,683 |
| Irecê-BA | 66.181 | 0,691 |
| Floriano-PI | 57.690 | 0,7 |
| Mulungu do Morro-BA | 12.270 | 0,566 |
| Alexandria-RN | 13.507 | 0,606 |
| Bonito-BA | 14.834 | 0,561 |
| Horizonte-CE | 55.187 | 0,679 |

Fonte: IBGE Censos demográficos, 2010.
Organização: Ribeiro, Vitor Hugo, 2014.

É preciso ressaltar, também, que o IDH não explica toda a problemática que solapa determinadas regiões do país. A questão étnico-social ainda é um dilema na sociedade brasileira. Embora atualmente tenham ocorrido um avanço socioeconômico e melhorias de vida da população negra, com acesso aos serviços, às cotas para o ingresso ao ensino superior etc., esses avanços não contemplam a grande maioria. Por mais que os jovens negros, hoje, tenham mais oportunidades que os mais velhos, o abismo racial no Brasil ainda não chegou ao fim. Os serviços no corte manual da cana-de-açúcar refletem essa questão. Dentre aqueles que migraram para Tamboara, 84% se consideraram da etnia parda e 14% preta. Esses dois grupos étnicos compreendem 88% da realidade estudada (Tabela 13).

¹¹ O IDH tem por objetivo medir a expectativa de vida ao nascer, a educação, o PIB per capita e outros indicadores do padrão de vida. Quanto mais próximo de 1, melhor o país ou o município, melhores investimentos em saúde e em educação e segurança e menor a desigualdade social e concentração de renda, dentre outros.

Tabela 13: Grupos étnicos dos trabalhadores migrantes de Tamboara, quantidade citada e frequência.

| <i>Etnia</i> | <i>Nb. cit.</i> | <i>Fréq.</i> |
|-------------------|-----------------|--------------|
| Preta | 7 | 14% |
| Branca | 1 | 2% |
| Indígena | 0 | 0% |
| Parda | 42 | 84% |
| Total Obs. | 50 | 100% |

Fonte: Trabalho de campo, 2013/14.
Organização: Ribeiro, Vitor Hugo, 2014.

Considerando a realidade escolar, percebe-se que os baixos índices permeiam essa categoria étnica e essa força de trabalho. Embora os entrevistados, quando frequentaram as escolas, tenham realizado estudos pautados na antiga nomenclatura (1º e 2º Graus), vale ressaltar que, de acordo com o Gráfico 10, vinte e um trabalhadores, 42% do grupo estudado, não concluíram o que hoje corresponde aos anos iniciais do ensino fundamental, ou seja, têm menos de cinco anos de estudo escolar. Apenas cinco trabalhadores, ou seja, 10% dos entrevistados, terminaram o atual ensino médio.

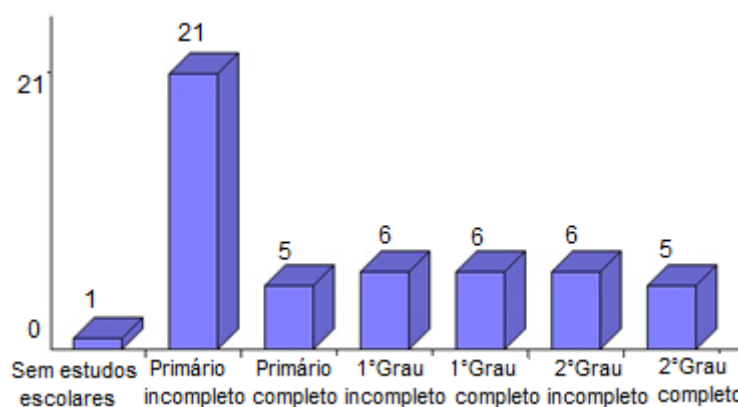


Gráfico 10: Nível escolar dos cortadores de cana migrantes de Tamboara.

Fonte: Trabalho de campo, 2013/14.
Organização: Ribeiro, Vitor Hugo, 2014.

Os baixos índices escolares refletem diretamente no mercado de trabalho. Os serviços no meio rural empregam quase que exclusivamente trabalhadores com baixa escolaridade. Os que terminam o atual Ensino Médio dispõem de novas e melhores oportunidades nas unidades de produção, inclusive para uma melhor qualificação, a exemplo de cursos técnicos. Embora a grande maioria dos cortadores migrantes sejam inseridos no corte da lavoura, o setor oferece cursos profissionalizantes para os trabalhadores migrarem a outros postos de trabalho, como

motoristas, fiscais de produção, no que tange à mecânica e à manutenção, dentre outros, proporcionando, então, uma relativa mobilidade social dessa força de trabalho.

É preciso que fique claro que nem sempre a maior qualificação da força de trabalho proporciona soluções para a mobilidade social ou o aumento da renda. Se os trabalhadores, sejam eles do setor canavieiro ou de outros ramos das atividades agrícolas, melhorassem o nível de qualificação, um dos resultados seria uma intensa concorrência entre eles, com provável diminuição dos salários. Nesse sentido, aponta Singer (1999) que

a qualificação maior interessa ao trabalhador individual para obter uma vantagem na luta por empregos, mas só traria vantagens aos trabalhadores em conjunto se fosse possível negociar escalas de salário que remunerassem melhor os de mais qualificação, sem reduzir o ganho dos menos qualificados (SINGER, 1999,p.120).

Para que ocorra de fato a mobilidade social, é necessário garantir ao trabalhador, seja ele cortador ou trabalhador interno, não apenas a qualificação, mas também direitos trabalhistas, assistências hospitalares, além de investir na infraestrutura urbana a fim de possibilitar uma melhor qualidade de vida e inserção afetiva na cidade.

O Gráfico 11, a seguir, apresenta as principais atividades rurais atualmente exercidas pelos trabalhadores estudados nesta pesquisa desenvolvida em Tamboara. Percebe-se que a grande maioria, quarenta e quatro trabalhadores, ou seja, 88%, trabalham no corte da cana-de-açúcar. A atividade de bituqueiro(a), por exemplo, é aquela responsável pela retirada dos restos de cana que sobram no solo após o corte. Esses serviços são feitos principalmente por mulheres e, no caso pesquisado, as duas pessoas que realizam essa atividade, conforme sinaliza o Gráfico 11, são mulheres e da faixa etária dos 40 aos 50 anos.



Gráfico 11: Atividade profissional dos migrantes de Tamboara.

Fonte: Trabalho de campo, 2013/14.

Organização: Ribeiro, Vitor Hugo, 2014.

Os lavradores da mandioca são trabalhadores que chegaram a Tamboara com menos de 18 anos. Estes seguiram seus pais, parentes ou amigos. Como o setor canavieiro não emprega menores de 18 anos no corte da cana, eles se inseriram nas atividades de plantio e

colheita da mandioca, que também se desenvolvem no município. Quando foi realizada a pesquisa de campo, nos anos de 2013/14, esses trabalhadores completaram 18 anos e já planejavam trabalhar no setor sucroalcooleiro por ofertar mais oportunidades, melhores salários e registros na carteira de trabalho. Geralmente, os serviços na lavoura de mandioca são temporários, e predominam salários inferiores ao setor energético.

Por mais que o trabalho manual no corte da cana-de-açúcar seja exaustivo e difícil, percebe-se que a idade desses trabalhadores varia, principalmente, entre os 18 e os 50 anos ou mais. No que tange à realidade estudada, 23 trabalhadores estão na faixa etária dos 21 a 30 anos e contabilizam 46% da totalidade entrevistada, conforme apresenta a Tabela 14. A faixa etária de 31 a 40 anos compreende 32% dessa força de trabalho, enquanto jovens de 18 a 20 anos somam 12%, e adultos dos 41 a 50 anos e mais que 50 totalizam apenas 6% e 4%, respectivamente.

Tabela 14: Idade dos trabalhadores migrantes de Tamboara por faixa etária, quantidade citada e frequência.

| <i>Faixa Etaria</i> | <i>Nb. cit.</i> | <i>Fréq.</i> |
|---------------------|-----------------|--------------|
| 18 a 20 | 6 | 12% |
| 21 a 30 | 23 | 46% |
| 31 a 40 | 16 | 32% |
| 41 a 50 | 3 | 6% |
| mais que 50 | 2 | 4% |
| TOTAL Obs. | 50 | 100% |

Fonte: Trabalho de campo, 2013/14.
Organização: Ribeiro, Vitor Hugo, 2014.

Embora predominem homens nos serviços no meio rural do setor canavieiro, um número significativo de mulheres também compõe essa força de trabalho. O trabalho feminino compreende 11 mulheres, que somam 22% da realidade estudada, de acordo com o Gráfico 12. Apenas duas mulheres entrevistadas migraram para acompanhar familiares e se casaram em Tamboara com paranaenses. As restantes foram com o propósito de acompanhar os maridos. Importa mencionar que a saída de mulheres do âmbito familiar de origem prejudica a reprodução dos saberes das práticas agrícolas, bem explanada por Mendonça (2012). Os saberes e as práticas agrícolas são importantes para o fortalecimento do campesinato e para inibir a mobilidade forçada de camponeses e camponesas no espaço geográfico brasileiro.

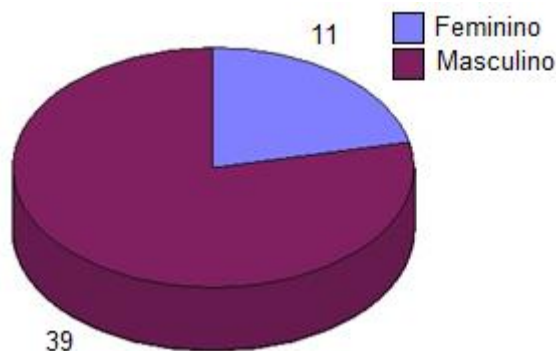


Gráfico 12: Gênero da força de trabalho migrante de Tamboara, por quantidade citada.

Fonte: Trabalho de campo, 2013/14.

Organização: Ribeiro, Vitor Hugo, 2014.

A grande maioria dessa força de trabalho é composta por solteiros (Gráfico 13). Dos cinquenta estudados, trinta e seis eram solteiros e quatorze casados. Isso compreende, respectivamente, 72% e 28% do estudo de campo. Esse fato se dá em virtude de a grande maioria dessa força de trabalho compreender jovens adultos dos 18 aos 30 anos. Como foi estudado no primeiro capítulo desta pesquisa, estudiosos da População, como Petersen (1965) e Beaujeu-Garnier (1971), ressaltam que os jovens adultos, especialmente os solteiros, são mais propícios a migrarem, pois buscam mais oportunidades e estão mais aptos a se adaptar às mais variadas diversidades no mundo do trabalho. Esse fenômeno reflete na atividade canavieira, principalmente no que diz respeito ao corte da gramínea, um serviço de extrema exaustão que os jovens estão mais preparados para suportar.

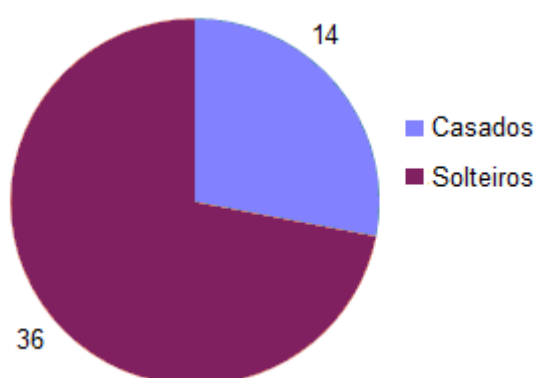


Gráfico 13: Estado civil dos trabalhadores migrantes, por quantidade citada.

Fonte: Trabalho de campo, 2013/14.

Organização: Ribeiro, Vitor Hugo, 2014.

Como foi observado anteriormente, no município de Tamboara não existe alojamento para acolher essa força de trabalho. Os trabalhadores adquiriram, no núcleo urbano, moradia própria, por meio de financiamento, proporcionado pelo emprego com registro em carteira, ou alugaram-na. Existem aqueles que migraram e, no momento da pesquisa de campo, moravam com amigos ou parentes. Os que conseguiram casa própria somam oito trabalhadores, ou seja, 16%. A maioria, trinta e sete trabalhadores, que correspondem a 74% do estudo, moram em casas alugadas, e apenas cinco vivem em casas de amigos ou parentes (Gráfico 14).

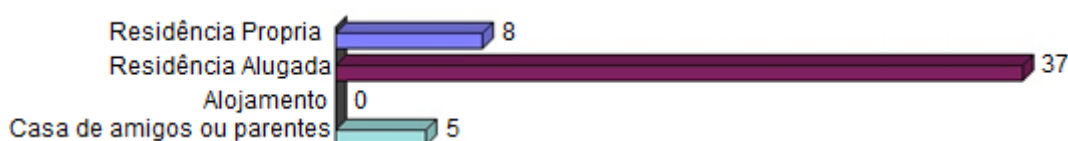


Gráfico 14: Situação de moradia dos trabalhadores migrantes, quantidade citada.

Fonte: Trabalho de campo, 2013/14.

Organização: Ribeiro, Vitor Hugo, 2014.

Se atualmente essa força de trabalho vive no meio urbano, a quase totalidade viveu a maior parte de sua vida na zona rural. Dos cinquenta entrevistados, quarenta e sete trabalhadores moraram a maior parte do tempo no campo, e apenas três viveram na cidade (Gráfico 15). São trabalhadores de origem rural, assim como os migrantes temporários de Cidade Gaúcha. O empobrecimento do campesinato brasileiro e a expropriação e concentração da terra, como foi ressaltado no primeiro capítulo, foram fatores cruciais para a consolidação dessa força de trabalho no setor energético.

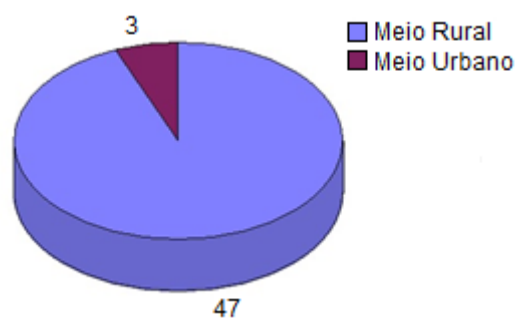


Gráfico 15: Origem dos trabalhadores migrantes das zonas rural e urbana, quantidade citada.

Fonte: Trabalho de campo, 2013/14.

Organização: Ribeiro, Vitor Hugo, 2014.

Essa força de trabalho, assim como a temporária de Cidade Gaúcha, sujeitou-se às diversas transformações que se desencadearam historicamente no meio rural do país. De acordo com Beaujeu-Garnier (1971), o povoamento e a mobilidade rural se processam em três etapas: a primeira se dá em função da conquista progressiva e desenvolvimento da terra; a segunda é uma retirada, provocada por certos problemas, dentre outras circunstâncias econômicas e políticas; e a terceira uma reocupação.

Essas etapas refletem a realidade dos trabalhadores rurais brasileiros, especialmente os nordestinos. Estes saíram de um campo pobre do nordeste e passaram pela cidade moderna, progressista e industrializada. Pelo fato de não se inserirem e adaptar-se aos serviços modernos que necessitam de certos níveis de escolarização e tecnificação, voltaram a um campo industrializado e comandado pelo urbano. Por mais que os trabalhadores migrantes de Tamboara vivam no meio urbano, estes veem no campo as poucas possibilidades de conseguirem trabalho para a sobrevivência e relativa mobilidade social.

A grande instabilidade de uma parcela significativa da força de trabalho nordestina, sempre pronta para migrar a outras localidades, denota problemas de organização interna nos municípios de origem, que assistem sua população trabalhadora diminuir, seus campos se esvaziarem e o comércio e a economia local se enfraquecerem. Já a região de destino é contemplada com esses trabalhadores, em que determinadas atividades econômicas adquirem força de trabalho para aumentar a produção, a cidade se expande e a população cresce, aumentando a circulação de dinheiro no comércio local.

Os municípios de origem dos trabalhadores migrantes de Tamboara entrevistados nesta pesquisa compreendem, na maior parte, localidades estagnadas demograficamente, como pode-se observar na Tabela 15. No decorrer de aproximadamente vinte anos, os municípios de Araripe, Bonito e Jardim, tiveram baixo crescimento populacional. Já Alexandria e Mulungu do Moro, mesmo que timidamente, presenciaram uma diminuição demográfica. Os municípios de Barbalha, Floriano, Irecê e principalmente Horizonte tiveram um relativo aumento populacional. Esse fato denota que, embora ocorresse um relativo crescimento demográfico, o desenvolvimento econômico e social não contemplou a grande maioria de suas respectivas populações. Em se tratando do Estado do Ceará, o município de Horizonte presenciou um aumento expressivo de sua população, de 18.283 habitantes em 1991 para 55.187 em 2010, devido a essa localidade ser próxima da capital, Fortaleza, e compreender a Região Metropolitana cearense. O crescimento econômico vivenciado pela capital refletiu nas cidades ao redor.

Tabela 15: Evolução populacional dos municípios de origem dos trabalhadores imigrantes de Tamboara.

| <i>Municípios</i> | <i>1991</i> | <i>1996</i> | <i>2000</i> | <i>2007</i> | <i>2010</i> |
|---------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Araripe-CE | 17.409 | 17.584 | 19.606 | 21.214 | 20.685 |
| Alexandria-RN | 14.580 | 13.577 | 13.772 | 13.729 | 13.507 |
| Barbalha-CE | 38.430 | 43.187 | 47.031 | 50.386 | 55.323 |
| Bonito-BA | 11.085 | 14.315 | 12.902 | 13.678 | 14.834 |
| Floriano-PI | 51.494 | 51.970 | 54.591 | 56.090 | 57.690 |
| Horizonte-CE | 18.283 | 25.378 | 33.790 | 48.660 | 55.187 |
| Irecê-BA | 50.908 | 51.956 | 57.436 | 62.676 | 66.181 |
| Jardim-CE | 23.964 | 24.971 | 26.414 | 25.853 | 26.688 |
| Mulungu do Morro-BA | 13.741 | 14.547 | 15.119 | 13.755 | 12.249 |

Fonte: IBGE- Censo demográfico 1991; Contagem da população 1996; Censo demográfico 2000; Contagem da população 2007; Censo demográfico 2010.
Organização: RIBEIRO, Vitor Hugo, 2015.

Embora a região nordestina tenha, nos últimos anos, vivenciado um movimento populacional de retorno, esse fluxo está direcionado quase que exclusivamente às grandes regiões metropolitanas nordestinas. Muitas localidades, especialmente do interior semiárido, convivem ainda com a emigração, sobretudo de jovens adultos.

Essa necessidade de mudança, seja ela temporária ou permanente, é reflexo da organização interna do país. Se por um lado esses migrantes contribuem com a evolução econômica de determinadas regiões, por outro, podem acarretar diversas crises no âmbito do desenvolvimento local das cidades de origem. Por isso um olhar atento às novas alternativas e possibilidades de desenvolvimento de economias locais nos municípios de origem, a fim de desenvolver um dispositivo de retenção de população que iniba essa instabilidade da força de trabalho e a mobilidade forçada, gerando emprego, renda e pertencimento aos locais de origem.

Importa mencionar que a atual organização interna do país reflete os novos papéis e significados do Estado¹² para com o capital nacional e estrangeiro, e com a sociedade como um todo. Dentre os principais papéis do Estado, estão ajudar e incentivar a economia moderna, materializada em grandes empresas capitalistas altamente tecnificadas do circuito superior da economia, em detrimento dos serviços públicos de âmbito social. Com isso, a

¹² Este trabalho não tem por objetivo se dedicar às questões teóricas acerca do Estado moderno. A concepção foi sinalizada apenas para apontar a sua importância no controle de antagonismos de classes, especialmente em benefício do modelo hegemônico mundializado. Embora para o grande capital mundial não existam fronteiras, é por meio do incentivo do Estado que as grandes empresas impõem o seu poder diante da sociedade. Sobre o assunto, ver Miliband (1972), Laski (1973), Carnoy (1999). Sobre a origem do Estado e a sua relação com a propriedade privada, buscar Engels (1960).

reestruturação produtiva do capital, como ressaltado no Capítulo 1, processa-se, por parte das grandes firmas, em função das concessões e apoio direto do Estado, bem observado por Miliband (1972):

A empresa capitalista depende em grau cada vez maior das concessões e do apoio direto do Estado, e só pode preservar seu caráter privado à base desse apoio público. A intervenção estatal na vida econômica significa de fato, em sentido amplo, uma intervenção destinada a ajudar a empresa capitalista. A noção de “Estado do bem estar” não teve em outra esfera uma significação mais preciosa e oportuna do que aqui: não existem candidatos ao auxílio público mais persistentes do que os orgulhosos gigantes do sistema de empresa privada (MILIBAND, 1972, p.100).

Tratando-se da região nordestina do Brasil, os reflexos da intervenção direta do Estado em benefício das grandes empresas tecnificadas foram apresentados ao longo deste capítulo. A discrepância entre as regiões brasileiras e os dados sociais bem como a caracterização social dos trabalhadores rurais estudados estão intimamente articuladas aos novos papéis e às novas relações do Estado nacional que, no processo de reestruturação do capital, incentiva as grandes fábricas globais em detrimento dos serviços públicos, dentre outros investimentos sociais. Novos olhares e novas alternativas de desenvolvimento local pautadas em empresas populares, sociais e solidárias de autogestão poderão proporcionar elementos cruciais para o processo de erradicação de toda uma miserabilidade social que solapa há tempos a população nordestina do Brasil.

CAPÍTULO 3

ABORDAGENS TERRITORIAIS E A MIGRAÇÃO DEFINITIVA NO NOROESTE PARANAENSE: O CASO DE TAMBOARA-PR E AS REPRESENTAÇÕES SOCIOESPACIAIS DE JARDIM-CE

O homem está no mundo e com o mundo. Se apenas estivesse no mundo não haveria transcendência nem se objetivaria a si mesmo. Mas como pode objetivar-se, pode também distinguir entre um eu e um não-eu. Isto torna um ser capaz de relacionar-se; de sair de si; de projetar-se nos outros; de transcender. Pode distinguir órbitas existenciais distintas de si mesmo. Estas relações não se dão apenas com os outros, mas se dão no mundo, com o mundo e pelo mundo.

(Paulo Freire)



13

¹³ A imagem é resultado de uma oficina desenvolvida em Clermont-Ferrand com a supervisão da professora Dra. Sylvie Lardon- INRA/AGROPARISTECH e seus orientandos, juntamente com o orientador desta tese, Dr. Márcio Mendes Rocha. A imagem representa uma visão subjetiva acerca do município de Jardim.

3 ABORDAGENS TERRITORIAIS E A MIGRAÇÃO DEFINITIVA NO NOROESTE PARANAENSE : O CASO DE TAMBOARA-PR E AS REPRESENTAÇÕES SOCIOESPACIAIS DE JARDIM-CE

Atualmente, assiste-se a uma diversidade de teorias, às vezes prolixas, acerca do conceito de território. Fala-se em políticas territoriais, em territorialização, desenvolvimento territorial e poder. Para muitos especialistas, principalmente aqueles engajados na Geografia Política, o território é uma relação político-administrativa do espaço com sua fronteira definida. Essa concepção é embasada em Raffestin (1993), que concebe território como um espaço onde se projeta trabalho, informações, dentre outras relações atreladas ao poder exercido por um sujeito ou por grupos de pessoas.

Existe, também, uma abordagem subjetiva do território, que corresponde às atitudes de uma população sobre um determinado lugar. Essa abordagem é um tanto complexa e envolve mais o sentimento de pertencimento coletivo e a relação de um grupo de pessoas. A relação dos sujeitos num lugar cria uma identidade, que é construída socialmente, resultante de um trabalho coletivo e das experiências por parte de seus habitantes. Essa identidade pode estar atrelada a um município, região ou país (BRUNET et al, 1992).

Nesta pesquisa, o termo território será definido pelas abordagens de pesquisadores do Institut National de la Recherche Agronomique da França (INRA), que o designam como uma porção contínua ou não do espaço geográfico, cujos limites são definidos pelas atividades que exerce um sujeito individual ou coletivo (BENOÎT et al, 2006). Para tanto, alguns pesquisadores do INRA ressaltam a importância de uma interface entre a Geografia e a Agronomia quando referem-se à mobilidade e às atividades rurais, a fim de desenvolver novas alternativas de desenvolvimento local.

O termo geoagronomia refere-se a uma geografia que estuda as estruturas e dinâmicas sociais, a distribuição dos recursos naturais e a circulação das atividades no espaço, especialmente no que diz respeito ao meio rural, além de sua representação cartográfica. Aborda também alguns objetos de estudo da Agronomia, tais como o clima, o solo, as plantas, as técnicas de produção, a sucessão de culturas e suas potencialidades. A articulação entre a Geografia e a Agronomia se faz pensando sobretudo nos questionamentos coletivos de um determinado território, proporcionando novos métodos de modelização e produção espacial que possibilitem o surgimento de novas atividades econômicas (DEFFONTAINES , 1998).

A Figura 20 apresenta o resumo esquemático da geoagronomia, bem como a sua representação. O espaço concreto é designado conforme diferentes pontos de vista, sendo o suporte e mediador entre diferentes atividades econômicas e seus respectivos sujeitos. É caracterizado por diferentes elementos, naturais e artificiais, e composto por distintas formas e estruturas nas quais os grupos humanos, o meio natural, as coisas estão em constante interação. Essa articulação faz com que o espaço esteja em progressiva mutação, gerando novas atividades e transformando as formas e as estruturas, bem como os grupos humanos.

A modelização espacial é a síntese do processo de transformação do espaço pela articulação entre a Geografia e a Agronomia. Consiste numa abordagem de modelagem que utiliza os componentes espaciais de um fenômeno para analisar e representar. A cartografia, os gráficos, a informática, dentre outros recursos, são os principais procedimentos metodológicos que proporcionam a representação do espaço geográfico. Sendo assim, a geoagronomia tem a sua importância na medida em que pode ser aplicada ao desenvolvimento e planejamento integrado de territórios locais (BENOIT, et al, 2006).

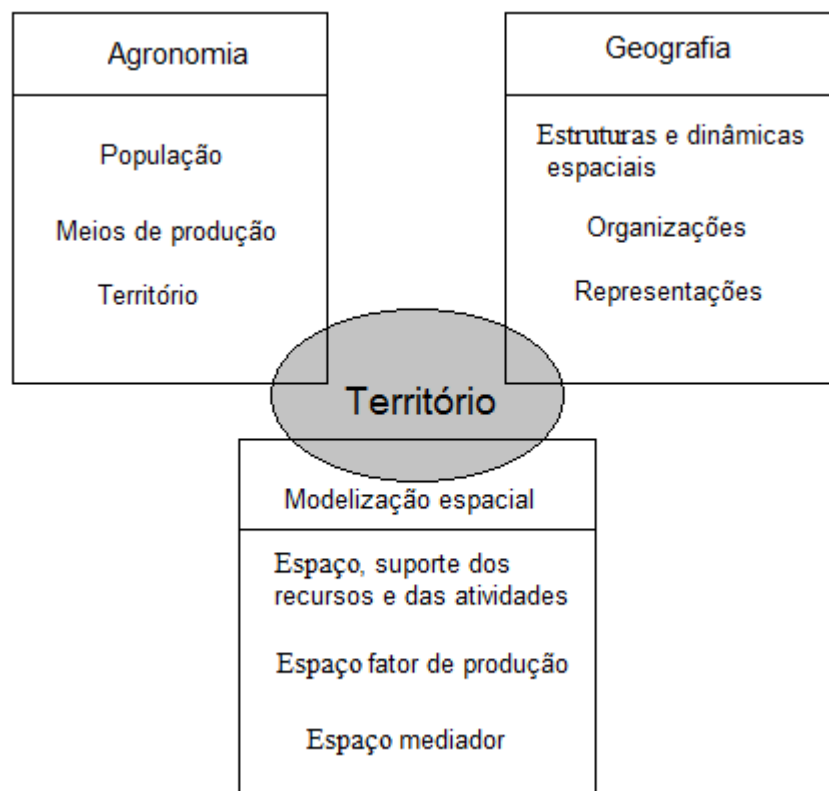


Figura 20: Representação esquemática da Geoagronomia.
Fonte : BENOIT, et al, 2006.

O modelo proposto é instigante porque, embora possa apresentar alguma fragilidade no que tange à complexidade das realidades socioespaciais e contradições de classes, apresenta uma gama de interações que perpassam pelas três grandes áreas (Agronomia,

Geografia e Modelização Espacial), mas que abarca demandas e saberes da população, das relações de poder do território, das organizações e representações das estruturas sociais e políticas, além dos meios de produção, considerando os recursos e demais atividades econômicas.

Os territórios são importantes não apenas como princípios administrativos, controle, identidade social e transferência de renda. São também decisivos no que diz respeito à distribuição de seus recursos como terra, financiamentos à produção, educação e assistência técnica, saúde, emprego, dentre outros fenômenos cruciais ao combate e erradicação da pobreza. Caso um determinado território não proporcione e fortaleça essa distribuição à sua população, ele passa a ser um “território incompleto” e contraditório, não consistente no combate às desigualdades locais e regionais. Sendo incompleto e contraditório, o território gera descontentamento e repele parte de sua população. A destruição do equilíbrio econômico, a pobreza e o psicológico das pessoas são alguns aspectos negativos que acarretam movimentos populacionais.

Esses motivos são realidades pelas quais passaram os migrantes rurais do município de Tamboara estudados nesta pesquisa. Como poderá ser visto neste capítulo, o descontentamento desses migrantes em relação à região de origem conduziu a procurar algo mais no Estado do Paraná. As atividades agrícolas e o emprego formal com registro em carteira foram os principais fatores de atração que o município de Tamboara pôde proporcionar a essa força de trabalho por meio da Usina COOPCANA.

3.1 As causas e as motivações da migração definitiva em Tamboara

Tanto a mobilidade populacional de longas distâncias (macromobilidade física) quanto a de distâncias curtas (micromobilidade física), acabam transformando o território de origem, bem como o de destino. Em muitos casos, transformam também o modo de vida dos migrantes, a mentalidade e o seu metabolismo biológico. As principais causas que geram o movimento populacional serão abordadas neste subitem, levando em consideração os seguintes motivos, baseados em Beaujeu-Garnier (1971): a pobreza e a destruição do equilíbrio ecológico que levam uma parcela da população rural economicamente ativa ao desemprego, submetendo-a aos empregos temporários e informais; as forças de repulsão e atração; os aspectos econômicos e os motivos psicológicos.

Essas causas refletem no espaço geográfico tanto de origem quanto de destino dos migrantes. As consequências demográficas, dentre outras desencadeadas pelo movimento populacional, refletem negativamente na região de origem, ao passo que esta perde uma considerada parcela de sua população economicamente ativa para mover as atividades econômicas e o comércio local, e, por outro lado, podem proporcionar mudanças positivas na localidade de destino, uma vez que esta recebe uma relativa força de trabalho e consumidores para movimentar o circuito econômico local (BEAUJEU-GARNIER, 1971). A seguir, os principais motivos e causas da mobilidade nordestina em Tamboara, bem como as consequências na produção do espaço.

3.1.1 A pobreza e as condições de trabalho na origem

Como foi observado no trabalho de campo e sinalizado no capítulo anterior, 94% dos trabalhadores estudados viveram a maior parte de suas vidas no meio rural. Antes de migrarem a Tamboara, dos cinquenta entrevistados, quarenta e cinco continuavam morando no campo (Gráfico 16).

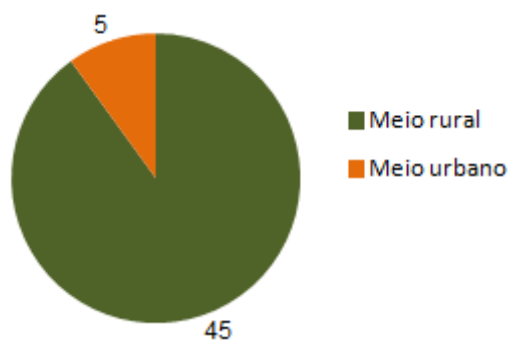


Gráfico 16: Local de moradia no município de origem, quantidade citada.

Fonte : Trabalho de campo, 2013/14.

Organização: Ribeiro, Vitor Hugo, 2014.

Esses trabalhadores, como pode-se observar, têm suas origens no campo e dependem atualmente desse meio para sobreviver. Mesmo morando na cidade e em outro Estado, eles retornaram ao meio rural na condição de assalariados. A seca e a falta de incentivos para a produção castigam ainda uma grande parcela da população nordestina que depende da agricultura para sobreviver. Quando o desemprego no campo é generalizado e o governo não proporciona financiamentos à produção de pequenos produtores, o equilíbrio econômico e o ecológico, a produtividade agrícola, as técnicas de produção, as estruturas e dinâmicas espaciais rurais ficam fragilizadas. Sendo assim, os únicos freios à emigração são aceitar essa

realidade e submeter-se aos trabalhos temporários nas propriedades maiores e mais dinâmicas ou em atividades temporárias nos núcleos urbanos de origem.

A Tabela 16 mostra as atividades dessa força de trabalho na região de origem, antes de migrarem. Os empregos são os mais distintos, porém, serviços no meio rural eram praticados por 64% dos trabalhadores. Muitos destes, principalmente oriundos das cidades de Jardim e Barbalha, ambas do Estado cearense, relataram que trabalharam no plantio e colheita de Pequi (*Caryocar Brasiliensis*, *Cambess*), uma cultura bastante comum na região. A colheita do fruto é feita nos meses de janeiro, fevereiro e março, e essa atividade é uma das principais fontes de renda da região Sul Cearense, especialmente na zona de transição entre o Bioma Cerrado e a Caatinga. A coleta do fruto é feita após o amadurecimento quando este cai. O Pequi pode ser usado na alimentação humana, puro ou cozido junto ao arroz. Extrai-se também um azeite, denominado Azeite de Pequi.

Embora a atividade seja importante fonte de renda para muitas famílias, os empregos são sazonais e duram apenas três meses. Após esse serviço, os trabalhadores buscam outros, assalariando-se em outras propriedades, arando o solo ou cuidando de gados.

Tabela 16: Profissões dos migrantes na localidade de origem, quantidade citada e frequência.

| <i>Atividades</i> | <i>Nb.Cit</i> | <i>Fréq.</i> |
|-------------------|---------------|--------------|
| Construção Civil | 6 | 12% |
| Doméstica | 4 | 8% |
| Serviços Gerais | 5 | 10% |
| Serralheiro | 3 | 6% |
| Trabalhador rural | 32 | 64% |
| Total Obs. | 50 | 100% |

Fonte : Trabalho de campo, 2013/14.
Organização: Ribeiro, Vitor Hugo, 2014.

A construção civil empregava 12% dos entrevistados, e serviços gerais 10%. Nesta última profissão, os trabalhadores eram inseridos em atividades como entregadores de supermercados, vigilantes ou serviços em residências como auxiliares de eletricitas. Na construção civil, ajudantes de mestres de obra e pintores eram as principais atividades. As empregadas domésticas eram sobretudo mulheres, e serralheiros eram homens que trabalhavam em metalúrgicas como ajudantes.

O que há em comum em todas essas atividades, além de predominarem baixos salários, geralmente inferiores ao teto mínimo nacional, é que estas não proporcionavam vínculos empregatícios diretos e nem registros em carteira. Em outras palavras, essa força de trabalho estava inserida na informalidade, um fenômeno negativo que ainda permeia no país, embora nos últimos anos a formalidade tenha aumentado. De acordo com Martins (2014), existe, no Brasil, aproximadamente 3.304 cidades onde mais da metade dos trabalhadores sobrevivem na informalidade. A grande maioria desses municípios se concentra na região nordestina, o que denota a permanência das desigualdades econômicas e sociais no país.

Esse fato gera a instabilidade no mundo do trabalho e leva à alienação, bem como à precarização. Portanto, podemos ressaltar três circunstâncias negativas na vida desses trabalhadores: a primeira é a desarticulação de suas origens camponesas, que leva ao enfraquecimento do campesinato e à expulsão da terra; a segunda refere-se à submissão dessa força de trabalho em atividades sazonais e informais, tanto no meio rural quanto no meio urbano, ou seja, a submissão do trabalho ao capital; e a terceira é a emigração, sobretudo de jovens adultos que, além de serem mais aptos e propícios a mudarem de profissão, aceitam menos essa realidade contraditória e buscam outros meios para conduzir a vida.

3.1.2 Forças de repulsão e atração e os aspectos econômicos.

O descontentamento em relação à região de origem é a principal causa que condiciona o movimento populacional. Várias são as forças que expulsam a população de sua localidade. No entanto, além dos fenômenos que repelem, existem também aqueles no destino que atraem. Em se tratando do Nordeste brasileiro, historicamente, quando se-intensificam as secas, eclode a mobilidade forçada. Ao paralisar as atividades rurais, a miserabilidade social aumenta, gerando desemprego, fome, epidemias, dentre outros problemas sociais, econômicos e políticos (SOUZA; MEDEIROS FILHO, 1983).

Um fenômeno que apareceu no Nordeste e permeia atualmente no âmbito político é a “indústria da seca”. A matéria-prima dessa indústria nada mais é do que dinheiro público pleiteado para erradicar os problemas ocasionados pela seca e socorrer as pessoas mais necessitadas. Porém, esses recursos são destinados aos detentores do poder regional e aos grupos hegemônicos locais que, por sua vez, acabam montando todo um sistema de exploração sobre a população exaurida de recursos.

Desde o início da política de combate às secas (1877-79), quando o governo tomou as primeiras providências para socorrer os flagelados do Nordeste, que os socorros públicos vêm sendo capturados pelas oligarquias municipais e estaduais e utilizados para fins eleitoreiros (SOUZA; MEDEIROS FILHO, 1983).

A manipulação desses recursos corrobora para a intensificação do latifúndio agroexportador, com a concentração da terra e da renda nas mãos de políticos regionais que visam, sobretudo, a modernização e expansão de suas monoculturas. As pequenas propriedades se transformam num verdadeiro campo de fuga e as cidades acabam sendo uma estratégia de sobrevivência das vítimas da seca. Muitos desses municípios não dispõem de uma infraestrutura básica como abastecimento de água, esgotos, postos de saúde, empregos formais, entre outros que possam acolher esses trabalhadores e proporcionar novas alternativas econômicas e relativa mobilidade social. O resultado disso, além dos empregos informais e temporários, é a migração às cidades maiores ou a outros Estados brasileiros.

A Tabela 17 apresenta as principais características de repulsão dos municípios de origem que geraram descontentamentos nessa força de trabalho. Percebe-se que a precariedade da infraestrutura básica, o desemprego e a pobreza foram os principais fatores negativos, de acordo com os trabalhadores migrantes. Apenas sete trabalhadores, o equivalente a 14% dos entrevistados, relataram que estavam relativamente satisfeitos com a realidade que vivenciavam.

Tabela 17: Características negativas dos municípios de origem, por quantidade citada e frequência.

| <i>Categorias citadas</i> | <i>Nb. Cit.</i> | <i>Fréq.</i> |
|-------------------------------|-----------------|--------------|
| Desemprego | 10 | 20% |
| Infraestrutura básica ruim | 14 | 28% |
| Falta de oportunidades | 4 | 8% |
| Trabalhos informais | 2 | 4% |
| Gosta da realidade | 5 | 10% |
| Infraestrutura básica regular | 7 | 14% |
| Pobreza | 8 | 16% |
| Total Obs. | 50 | 100% |

Fonte: Trabalho de campo, 2013/14.
Elaboração: Ribeiro, Vitor Hugo, 2014.

O modelo econômico brasileiro pautado sobretudo na economia agroexportadora tem provocado no Nordeste uma ascensão da pobreza no campo e nas cidades. Com o

esvaziamento da zona rural, o meio urbano cresceu desordenadamente, resultando uma série de aspectos negativos na região, dentre eles, como ressalta Andrade (1988), o desrespeito ao meio ambiente, a destruição dos recursos naturais e a desvalorização da cultura nacional. Esse crescimento desordenado dos núcleos urbanos provoca queda nos padrões de qualidade de vida da população, sobretudo àquela oriunda do meio rural.

A queda nos padrões de qualidade de vida gera incertezas e acarreta o movimento populacional emigratório (PETERSEN, 1965). O Gráfico 17 apresenta as motivações que levaram os trabalhadores rurais migrantes de Tamboara a deixarem o Nordeste. Dos entrevistados, 60% migraram em busca de emprego. Já 22% buscaram melhores condições de vida e 18% acompanharam familiares.

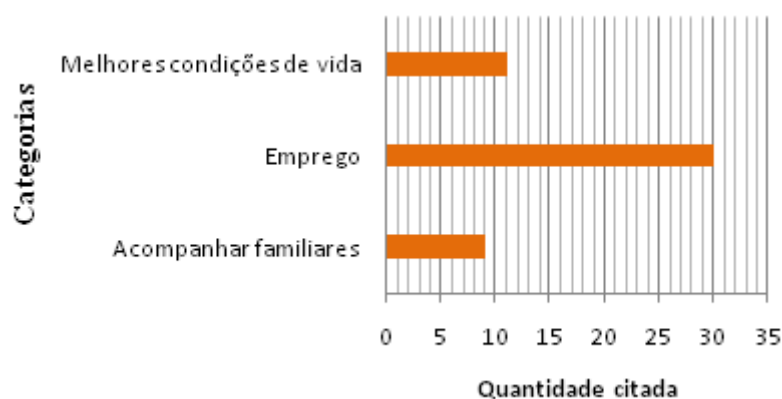


Gráfico 17: Motivações que levaram à emigração, por quantidade citada.

Fonte: Trabalho de campo, 2013/14.

Organização: Ribeiro, Vitor Hugo, 2014.

É a busca pelo direito à qualidade de vida e à mobilidade social ascendente tão desejada, centrada nas relações de trabalho, historicamente presente na família nordestina que figura como principal motivo. Muitos trabalhadores relataram que recebiam apenas duzentos reais mensalmente com as atividades exercidas no município de origem, anteriormente relatadas. No Paraná, mesmo estando empregados em uma atividade exaustiva em que predominam trabalhadores de baixa escolarização, o cortador(a) de cana-de-açúcar pode ganhar até três salários mínimos, como mostra o Gráfico 18. Foram nove trabalhadores, ou seja, 18% dos entrevistados que recebiam até três salários mínimos no corte da gramínea. Vale ressaltar que o pagamento feito pelo setor sucroalcooleiro é dado pela produtividade no eito. Quanto mais cana-de-açúcar o trabalhador cortar, mais ele ganhará. Os mais jovens, sobretudo dos 18 aos 35 anos, podem resistir mais ao cansaço físico e trabalhar nos terrenos mais difíceis, onde a produtividade é maior, proporcionando, então, melhores salários.

Os trabalhadores que recebiam dois salários mínimos compreendem 52%, mais da metade dos entrevistados, e quinze trabalhadores, correspondente 28%, recebiam 1 salário mínimo. Neste grupo também estão aqueles que trabalham na lavoura de mandioca, cujos salários geralmente são inferiores. Apenas uma trabalhadora relatou que recebia $\frac{1}{2}$ salário, pois fazia serviço de “bituqueira”, recolhendo os restos de cana que ficavam no solo. Essa atividade é temporária, realizada quase que exclusivamente após a safra e geralmente predominam menores salários e tempos de serviço. Importa mencionar que os primeiros, que exercem função na COOPCANA, possuem direitos trabalhistas assegurados devido ao registro em carteira, contudo, a última (bituqueira) não possui essas condições, pois trabalha de forma autônoma, recolhendo restos da cana-de-açúcar após a colheita, não estando sujeita a horários ou condições que a empresa impõe.

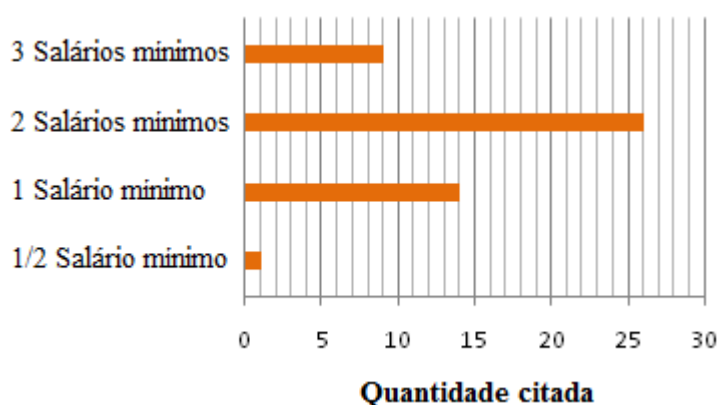


Gráfico 18: Renda aproximada obtida no Paraná pelos nordestinos.

Fonte: Trabalho de campo, 2013/14.

Organização: Ribeiro, Vitor Hugo, 2014.

A renda adquirida no Paraná proporciona a essa força de trabalho um melhor nível de vida dentro de seus padrões tradicionais. Estima-se, nesse caso, que o salário ganho na localidade de destino possibilita ao trabalhador um melhor nível de vida dentro de suas possibilidades e de seu padrão tradicional. No entanto, o que ocorre, conforme Singer (1977), é que o padrão de consumo está sendo continuamente revolucionado por novos produtos, e estes o capital praticamente impõe ao consumo do trabalhador e de sua família. De acordo com o autor

Esta imposição não se dá somente no nível da publicidade e do “esforço de vendas”, mas também no nível da própria formação e realização da capacidade do trabalho pelo trabalhador [...] em outras palavras, uma vez redefinido o padrão de vida operário pelo capital enquanto relação social, este padrão torna-se obrigatório para o trabalhador e sua família, sob a pena de marginalização da vida social e econômica (SINGER, 1977, p.152).

O padrão de consumo conquistado por esses trabalhadores será apresentado mais adiante, quando se tratará sobre os bens e serviços adquiridos no Paraná. Outro fenômeno importante na luta contra a precarização e marginalização dessa força de trabalho migrante em Tamboara que garante o piso salarial é a filiação sindical, inexistente na vida dessa população outrora, na localidade de origem. Os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais brasileiros ainda constituem um meio importante para colocar o fim à precarização das relações de trabalho no campo, visando sempre os direitos e bem-estar do trabalhador e sua formalidade, sendo um mediador entre os trabalhadores e a empresa.

Como ressalta o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tamboara , “o trabalhador necessita do emprego e a empresa precisa do trabalhador. Essa relação deve ser justa”. Da realidade estudada, quarenta e cinco trabalhadores, que equivalem a 90%, eram sindicalizados (Gráfico 19). Dos cinco trabalhadores não filiados ao sindicato, quatro exerciam as atividades temporárias na lavoura de mandioca e uma realizava trabalhos nos períodos da entressafra. Por não terem vínculo o ano todo, esses trabalhadores não se filiaram ao sindicato.

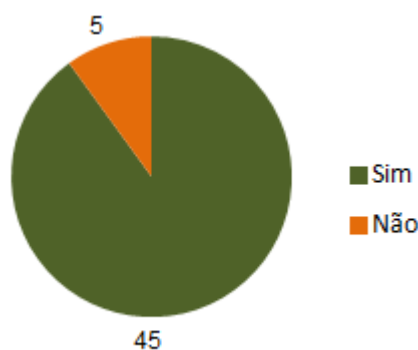


Gráfico 19: Trabalhadores sindicalizados, por quantidade citada.

Fonte : Trabalho de campo, 2013/14.
Organização: Ribeiro, Vitor Hugo, 2014.

É possível perceber que o emprego formal registrado em carteira de trabalho, os salários relativamente maiores e a filiação sindical foram fenômenos importantes de atração que impulsionaram a migração dessa força de trabalho a Tamboara. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais da localidade em questão contempla aproximadamente 650 contribuintes. Estes são constituídos por aposentados, que têm descontada a mensalidade direto de suas aposentadorias, e também por trabalhadores assalariados da cana-de-açúcar e de outras atividades rurais, que têm descontada mensalmente na folha de pagamento. O Sindicato de Tamboara (Figura 21) é filiado à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do

Paraná (FETAEP) e à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Ambas lutam pelas conquistas e direitos dos trabalhadores e trabalhadoras do campo.



Figura 21: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tamboara.
Foto: Ribeiro, Vitor Hugo, 2016.

O modelo do sindicalismo rural brasileiro é constituído por uma confederação de nível nacional, no caso a CONTAG, e por vinte e uma federações que, no caso do Paraná, referem-se a FETAEP. Bem como observa Graziano da Silva (1985), a estrutura do sindicalismo brasileiro foi inspirada na “corporação fascista” de Mussolini. Na segunda década do século XX, um dos objetivos dessas entidades de classes foi consolidar ainda mais a sua articulação ao Estado. Coube então ao Ministério do Trabalho fiscalizar as atividades sindicais no país para que as centrais tivessem o seu reconhecimento jurídico.

O processo de modernização agrícola, na medida em que incorporava as máquinas, os defensivos, fertilizantes, dentre outros, modificou demasiadamente as relações de produção de algumas regiões do Brasil, especialmente do Centro-Sul. Isso resultou na alteração das relações de trabalho no campo, organizadas e comandadas pelo capital. Esse fenômeno tem refletido na organização sindical do Brasil e no direcionamento das lutas pelos direitos dessa classe de trabalhadores do país (GRAZIANO DA SILVA, 1981).

Graças ao movimento sindical e à mobilização de trabalhadores nos anos 1970/80 que os cortadores de cana-de-açúcar puderam adquirir a sua formalidade e, atualmente, uma relativa mobilidade social (ANDRADE, 1986). É necessário que esse movimento continue fortalecido e articulado ao movimento dos produtores familiares e ao operariado urbano, para que as leis deste país sejam cumpridas e erradiquem as relações precárias de trabalho que ainda permeiam em algumas regiões brasileiras.

3.1.3 Motivos psicológicos

A questão psicológica que norteia o mundo do trabalho é estudada e aprofundada pela psicologia social. Diversos autores, tais como Lane (1985), Neves Strey et al (1998) e Caniato; Tomanik (2001) trataram do compromisso social da psicologia sob a égide do neoliberalismo econômico. A psicologia social, conforme os autores citados, consiste em estudar as premissas que influenciam socialmente o comportamento dos indivíduos.

No que remete aos estudos populacionais, tanto Pertersen (1965) quanto Beaujeu-Garnier (1971) ressaltam, em suas obras, os motivos psicológicos como possibilidades do movimento populacional. Segundo os autores, as causas psicológicas não estão atreladas apenas à pobreza, mas também abarcam todas as classes sociais, a exemplo do medo e da violência, dentre outros problemas encontrados nas grandes cidades que podem gerar descontentamento e desconforto a algumas famílias. Estas veem na migração uma possibilidade de novas vidas, proporcionando seguridade e anseios. São movimentos, por exemplo, de uma população que habita em uma grande cidade a uma cidade menor para conservar o seu status econômico, sua segurança, seu modo de vida como um todo. Esse movimento tem um caráter conservador nos moldes de Petersen (1965), pois o status e a estrutura econômica dessas famílias não modificam, apenas o psicológico e o sentimento de segurança que são importantes e de direito a todas classes sociais.

Existem também os caracteres inovadores dos movimentos psicológicos, que são nada mais do que o entusiasmo por algo novo, ou seja, um padrão de vida melhor que proporcione a superação das dificuldades presenciadas no local de origem, sejam elas econômicas ou naturais (PETERSEN, 1965). Nesse caso, influenciam bastante as notícias dos amigos ou parentes que, quando boas, incentivam, e o movimento populacional se propaga a outros indivíduos. Esses fluxos de mobilidade, de acordo com Beaujeu-Garnier (1971), unem famílias e amigos, fortalecendo o companheirismo na localidade de destino.

Nesta pesquisa de doutorado, foi constatado que os motivos psicológicos para a migração a Tamboara tiveram um caráter inovador para aquelas pessoas, de modo que os migrantes buscaram no destino a superação das dificuldades econômicas as quais estavam submetidos. As informações anteriores, como a busca por melhor qualidade de vida, emprego e acompanhar familiares (Gráfico 17) são motivações que geraram, além de desconforto, um conflito no âmbito familiar. Vivendo em um ambiente sem meios e investimentos para produzir e conquistar uma relativa mobilidade social, essa força de trabalho, sobretudo de

jovens adultos, saiu das propriedades familiares e buscou outras localidades que proporcionassem novos anseios.

Por serem quase que exclusivamente de origem camponesa, o interesse dessa força de trabalho em se inserir nas atividades oriundas do meio rural se deu em função da experiência no campo e pelas oportunidades que o campo oferece em relação à cidade e em ajudar os pais, além de proporcionar melhores salários em relação às atividades temporárias disponíveis no núcleo urbano, como a construção civil. De acordo com a Tabela 18, 20% dos entrevistados afirmaram que seus laços no campo foram pra ajudar os pais. Já 38% relataram a experiência, enquanto mais oportunidades e melhores salários somaram 26% e 16%, respectivamente.

A baixa escolarização e tecnificação desses trabalhadores faz com que tenham dificuldades para encontrarem empregos mais remunerados nas cidades ou no setor industrial da Usina COOPCANA. Por mais que as unidades sucroalcooleiras ofereçam cursos de capacitação para a inserção de cortadores de cana em outras atividades, estes preferem o campo, salvo aqueles que já concluíram o ensino médio. Estes, futuramente, pensam em se inserir em outras atividades, mas sabem que precisarão se capacitar para isso.

Tabela 18: Interesse em trabalhar no campo.

| <i>Motivos</i> | <i>Nb. Cit.</i> | <i>Fréq.</i> |
|----------------------|-----------------|--------------|
| Ajudar os pais | 10 | 20% |
| Experiência no campo | 19 | 38% |
| Mais oportunidades | 13 | 26% |
| Melhores salários | 8 | 16% |
| Total Obs. | 50 | 100% |

Fonte: Trabalho de campo, 2013/14.
Organização: Ribeiro, Vitor Hugo, 2014.

Percebe-se que esses motivos são influências históricas e sociais que ainda se fazem presentes na vida desses trabalhadores. São reflexos, como salienta Lane (1985), das atividades e significados atribuídos por um grupo social que determinaram uma visão de mundo, desenvolvendo nessa força de trabalho certos valores, ações, sentimentos e emoções que se materializaram no mundo do trabalho.

Os contratos de trabalho e a articulação entre o trabalhador e a empresa COOPCANA diferem do Grupo Santa Terezinha Ltda, outra entidade sucroalcooleira do Estado do Paraná, que atua em Cidade Gaúcha, entre outros municípios. Se os agentes econômicos da entidade

Santa Terezinha vão à localidade de origem dos trabalhadores e mobilizam a força de trabalho, os que foram a Tamboara migraram por conta própria, apenas por incentivo de amigos ou familiares. No entanto, as regiões de origem, tanto dos trabalhadores temporários contratados pelo Grupo Santa Terezinha quanto dos definitivos de Tamboara, são marcadas pela miséria socioeconômica e ambiental, como os baixos índices de escolaridade e renda, assim como a frequente estiagem no sertão nordestino, e, em ambas, a população desenvolveu uma cultura de emigração: acabam fazendo um antigo percurso, o da região nordestina ao Centro-Sul do país, uma migração conhecida há tempos.

As conquistas importantes que a força de trabalho migrante adquiriu em Tamboara remetem principalmente no que diz respeito ao emprego e à casa própria. Dos cinquenta entrevistados, 44% relataram que a principal conquista foi o emprego formal e 22%, o equivalente a onze trabalhadores, afirmaram a casa própria como a maior conquista. Dentre esses, estão filhos e esposas de trabalhadores que afirmaram a mesma categoria, pois como foi observado no Gráfico 14 do Capítulo 2 (página 118), oito famílias adquiriram casa própria.

Tabela 19: Conquistas importantes dos migrantes nordestinos no Paraná, quantidade citada e frequência.

| <i>Categorias</i> | <i>Nb. Cit</i> | <i>Fréq.</i> |
|-------------------|----------------|--------------|
| Emprego | 22 | 44% |
| Amigos e família | 8 | 16% |
| Casa própria | 11 | 22% |
| Bens de consumo | 9 | 18% |
| Total Obs. | 50 | 100% |

Fonte: Trabalho de campo, 2013/14.
Organização: Ribeiro, Vitor Hugo, 2014.

A Tabela anterior aponta que 16% dos trabalhadores tiveram amigos e familiares na localidade de destino como conquistas mais importantes. Pelo fato de ser uma migração de cunho definitivo, alguns trabalhadores se casaram em Tamboara e constituíram famílias, novas amizades e criaram novos laços afetivos, o que pode ser contextualizado com os movimentos psicológicos teorizados por Petersen (1965). Já os bens de consumo foram relatados por 18% dos entrevistados, sendo motocicletas e automóveis os principais bens adquiridos, impossíveis de serem conquistados outrora na região de origem. Importa mencionar, nesse caso, que a migração a Tamboara desencadeou, no imaginário desses migrantes, o pensamento de “quero algo”, ou seja, de um objeto real. O movimento

populacional, então, teve um fim: um relativo poder de consumo e a obtenção de objetos reais. Dentro desse contexto, Lane (1985, p.58) ressalta que:

O indivíduo, inserido numa classe social de uma sociedade capitalista, onde a produção, depois de atender às necessidades de sobrevivência, cria novas necessidades de consumo e, conseqüentemente, objetos que satisfaçam estas necessidades (LANE, 1985, p.58).

A emigração definitiva a Tamboara, a conquista do emprego formal, a residência própria, além dos novos laços familiares e o consumo proporcionaram a quase totalidade desses trabalhadores uma ascensão econômica e relativa mobilidade social, além de uma inovação no seu padrão de vida por meio do consumo. Para quarenta e oito trabalhadores, ou seja, 96% conquistaram a ascensão econômica e mobilidade social tão desejada (Gráfico 20). Apenas dois trabalhadores, isto é, 4% afirmaram que não tiveram uma ascensão esperada. Para estes, o custo de vida, a dificuldade de adaptação à região, sobretudo em épocas de inverno, dificultam a vida. São trabalhadores recém-chegados a Tamboara, e por mais que seja difícil a adaptação, eles pretendem continuar no Paraná, pois a precariedade da região de origem os impede de voltar.

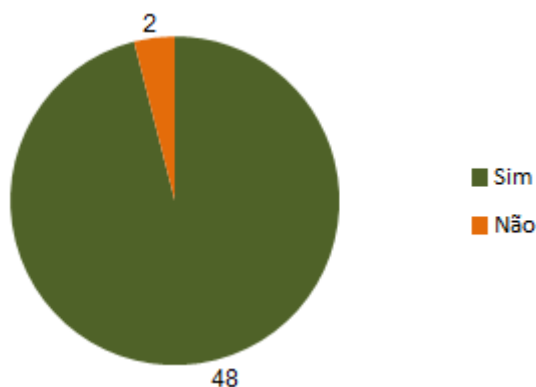


Gráfico 20: Trabalhadores nordestinos que tiveram ascensão econômica no Paraná (quantidade citada).

Fonte: Trabalho de campo, 2013/14.

Organização: Ribeiro, Vitor Hugo, 2014.

A ascensão econômica desses trabalhadores é importante para eles, bem como para o município de Tamboara. A possibilidade do aumento do poder de consumo por parte dessa força de trabalho proporciona um movimento na economia local, contribuindo com o desenvolvimento e refletindo no processo de produção do espaço geográfico da localidade em questão. Contudo, vale ressaltar, também, que a classe trabalhadora, seja ela operária ou camponesa, não pode ser marginalizada no âmbito do mercado de consumo interno, impedindo-a de participar do consumo de certos produtos cruciais para a sua reprodução. Em

suma, como reitera Singer (1977), o capital, por meio do mercado, cria e recria as condições em que se dá a reprodução da força de trabalho. O consumo, então, acaba sendo o estímulo para que os membros da população economicamente ativa alienem a sua capacidade de trabalho às relações capitalistas.

3.2 Consequências e reflexos na produção do espaço

Como foi ressaltado em alguns momentos nesta pesquisa, tanto a micromobilidade quanto a macromobilidade física geram transformações no espaço geográfico. Existem, como apontam Petersen (1965), Beaujeu-Garnier (1971) e Trewartha (1974), uma série de consequências nas regiões de origem e destino dos migrantes, muitas delas difíceis de classificar. Atentar-se-á, neste capítulo, a quatro principais transformações que têm sido geradas nas regiões de origem e destino: a primeira diz respeito à mobilidade social e às novas profissões que proporcionaram mudanças econômicas significativas na vida dos trabalhadores migrantes; a segunda refere-se às consequências demográficas que estabeleceram modificações nas estruturas étarias, sobretudo no município que recebeu a força de trabalho; a terceira remete aos problemas de contato e a visão dos trabalhadores migrantes acerca do município de destino; e, por fim, as consequências econômicas importantes para o desenvolvimento da localidade de destino, bem como os efeitos negativos que poderão ser desencadeados nos municípios de emigração dessa força de trabalho.

3.2.1 Mobilidade social e novas profissões

A mobilidade social é um fenômeno de extrema importância para a população, uma vez que ela representa uma mobilidade vertical dos indivíduos na estrutura de classes, podendo ser um movimento de ascensão ou declínio social dentro dos vários segmentos existentes na sociedade. Ela refere-se aos deslocamentos verticais dos indivíduos e grupos entre as diferentes esferas socioeconômicas (MERLLIÉ; PRÉVOT, 1997).

É sobretudo pelo trabalho, bem como aponta Rocha (1998), que a população adquire relativa mobilidade social. Grupos de trabalhadores das classes D e E vivendo na informalidade temporária podem ascender ao estrato C quando se inserem em novas relações de trabalhos formais e de maior remuneração. Alguns grupos sociais, por exemplo, dos estratos D e E, mesmo com trabalhos formais podem não ascender às camadas superiores da sociedade. No entanto, pelo fato de se inserirem nas relações formais, no que tange ao mundo

do trabalho, esses grupos podem dispor de créditos bancários que lhes proporcionam um relativo aumento no consumo e anseios. Importa destacar que a mobilidade social não é restrita a um grupo social, e o exemplo mencionado foi escolhido de forma aleatória, apenas para exemplificar esse processo.

A mobilidade social também influencia na melhoria da qualidade de vida da população, por vezes evidenciada pelo consumo. Afinal, existe uma articulação entre a mobilidade da força de trabalho, mobilidade social e mobilidade do consumo, conforme foi retratado por Ghizzo (2012), corroborando com a produção de novos espaços urbanos cruciais ao desenvolvimento local ou regional.

Não se pode negar que a mobilidade social ascendente tem um importante papel nesta dinâmica, auferindo à população melhores condições de compras e de consumo, concedendo condições financeiras para a ostentação de estilos de vida e hábitos de consumo mais condizentes com os objetivos do modo de produção. Assim, a mobilidade social permite ao indivíduo aspirar melhores condições de vida e consumir produtos que, de uma forma geral, são produzidos para integrantes das classes sociais mais abastadas. Este tipo de consumo aparentemente minimiza as distâncias sociais e ameniza os conflitos de classe, pois transmite a sensação de elevação e pertencimento social por meio da posse de produtos originais ou semelhantes daqueles que, de uma forma geral, são destinados aos integrantes das classes superiores (GHIZZO, 2012, p.64).

Com o processo migratório do Nordeste brasileiro para o Noroeste Paranaense, considerável parcela dos trabalhadores migrantes estudados nesta pesquisa adquiriram novos postos de trabalho e, conseqüentemente, relativa mobilidade social no município de Tamboara. Tendo como parâmetro a Tabela 16 (página 127), 36% dos trabalhadores entrevistados retornaram ao meio rural para trabalhar, ao passo que 64% daqueles que trabalhavam no campo mudaram de atividade. Se outrora trabalhavam na colheita de Pequi ou com o gado, atualmente, exercem o corte da cana-de-açúcar. O setor sucroalcooleiro proporcionou a esses trabalhadores o emprego formal, maior e mais constante remuneração, registro em carteira e a sindicalização, fenômenos inexistentes na outrora vida dessa população. As conquistas no Paraná, citadas na Tabela 19, permitem afirmar que essa força de trabalho adquiriu uma relativa mobilidade social em função do consumo, bem como ascensão econômica, retratada pelas várias aquisições que tais famílias têm feito, a exemplo de máquinas de lavar, geladeiras, televisores, bicicletas, entre outras.

Embora o núcleo urbano de Tamboara tenha certos problemas de infraestrutura básica, o acesso a hospitais, à eletricidade, à rede municipal de saúde e principalmente à educação

poderão desencadear mudanças significativas em suas famílias. Seus filhos terão mais chances de se qualificar e até mesmo ingressar em um curso superior, proporcionando, então, a mobilidade social intergeracional (ROCHA, 1998). Além disso, até mesmo os trabalhadores cortadores poderão terminar os estudos escolares e, futuramente, buscar novas profissões.

3.2.2 Consequências demográficas

As consequências demográficas, no âmbito dos movimentos populacionais, refletem imediatamente na região de origem e de destino dos migrantes. Pelo fato de o movimento ser desencadeado sobretudo por jovens adultos e do sexo masculino, como retratam Petersen (1965) e Beaujeu- Garnier (1971), a proporção entre homens e mulheres pode ser desigual, fazendo com que a pirâmide etária assuma formas irregulares. O município que recebe esses migrantes acaba aumentando o número de jovens aptos ao trabalho, ao passo que o município de origem perde uma parcela significativa desse grupo populacional.

Como vimos no Capítulo 2, o município de Jardim foi a localidade de origem da maioria dos migrantes estudados nesta pesquisa. De acordo com os Censos Demográficos do IBGE, no ano de 2000 o município tinha aproximadamente 26.414 habitantes, ao passo que em 2010 a população se aproximou de 26.688, denotando baixo crescimento populacional. No entanto, no que tange à população economicamente ativa, especialmente no grupo de 15 aos 24 anos, houve uma redução.

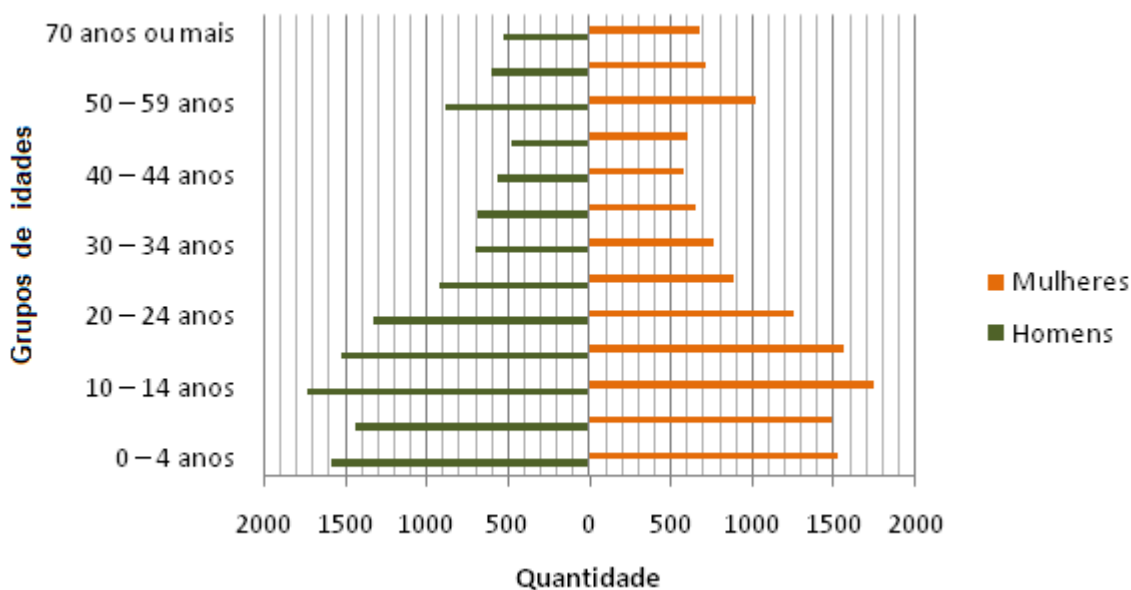


Gráfico 21: Distribuição da população de Jardim CE por sexo segundo os grupos de idade, 2000.

Fonte : IBGE, censos demográficos 2000.

Organização : Ribeiro, Vitor Hugo, 2014.

Comparando as Pirâmides Etárias dos anos 2000 e 2010 (Gráficos 21 e 22), percebe-se que o município em questão manteve relativamente a sua forma. Apenas a base teve uma mudança, ocorrendo uma diminuição dos grupos de idades de 0-4, 5-9 e 10-14 anos, tanto para homens quanto para mulheres. Isso denota queda na taxa de natalidade, e também pode ser explicado pela emigração familiar. Os grupos masculinos de idades de 15-19, bem como de 20-24 tiveram um decréscimo populacional, porém de menor proporção em relação aos grupos citados anteriormente. Em 2000, o grupo masculino de idade de 15-19 anos compreendia um pouco mais de mil e quinhentas pessoas, ao passo que, em 2010, esse número foi de aproximadamente mil e trezentos, uma redução em torno de duzentos habitantes. O grupo masculino de 20-24 era composto por cerca de mil e trezentos homens no ano de 2000, e em 2010 compreendia mil duzentas e cinquenta pessoas.

As mulheres tiveram uma pequena redução no grupo de idades de 15-19 anos, passando de mil quinhentas e cinquenta aproximadamente em 2000 para mil trezentos e cinquenta no ano de 2010. Já os grupos de idade acima de 20 anos tiveram um pequeno crescimento populacional. Para as mulheres, os grupos de idade que mais se reduziram compreendem as idades de 0 a 14 anos.

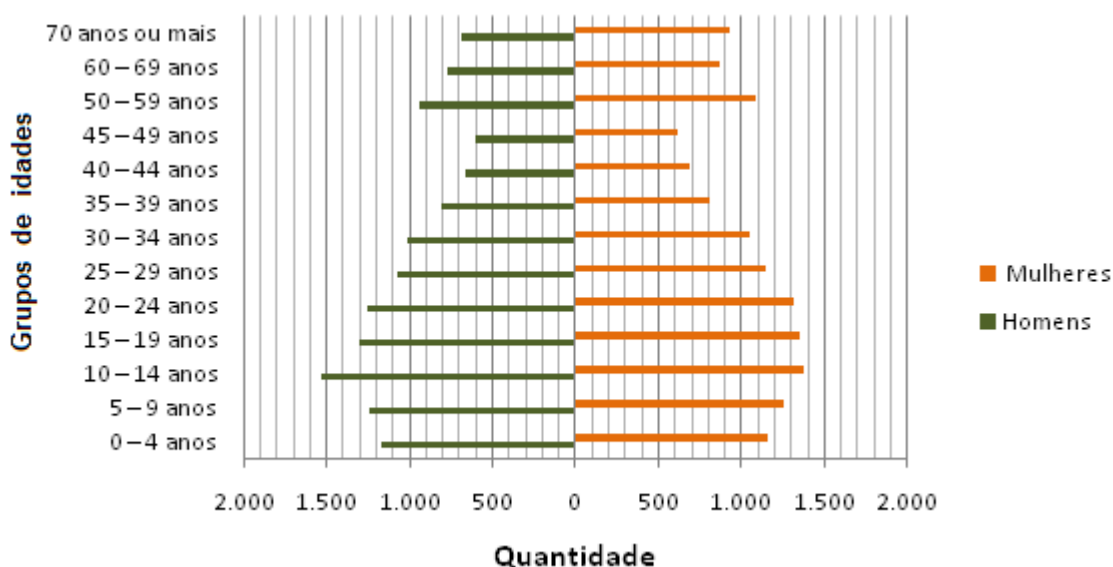


Gráfico 22: Distribuição da população de Jardim-CE por sexo, segundo os grupos de idade, 2010.

Fonte : IBGE, censos demográficos 2010.

Organização: Ribeiro, Vitor Hugo, 2015.

Já o município de Tamboara, que recebeu trabalhadores de Jardim-CE, apresentava, em 2010, uma população de 4.664 habitantes, um crescimento de 9,6% em relação ao ano 2000. Neste ano, a população total era de 4.255 (RIBEIRO, et al, 2013), e a estimativa para o ano de 2015 se aproximava de 5.000 habitantes (IBGE, 2015). Muito desse aumento

populacional em Tamboara se deve à migração de trabalhadores nordestinos no corte da cana-de-açúcar.

Comparando as Pirâmides Etárias dos anos de 2000 e 2010, é possível identificar um crescimento populacional, sobretudo de homens, dos grupos de idades de 20-24 e 25-29 anos. Em 2000, a população masculina entre 20-24 anos era de aproximadamente cento e quarenta e cinco, ao passo que o grupo dos 25-29 anos era composto por cerca de cento e sessenta pessoas. No ano de 2010, a população das respectivas idades compreendia duzentas e vinte e cinco e duzentas e seis pessoas. Esse fenômeno é importante, pois denota a existência no município de atividades que proporcionam empregos à população jovem inserida nesses grupos. Em relação às mulheres, percebe-se que a estrutura não mudou significativamente, tendo uma redução, assim como nos grupos de homens, das idades de 0-4 e 5-9 anos.

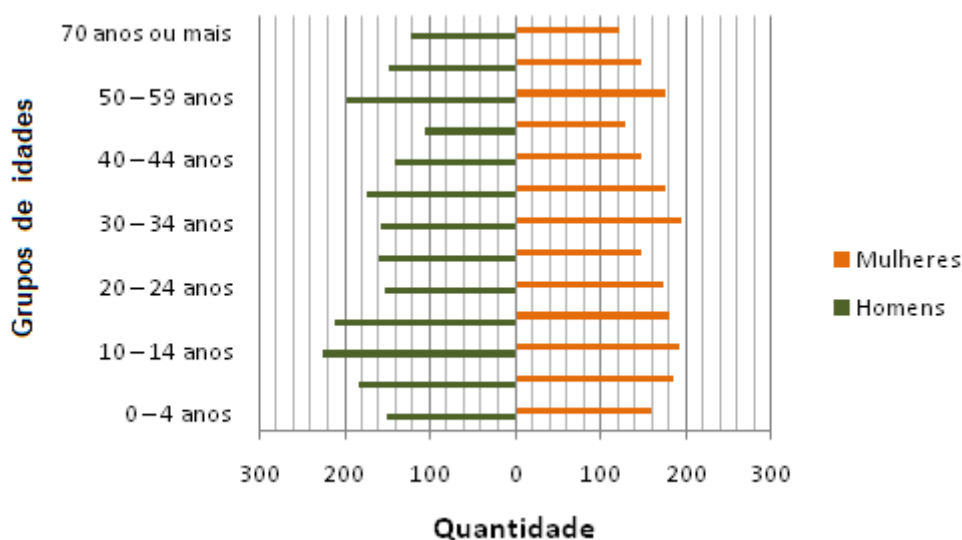


Gráfico 23: Distribuição da população de Tamboara PR por sexo segundo os grupos de idade, 2000.

Fonte : IBGE, censos demográficos 2000.

Organização: Ribeiro, Vitor Hugo, 2015.

O município de Tamboara, como pode-se observar, também vem tendo quedas na taxa de natalidade, e o resultado disso é verificável na pirâmide de 2010, quando ocorreu uma diminuição da sua base. O topo maior denota melhores qualidades de vida e serviços públicos à população adulta acima dos 50 anos, fazendo com que ocorra uma relativa queda nas taxas de mortalidade.

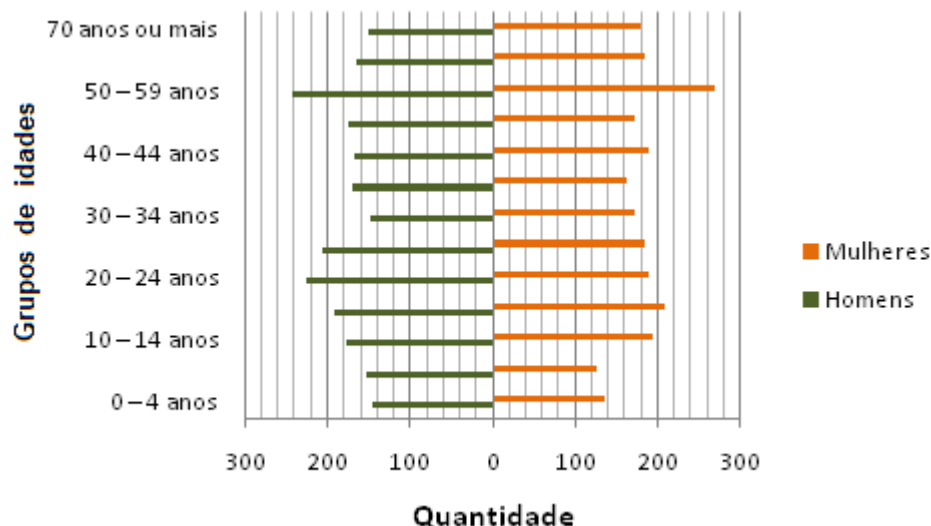


Gráfico 24: Distribuição da população de Tamboara PR por sexo segundo os grupos de idade, 2010.
 Fonte: IBGE, censos demográficos 2010.
 Organização: Ribeiro, Vitor Hugo, 2015.

Embora o município de Tamboara tenha passado por diversas crises de âmbito econômico que acarretaram na evasão populacional, como foi retratado em Ribeiro et al (2013), essa tendência ao crescimento populacional atual se deve, sobretudo, à nova fase do desenvolvimento agrícola do Noroeste Paranaense, impulsionado pela atividade canavieira que ainda demanda força de trabalho manual no corte da gramínea. Atribui-se, principalmente à COOPCANA do município de São Carlos do Ivaí, essa tendência, não apenas em Tamboara mas também nas demais localidades que se beneficiam dos empregos gerados pela unidade de produção.

Por outro lado, no município de origem, Jardim, a população local assiste à evasão populacional do campo. A força de trabalho migrante é exclusivamente oriunda do meio rural, e essa emigração para Tamboara reflete negativamente na localidade, visto que esse movimento poderá não ter fim, incentivando os demais trabalhadores rurais a se deslocarem às outras regiões. Esse movimento corrobora com a fragmentação do campesinato, dificultando ainda mais a luta pelos movimentos sociais do campo, a exemplo da reforma agrária, uma política social de extrema importância para a erradicação da fome e miséria no Brasil, bem como a economia solidária, pautada no empreendimento de economias populares que funcionam como cooperativas autogerenciadas.

Nesse sentido, o presente trabalho defende a proposta de que a economia solidária somada ao incentivo à micromobilidade física possam ser importantes dispositivos de retenção da população, combatendo o desemprego e fomentando a renda. Essas medidas

tendem a proporcionar o desenvolvimento das populações, significando alternativas e resistências ao neoliberalismo econômico e à exclusão socioespacial (SINGER, 1999).

3.2.3 Problemas de contato

Os problemas de contato são outras consequências do movimento de população e remetem-se exclusivamente ao local de destino da força de trabalho migrante. O município de Tamboara, por ser considerado demograficamente pequeno, pode não ter uma estrutura urbana preparada para receber essa população oriunda do Nordeste brasileiro. Pode ocorrer também um certo “estranhamento” da população local em relação aos recém-chegados.

Os povos diferem de muitas maneiras, e os que se vêem transferidos para outro ambiente, muito diferente do de sua terra natal, podem ser envolvidos em conflitos de caráter geral e coletivo- raciais, linguísticos, etc., ou particularizando mais, em questões religiosas ou políticas. Os contatos raciais, qualquer que seja o sentido do termo “raça”, são muitas vezes difíceis (BEAUJEU-GARNIER, 1971, p. 266).

Pelo fato de o Brasil ser de dimensões continentais, a população brasileira adquiriu certas peculiaridades em suas respectivas regiões geoeconômicas. A força de trabalho nordestina trouxe a Tamboara a sua cultura, tradição, costumes, enfim, seu modo de vida no geral. Além dos gêneros de vida serem diferentes, o ambiente natural também se distingue, principalmente o clima, dentre outros fatores. No entanto, como pôde-se verificar no trabalho de campo, os principais problemas que essa força de trabalho têm encontrado não dizem respeito a sua adaptação e aceitação por parte da população local, mas sim às questões estruturais do núcleo urbano. A Tabela 20 aponta que 62% dos entrevistados relataram que o município é bom na questão da infraestrutura básica como nas áreas da saúde, principalmente, saneamento, eletricidade, educação, dentre outros. Conforme o relato de uma cortadora que migrou a Tamboara para ajudar o marido, é possível perceber a diferença do atendimento do Sistema de Único de Saúde entre os dois municípios em questão:

Tamboara é um bom lugar para viver, uma boa área de atendimento na saúde. O meu marido descobriu que estava doente aqui, em Tamboara, e faz tratamento pelo SUS. Na minha cidade, Jardim, os médicos não faziam os exames que os médicos daqui fazem assim tão exatos na cara do paciente (Trabalhadora, 36 anos)

De acordo com IPECE (2010), o município de Jardim dispõe de aproximadamente 20 (vinte) Unidades de Saúde ligadas ao SUS para uma população de um pouco mais de 26 mil pessoas. Isso denota uma fragilidade no que tange à oferta de saúde pública à população local do município em questão. Já Tamboara, município com aproximadamente cinco mil habitantes, é contemplado com duas unidades de saúde, sendo elas um pronto atendimento com médico da mulher e um hospital municipal construído recentemente. Embora o sistema de saúde do município de Tamboara tenha sido considerado eficiente por parte da trabalhadora, nos últimos anos, em função do aumento populacional, as filas nas unidades de saúde são corriqueiras. O município em questão necessita passar por uma reestruturação urbana para acompanhar o crescimento populacional.



Figura 22: Hospital Municipal de Tamboara.
Foto: Ribeiro, Vitor Hugo, 2016.

Outros trabalhadores salientaram o emprego como a principal característica positiva da localidade de destino. Já 4 trabalhadores, que correspondem a 8% dos entrevistados, apontaram a dificuldade pelo custo de vida, e 10% ressaltaram os problemas de infraestrutura.

Tabela 20: Características do município de destino, quantidade citada e frequência.

| <i>Categorias citadas</i> | <i>Nb. Cit.</i> | <i>Fréq.</i> |
|---------------------------------|-----------------|--------------|
| Bom em infraestrutura básica | 31 | 62% |
| Bom para emprego | 10 | 20% |
| Dificuldades pelo custo de vida | 4 | 8% |
| Ruim em infraestrutura básica | 5 | 10% |
| Total Obs. | 50 | 100% |

Fonte : Trabalho de campo, 2013/14.
Organização: Ribeiro, Vitor Hugo, 2015.

Juntando essas duas categorias negativas, somam-se 18% da força de trabalho migrante estudada nesta pesquisa. As principais dificuldades que os levaram a essas categorias remetem principalmente à questão de moradia e à educação pública. O município de Tamboara vem, como foi ressaltado anteriormente, adquirindo um relativo aumento populacional, e isso propiciou a valorização do setor imobiliário. A localidade também não dispõe de condições financeiras suficientes para desenvolver programas de moradia para receber essa força de trabalho.

Somado a essa questão, existe também uma preocupação quanto às creches. Algumas mulheres, cortadoras ou esposas, afirmaram a dificuldade em matricular as crianças de 0 a 5 anos na educação infantil, que é uma responsabilidade sobretudo dos municípios. Percebe-se essa inquietação no relato de uma cortadora de cana-de-açúcar:

Tamboara é um bom lugar, nenhuma dificuldade para procurar saúde, emprego. Só na educação que não consigo vaga na creche para meu filho. Muitas crianças abaixo de 3 anos entram numa fila de espera e se não conseguir são matriculados somente quando completarem 3 anos de idade. (Trabalhadora, 29 anos).

Em trabalhos anteriores, como em Ribeiro; Rocha (2011), foi retratada a problemática acerca da questão habitacional, dentre outros problemas sociais em municípios que vêm intensificando as atividades sucroalcooleiras. O Estado, que poderia proporcionar estruturas às cidades demograficamente pequenas, não elabora uma política que de fato possa gerar melhorias à população desses núcleos. A maior parte dos projetos e planejamentos urbanos, tanto de nível nacional quanto estadual são elaborados visando sobretudo as grandes e médias cidades. Sendo assim, por mais que o município gere emprego, renda, movimentação financeira, dentre outros, pode desencadear também contradições e reproduzir, nesses espaços, as desigualdades sociais, dificultando então o projeto de âmbito nacional de erradicação da fome e miséria no país.

3.2.4 Consequências econômicas

Outras consequências dos movimentos populacionais estão relacionadas aos aspectos financeiros e aos efeitos na economia das áreas de origem e destino. Nos municípios de emigração, poderá diminuir ou estagnar o crescimento econômico e populacional, como acontece em Jardim, devido à saída da força produtiva: jovens adultos em idade potencial

para exercer uma profissão e movimentar a economia local. O inverso ocorre nas áreas de recepção dessa força de trabalho potencial disposta a trabalhar e conquistar relativa mobilidade social, como vem acontecendo no município de Tamboara, cujos grupos de idade dos 20 aos 35 anos vêm aumentando com a chegada de trabalhadores nordestinos. Isso propicia um movimento financeiro na economia local, em que predominam pequenos mercados e armazéns, lojas de calçados e confecções, além de algumas clínicas médicas, dentre outros serviços. As atividades rurais disporão de força de trabalho, e até mesmo a agricultura familiar pautada na produção de alimentos poderá ser intensificada com o aumento de consumidores, se existir, de fato, vontade política visando essa questão.

Tais mobilidades poderão ter efeitos positivos na localidade de origem caso ocorra uma reorganização da sociedade local em bases sólidas que assegurem melhores padrões e qualidade de vida, sobretudo àqueles que ainda vivem no meio rural. Do contrário, essa emigração reproduzirá a decadência e a precariedade, e todas as possibilidades de novas transformações desaparecerão, intensificando, com isso, o movimento emigracional (BEAUJEU-GARNIER, 1971). Atualmente esses efeitos negativos continuam se reproduzindo no Brasil, especialmente na região nordestina. Por isso um olhar crítico nesta tese de doutorado, almejando novas possibilidades de desenvolvimento local por meio de dispositivos de retenção populacional nos municípios de origem que possam conter ou até mesmo erradicar a mobilidade forçada nos canaviais do Centro-Sul do país.

Historicamente, os nordestinos empobrecidos migraram e migram ainda à região Amazônica e ao Centro-Sul do Brasil, oferecendo força de trabalho essencial ao desenvolvimento dessas regiões. Se por um lado essa mobilidade forçada leva junto aos trabalhadores nordestinos a pobreza e a miséria social, por outro, também leva a força produtiva que assegura o desenvolvimento e possibilita a riqueza das regiões desenvolvidas ou em via de desenvolvimento do nosso país (ANDRADE, 1986).

Além da força de trabalho, o Nordeste fornece também às demais regiões brasileiras, especialmente ao Sudeste, matérias-primas como xilita, petróleo e gipsita, dentre outros que, uma vez importados de outros países, têm valores mais elevados. O Nordeste se tornou também, com uma população superior a 53 milhões de habitantes, em um grande mercado consumidor dos produtos industrializados do Centro-Sul do Brasil. Muitos da região Centro-Sul atribuem ao povo nordestino toda a insegurança e mazelas das grandes cidades, contudo, esquecem-se de que essa força de trabalho foi e é atualmente benéfica ao desenvolvimento do país (ANDRADE, 1988).

Assim sendo, pensar no Nordeste brasileiro é, ao mesmo tempo, pensar na questão territorial regional e nacional como imperativos do próprio desenvolvimento do país, enfatizando os aspectos econômicos e também sociais e ambientais que contribuam com o desenvolvimento brasileiro como um todo. O Nordeste se desenvolvendo, melhorando a educação, gerando emprego e renda, distribuindo justamente suas terras para fins de reforma agrária e para projetos de economia solidária, praticando a diversidade agrícola, respeitando o meio ambiente e as populações locais proporcionará riquezas ao Brasil e fortalecerá o combate à erradicação da fome e miséria nacional.

No Paraná, outro impacto econômico que vale ressaltar é a consolidação dessa força de trabalho migrante no setor sucroalcooleiro. A atividade terá trabalhadores suficientes para expandir a produção, bem como a área destinada à lavoura canavieira. Como foi retratado em Ribeiro (2013), no Noroeste paranaense a cana-de-açúcar veio, ao longo dos últimos anos, expandindo os seus cultivos. Essa expansão ocorre em detrimento da policultura, principalmente, da mandiocultura e das pastagens. Como pode-se observar no Gráfico 25, ao longo da última década, Tamboara presenciou um aumento expressivo da gramínea, e se isso persistir pode fragilizar projetos e incentivos à agricultura familiar da localidade em questão.

Em Tamboara, no ano 2000, a lavoura canavieira ocupava aproximadamente 1.688 hectares, ao passo que, em 2014, o cultivo ocupou um espaço de 4.758 hectares, concebendo uma expansão em torno de 281% (IBGE, 2014). Esse aumento expressivo é reflexo do projeto sucroalcooleiro de nível nacional no local que vê, nos solos com aptidão agrícola alta ou média, como zonas agrícolas favoráveis para a expansão da gramínea (MINISTÉRIO DA AGRÍCULTURA, 2009).

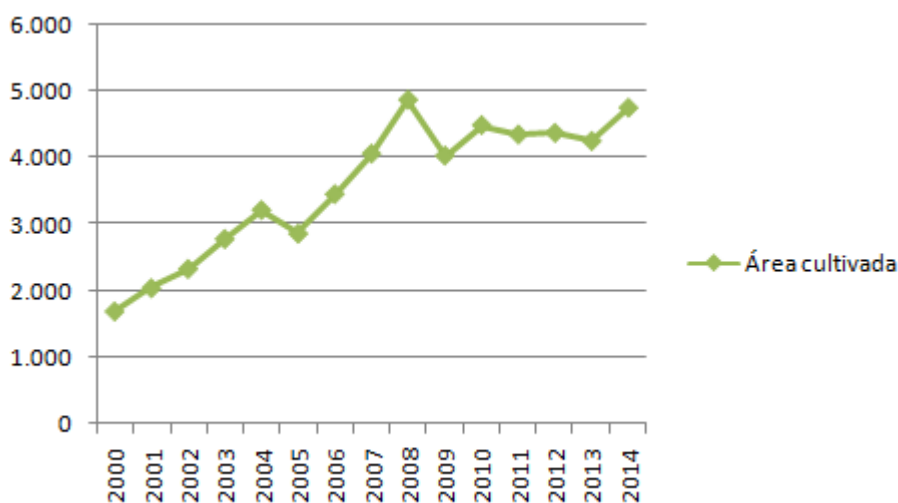


Gráfico 25: Expansão da lavoura canavieira no município de Tamboara, 2000 a 2014.

Fonte: IBGE, produção agrícola municipal.

Organização: RIBEIRO, Vitor Hugo, 2016.

Outra questão pertinente é no que concerne à produção do espaço de Tamboara. O aumento populacional e a força de trabalho migrante proporcionam o aumento do consumo no município, pois esses migrantes gastam quase que exclusivamente sua renda na localidade em questão. Essa migração definitiva vai produzindo e reproduzindo o espaço geográfico de Tamboara, como pode-se verificar nas figuras a seguir. Se Ghizzo (2012) sinalizou a importância do consumo no processo de produção do espaço geográfico do aglomerado urbano de Maringá, em Tamboara percebe-se esse processo. As Figuras 23 e 24 apresentam a expansão do espaço urbano, bairro novo que vem sendo produzido por migrantes, sobretudo nordestinos que trabalham no corte da cana-de-açúcar e na mandiocultura.



Figura 23: Expansão do espaço urbano de Tamboara fruto do processo migratório.
Foto: Ribeiro, Vitor Hugo, 2016.

Percebe-se que a localidade necessita de maiores investimentos em serviços públicos de infraestrutura, tais como ruas asfaltadas, moradias, saneamento básico, dentre outros. Cabe, sobretudo ao Estado, garantir a melhoria deste e outros municípios que vêm assistindo um aumento populacional graças às políticas energéticas e a consolidação do parque sucroalcooleiro no Noroeste Paranaense, mesorregião composta quase que exclusivamente por municípios demograficamente pequenos.



Figura 24: Expansão do espaço urbano e problema de mobilidade.
Foto: Ribeiro, Vitor Hugo, 2016.

Essa problemática é resultado das discrepâncias econômicas que vêm refletindo no núcleo urbano de Tamboara ao longo das últimas décadas. Se por um lado a cidade apresenta a região central bem estruturada, por outro, apresenta também suas contradições socioespaciais (Figura 25). A cidade apresenta um centro, local de encontro e de atratividade populacional, e, também, uma área periférica para a população de baixa renda, desprovida de asfalto e rede de esgoto, dentre outros. As áreas periféricas são destinadas, quase que exclusivamente, para a população migrante que chegou à cidade nos últimos vinte anos.



Figura 25: Centro e periferia do núcleo urbano de Tamboara.

Foto: Ribeiro, Vitor Hugo, 2016.

Tais discrepâncias refletem a realidade espacial do país, que assiste ao crescimento de extensas periferias urbanas. Aponta Silva (2011) que, se outrora esse fenômeno era restrito às grandes cidades, atualmente, existe um processo semelhante que ocorre nas médias e também em cidades pequenas, como no caso de Tamboara. A periferização se torna, no atual momento histórico, como uma expansão desordenada dos núcleos urbanos brasileiros e reflete a precariedade e o descaso de políticas públicas de infraestruturas para as cidades grandes, médias, e também demograficamente pequenas do nosso país.

Sobre essa problemática, o professor José Borzacchiello da Silva pondera que:

Sua presença denota uma situação de precariedade e déficit de políticas públicas mais abrangentes que atingem os setores de infraestrutura, equipamentos e serviços nas áreas do saneamento básico, habitação, saúde e educação. Configuram paisagens reveladoras das diferenças estruturais que explicam os contrastes sociais brasileiros. Como agravante, a sociedade lida com a violência urbana que desponta como um problema social generalizado, atingindo o campo e a cidade (SILVA, 2011, p.4).

Importa mencionar que, se por um lado as agroindústrias sucroalcooleiras puderam proporcionar uma relativa retenção populacional em municípios demograficamente pequenos do Noroeste Paranaense, por outro, elas não inibiram as contradições sociais e tampouco contribuíram no planejamento urbano de muitas cidades, por exemplo, em Tamboara.

Embora Tamboara apresente certas contradições, o seu núcleo urbano dispõe de um relativo potencial para incentivar alternativas econômicas, importantes para o desenvolvimento local. Tais atividades podem ser desenvolvidas a partir da produção agrícola periurbana, que vem sendo motivada pelo aumento populacional e com a chegada dessa força de trabalho migrante. A Figura 26 mostra o cultivo de mandioca na área urbana que demanda força de trabalho para os tratos da produção.



Figura 26: Cultivo de mandioca no espaço urbano tamboarense.
Foto: Ribeiro, Vitor Hugo, 2016.

O fortalecimento da agricultura periurbana, bem como das feiras locais, proporcionaria emprego e renda, além de disponibilizar alimentos mais baratos do que no mercado tradicional. São articulações no que tange à força de trabalho, à renda e ao consumo, estimulados pelo processo imigratório vivenciado nos últimos anos pelo município. Essas iniciativas consistem em alternativas que possibilitariam a circulação de capital e, caso existisse vontade política, esse capital se destinaria a sanar determinados problemas encontrados no núcleo urbano em questão, melhorando, então, as condições de urbanidades à população que vive nas áreas periféricas.

3.3 Desenvolvimento local, representações e mobilizações espaciais

A dinâmica populacional é um dos principais fenômenos que diferencia os municípios de Tamboara e Jardim. Este, como foi sinalizado nesta pesquisa, possui uma população de aproximadamente 26 mil habitantes. Já aquele possui um pouco menos de 5 mil pessoas. O município de Jardim é contemplado por quatro distritos, e Tamboara não possui nenhuma zona distrital. Nota-se que, por mais que a localidade jardinense seja mais dinâmica demograficamente, o fluxo migratório é direcionado de um município mais populoso para

uma localidade de menor expressão territorial e demograficamente menor. O movimento migratório é motivado pela busca por melhores condições de vida e trabalho, além das forças de repulsão estudadas ao longo deste capítulo. Tais forças de repulsão são elementos contraditórios presentes na configuração socioespacial do município de Jardim e denotam uma fragilidade no que tange ao desenvolvimento local e suas atividades, bem como uma negligência nos serviços públicos de infraestrutura básica, importantes para a população jardinense.

O desenvolvimento local consiste no processo de diversificação e fortalecimento de atividades econômicas e sociais a partir da mobilização e da coordenação dos recursos naturais, financeiros e humanos presentes em um determinado território, sobretudo de escala local. De acordo com Lardon *et al*, (2001), pensar no desenvolvimento local é acreditar na coletividade humana e na sua articulação aos circuitos econômicos de escalas nacional e mundial, almejando não apenas um desenvolvimento econômico pautado na produção e nas grandes instituições empresariais globais, mas também nas pequenas iniciativas locais e principalmente na mobilização da população local no âmbito de projetos coletivos que visam a utilização de seus recursos. Lardon (2003) atenta ao fato de não se esquecer de estudar a articulação e associação entre os homens ao tratar da economia industrial. A industrialização da agricultura brasileira consubstanciada à mundialização econômica e à economia agroexportadora tem esquecido dos problemas e questões primordiais no que concernem às classes sociais.

A mundialização econômica, como foi apresentada nesta pesquisa, consiste num processo de desenvolvimento contraditório desigual que tanto fragmenta a classe trabalhadora, sobretudo o campesinato, quanto direciona, introduzindo novas configurações e relações no âmbito do trabalho. Os trabalhadores investigados nesta tese, sujeitando-se à mobilidade forçada ao Paraná aceitam e estabelecem o jogo contraditório desencadeado pelo processo hegemônico mundializado. É no movimento contra-hegemônico que se darão as condições de mudanças e possíveis rupturas a esse modelo de fragmentação e exploração da força de trabalho. Giddens (1991) salienta a importância dos movimentos sociais, acima de tudo o trabalhista, no processo de transformação da sociedade pois, segundo ele:

os movimentos sociais fornecem pautas para potências transformações futuras. Para os que associaram a modernidade acima de tudo com o capitalismo ou o industrialismo, o movimento trabalhista é o movimento social por excelência (GIDDENS, 1991, p.140).

Os movimentos sociais, atentando ao desenvolvimento local, poderão desenvolver as ferramentas de transformações da realidade contraditória do município de Jardim, fortalecendo a diversidade e as diferentes atividades econômicas rurais, e reivindicar subsídios financeiros e humanos, além de projetos de cunho social que visem o acompanhamento e utilização dos seus recursos naturais. Isso poderá proporcionar um reequilíbrio econômico, e a pobreza e outros aspectos negativos apresentados poderão ser atenuados. Até mesmo a mobilidade forçada poderá ser inibida, caso existam, de fato conquistas sociais que favoreçam essa população, a exemplo de políticas públicas que consolidem as leis trabalhistas e proporcionem empregos remunerados e definitivos aos trabalhadores. São possibilidades de mudanças que caminham juntas com o modelo de desenvolvimento alternativo.

Outro exemplo de iniciativa que poderia fomentar o desenvolvimento local e ampliar os laços de pertencimento dos trabalhadores com seu local de origem é o desenvolvimento alternativo. Sua disseminação remonta o início dos anos 1970, quando intelectuais e pesquisadores críticos na área de planejamento econômico, dentre outros militantes, formularam reflexões sobre o descontentamento populacional, sobretudo dos países subdesenvolvidos, e passaram a organizar eventos e conferências nas quais se debatiam as abordagens tradicionais acerca do desenvolvimento e crescimento econômico que aumentavam as discrepâncias e desigualdades sociais no planeta. A conferência de Estocolmo sobre o meio ambiente e o Seminário sobre Estratégias para o Desenvolvimento no México são alguns movimentos que impulsionaram as críticas face à mundialização neoliberal (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2002).

Os pressupostos teóricos que concebem o desenvolvimento alternativo se distinguem. Porém, se fundamentam, quase que exclusivamente, com base em uma crítica ao pensamento político dominante. Eles sublinham a importância de articular a economia e a sociedade, subordinando os fins econômicos à proteção dos bens e valores sociais. O desenvolvimento alternativo propõe um desenvolvimento de base, privilegiando a escala local, a coletividade, além de projetar novas alternativas econômicas face à exclusão social desencadeada pelo modelo hegemônico de desenvolvimento mundializado. Assim sendo,

O desenvolvimento alternativo inspira-se nos valores da igualdade e da cidadania, isto é, na inclusão plena dos setores marginalizados na produção e no usufruto dos resultados do desenvolvimento. Todavia, ao contrário de outras aproximações críticas, esta linha de pensamento e ação não rejeita a ideia de crescimento econômico. No lugar dele, propõe impor limites e

subordiná-lo a imperativos não econômicos [...] Por essa razão, os trabalhos produzidos neste sentido têm privilegiado o estudo etnográfico de comunidades marginalizadas e as propostas resultantes tendem a sugerir que a ação social contra-hegemônica deve ser concentrada no âmbito local das comunidades estudadas (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2002, p.46/47).

Tratando das alternativas econômicas, esse modelo contra-hegemônico baseia-se sobretudo em empresas de organizações populares e de gestão solidária de ajuda estatal, nas quais capital e trabalho são organizados pela própria comunidade. Em outras palavras, as propostas de desenvolvimento alternativo sugerem modelos de produção e circulação que permitem o acesso aos bens e serviços à população exaurida de recursos. Essas iniciativas de caráter popular corroboram na construção de um dispositivo de retenção da população local e um poder comunitário, importantes no processo de produção do espaço geográfico e ao desenvolvimento local.

Os princípios de desenvolvimento alternativo proporcionam, no olhar de Santos; Rodríguez (2002), a cidade alternativa, que consiste numa articulação entre a produção, a habitação, a recreação, dentre outros tratos e cultivos da terra, além de uma integração plena entre o rural e o urbano e entre os espaços de convivência pública. São alternativas híbridas de produção que fornecem o incentivo material e o sentimento de pertencimento ao local de origem, visando uma ampla articulação social, importante no processo de reprodução e continuidade desse modelo alternativo de desenvolvimento.

A existência de um movimento social forte é crucial para a sobrevivência e expansão das alternativas de desenvolvimento local, além de manter a sua integridade de caráter contra-hegemônico. Esse fortalecimento garante a energia e a resistência necessárias para que esse modelo não se desarticule e desvirtue no decorrer do tempo.

Essa contradição social engendrada pela mundialização econômica, principalmente no que tange ao mundo rural, está presente atualmente em diversas realidades, tanto no mundo subdesenvolvido quanto nos países desenvolvidos. Um exemplo é a França, onde 13% da população do departamento de Puy-de-Dôme vivem abaixo da linha da pobreza, ou seja, com renda familiar mensal inferior a 993 euros. O meio rural francês se consolidou numa área de refúgio para a população pobre, sobretudo de baixa instrução profissional. Nesse sentido, Roche (2014) salienta a pobreza silenciosa no campo, pois muitas vezes essas populações passam despercebidas pelas políticas públicas governamentais. São locais que repelem a população jovem devido à falta de oportunidades para a sua formação e para a inserção no mercado de trabalho.

Embora a realidade e a pobreza francesa sejam diferentes da miséria social encontrada nos países emergentes, a exemplo do Brasil, que tem vivenciado um intenso processo de desenvolvimento econômico, o perfil da população rural é relativamente parecido: ambas as realidades concebem uma população adulta com fraca instrução escolar e, muitas vezes, inserem-se em relações precárias de trabalho ou buscam na migração melhores condições de vida e anseios. Muitas regiões francesas atentam às novas alternativas de desenvolvimento rural como tentativa de erradicar a problemática que solapa o campo. Na Bretagne, agricultores se articularam e criaram associações de produtores e, por meio das feiras em propriedades familiares, comercializam seus produtos diretamente com os consumidores. São, em muitos casos, produtos biológicos ou orgânicos, com uso de agrotóxico reduzido e certificado pelo governo francês.

Atualmente, em Madagascar, se desenvolvem modelos agrícolas alternativos que possam resistir aos problemas desencadeados pela seca. Com a ajuda do Centro Técnico Agro ecológico do Sul (CTAS), agricultores adotaram um sistema de produção adaptado às terras áridas que consiste sobretudo na produção de cereais como o sorgo, o *mil*, ervilhas, feijão de corda e batata doce, destinados quase que exclusivamente à alimentação humana. O milho era muito cultivado, todavia, em função da grande quantidade de água que necessita no processo de desenvolvimento vegetativo, o cereal foi substituído por outros cultivos. A ilha iniciou o ano de 2015 com sérios problemas alimentares, decorrentes das secas e dos efeitos climáticos dos últimos anos. Estima-se que 47% da população dispõe somente de uma refeição diária (MBOG, 2015).

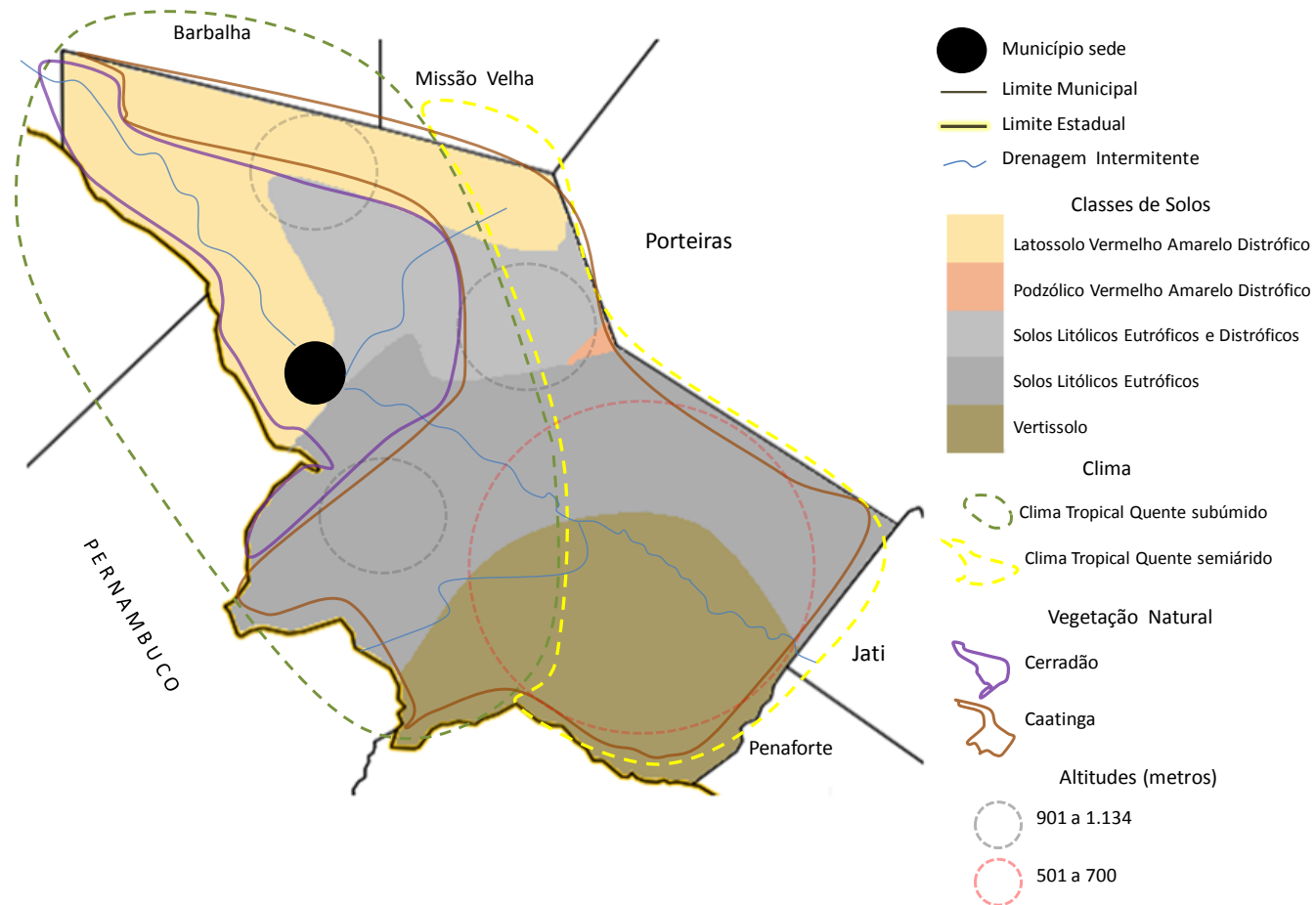
No que concerne ao objeto de estudo deste trabalho e mais precisamente ao município de Jardim, há de se considerar uma proposta de desenvolvimento alternativo. Afinal, percebe-se o quanto a alimentação contribui com a dinâmica territorial e mobiliza a população local no âmbito de projetos coletivos que dão suporte a esse desenvolvimento. Pensar numa nova agricultura pautada na alimentação humana e na mobilização social em prol de projetos coletivos que propiciem alternativas de desenvolvimento local é fundamental para a erradicação da miserabilidade social e da mobilidade forçada que solapam o município jardinense. Para tanto, é necessário, ao propor novas alternativas de desenvolvimento local, um diagnóstico de um determinado território para que exista uma linguagem acerca da dinâmica espacial, integrando ou articulando os níveis de organização e imaginando as possíveis transformações, além de possibilitar a construção de um dispositivo de retenção de população em seu meio de origem. Os coremas são recursos e procedimentos de

representação geográficos que podem ser aplicados às diferentes escalas territoriais e permitem, além de uma certa hierarquização das informações e dos lugares, uma dinâmica integradora (LARDON et al, 2001).

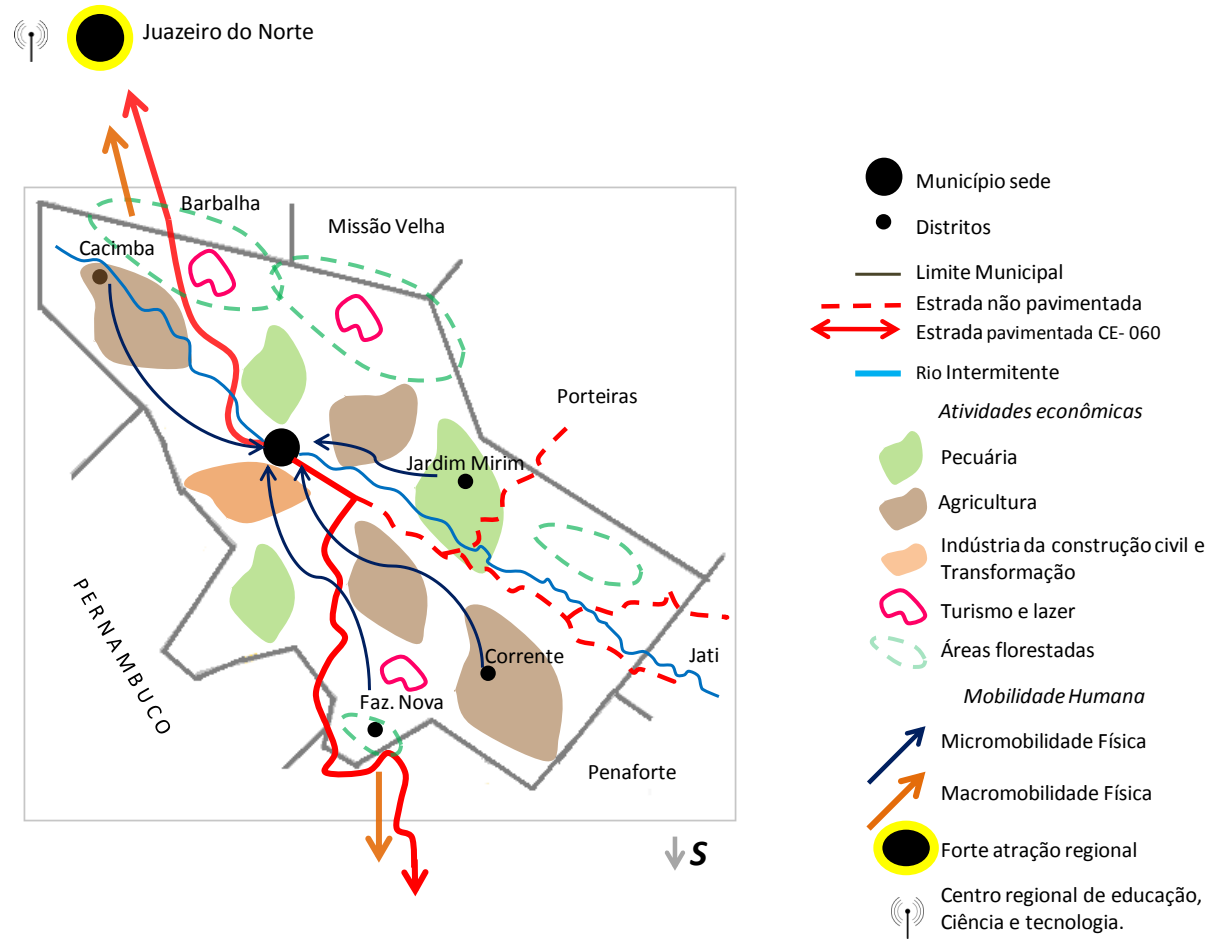
3.3.1 Representações e mobilizações socioespaciais: os coremas e o município de Jardim-CE.

Os coremas são abordagens fundamentadas em modelos gráficos cujo objetivo é estudar a estrutura elementar do espaço bem como a dinâmica espacial de um determinado território. Toda configuração espacial demanda uma articulação bastante complexa e corresponde à dinâmica de uma determinada sociedade: a apropriação e gestão do solo, bem como a relação com o ambiente geofísico, a circulação de informações, a mobilidade humana, dentre outros (BRUNET, 1986). Nesse caso, os coremas podem ser aplicados às temáticas agrícolas e áreas florestadas, aos fluxos de matérias-primas e de informações, às questões geofísicas e geoeconômicas e humanas. Portanto, podem nos fornecer um modelo síntese administrativa com ou sem aporte de comunicação, apresentando os recursos ambientais e econômicos bem como o dinamismo humano (LARDON et al, 2001).

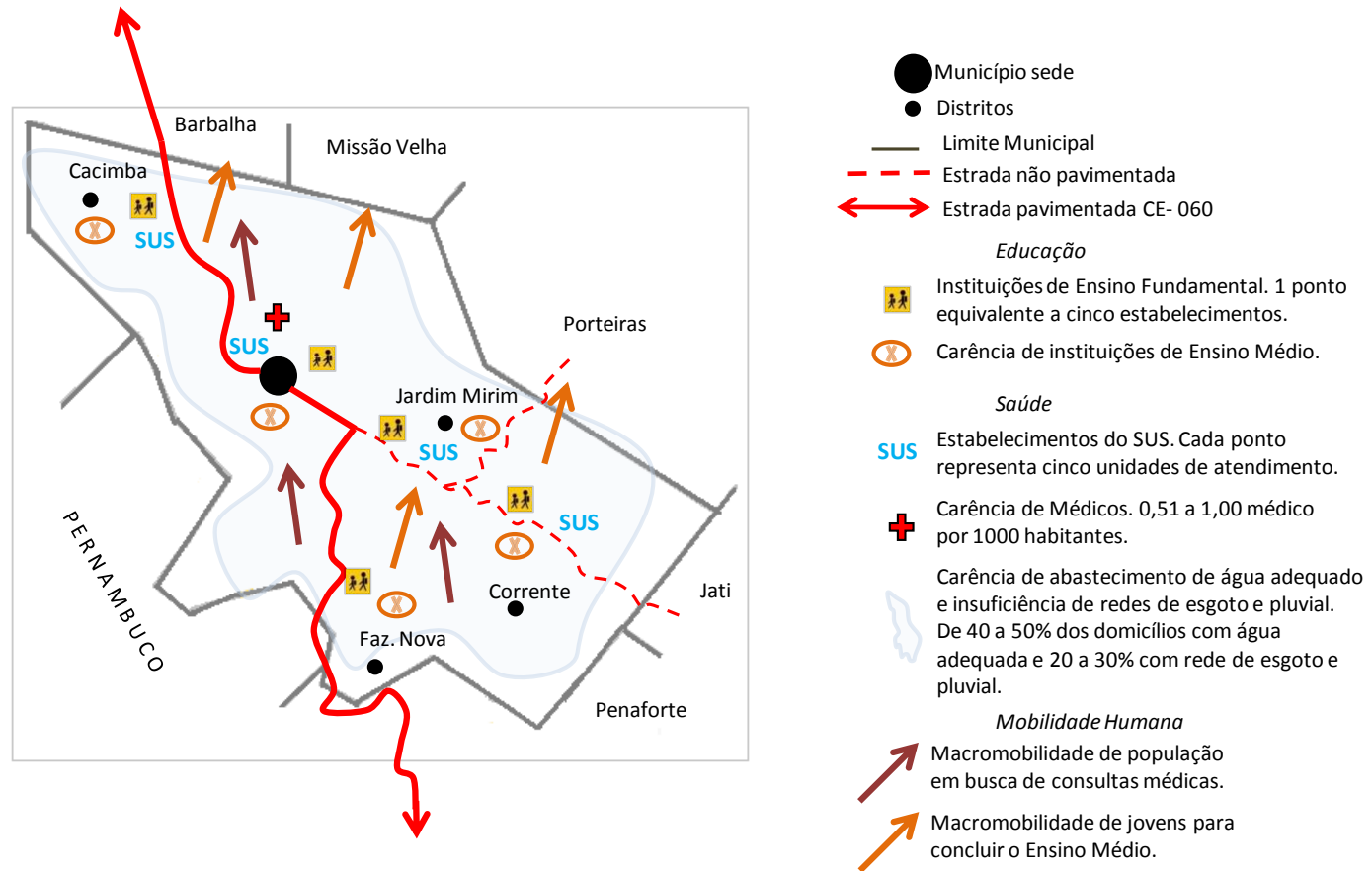
As cartas coremáticas são procedimentos fáceis de elaborar, pautadas sobretudo por desenhos simples e por esquemas simplificados de representação geográfica e fogem do rigor e critérios euclidianos presentes na cartografia contemporânea (LARDON, 2003). Por meio desse procedimento, elaboraram-se coremas que serão apresentados a seguir, baseados nas informações de campo e em institutos de pesquisas, sobretudo no que tange à problemática que permeia a localidade de Jardim. As cartas coremáticas dizem respeito ao ambiente geofísico, bem como à dinâmica territorial pautada no uso do solo, além das questões sociais como a educação, a saúde e mobilidade humana. A temática representa uma síntese da problemática retratada pelos trabalhadores estudados nesta pesquisa. São informações concomitantemente articuladas aos questionários aplicados aos trabalhadores. O corema 1 demonstra aspectos geofísicos do município jardimense, enquanto o corema 2 traz características territoriais, e o corema 3 aspectos da dinâmica territorial, da saúde e educação.



Corema 1: Dinâmica geofísica de Jardim-CE.
 Fonte: IPECE. Elaboração: Ribeiro, Vitor Hugo, 2015.



Corema 2: Dinâmica territorial- Jardim-CE.
 Fonte: IPECE. Elaboração: Ribeiro, Vitor Hugo, 2015.



Corema 3: Dinâmica territorial, educação e saúde- Jardim-CE.

Fonte: IPECE. Elaboração: Ribeiro, Vitor Hugo, 2015.

Percebe-se, no corema 1, que a dinâmica geofísica reflete as características do sertão semiárido nordestino. O clima quente, sobretudo o semiárido, condicionou os solos litólicos e latossolos distroféricos que dificultam as atividades agrícolas devido à sua baixa fertilidade. A drenagem intermitente prejudica mais ainda a vida dos agricultores, principalmente em épocas de estiagem. A cobertura vegetal é revestida por Caatingas, principalmente onde predomina o clima semiárido, e por cerradão, na porção do município onde encontra-se o clima tropical quente semiúmido. O relevo apresenta formas tabulares e com altitudes entre 501 a 1.134 metros. A região compreende a porção do Crato cearense, e é possível identificar, principalmente nas áreas mais elevadas do território de Jardim, nascentes de água que são utilizadas para o turismo ecológico.

O município de Jardim é contemplado pela Floresta Nacional do Araripe, que reveste boa parte de sua área municipal. Estima-se que aproximadamente 90% do território jardinense pertença à Área de Preservação Ambiental (APA), fazendo com que ambientalistas do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio), dentre outros ligados às secretarias de meio ambiente do município tenham, além da vigilância, uma atividade de conscientização cada vez mais importante na região. A paisagem natural norteia a administração pública a implementar no município o turismo como alternativa de geração de renda. Para tanto, necessita-se, além de buscar infraestrutura, o trabalho de conscientização e mobilização da população, sobretudo no que tange a uma educação voltada à cidadania e que vise a proteção ambiental, do patrimônio histórico cultural e arquitetônico.



Figura 27: Rodovia CE- 060 e a Floresta Nacional do Araripe no município de Jardim.
Foto: Ribeiro, Vitor Hugo, 2016.

A unidade de conservação abrange uma extensa área que atravessa a fronteira do Ceará com Pernambuco, revestindo partes dos municípios de Barbalha, Crato, Jardim e Santana do Cariri. A vegetação predominante da Floresta do Araripe é de Cerrado, no entanto, apresenta também traços de Mata Atlântica e de Caatinga. Além de ser utilizada para o manejo ambiental, para o turismo e para a educação ambiental, a Floresta também é utilizada, segundo a secretaria do meio ambiente de Jardim, para fins científicos. Um exemplo é a Fava d'Anta, árvore comum na região, matéria-prima do Dipirona (Metamizol sódico).

O potencial turístico de Jardim é significativo, pois a localidade dispõe de fontes de água perenes que afloram no alto da chapada do Araripe e constituem um verdadeiro manancial de água potável. Suas nascentes se encontram principalmente na serra da Boa Vista e na Serra do Gravatá, atrações naturais que possibilitam o turismo e o lazer à população do Sul Cearense. Existem também dois balneários, o Novo Horizonte Park, no distrito de Cacimba, e o Tamboril Park, ambas opções de áreas de lazer.

Ainda no que tange ao turismo, existem também os Cruzeiros históricos: do Século, inserido na Chapada do Araripe em uma altitude de 1.100 metros, que expressa o primeiro dia do século XX, e o Cruzeiro da Mãe Baioca, em frente à igreja matriz, sendo um marco da fé católica no município de Jardim, colocado na passagem do Frei Vital de Frascarollo quando das suas missões evangelizadoras do século XVIII. As festas tradicionais mais atrativas remetem ao Santo Antônio, padroeiro da cidade, cuja realização se dá entre os dias 1 a 13 de junho. As trilhas ecológicas também estão presentes no município, mapeadas pela Secretaria do Meio Ambiente, bem como as espécies nativas da região. Também existem cavernas e grutas catalogadas pelo Ministério do Meio Ambiente.

Essas características geofísicas refletiram no uso do solo e na dinâmica territorial representados no corema 2. As atividades mais expressivas estão direcionadas à agricultura, voltadas principalmente ao milho, com 1.935 hectares cultivados, feijão, com 1.022 hectares de área plantada, mandioca, com 200 hectares cultivados e banana, com aproximadamente 91 hectares destinados à coleta (IBGE, 2013). Embora as atividades estejam distribuídas por todo o território de Jardim, a maior expressão do cultivo do milho está no distrito de Corrente. Jardim Mirim se destaca na pecuária, com a criação de bovinos, suínos e frangos. O Distrito Cacimba é conhecido pelos pequizeiros e pelas atividades extrativistas do fruto. O setor industrial de Jardim é pouco expressivo, estando presentes no município apenas indústrias voltadas à construção civil e de transformação. A agricultura familiar é significativa, sendo expandida graças aos incentivos governamentais por meio dos programas de transferências de

investimentos. Nas terras mais férteis, encontram-se a produção de hortaliças que são comercializadas nas feiras livres, no SEASA e na merenda escolar.

Por ser dependente da agricultura, todos os sábados ocorre a feira livre, onde os produtores, dentre outros comerciantes do município e das localidades próximas como Barbalha, Porteira, Juazeiro do Norte, Morelandia-PE e Serrita-PE, pagam uma renda de 5 reais ao mês para conseguirem permissão e venderem seus produtos. Muitos feirantes compram os produtos dos agricultores e de artesãos e os revendem na feira (Figura 28). Esta é frequentada pela população local, principalmente, e também pela população dos municípios citados anteriormente.



Figura 28: Feira de produtores rurais e de comerciantes no centro da cidade de Jardim.
Foto: Ribeiro, Vitor Hugo, 2016.

Identificam-se, atualmente, no município de Jardim, duas principais ordens de mobilidades: primeiramente a micromobilidade e, num segundo momento, a macromobilidade física. Os distritos do município carecem de infraestrutura básica e apresentam diversos problemas que perpassam do ambiental ao social e, com isso, uma parcela expressiva da população economicamente ativa das áreas distritais migram à localidade sede em busca de empregos, formação escolar, consumo, dentre outros. Como a sede municipal não oferta bens de produção e serviços para a grande maioria dessa população, tais como empregos e educação para a formação de jovens e adultos, uma macromobilidade física é desencadeada em função dessa contradição. Jovens e adultos migram aos municípios próximos em busca de consultas médicas, escolas, trabalhos remunerados, dentre outros. O município de Barbalha é uma localidade que recebe uma parcela da população de Jardim, porém, em escala regional, Juazeiro do Norte é a principal área de destino devido à concentração do Parque Tecnológico

Regional do Sul Cearense nessa localidade. Além dessa macromobilidade intermunicipal, identifica-se também, nos últimos anos, a macromobilidade ao Estado do Paraná, como já sinalizado nesta pesquisa.

Como pode-se observar na figura a seguir, a vida social e econômica nos distritos dizem respeito aos poucos armazéns de bebidas e alimentos, além da igreja onde ocorrem as missas aos domingos. A dinâmica maior, principalmente aos jovens, encontra-se na cidade de Jardim ou nos balneários e clubes localizados no município em questão.



Figura 29: Distritos de Corrente e Fazenda Nova
Foto: Ribeiro, Vitor Hugo, 2016.

Outra questão que assola os distritos jardinenses, além da falta de infraestrutura básica, é a dificuldade do seu acesso. Como foi apresentado nos coremas anteriores, o trajeto às zonas distritais se dá por vias não pavimentadas, por estradas de terras no meio da floresta. A Figura 30 apresenta as vias de acesso de Jardim aos distritos de Fazenda Nova, à direita, e Corrente, à esquerda. Essa dificuldade de acesso, fruto de uma mobilidade urbana caótica, engendra sérios problemas para essas zonas distritais, uma vez que elas se constituem em áreas pouco atrativas à população jardinense. Deve-se, às condições precárias e complexas de acesso, um dos principais motivos de produtores e comerciantes estarem migrando aos sábados e comercializarem seus respectivos produtos na feira realizada no centro da cidade de Jardim. Certamente, se existissem feiras nos distritos, a movimentação seria quase que exclusivamente composta pela população dos respectivos distritos. Dificilmente, por exemplo, um agricultor ou até mesmo um consumidor sairia do distrito de Cacimba ou Jardim Mirim e se deslocaria até Fazenda Nova para vender ou adquirir produtos. Essas e outras questões corroboram para que a população distrital tenha um relativo isolamento em relação à sede municipal.



Figura 30: Estrada de acesso de Jardim aos distritos de Corrente e Fazenda Nova.
Foto: Ribeiro, Vitor Hugo, 2016.

O corema 3 sinaliza a problemática urbana, a falta de médicos (0,51 a 1,00 por mil habitantes) para uma população de um pouco mais de 26 mil habitantes. Existe uma unidade de saúde, embora fragilizada, em todos os distritos, que recebe a visita de um médico uma vez na semana. O município em questão carece de escolas com cursos de ensino médio e com educação de jovens e adultos, uma das principais causas da baixa escolaridade dos cortadores de cana-de-açúcar que migraram ao Paraná. A localidade dispõe de apenas duas unidades de ensino público de nível médio: a Escola Estadual Dr. Romão Sampaio e a Escola Técnica Profissionalizante.

Os distritos de Jardim são contemplados por uma creche e por uma escola de nível fundamental, sendo que apenas Jardim Mirim e Fazenda Nova disponibilizam quadra poliesportiva coberta. Nos demais distritos, a estrutura é fragilizada. Não existem escolas de nível médio nas áreas distritais. Os alunos que concluem o ensino fundamental devem ser matriculados ou no colégio Dr. Romão Sampaio ou no Colégio Técnico Profissionalizante do núcleo urbano, ambos públicos. O município disponibiliza o transporte escolar para a população que habita nas áreas distritais.

Outro problema refere-se ao saneamento urbano, em que menos de 50% dos domicílios apresentam água adequada e menos de 30% possuem redes de esgoto. São realidades precárias, juntamente com a falta de possibilidades para produzir no campo ou trabalhar formalmente no núcleo urbano que condicionaram esses fluxos de macromobilidade ao Estado do Paraná. Os três coremas apresentam, então, a síntese dos questionários aplicados

aos trabalhadores estudados nesta pesquisa, de uma maneira generalizada, pautados na problemática urbana e na realidade vigente. Estimam que, de acordo com a Secretaria do Meio Ambiente do município, com o projeto de transposição do Rio São Francisco, a localidade em questão deverá melhorar e expandir a sua rede de saneamento básico para não gerar complicações no canal. Este está localizado entre os municípios de Barbalha e Jardim.

O município de Jardim depende fortemente das políticas públicas do Governo Federal, dos aposentados e dos poucos serviços públicos existentes. Dentre as principais políticas públicas sociais de nível federal no local, estão o Programa Cisternas Água para Todos, cujo objetivo é a distribuição do recurso à população rural e urbana; o Programa Minha Casa Minha Vida, que visa a substituição da casa de taipa por uma de tijolo; e o Bolsa Família, que, desde 2002, quando da implementação, o programa beneficia um pouco mais de seis mil famílias. Somente nos últimos seis meses, o Bolsa Família contemplou aproximadamente seiscentas famílias do município em questão.

O Programa Bolsa Família, embora seja importante fonte de renda e crucial para manter as crianças e adolescentes nas escolas, não possibilita a erradicação da precarização do trabalho na localidade em questão e nem se constituiu como elemento fundamental face à mobilidade forçada, pois como foi apresentado nesta pesquisa, existe uma considerada força de trabalho que migra ao Paraná e também para outros Estados, como Santa Catarina, para trabalhar na produção de maçã, em Goiás, que oferta serviços na produção do alho, em São Paulo, nas cooperativas agrícolas, dentre outros. Tanto é que, na cidade de Jardim, existe um escritório terceirizado (Igarashi) que emprega trabalhadores para direcioná-los especialmente à cultura do alho no Estado de Goiás.

Pensar em um modelo econômico que busque a erradicação da mobilidade forçada, inspirada sobretudo em valores de igualdade e de cidadania, é pensar na melhoria de toda essa infraestrutura fragilizada que permeia atualmente o município de Jardim. Melhorar a saúde, a educação, a estrutura básica de saneamento e a mobilidade urbana é atentar-se, de fato, à inclusão plena da sociedade no âmbito do desenvolvimento alternativo. Investir na produtividade e na diversidade agrícola pautada principalmente na agricultura familiar e nos modos camponeses de produção é desenvolver políticas que fortaleçam o campo e fortifiquem o campesinato, resultando em ações sociais contra-hegemônicas no que tange ao território local.

Se Gaudemar (1976) sinaliza as premissas da mobilidade forçada em função da expropriação da terra e dos bens de produção por parte dos agentes dominantes da sociedade,

ressaltamos também a precariedade urbana apresentada no corema 3 como condicionante à mobilidade forçada. As migrações, tanto a micro quanto a macromobilidade, passam a ser vistas como possibilidades de mobilidade social a uma parcela da população economicamente ativa, sobretudo de jovens adultos que buscam em outras cidades ou em outros Estados as condições básicas de urbanidade e trabalho.

A globalização se constitui, portanto, num amplo processo de configuração histórica e social que coabita as mais diversificadas formas de controle social e trabalho, além de proporcionar novas possibilidades para reter certos dilemas e contradições, gerando outras perspectivas ao local, ao nacional ou ao global. No âmbito do processo de mundialização, eclodem movimentos sociais contra-hegemônicos a fim de erradicar as desigualdades sociais intensificadas por esse modelo econômico.

Tanto é assim que no âmbito do globalismo emergem ou ressurgem localismos, provincianismos, nacionalismos, regionalismos, colonialismos, imperialismos, etnicismos, racismos e fundamentalismos; assim como reavivam-se os debates, as pesquisas e as afloções sobre a identidade e a diversidade, a integração (IANNI, 1997, p.217).

A mobilidade forçada, intensificada atualmente pelo processo hegemônico mundializado, não se atrela apenas a um número de pessoas que se desloca no espaço geográfico, mas também a toda dinâmica populacional de diferentes regiões ou países. Se por um lado a mundialização conduz os fluxos de população, por outro, é no âmbito da globalização que os movimentos sociais reemergiram, e, neste processo, encontram-se os debates e as possibilidades de inibir as migrações forçadas, vistas como negativas no contexto da Geografia da População.

CAPÍTULO 4

ECONOMIA ALTERNATIVA E SOLIDÁRIA COMO DISPOSITIVOS DE RETENÇÃO POPULACIONAL PARA INIBIR A MOBILIDADE FORÇADA DE JARDIM-CE

*...a terra deu,
a terra dá,
a terra cria,
homem a terra cria, a terra deu a terra há
a terra voga a terra dá o que tirar
a terra acaba com toda má alegria
a terra acaba com o inseto que a terra cria
nascendo em cima da terra nessa terra há de viver
vivendo na terra que essa terra há de comer
tudo que vive nessa terra
pra essa terra é alimento..."*

Grande Poder (Mestre Verdelinho)



14

¹⁴ A imagem representa uma visão objetiva e otimista para o município de Jardim. Foi resultado de uma oficina desenvolvida em Clermont-Ferrand, com a supervisão da professora Dra Sylvie Lardon e seus orientandos, juntamente com o orientador desta tese, Dr. Márcio Mendes Rocha.

4 ECONOMIA ALTERNATIVA E SOLIDÁRIA COMO DISPOSITIVOS DE RETENÇÃO POPULACIONAL PARA INIBIR A MOBILIDADE FORÇADA DE JARDIM-CE

A mobilidade forçada, como foi observado nesta pesquisa, reproduz-se no espaço geográfico em função da expropriação dos bens de produção e da terra, além da miserabilidade social estabelecida pelo modo de produção capitalista. Esse processo se constitui no fenômeno elementar da acumulação capitalista, pois, desprovidos de bens de produção, no caso a terra, resta ao camponês vender sua força de trabalho, assalariando-se nos núcleos urbanos ou no próprio meio rural, produzindo e reproduzindo a mais-valia àqueles que pagam pelo seu trabalho. Esse fato leva, em muitas regiões do planeta, à precarização das relações de trabalho devido à fragmentação do campesinato e dos modos camponeses de produção e pela inexistência de eficientes organizações de classe que lutem por uma articulação justa da força de trabalho. Em se tratando da realidade brasileira, a presente pesquisa identificou o uso abusivo de uma força de trabalho oriunda do campo, vítima da exclusão socioeconômica e política que solapa a região nordestina há séculos.

Diante dessa problemática, algumas questões não querem calar: qual modelo de desenvolvimento durável e sustentável adotar que respeite as tradições locais sem, todavia, desconstruir a agricultura camponesa? Existe um modelo econômico contra-hegemônico que erradique a pobreza e a mobilidade forçada e proporcione a estabilidade camponesa? As políticas agrícolas, o produtivismo e a reforma agrária ainda são tendências neste início de século XXI? Essas questões extrapolam o conhecimento geográfico e perpassam outras ciências tais como a História, as Ciências Sociais e Políticas, a Economia, as Engenharias, a Agronomia, dentre outras. Por isso, como aponta Santos (2005), a importância da transdisciplinaridade no âmbito da ciência moderna para adquirir as respostas às questões primordiais no que tange sobretudo aos grupos humanos.

O século XX, como observa Santos (2005), foi muito pobre em pensamento utópico, e isso deslegitimou as soluções globais. A nossa cultura, sobretudo global, tem se especializado em soluções de curto prazo, e essa prática tem se enraizado em nossas instituições, gerando certa conflitualidade no âmbito das correntes científicas. Por outro lado, o reconhecimento desse conflito favoreceu uma maior disposição para abordar as questões primordiais. Embora existam correntes científicas que procurem omitir os problemas fundamentais, outras procuram identificá-los. Estas, que procuram identificar, buscam meios científicos adequados

para dar respostas às crises paradigmáticas e buscam soluções aos problemas globais no que concerne tanto aos grupos humanos quanto ao meio ambiente como um todo.

A macromobilidade física ao Estado do Paraná, embora tenha desencadeado uma relativa mobilidade social aos trabalhadores migrantes, pode apresentar soluções de curto prazo para libertar essa força de trabalho da miserabilidade socioambiental que solapa a sua região de origem. Todavia, se porventura a unidade COOPCANA viesse a intensificar a mecanização agrícola, certamente a empresa diminuiria ou até mesmo acabaria com o corte manual, levando mais uma vez esses camponeses ao desemprego, à perda de direitos trabalhistas e poderão, mais uma vez, inserir-se em relações de trabalhos temporários e até mesmo desencadear novas migrações forçadas.

Para inibir a mobilidade forçada, necessita-se de soluções que proporcionem transformações sociais, e que estas tenham um caráter de longo prazo na vida familiar desses camponeses, reproduzindo mobilidade social intergeracional. Pelo fato de essa força de trabalho ser quase que exclusivamente oriunda do meio rural, as respostas às questões sinalizadas anteriormente podem ser encontradas na soberania alimentar e nas novas alternativas de produzir no campo. São possibilidades que podem condicionar o desenvolvimento alternativo e, sobretudo, contribuir com a economia local do município de Jardim. As respostas concernem não apenas às novas formas de trabalhar e produzir no campo, mas envolvem também a educação pública, saúde, segurança, dentre outras questões de infraestrutura básica que condicionem à população local uma inserção efetiva, cultural e harmoniosa no município de origem.

As relações sociais de localidades distintas têm se intensificado com o processo de globalização. Sendo assim, os acontecimentos e fatos são condicionados por fenômenos que se desenrolam a centenas ou milhares de quilômetros de distância e vice-versa. Uma parcela da força de trabalho do município de Jardim tem emigrado da sua localidade para o Paraná em função da Usina COOPCANA, que intensificou suas atividades após os anos 2000 e necessitou de mão de obra manual para o corte da cana-de-açúcar.

As principais características da atual economia mundial, como foram vistas no primeiro capítulo, consistem na dominação do aparato financeiro, nos investimentos à escala de âmbito global, na produção flexível, na intensificação dos meios de transporte, da comunicação e da tecnologia da informação, além da desregulamentação das economias nacionais, dentre outras. Esses traços têm corroborado na emergência, conforme Santos (2011), em três grandes capitalismo transnacionais: o americano, que se baseia nas relações

privilegiadas dos Estados Unidos com o Canadá, o México e a América Latina; o japonês, que consiste nas relações do Japão com os quatro Tigres Asiáticos (Hong Kong, Singapura, Coreia do Sul e Taiwan) e com os demais países da Ásia; e o europeu, que consiste nas relações da União Europeia com a Europa do Leste e Norte da África. Vale mencionar, nesse contexto, a ascensão da China que, após os anos 2000, vem adquirindo um crescimento econômico exorbitante, concorrendo com os demais países citados anteriormente.

Entre esses modelos de desenvolvimento, o asiático tem produzido menos desigualdades sociais do que, por exemplo, o modelo brasileiro e suas relações com os Estados Unidos. Isso porque o modelo asiático desenvolveu uma maior autonomia do Estado, culminando numa eficiência dos parâmetros burocráticos estatais. A reforma agrária se desenvolveu e existe também uma relativa proteção econômica em relação ao capitalismo dos países do centro (SANTOS, 2011).

As novas desigualdades sociais são produzidas por uma estrutura de classe que envolve a elite empresarial, diretores de empresas, funcionários de alto escalão do Estado, líderes políticos, dentre outros profissionais influentes. Desenvolvem-se modelos econômicos e sociais consubstanciados aos países centrais e impõem aos países emergentes ou subdesenvolvidos. Essa imposição produz diversos problemas nos países emergentes e periféricos, pois trata-se de modelos aplicados às realidades sociais bastante distintas. São relações contraditórias reconhecidas pelas próprias agências e organizações mundiais, tais como o Fundo Monetário Mundial (FMI) e o Banco Mundial, duas instituições responsáveis, no olhar de Santos (2011), pela “globalização da pobreza”.

Em Ghizzo (2012), podemos constatar que a expansão do consumo é crucial para a globalização econômica. Essa expansão está consubstanciada com a popularização do crédito e este, de acordo com Marques (2000), somente é possível se houver todo um aparato judicial eficaz que combata e sancione a ameaça credível de consumidores que não pagam. Cabe ao Estado criar esse aparato fiscalizador, estabelecendo condições rotineiras das relações e articulações entre os cidadãos e os demais agentes econômicos. Embora os créditos tenham favorecido uma parcela das classes inferiores ao mundo do consumo, a maioria acaba se endividando. Como o capítulo anterior mostrou um relativo aumento do consumo dos cortadores de cana entrevistados nesta pesquisa, resta saber se futuramente esse consumo será durável e se as relações de trabalho lhes proporcionarão maiores poderes de compra e incentivos educacionais, condicionando, então, uma relativa mobilidade intergeracional.

As classes sociais, segundo Poulantzas (1978), compreendem grupos complexos de agentes sociais definidos por sua inserção na esfera econômica.

Classes sociais são definidas pelo seu lugar no conjunto das práticas sociais, isto é, pelo seu lugar no conjunto da divisão social do trabalho que compreende as relações políticas e as relações ideológicas[...] Para o marxismo, o econômico assume o papel determinante em um modo de produção e numa formação social: mas o político e o ideológico, enfim, a super estrutura, desempenham igualmente um papel muito importante (1978, p.14).

Os trabalhadores entrevistados nesta pesquisa compreendem a classe camponesa nos moldes de Andrade (1986), que utiliza a expressão camponês ao lado de trabalhador rural. São populações oriundas do meio rural, destituídas de meios e incentivos para a produção e reprodução em seus locais de origem. Sendo assim, tal como a classe global capitalista e seus agentes têm como vanguarda o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio dentre outros, resta às classes menos favorecidas e às entidades socialistas criar ou intensificar uma comunidade democrática global que atente à coletividade, à liberdade e à emancipação humana.

Aos camponeses, a posse da terra é a principal propriedade econômica que podem dispor. O controle e a utilização da terra, bem como dos meios de produção, os tornariam donos dos produtos e lucros obtidos. Isso significa, de acordo com Poulantzas (1978), o controle econômico real, isto é, o domínio dos processos de produção e do trabalho. Em qualquer sociedade dividida em classes, especialmente no modo capitalista, os proprietários dos meios de produção são os que detêm o controle econômico real, e, com isso, exploram os trabalhadores direta e indiretamente. Por isso a importância de desenvolver alternativas de produção no campo baseadas na agricultura camponesa, no trabalho familiar e na qualificação dessa força de trabalho rural, para que ela não seja apenas errante no espaço geográfico brasileiro, mas também para deter o controle real dos meios de produção.

A coesão de uma sociedade de classes dirigida pelos agentes globais é mantida e reproduzida pelos chamados “aparelhos de Estado¹⁵” (POULANTZAS, 1978), que acabam consagrando a dominação e reprodução das classes sociais no capitalismo globalizado. Para uma transformação da realidade contraditória, a exemplo da brasileira, necessita-se não

¹⁵Os aparelhos de Estado consistem nos aparelhos repressivos- exército, polícia, prisões, magistraturas, administrações etc ; e nos aparelhos ideológicos baseados na escola, na religião, nas tecnologias de informação, no rádio e televisão, na cultura, no cinema e no teatro, nos partidos políticos dentre outros (POULANTZAS, 1978, p.26).

apenas romper com o poder do Estado, mas também revolucionar os seus aparelhos e substituí-los por outros que se atentem às classes operárias. A articulação entre a classe operária e camponesa ao poder do Estado influenciará os aparelhos de Estado. É essa articulação que determina novas formas e, conseqüentemente, modifica os papéis dos “aparelhos”.

As correntes do movimento social anticapitalista que se mobilizavam antes do final da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) apontavam, quase que exclusivamente, a tomada do Estado, bem como seus aparelhos para construir e transformar a sociedade. Para essa transformação, não é necessária a tomada do poder por meio da luta armada, bem como está embasada no materialismo histórico, mas existem outras formas de resistência e ações locais contra a nova colonização global (MELO, 2002), como o Fórum Social Mundial e alguns protestos no Brasil, reivindicando o fim da corrupção e melhorias na saúde e na educação, além de acesso à terra e à moradia, dentre outras, tais como as atuais manifestações a favor do fortalecimento da democracia face ao golpe de Estado. Compreende, em outras palavras, um campo estratégico de lutas políticas nos termos de Poulantzas (1980).

Diante disso, salienta Santos (2011) que a transformação social não é mais que *a repetição acelerada das relações cooperativas entre grupos sociais e entre o Estado* (p.28). Embora seja ainda instrumento dos agentes econômicos globalizados, o papel do Estado se constitui também numa arena de lutas dos grupos sociais contra a dominação e a exploração:

O estado que continua a ser no capitalismo não só um instrumento dos dominadores e dos exploradores, mas também a arena de lutas sociais pelos limites, as condições e as modalidades de dominação e exploração. No quadro institucional do Estado, não é provável que esse horizonte possa ser ultrapassado. Além do mais, as mais avançadas democracias do universo capitalista são mais do que a institucionalização negociada de tais conflitos (QUIJANO, 2002, p. 482).

É nessa arena de lutas que grupos sociais se articulam visando uma economia alternativa e popular pautadas na coletividade local e em gestão solidária de ajuda estatal. Consistem em modelos contra-hegemônicos que permitem acesso aos meios de produção para uma população exaurida de recursos, nos quais capital e trabalho são organizados pela própria comunidade, consolidando um poder comunitário participativo importante para o desenvolvimento local e no processo de erradicação da mobilidade forçada em nosso país.

4.1 Ações locais como formas de resistência ao modelo hegemônico global.

Há algum tempo vêm-se discutindo modelos de desenvolvimento econômico e social contra-hegemônicos, fundamentados numa economia alternativa que se preocupa com a autonomia local face à globalização e com os valores da igualdade e da cidadania, ou seja, numa plena inclusão de setores inferiores da economia na produção e no aproveitamento dos resultados do desenvolvimento.

Na economia alternativa, a unidade de produção consiste na força de trabalho fundamentada num sistema de autogestão de trabalhadores que se posicionam *ideológica e politicamente, de modo explícito, em contraposição ao capitalismo* (QUIJANO, 2002, p.489). O que caracteriza de modo explícito a economia alternativa é que as relações de trabalho, de repartição dos recursos e dos produtos finais são regulamentadas em torno da solidariedade e da vida social, dos hábitos cotidianos, isto é, em torno da comunidade. Isso não significa que não esteja articulada com o mercado.

A produção local, fundamentada nessas premissas, deve ser mantida e controlada por empresas locais que estejam encarregadas de manter a qualidade e a originalidade de seus produtos, e em momento algum encaminhar para as indústrias modernas massificadas que podem comprometer a qualidade e descaracterizar as mercadorias (MELO, 2002).

Cada produto, seja ele um artefato ou um produto alimentício, não é apenas algo para vender, mas também a expressão máxima de uma cultura, de uma sociedade local, da determinação dos produtores e das suas famílias em viver e trabalhar na região que escolheram. E este fato levanta novos problemas e novas oportunidades (MELO, 2002, p.447-448).

A economia alternativa fundamentada em projetos locais, além de levantar certos problemas estruturais para colocá-la em prática, pode ser considerada, para alguns, como nova forma de controle social. Já, para outros, esses projetos nada mais são do que extensões do aparelho estatal e gestores dos conflitos sociais existentes (GUERRA, 2005). Para Santos; Avritzer (2002), a economia alternativa e as novas formas de produção não capitalista constituem as bases da democracia participativa. Democracia esta que implica em uma ruptura com as tradições estabelecidas pelo modelo hegemônico global. É a tentativa de instituir novas leis e resoluções que impliquem numa trajetória positiva da sociedade local, levando em consideração seus elementos socioambiental e cultural, em vez de atrelar apenas o âmbito econômico.

A sociedade envolvida em projetos de desenvolvimento local solidários acolhe diferentes e significados papéis conforme o contexto e suas orientações e estratégias. Pensar numa democracia participativa é acreditar na escala local, o que facilitaria que os projetos e demandas alternativas de produção fossem mais facilmente aceitos. Mas isso merece atenção, pois a história das instituições locais, de acordo com Endlich (2009), mostra que estas podem ser apropriadas por interesses alheios distantes em conciliação com mecanismos autoritários que subordinam a sociedade local. Portanto, para a autonomia local, necessita-se romper com esses interesses hegemônicos, passando por uma verdadeira descentralização política e apropriação dos aparelhos estatal, por exemplo, os administrativos, o escolar, o cultural, dentre outros.

Para isso, é preciso todo um incentivo no sistema educacional, principalmente, dentre outros setores que envolvem o funcionalismo público para a formação de uma força de trabalho intelectual que vise o aparato burocrático e financeiro em favor de sua própria comunidade. Jovens e adultos podem, por meio de associações sem fins lucrativos, dispor de suas capacidades em benefício de suas comunidades para promover o desenvolvimento local ambientalmente e socialmente solidário e sustentável, pois

Os participantes de associações não são meros produtores e vendedores, mais também “embaixadores” e agentes ativos do desenvolvimento local. Empresas locais estabelecem incentivos, organizando eventos locais, festivais, feiras de artesanato e gastronomia, concursos de culinária, museus locais etc. (MELO, 2002, p. 449).

Os produtos locais de determinadas associações poderão, com o tempo, serem comercializados às outras associações de âmbito nacional e também de outros países. O capital, nesse caso, giraria em torno das associações populares de países distintos numa articulação planetária. Eis a maneira promissora de desenvolvimento local integrado à escala nacional e global de economias alternativas.

Esses fatores apontam para uma mudança radical nas relações de trabalho, especialmente quando se trata de atividades produtivas rurais. A economia alternativa gera novas tendências de consumo e novas exigências no que concerne ao processo produtivo. A inserção e uso de novas técnicas para a produção é de fato importante, desde que, contudo, haja consciência de que os produtos advindos da economia alternativa estão vigorosamente enraizados na cultura dos produtores rurais. Os incentivos públicos e articulações com

associações de outros países são importantes para a troca de experiências e para o processo de consolidação de redes locais solidárias.

Essas associações devem, bem como ressalta Melo (2002), conservar a autonomia, sem adesão política ou religiosa. A autonomia e os debates podem ser realizados entre as diversas entidades locais por meio de fóruns apartidários que tenham por objetivo a construção de uma democracia participativa local, em consonância com o nível nacional. O trabalho em rede deve se atentar às seguintes premissas: fomentar a ideologia do desenvolvimento sustentável; a circulação de mercadorias entre essas redes; e a circulação de capital, de pessoas e de ideias. Essa conjuntura intenta a construção e consolidação de redes coerentes de relações, sejam elas físicas e intelectuais, com o meio ambiente e com pessoas, pois nenhum indivíduo adquire uma personalidade inteiramente isolada. Essas relações transformam constantemente os sujeitos que aderem às redes solidárias.

A coerência inerente a essas relações pode e deve ser continuamente reforçada, aprofundada e melhorada, mas também pode deteriorar-se e desaparecer. De forma a melhorar esta coerência interna própria, cada pessoa tem de compreender perfeitamente os tipos de relações que são positivas e úteis, reforçando assim a autonomia, mas também perceber que o que é útil não é apenas aquilo que é conveniente, em uma base puramente individual. O útil está acima de tudo naquilo que faz uma pessoa sentir e agir solidariamente com o mundo natural e social em que todos vivemos (MELO, 2002, p. 464).

Para cumprir esses princípios de sabedoria é necessário desenvolver todo um processo, não apenas pessoal, mas em conjunto, de automelhoramento e atualizações práticas no dia a dia, pois a busca pelo saber é indispensável para agir diante das incertezas (MORIN, 2000). Uma mensagem semelhante à de Edgar Morin, encontramos nos ensinamentos de Paulo Freire, quando este sinaliza que a sabedoria e o indivíduo culto e consciente é a maneira radical de ser humano. Os grupos humanos, ao reconstruírem um mundo, acabam reconstruindo o seu próprio mundo. Nesse processo de construção e reconstrução, os grupos humanos se refazem a si próprios (FREIRE, 1987).

Em sua obra intitulada *Educação e Mudança*, Paulo Freire sinaliza que a mudança e a estabilidade são resultados da ação, ou seja, do trabalho que os homens e mulheres desenvolvem no mundo. A práxis humana responde as demandas que partem do mundo, criando-o e transformando-o, isto é, o mundo histórico cultural, dos acontecimentos, dos valores e das ideias, das instituições, da linguagem, dos sinais, dos símbolos e dos

significados, e o mundo do saber, que compreende a ciência, a religião e a arte, enfim, o mundo das relações.

Todo este mundo histórico cultural, produto da práxis humana, se volta sobre o homem, condicionando-o. Criado por ele, o homem não pode, sem dúvida, fugir dele. Não pode fugir do condicionamento de sua própria produção [...] O trabalhador social que atua numa realidade, a qual, mudando, permanece para mudar novamente, precisa saber que, como homem, somente pode entender ou explicar a si mesmo como um ser em relação com esta realidade; que seu que fazer nesta realidade se dá com outros homens, tão condicionados como ele pela realidade dialeticamente permanente e mutável e que, finalmente, precisa conhecer a realidade na qual atua com os outros homens (FREIRE, 1983, p.47-48).

A economia alternativa popular está articulada com uma educação transformadora que visa a emancipação humana. Ela apresenta respostas locais para os problemas desencadeados e intensificados pelos modelos macroeconômicos dominantes da sociedade global. A mobilidade forçada de cortadores de cana-de-açúcar nordestinos ao Estado do Paraná também compreende parte dos problemas locais de determinados territórios.

Assim sendo, ações locais alternativas pretendem encontrar respostas aos problemas atuais da sociedade global, levando em consideração os interesses econômicos, sociais e ambientais de um determinado território que se encontra sob ameaça de precarização por serem “descartáveis” pelos poderes hegemônicos da sociedade. Tais poderes, como se pode ver, salientam que todos os modelos econômicos que se distinguem das premissas da economia globalizada dominada pelos aparatos financeiros não dispõem de lugar na sociedade atual.

O nível superior, a economia mundial, tem sido essencialmente dominada pelas grandes multinacionais e os grandes cartéis financeiros que podem construir ou destruir a maioria das economias nacionais e regionais do dia para a noite. Neste contexto novo e singular, as funções do Estado foram reduzidas a meras engenharias financeiras legais e burocráticas com o objetivo principal de garantir as condições mais favoráveis para a maximização da acumulação monetária pelas grandes empresas nacionais e transnacionais (MELO, 2002, p.465).

Negar a existência de uma única economia não consiste em pensar em um novo sistema econômico que substitua o atual modelo hegemônico, mas, antes de tudo, pensar em uma coexistência criativa e fértil de distintas formas de trabalho, de produção, de consumo e convivência. Esse é um caminho importante para o avanço da democracia participativa e de uma sociedade verdadeiramente aberta aos novos modelos de economias locais.

No âmbito desse movimento, há uma ampla necessidade de resistência que faça frente à dominação imposta pelo aparato financeiro global. A economia alternativa local necessita almejar determinados graus de autonomia em níveis local, regional, nacional e também internacional. Para tanto, as atuais políticas precisam se transformar e reorganizar a sociedade de baixo para cima, por meio de incentivos financeiros e educacionais que fortaleçam a população e economias alternativas locais, ao contrário de serem deterioradas pelos modelos hegemônicos dominantes da conjuntura atual.

Os incentivos financeiros locais destinados às instituições, tais como escolas, hospitais, turismo local, infraestrutura e mobilidade urbana, policultura, dentre outros problemas abordados nas cartas coremáticas do capítulo anterior, são cruciais para a transformação da realidade local do município de Jardim, além de construírem tendências alternativas contra-hegemônicas, pois é no local que as instituições e os grupos humanos podem elaborar e colocar em prática seus projetos políticos, sociais e econômicos, expressando suas habilidades e criatividade, assegurando, com isso, o pluralismo e a diversidade, dimensões importantes da vida social.

No mundo atual, emergem movimentos sociais que lutam contra a exclusão social e todas as formas de precarização das relações de trabalho e desemprego. Emergem movimentos contra o deterioramento das políticas públicas, contra a destruição ambiental e as pandemias e as violações dos direitos humanos desencadeados direta e indiretamente pelo modelo hegemônico neoliberal. O cientista social Boaventura de Sousa Santos dirigiu um projeto de pesquisa intitulado *Reinventar a Emancipação Social: para novos manifestos*, cujo objetivo foi analisar os movimentos e as iniciativas locais de resistências e a construção de economias alternativas por grupos populares em distintos domínios sociais, do campo às cidades.

O projeto, em resumo, apresenta experiências de democracias participativas no âmbito urbano e no meio rural, atentando às alternativas de produção não capitalista no que concernem aos modelos de cooperativas, empresas administradas coletivamente sob formas de autogestão de trabalhadores, reforma agrária, o reconhecimento dos movimentos dos povos indígenas, dentre outros movimentos multiculturais e outros temas. Em suma, são projetos que tratam de novos caminhos e lutas entre a relação capital \times trabalho e os novos modelos de solidariedade operária, artesã, camponesa, dentre outras, no âmbito global.

As experiências e resistências foram encontradas em países como África do Sul, Brasil, Colômbia, Índia, além de Moçambique e Portugal. Na África do Sul, um relativo

programa de reforma agrária possibilitou novas oportunidades aos pequenos agricultores para a criação de vias alternativas de produção e construção de comunidades que adotaram diferentes trabalhos, desde a produção agrícola diversa à criação de animais. São projetos de reforma agrária que visaram o reerguimento gradual após a miserabilidade social causada pelo *apartheid* (KLUG, 2002).

No Brasil, as experiências foram, assim como na África do Sul, em projetos de assentamentos agrários e em novos projetos de autogestão no campo a partir de reforma agrária, além das lutas sociais dos sem terra no país (SINGER, 2002b). Na Colômbia, as estratégias passaram pelas cooperativas e iniciativas populares de trabalhadores recicladores de resíduos que visavam melhorar suas condições de vida. Trata-se de habitantes da cidade de Bogotá e de outras localidades, onde a coleta é a principal estratégia diária para a sobrevivência de muitas famílias. Essa força de trabalho compreende aqueles que recebem apenas um salário mínimo, vendedores ambulantes, recicladores, empregadas domésticas, dentre outros que prestam quaisquer tipos de serviços no espaço urbano (RODRÍGUEZ, 2002).

Na Índia, os exemplos são, como na Colômbia, as cooperativas formadas por coletores de resíduos. Compreendem trabalhadores e trabalhadoras das regiões metropolitanas de Ahmedabad e Calcutá que tentam, sobretudo a partir de ações coletivas, defender a sua força de trabalho remunerada. O sindicato dos coletores presta assistência aos trabalhadores, aprimorando suas capacidades financeiras e de autogestão, ensinando-os a ler, a escrever e a calcular, além de lhes ensinar as premissas do desenvolvimento solidário e sustentável. As mulheres, principalmente, ganharam força com a sindicalização e se fortaleceram nesse processo contra as perseguições e rigidez das autoridades indianas (BHOWMIK, 2002).

As políticas no âmbito econômico introduzidas em Moçambique após a independência de 1975 consistiam em construir um sistema social pautado na agricultura familiar camponesa, no reassentamento populacional em aldeias comunais e nos investimentos estatais para a produção destinada ao mercado interno e para o exterior. As medidas econômicas sociais não foram garantidas, desenvolveram, então, uma agricultura mecanizada voltada ao comércio exterior. Esse sistema marginalizou as famílias camponesas, aumentando, com isso, os índices de pobreza e exclusão social do país. Em resposta a essa problemática, trabalhadores rurais se organizaram em iniciativas alternativas e de gestão coletiva social e econômica. A exemplo, tem a União Geral de Cooperativas Agropecuárias de Maputo (UGC), que tem por objetivo articular modelos econômicos alternativos e sociais de produção, criando

espaços para o diálogo e para o acesso e controle dos recursos econômicos e ambientais, além de distribuir salários mensais aos cooperados e às cooperadas. Produtos como frutas, legumes e verduras e a criação de pequenos animais são praticados nas zonas periurbana e urbana, conhecidas como cinturão verde de Maputo (SILVA, 2002).

Em Portugal, pensando em um desenvolvimento local ambientalmente e socialmente sustentável, criaram a Associação In Loco, sem fins lucrativos, composta por cidadãos antenados com o desenvolvimento alternativo existente no mundo face à globalização. A Associação In Loco visa melhorar as condições de vida, material e cultural, dos habitantes das comunidades do interior do meio rural algarvio. As atividades da associação abrangem setores capazes de promover um desenvolvimento rural localmente integrado. Os produtos locais, outrora empurrados para as indústrias massificadas, estão, a partir da criação da In Loco, conduzidos à associação. Destacam-se a produção de leite e queijos, aguardentes, a elaboração de chouriços e presuntos, além de outros processamentos de produtos alimentares diversos (MELO, 2002).

Nota-se que as alternativas econômicas perpassam o meio rural e o meio urbano. A economia social e solidária nos dias de hoje concebe novas alternativas ao capitalismo global (SINGER, 1999). A eclosão de iniciativas locais demonstra que as pesquisas e o enriquecimento pessoal de determinados grupos de empreendedores não são razões únicas de querer empreender. O seu objetivo, de fato, não é exclusivamente o lucro, mas sim a produção de bens e serviços úteis à sociedade, especialmente à sociedade local, além de manter e preservar seus laços históricos e culturais e combater a precarização das relações de trabalho (FRÈMEAUX, 2011).

Uma das formas de alternativa econômica ao neoliberalismo que tem ganhado destaque no cenário brasileiro é a economia solidária. Esta foi originada com a crítica operária e socialista ao capitalismo, pouco depois do surgimento do capitalismo industrial nos séculos XVIII e XIX. A difusão das máquinas e da organização fabril da produção na Grã-Bretanha resultou no empobrecimento expressivo dos artesãos e na expulsão em massa dos camponeses dos domínios rurais (SINGER, 2002a).

No Brasil, embora os princípios do cooperativismo tenham chegado no início do século XX com os imigrantes europeus, a economia solidária foi “reinventada” como resposta às crises econômicas, ao desemprego e à exclusão social, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, quando se intensifica o processo de mundialização econômica (SINGER, 1999).

Em países desenvolvidos, como a França, ocorrem projetos fundamentados nos princípios da economia solidária. Estima-se que a economia social e solidária tenha representado em 2015, naquele país, 10% do Produto Interno Bruto (PIB), empregando aproximadamente 2,3 milhões de trabalhadores assalariados, distribuídos entre 221.325 associações (PINVILLE, 2015). No Brasil, os projetos de economia solidária representam aproximadamente 6% do PIB nacional (UNISOL BRASIL, 2012). Em épocas de crises econômicas, tanto na Europa como no Brasil a economia solidária é uma alternativa e um desafio para conter o desemprego e fortalecer a economia do país.

Nos próximos anos, a França pretende investir mais na economia social e solidária, sobretudo visando novas oportunidades de empregos aos jovens, oriundos especialmente do meio rural e das pequenas cidades que vêm sofrendo com um relativo desemprego que assola as regiões mais precárias do país. Com isso, as políticas públicas se voltam para essa força de trabalho, gerando formação e acompanhamento à inserção profissional desses jovens, apoiando-se nos recursos e nas dinâmicas locais a favor de uma estratégia coletiva de desenvolvimento local durável (TRINDADE- CHADEAU, 2014). Esses acompanhamentos e formação profissional se dão no âmbito de uma educação popular que promove uma intervenção social e ações políticas. De acordo com Richez (2013), a educação popular, visando sobretudo os jovens adultos, caminha lado a lado com a economia solidária francesa, favorecendo o acesso à cultura de uma parte e, de outra, aos saberes fundamentais à condição de exercício da cidadania.

Exemplo de associações e práticas solidárias francesas é a loja camponesa Brin d'Herbe, na periferia de Rennes, composta por aproximadamente 20 agricultores comprometidos com uma agricultura familiar, biológica durável e responsável ambientalmente, tendo seus produtos comercializados por meio da venda direta. Os produtos mais encontrados são frutas e legumes, carnes de carneiro, boi, coelho e porco, além de aves diversas. Os agricultores produzem também pães, leites, queijos, ovos e mel, dentre outros produtos destinados à alimentação humana.



Figura 31: Mercado de associação de produtores em Rennes-FR.
Foto: Ribeiro, Vitor Hugo, 2015.

Outros exemplos nos arredores de Rennes são as feiras praticadas em propriedades familiares inseridas em associações de produtores, como mostra a Figura 32. Os associados pagam uma taxa anual de aproximadamente seiscentos euros para ingressarem e disporem seus produtos nas feiras. Também predominam frutas e legumes, carnes, leites, queijos, cidras, além de artesanatos diversos. A produção geralmente é comercializada ao redor de Rennes, e os produtores garantem o selo de qualidade, especialmente no que tange à produção orgânica ou biológica. São iniciativas de caráter solidário, importantes para a formação desses produtores e para o exercício da cidadania, mantendo o trabalhador no campo, produzindo e adquirindo as sobras da sua produção.



Figura 32: Feira de Associação de produtores, Rennes-FR.
Foto: Ribeiro, Vitor Hugo, 2015.

No Brasil, embora existam lutas e demais reivindicações pela terra em consonância com uma agricultura familiar, o país vivencia a precarização e a saída de produtores do meio rural. Estes, endividados, dificilmente conseguirão colocar em prática um projeto duradouro de economia solidária destinada sobretudo à alimentação humana. Para que isso aconteça, é

preciso, primeiramente, fixar os trabalhadores e trabalhadoras rurais no campo e proporcionar a eles e a elas incentivos que sejam, não apenas financeiros, mas também toda uma assistência técnica no que tange à produção, comercialização, capacitação, dentre outros fatores cruciais para que a economia solidária se reproduza e tenha êxito (SINGER, 1999).

Diante dessa problemática, cabe perguntar: a economia social e/ou solidária adquiriu êxito na França por este país ser desenvolvido ou a França vem garantindo o seu desenvolvimento por meio do fortalecimento também da economia solidária? Uma coisa é certa: a França teve todo um processo de ascensão política e econômica e adquiriu status de potência hegemônica com o imperialismo e com a recolonização do continente africano e asiático nas décadas finais do século XIX e meados do século XX, período mencionado por Lenin (1979) de fase superior do capitalismo. Nessa época, a França adquiriu um rápido desenvolvimento do seu capital industrial e financeiro, proporcionando então uma intensificação extrema da política anexionista, não apenas de zonas agrárias mas também industriais (LENIN, 1978). Após a segunda grande guerra a França recebeu todo um capital financeiro dos EUA, reestruturou sua economia e toda uma infraestrutura básica que proporcionou a continuidade do status hegemônico no âmbito do neoliberalismo econômico e da economia global.

Por outro lado, a França, após os 1960, tem intensificado seus estudos acerca do desenvolvimento alternativo e da economia solidária, criando instituições e participando dos debates de nível global no que tange ao meio ambiente como um todo e às novas maneiras de produzir no campo, especialmente nas localidades demograficamente pequenas que vêm passando por abandono populacional, sobretudo de jovens adultos. A economia solidária é fundamental para amenizar a precariedade socioambiental e econômica que permeia em algumas regiões do país, sobretudo na Auvergne, uma das mais problemáticas. Portanto, é válido afirmar que projetos no âmbito da economia solidária vêm dando suporte ao modelo econômico francês, mantendo direta e indiretamente o seu grau desenvolvimento e amenizando a problemática desencadeada pelo desemprego, êxodo rural, dentre outros (ESCAFFRE, et al, 2007).

Diante dessas questões e pensando na realidade brasileira, teríamos um projeto econômico alternativo para o município de Jardim que possibilitasse o desenvolvimento local e inibisse a mobilidade de uma relativa força de trabalho oriunda do meio rural? Refletindo sobre essa problemática, serão apresentadas algumas propostas, no âmbito da economia social e solidária e na potencialidade local, sobre as alternativas econômicas que poderão

proporcionar mudanças socioespaciais no município e, conseqüentemente, fornecer subsídios para o combate à erradicação da pobreza e da mobilidade forçada que vêm assolando a localidade em questão.

4.2 Jardim-CE e as possibilidades de reterritorialização da força de trabalho no município.

Enquanto a história do município de Tamboara é recente, ligada à atividade cafeeira da primeira metade do século XX, a do território jardinense remonta a colonização do país. A localidade que hoje se conhece como Jardim foi descoberta por missionários, dentre eles o Padre João Bandeira de Melo que, fugindo da seca que assolava o sertão nordestino, saiu em busca de novas terras para colonizar. Estima-se que o missionário chegou na localidade por volta do dia 21 de agosto de 1792, atraído pela paisagem verde e pelos rios e nascentes de água. Nesse mesmo ano, originou-se o povoado de Barra do Jardim, motivado, dentre outros motivos, pelo fluxo populacional que ia se aglomerando nesse espaço. Em 30 de Agosto de 1814, o povoado foi transformado em Vila, chamando-se, então, Vila Santo Antonio de Jardim, que mais tarde, no dia 3 de Janeiro de 1816, elevou-se à categoria de Município, cujo nome passou a denominar-se Jardim (GOVERNO MUNICIPAL DE JARDIM).



Figura 33: Jardim com vistas para a Igreja Matriz Santo Antônio.
Foto: Ribeiro, Vitor Hugo, 2016.

A cidade de Jardim, bem como os seus distritos, apresenta a estrutura interna, suas construções e ruas que remetem à paisagem urbana que predominava no século XIX e nas primeiras décadas do século XX. São ruas compostas, na maior parte, por paralelepípedos, e existem muitas moradias em que a porta de entrada das casas e as janelas encontram-se

voltadas às calçadas, como apresenta a Figura 34. Essa paisagem representa, no olhar de Santos (2008c), o passado no presente.



Figura 34: Paisagem urbana de Jardim- o passado no presente. Rua Coronel Rocha.
Foto: Ribeiro, Vitor Hugo, 2016.

Na medida em que uma determinada sociedade vai se transformando social e economicamente, a estrutura interna das cidades também vai se modificando (SANTOS, 2009a). No núcleo interno de Jardim, as novas arquiteturas permeiam as antigas formas. Nesse caso, a paisagem urbana concebe ruas de pedras ao lado do asfalto moderno. A arquitetura velha e a nova representam o passado e o presente respectivamente. As distintas formas foram construídas ao longo do tempo, levando em consideração os interesses econômicos e sociais de época. As formas modernas de Jardim são constituídas por prédios, pouco mais elevados do que as antigas formas, mas sem apresentar verticalização, e por casas mais luxuosas e com os quintais maiores, com os portões voltados às ruas e calçadas.

As arquiteturas velhas da cidade, em muitos casos malconservadas, foram construídas levando em consideração um estilo colonial português, tendo de dois a três andares, bastante comum na paisagem urbana de diversas cidades nordestinas (SANTOS, 2008c). No térreo dessas formas antigas, geralmente encontram-se as lojas, dentre outras atividades que movimentam o comércio local. Já os andares superiores são ocupados por atividades administrativas ou por residências.

O comércio de Jardim é composto por lojas de confecções e de calçados, eletroeletrônicos, armazéns, dentre outros, além das barracas de artesanatos e as feiras, bastante comuns na paisagem urbana jardimense. Permeiam essas atividades os serviços públicos, tais como os setores de segurança, educação, saúde, assistência social, dentre outros.

Por mais que existam alguns pontos turísticos no município de Jardim, o principal local de encontro da população é a Igreja Matriz Santo Antônio. A praça da igreja é o local das festas tradicionais destinadas ao padroeiro da cidade, Santo Antônio, e também ao Padre Cícero. Este obteve grande prestígio no Estado, sendo reconhecido pela população do Ceará como o cearense do século.



Figura 35: Igreja Matriz Santo Antônio- Jardim.
Foto: Ribeiro, Vitor Hugo, 2016.

Natural de Crato, Padre Cícero viveu boa parte de sua vida em Juazeiro do Norte e contribuiu para o desenvolvimento de muitas localidades da região do Cariri durante o século XIX e meados do Século XX. O distrito Cacimba foi uma dessas localidades povoadas por missionários, orientados pelo Padre Cícero. Estima a população local que o nome Cacimba, foi dado pelo Padre em função da quantidade de nascentes e águas encontradas nessa localidade. Contam os antigos moradores de Cacimba que, na época, em vários poços de água encontravam o recurso. Surgiu, então, a preocupação para com a preservação desses mananciais.

Para entender o atual contexto econômico do município de Jardim, há de considerar que o processo de mundialização econômica consubstanciada à crise do modelo fordista de produção condicionou novos arranjos econômicos no âmbito da produção global. Como apresentado no decorrer do Capítulo 1, esse processo acarretou intensas transformações na esfera da produção dos países capitalistas, sejam eles desenvolvidos ou subdesenvolvidos. As desigualdades socioespaciais se intensificaram em escala econômica mundial e internamente nos países. Tratando-se da realidade brasileira, as disparidades econômicas encontram-se entre as grandes regiões geográficas, aumentando a discrepância entre o Sudeste e o Nordeste, por exemplo, e também internamente aos Estados da Federação. Desenvolvem-se, por um

lado, alguns polos de atração econômica dentro dos Estados, principalmente no que tange as cidades grandes e médias consumidoras de novos financiamentos e de produtos contemporâneos inseridos no circuito da produção global e, em contrapartida, propagam-se localidades problemáticas desprovidas do progresso econômico engendrado pela economia global.

O município de Jardim localiza-se na mesorregião Sul Cearense, constituindo-se um dos municípios mais pobres da microrregião Geográfica do Cariri. A principal cidade que se destaca nessa mesorregião é Juazeiro do Norte. Esta localidade é polo econômico do Ceará, recebendo diversos recursos financeiros, tanto estaduais quanto federais, sendo centro regional de educação com suas instituições públicas e particulares, dentre elas a Universidade Federal do Cariri, Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará e a Faculdade de Tecnologia, todas nas esferas públicas. No que tange à iniciativa privada, o município tem a Faculdade de Juazeiro do Norte, a Faculdade de Medicina Estácio, a Universidade Patativa do Assaré, dentre outras. Além dos centros universitários, o município dispõe do Hospital Regional do Cariri, que atende a população da região. Existem também diversas lojas e shopping centers, dentre outras empresas e atividades que polarizam o comércio e a economia do Sul cearense (PEREIRA; OLIVEIRA, 2012).

A economia do município de Jardim baseia-se na agricultura, principalmente no milho, feijão, algodão, cana-de-açúcar, pequi e na pecuária bovina, suína e aves. Destacam-se também fontes de água mineral, além do setor terciário (IPECE). No Capítulo 3, sinalizamos, por meio das cartas coremáticas, a realidade contraditória que solapa a população jardinense e alimenta a mobilidade forçada. São reflexos da intensificação do modelo econômico global no Estado do Ceará que, no que tange à região Sul Cearense, o desenvolvimento socioeconômico se concentrou quase que exclusivamente no município de Juazeiro do Norte, deixando os demais na “periferia” dessa localidade.

O processo de modernização e de reestruturação produtiva cearense vem se desencadeando desde a metade do século XX, e, desde então, as iniciativas e os processos de inovações vêm determinando novos papéis na conjuntura territorial, fazendo com que algumas cidades se sobressaíssem diante de outras (PEREIRA; OLIVEIRA, 2012). Com isso, desenvolvem-se áreas atrativas ao capital financeiro e à mobilidade humana, e, por outro lado, propagam-se áreas de repulsão populacional. Esta última é a realidade jardinense. A sua população, aproximadamente 60% (IPECE) vive no meio rural de baixa produtividade e, sem auxílios e incentivos para a produção, acaba tendo boa parte de sua força de trabalho migrada

para as regiões promissoras do Estado do Ceará ou às outras regiões do país. Essa migração reflete a atual crise de desemprego, e para resolver essa problemática, Singer (1999) afirma que

é necessário oferecer à massa dos socialmente excluídos uma oportunidade real de se reinserir na economia por sua própria iniciativa. Esta oportunidade pode ser criada a partir de um novo setor econômico, formado por pequenas empresas de trabalhadores por conta própria, composto por ex-desempregados, que tenha um mercado protegido da competição externa para os seus produtos. Tal condição é indispensável porque os ex-desempregados, como se viu, necessitam de um período de aprendizagem para ganhar eficiência e angariar fregueses. Para garantir-lhes o período de aprendizagem, os próprios participantes do novo setor devem criar um mercado protegido para as suas empresas (SINGER, 1999, p.121-122).

Uma possibilidade de reinserção de uma massa de trabalhadores rurais que sobrevivem de trabalhos temporários e incertos é estimular as cooperativas de produção e consumo solidários. A economia solidária e o desenvolvimento alternativo podem fornecer subsídios para a erradicação dessa problemática que solapa o meio rural de Jardim. Primeiramente deve-se ter em mente que o capital desterritorializa pessoas, dinheiro, ideias e os reterritorializam em outras regiões, criando novas identidades, gerando novos arranjos locais que proporcionam a valorização dos espaços de destinos dos fluxos, importantes para o desenvolvimento econômico (SAQUET, 2013). Sendo assim, pensar na realidade dos camponeses jardinenses é atentar-se à reterritorialização dessa força de trabalho no próprio município de Jardim, permitindo a esse território condições de vida e de trabalho, além de acesso ao conhecimento, à infraestrutura básica, dentre outras condições que permitam novas relações sociais e gerem novos papéis simbólicos que favoreçam o desenvolvimento local e sustentável.

Para Saquet (2013, p.169), *a territorialização produz a possibilidade de inserção e de criação de novas forças mercantis ao processo de reprodução ampliada do capital*. Os trabalhadores rurais investigados nesta pesquisa, ao migrarem do município de Jardim com destino a Tamboara, fazem o processo de desterritorialização e reterritorialização. Nesse caso, desterritorializam-se de Jardim e se reterritorializam no município de Tamboara. Este ganha, com a chegada de uma população economicamente ativa para movimentar, além do mercado de trabalho da Unidade COOPCANA, o circuito econômico local. Essa reterritorialização desencadeada pela mobilidade forçada se constitui como alternativa à sobrevivência dessa força de trabalho excedente de Jardim e, também, alternativa à acumulação de capital por parte dos agentes econômicos ligados à COOPCANA.

Percebe-se que a reprodução do capital sucroalcooleiro em questão é beneficiada nessa mobilidade e de maneira contraditória e articulada aos territórios de Jardim e Tamboara. Sendo assim, a problemática socioeconômica e ambiental de Jardim está presente e em consonância com o processo migratório material e imaterial. Pelo fato de essa força de trabalho migrante ser oriunda do meio rural, é necessário refletir em formas de produção não capitalistas no campo, pensando primeiramente na fixação do homem em seu meio, produzindo e comercializando sua produção no território de Jardim e em demais localidades que também desenvolvem atividades alternativas solidárias. Por isso a importância da consolidação de redes de cooperativas social e solidárias para o fortalecimento da economia alternativa.

No município em questão, já houve experiências, porém não muito frutíferas, em processos de cooperação de atividades extrativistas. A coleta de Pequi¹⁶ (*Caryocar Brasiliensis, Cambess*), bastante comum na região do Araripe, mobiliza uma significativa força de trabalho jardinense, especialmente da Comunidade Cacimba (Figura 36). A tentativa de organização dos trabalhadores por parte do poder público na década passada visando orientações e novas formas de vida e trabalho gerou profundas contradições no âmbito da população local, principalmente com a instalação de uma indústria processadora do óleo de Pequi. Os trabalhadores tinham por hábito trabalhar por conta e com uma relativa liberdade e poder de decisão, num ritmo de execução próprio aos seus respectivos modos de organização (GONÇALVES, 2007). A organização de trabalho modificou consideravelmente com a implantação dessa fábrica, dividindo a opinião dos trabalhadores.

Uma parte dos moradores de Cacimbas avalia que a construção da fábrica trouxe melhoria na qualidade do produto, o que facilitou a comercialização do óleo. Já outra parcela da comunidade manifestou descontentamento por ser excluída do processo por não reunir as condições necessárias para atender às exigências técnicas para o preparo e beneficiamento do óleo na fábrica. Dessa forma, a unidade de processamento deixou à margem parte significativa da comunidade que, por essa razão, teve sua organização local fragilizada. O modo como os pequizeiros usam e se apropriam dos recursos da natureza é outro tema do debate que vem mobilizando a comunidade em defesa de seus direitos e de políticas públicas adequadas (GONÇALVES, 2007, p.23).

¹⁶O Pequi é uma árvore nativa de porte muito variável, podendo atingir mais de seis metros de altura. O período de floração e frutificação vai de dezembro a abril, muitas vezes chegando a maio. Em outras épocas do ano, costumam aparecer algumas frutas, denominadas de temporão. Coletado na floresta do Araripe, o pequi é conhecido por ser rico em vitaminas A e E. O povo indígena da região o denominava Pyrantecaira, isto é, que dá vigor e força. Além de seu emprego na alimentação humana, atualmente o pequi ganhou importância econômica associada ao uso terapêutico, à produção de mobiliário e de tanino, assim como fornecedor de óleo para a fabricação de sabão e lubrificante de máquinas (GONÇALVES, 2007, p.21).

A coleta do pequi segue a sazonalidade, sendo os meses de outubro a dezembro aqueles que os trabalhadores se dedicam aos tratos das terras. Nos meses de janeiro a abril acontece a coleta, dentre outras atividades, e de julho a setembro, pelo fato da paralisação das atividades, desencadeia-se uma mobilidade da força de trabalho da comunidade com destino a Pernambuco, Rio Grande do Norte e especialmente ao Estado de São Paulo para trabalhar no corte da cana-de-açúcar (GONÇALVES, 2007). Nos últimos anos, como foi identificado nesta pesquisa, o fluxo desses migrantes chegou ao Paraná, motivado pelos trabalhos no corte da cana-de-açúcar.



Figura 36: Distrito de Cacimba- Jardim.
Foto: Ribeiro, Vitor Hugo, 2016.

No período da coleta do pequi, uma considerável força de trabalho do distrito Cacimba se desloca de suas residências com destino a Serra Barreiro Novo para trabalhar. O Barreiro Novo é uma associação de catadores de pequi da serra, fundada no ano de 2006. Essa associação e a coleta de pequi são conhecidas no âmbito regional nordestino, e também em escala nacional. Todos os anos, quando se inicia as atividades nos pequizais, emissoras de televisão vão até a Serra Barreiro Novo para fazer reportagens com a população que ganha a vida colhendo e vendendo pequi. O povoado localiza-se na estrada CE 060, no trecho que liga Jardim a Barbalha, na Floresta Nacional do Araripe.



Figura 37: Serra Barreiro Novo- Estrada CE 060.
Foto: Ribeiro, Vitor Hugo, 2016.

Para o ano de 2016, a expectativa é que os trabalhadores do pequi colem aproximadamente cem toneladas do produto. Devido à escassez de chuva, a produção deste ano será menor do que do ano anterior. Estima-se que aproximadamente 100 famílias morarão nos acampamentos apresentados na Figura 37. Existem famílias de agricultores que trabalham há trinta anos no pequi, sendo que em todos os anos migraram do distrito de Cacimba à Serra Barreiro Novo. O preço do saco do pequi, em torno de quinze quilos, custa, atualmente, em média, vinte e cinco reais, e é vendido nas proximidades da rodovia estadual.

A questão que não quer calar é a condição precária de moradia que essas famílias são obrigadas a se submeterem no período da coleta do pequi. Como pode-se notar na Figura 38, elas são desprovidas de quaisquer condições de higiene.



Figura 38: Moradia na Serra Barreiro Novo.
Foto: Ribeiro, Vitor Hugo, 2016.

As moradias são de taipas, fabricadas com barro e com materiais oriundos da floresta, e o teto é coberto por telhas. O estado precário de conservação denota o descaso do poder público local para com os trabalhadores do pequi, que são importantes agentes sociais que

trabalham, ganham a renda e mantêm a preservação do ambiente local. Essas moradias se localizam próximas à entrada de uma fazenda de um ex-político da cidade de Jardim.

Conforme o relato de uma trabalhadora de 48 anos, nota-se a importância desses trabalhadores para com a preservação ambiental e também para os sítios no entorno: *nós somos considerados os protetores da Floresta do Araripe, e os vaqueiros das fazendas daqui da região do Barreiro*. Pelo fato de terem alguns sítios nas proximidades, alguns animais acabam escapando e, por diversas vezes, os trabalhadores do pequi os resgatam e comunicam os donos dos sítios. Também não há dúvidas de que a atividade do pequi ajuda a manter a preservação da fauna e da flora local. Por isso a importância do fortalecimento das atividades extrativistas no município de Jardim, visando o desenvolvimento sustentável.

A Figura a seguir apresenta uma noção da força de trabalho dos coletores de pequi da comunidade Cacimba. Percebe-se que existem crianças entre os adultos envolvidos nas atividades. A atividade mobiliza população de diversas idades, dentre elas, as crianças. Tanto as moradias na floresta quanto aquelas do Barreiro Novo são destituídas de quaisquer infraestrutura básicas, denotando certa precarização a essa força de trabalho durante os meses de coleta do pequi.



Figura 39: Coleta de Pequi.
Fonte: Gonçalves, 2007.

Portanto, pode-se concluir dois fenômenos negativos para a população que pratica a coleta do Pequi: primeiro, com a implantação da fábrica processadora que modificou a forma de organização do trabalho, e o outro, a precarização das moradias que servem de abrigo aos trabalhadores. Esses fatos podem estar em consonância, uma vez que a instalação de uma fábrica processadora e a precarização do ambiente podem abrir brechas para a

“agroindustrialização” da atividade. Por isso reitera-se a importância das premissas da economia alternativa e das cooperativas social e solidária no município em questão, como possibilidades de organização ou reorganização dessa força de trabalho nos moldes solidários e sustentável, considerando, principalmente, suas tradições, seus ritmos de vida, seu meio socioambiental como um todo, importantes para dar continuidade ao projeto de erradicação da miserabilidade que ainda assola a região do Cariri.

Nesse sentido, as atividades agrícolas, tais como o milho e o feijão, além do pequi, organizados nos moldes solidários por meio das cooperativas geridas pela população local, se fortaleceria, gerando emprego e renda, pois a localidade apresenta uma relativa potencialidade, como retrata a Figura 40. O problema é o tempo de maturação da produção. Nesse período, os filhos dos produtores ficam sem atividade, com isso, surge a necessidade de migrar.



Figura 40: Plantações de milho e feijão no distrito Cacimba.
Foto: Ribeiro, Vitor Hugo, 2016.

A construção de projetos sociais e solidários em torno de cooperativas que visam uma produção não capitalista é crucial para erradicar essa problemática, além de possibilitar alternativas à mobilidade forçada ao Estado do Paraná, por exemplo. Vimos, nesta pesquisa, que a força de trabalho migrante de Tamboara provém de experiências nas áreas de construção civil, serralheria, serviços gerais e, principalmente, no campo. Nesse caso, os próprios trabalhadores poderão construir seus projetos cooperativos e, por meio de incentivos governamentais e assistenciais, poderiam adquirir formações específicas para o processo produtivo, desde a coleta até a elaboração dos produtos finais, como óleos de pequi, sabão, lubrificantes, dentre outros. A produção dos derivados do pequi, o milho, o feijão, dentre

outros, seriam comercializados em redes nacionais de economia social e solidária num primeiro momento, e, com a consolidação da prática, a comercialização poderia atravessar a fronteira brasileira chegando, por exemplo, à França. O fortalecimento das redes sociais e solidárias de âmbito nacional e global corroboraria com a intensificação e consolidação da economia alternativa em escala planetária, possibilitando cessar a fome, a miséria e a mobilidade forçada de muitas regiões problemáticas do mundo, especialmente em se tratando dos países periféricos ou subdesenvolvidos e emergentes.

Além dos pequizais, o município de Jardim poderia incentivar também, em parceria com os governos Estadual e Federal, as cooperativas solidárias de cana-de-açúcar, do milho, do feijão e da mandioca, uma vez que a região já dispõe dessas atividades e pelas características geofísicas da localidade em questão serem propícias a essas culturas. Os trabalhadores rurais, com a prática e saberes na atividade canavieira, nos tratos da mandioca, nas lavouras do milho e feijão, desde o plantio até o processamento de produtos destinados à alimentação, poderiam controlar o processo produtivo desde a elaboração à comercialização, repartindo entre os associados os lucros obtidos. Nesse caso, as cooperativas solidárias possibilitariam a reterritorialização de cortadores de cana que migram milhares de quilômetros para trabalhar em busca de melhores condições e anseios de vida. O município utilizaria os conhecimentos e práticas dessa força de trabalho em benefício da sociedade local.

O Governo Federal, via Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), destina milhões ao parque agroindustrial sucroalcooleiro para a produção quase que exclusivamente de etanol e açúcar e poderia destinar, também, às cooperativas solidárias controladas, não pelos agentes do agronegócio canavieiro, mas sim pela sociedade local, visando o bem-estar coletivo, respeitando as tradições locais, ambientais, a diversidade agrícola, dentre outros que vêm sendo castigados pela intensificação e expansão das agroindústrias açucareiras e alcooleiras no Brasil.

Para tanto, como já sinalizado anteriormente, as melhorias no sistema educacional no município de Jardim são fundamentais para o sucesso das cooperativas sociais e solidárias, pois é por meio da educação e da profissionalização que os agentes locais desenvolverão e aprimorarão suas práticas e saberes, importantes para dar continuidade no projeto alternativo ao neoliberalismo econômico. Vimos, nas cartas coremáticas do Capítulo 3, a problemática atual de Jardim na questão educacional. O município carece de escolas de ensino médio e profissionalizantes, além de instituições de ensino superior. Por estar próximo de Juazeiro do Norte, os centros educacionais superiores dessa localidade poderiam abrir campus nas demais

idades da região Sul cearense para dar suportes e apoio no que tange aos saberes acerca do desenvolvimento alternativo e nas cooperativas sociais e solidárias.

Se num primeiro momento a fixação e a reterritorialização da força de trabalho no campo é importante para os projetos de economia alternativa, em um segundo momento, é necessário investir, também, em melhorias no núcleo urbano de Jardim e nos seus distritos a fim de erradicar a micro e a macromobilidade de jovens e adultos para as demais localidades em busca de educação, saúde, trabalho, dentre outros apontados nas cartas coremáticas do Capítulo 3. Outras alternativas para uma economia social e solidária estão no desenvolvimento de sementes crioulas¹⁷. O cultivo destas como possibilidades de reprodução camponesa foi desenvolvido no Sudeste Goiano e estudado por Mendonça (2012). Na ocasião, as ações foram desenvolvidas nas safras de 2005/2006/2007 por sessenta famílias da comunidade São Domingos, numa área de 71 hectares plantados de milho. A prática melhorou a autoestima dos camponeses que agregaram à produção seus hábitos cotidianos, suas vivências e saberes, importantes para a soberania alimentar e para a preservação do Cerrado brasileiro.

O cultivo de sementes crioulas é adequado aos ambientes/subsistemas do Bioma Cerrado, pois são cultivos que não utilizam agrotóxicos e, ainda, asseguram a autonomia (soberania alimentar) para os camponeses que passam a ter sementes guardadas/ armazenadas, se livrando da dependência imposta pelos grandes conglomerados financeiros e industriais transnacionais (MENDONÇA, 2012, p.40).

Por serem adequadas ao Bioma Cerrado, essas práticas poderiam se desenvolver em Jardim, uma vez que o Cerrado compõe parte da paisagem natural do município, como foi apresentado no corema 1 do Capítulo 3. O Distrito de Corrente, por exemplo, destacado pela produção de milho, como mostra a Figura 41, desenvolveria suas ações baseadas em sementes crioulas, livrando os produtores da dependência gerada pelos agentes do agronegócio global. Nesse caso, além do Cerrado jardimense, a prática preservaria também o Bioma Caatinga que está presente no município de Jardim.

¹⁷São sementes naturais que obedecem às condições locais e toleram ataques de organismos prejudiciais. Elas atendem a um dos princípios básicos da agroecologia que consiste na autonomia do agricultor, proporcionando maiores independências do mercado de insumos (MENDONÇA, 2012).



Figura 41: Paisagem rural do distrito de Corrente com destaque para a plantação de milho.
Fonte: Ribeiro, Vitor Hugo, 2016.

O afastamento gradativo entre homens e natureza tem causado não apenas o detrimento florestal, mas também a morte dos solos devido ao emprego crescente de insumos agrícolas. Essa degradação ambiental se intensificou na sociedade capitalista global, baseada na busca crescente da produção do lucro. A natureza exteriorizada, nesse caso, acaba sendo vista bem como aponta Mendonça (2012), como produtora de mercadorias. A valorização e a preservação do meio ambiente como um todo, incluindo a sociedade, a cultura, dentre outros, são relevantes para o sucesso de uma economia alternativa pautada na solidariedade e no desenvolvimento sustentável. Refletir essas questões para o município de Jardim é tornar o território jardinense aberto às inovações e ao desenvolvimento participativo. É com esse pensamento que deverá acontecer uma rearticulação das relações de poder, levando em consideração o fortalecimento da população local como um todo para que esta não caia nos vínculos existentes entre as classes hegemônicas locais conservadoras e desenvolvedoras de projetos hegemônicos excludentes, que, por muitas vezes, vivem distantes de Jardim.

Em face disso, acredita-se que a luta pela produção alternativa social e solidária deve ser feita dentro e fora do Estado para, num primeiro momento, não entregar o território e submeter as entidades de classes às forças hegemônicas, possibilitando, com isso, a apropriação dos recursos naturais em benefício dos projetos alternativos e das classes populares. Isso fortaleceria, num segundo momento, a integridade e o fortalecimento, bem como a reprodução dos projetos alternativos de desenvolvimento local sustentável. A luta em favor da produção alternativa, como ressalta Santos; Rodríguez (2002), deve estar estreitamente articulada com as lutas contra a sociedade patriarcal, pois as mulheres, no

processo econômico hegemônico, acabam sendo vítimas da opressão e exploração do capitalismo global. Assim sendo, as iniciativas econômicas alternativas dificilmente avançarão sem a participação das mulheres no processo. Historicamente, o Nordeste brasileiro se consolidou numa sociedade patriarcal e latifundiária que tem refletido em amplas formas de opressão, dentre elas a exploração do campesinato, o racismo e também a questão de gênero. As mulheres, especialmente as camponesas, tornaram-se vítimas da exploração, da mobilidade forçada e da precariedade econômica e social que se perpetua há séculos na região nordestina. Exemplo dessa contradição é o número de mulheres que se sujeitaram a migrar ao Paraná (onze trabalhadoras da amostragem, que correspondem 28% da força de trabalho investigada) para trabalhar no corte ou plantio da cana-de-açúcar, serviços extremamente exaustivos para uma mulher, sendo que algumas migraram para acompanhar o marido e outras foram pela falta de oportunidades na região de origem, além das motivações de amigos e parentes.

A força de trabalho migrante de Tamboara dificilmente conseguiria colocar em prática projetos alternativos de produção contra-hegemônicos no Noroeste do Paraná, pois o agronegócio, especialmente o sucroalcooleiro, já está fortalecido e enraizado em diversas localidades demograficamente pequenas, influenciando inclusive os grupos políticos, dentre outros agentes econômicos locais. Dificilmente esses trabalhadores e trabalhadoras obterão terras para colocar em prática projetos alternativos de produção não capitalista no campo. Por isso o olhar nesta pesquisa para Jardim, pois o município dispõe de mais de 50% de sua população vivendo no meio rural. As alternativas econômicas contra-hegemônicas as quais foram tecidas neste capítulo possibilitam transformações graduais e qualitativas em Jardim, além de engendram uma ruptura com o modelo de exclusão latifundiário e patriarcal existente na região.

Diante da dificuldade de acesso à terra e aos projetos alternativos por parte dessa força de trabalho no Noroeste Paranaense, cabe perguntar: o que compete ao município de Tamboara no âmbito desse movimento populacional? Teria, o município em questão, condições de melhorar a vida desses trabalhadores se porventura a mecanização no corte da cana-de-açúcar persistir? A localidade disporá de oportunidades além do trabalho manual no campo? Essas e outras questões poderão ser respondidas com o tempo, acompanhando esse processo migratório, bem como investigando a realidade social dessa população migrante. Contudo, algumas questões podem ser sinalizadas: cabe a Tamboara consolidar entidades de classes populares, além do sindicato, que atuem exclusivamente no âmbito dessa população

migrante, dentro e fora do município, reivindicando, nas esferas municipais e estaduais, melhorias e incentivos aos espaços de solidariedade e à inclusão desses grupos na localidade em questão.

Essas entidades precisarão estar em articulação e em apoio mútuo com entidades populares do município de Jardim, para o acompanhamento e para avaliar o êxito ou fracasso desse movimento populacional, visando a erradicação no que tange às relações precárias no mundo do trabalho. Assinalam Santos; Rodríguez (2002) que os modelos alternativos de conhecimento são fontes de alternativas de produção. As redes populares de conscientização e apoio mútuo e a democracia participativa são duas faces da mesma moeda. O seu potencial emancipatório, bem como as perspectivas de êxito estão vinculados não apenas aos critérios econômicos, mas sim na articulação destes com os processos culturais, sociais, ambientais e políticos.

Ao município de Jardim, cabe erradicar a contradição social vigente do seu território, como foi apresentado neste capítulo e nas cartas coremáticas do Capítulo 3. Para tanto deve começar pela mobilidade urbana, construindo estradas pavimentadas que liguem os distritos à cidade, facilitando a micromobilidade física e o escoamento da produção oriunda da agricultura social e solidária, além de melhorar o fluxo e a relação social econômica entre os distritos. Com isso, as atividades agrícolas fundamentadas nas premissas da economia alternativa e nas cooperativas sociais e solidárias poderão se fortalecer e ganhar espaço nas feiras locais de produtores e no comércio local.

As feiras de produtores são importantes no processo de transformação da realidade contraditória, e, no olhar de Bernardino (2015), elas consistem num lugar de resistência, de sobrevivência e de solidariedade, possibilitando uma articulação real da população local e incentivando as trocas de informações e os debates políticos importantes para a construção de alternativas perante o mundo globalizado. Nesse caso, a produção dos derivados do milho, do algodão, do pequi, da cana-de-açúcar, dentre outros além dos animais de corte, poderão ter seus respectivos espaços para a comercialização.

Melhorar a mobilidade urbana do município proporciona uma melhor ação dos agentes e das entidades de classes populares que visam a instrução e o acompanhamento dos camponeses, bem como a reivindicação de melhorias no que tange à educação, à saúde e à segurança da população local. A construção de centros educacionais de nível médio e profissionalizante nos distritos pautados na educação do e no campo são cruciais para consolidar a produção agrícola social e solidária. No que remete ao nível superior, a

instalação de campus de ensino superior com cursos de engenharia e agronomia no núcleo urbano incentivariam os jovens produtores a melhorar sua escolaridade, dando, então, a continuidade aos projetos fundamentados na economia alternativa.

Outras formas de alternativas econômicas no município consistem no uso da paisagem natural e cultural para a prática do turismo social, seja ele rural ou urbano. A atividade proporciona a atração populacional cearense, motivada pelas festas típicas religiosas e pelo meio ambiente, atraída pelas nascentes de água, além das florestas, dentre outros elementos do campo. A atração turística possibilitaria um número maior de consumidores para as feiras de artesanato e de produtores camponeses, o que faria movimentar o circuito econômico alternativo local. Para tanto, incentivar e investir em hotéis-fazendas e outros ambientes é fundamental para articular essa prática.

Percebe-se que o pilar dessa conjuntura pode ser a mobilidade urbana. Investindo na infraestrutura e no transporte público de qualidade, facilitaria o fluxo de pessoas no território, importante para o fortalecimento dos espaços de solidariedade. Isso permitiria, então, a inserção da sociedade local efetivamente em seu meio, dando a ela um maior pertencimento em seu espaço.

Diante dessas reflexões e imaginando o território jardinense, elaborou-se, a seguir, um cenário hipotético otimista para o município, visando novas atividades fundamentadas na economia social e solidária baseadas na utilização dos recursos locais, dentre eles ambientais e sociais da própria localidade em questão, tendo por base os cenários realistas e pessimistas apresentados pelas cartas coremáticas do Capítulo 3, propondo melhorias de infraestrutura como um todo e gerando novas atividades econômicas que são importantes para o desenvolvimento local e também para fortalecer a micromobilidade física no município em questão.

Essa proposta está representada pelo Corema 4, de modo que seria formada uma nova dinâmica territorial que fortaleceria o desenvolvimento local por meio da micromobilidade física. Esta é entendida como os deslocamentos cotidianos diários no âmbito municipal e a melhoria na infraestrutura, bem como as oportunidades engendradas na economia social e solidária aumentariam significativamente o fluxo populacional na localidade de Jardim e em suas zonas distritais, otimizando a economia local por meio da produção pautada na economia alternativa.

Assim, se atualmente existe um movimento expressivo da população com destino aos demais municípios cearenses em busca de educação, profissionalização, saúde e até mesmo

trabalho, com essa nova configuração e com investimentos em equipamentos de consumo coletivo e de infraestrutura, essa emigração poderia ser exaurida. Essa proposta baseia-se, por exemplo, na instalação de escolas de ensino médio profissionalizante nos distritos ofertando cursos de formação técnica aos jovens e adultos, bem como campus de instituições superiores no núcleo urbano de Jardim, o que faria com que essa força de trabalho buscasse a escolarização e melhor qualificação no seu próprio território. Porém, para que essa mobilidade acontecesse de forma significativa, seria necessário uma incrementação das formas viárias, como a pavimentação das estradas, disponibilidade de energia elétrica e oferta de internet a essa população, por exemplo.

Acredita-se que a articulação dos elementos apresentados nos Coremas 4 e 5 poderia fortalecer o município de Jardim por meio das ordens de mobilidade que permeiam o conceito de mobilidade humana visto no Capítulo 1. A mobilidade centrada no trabalho bem como a mobilidade do consumo condicionam a mobilidade física. Toda essa conjuntura engendra uma relativa mobilidade social à sociedade local, especialmente à população oriunda dos distritos. Esses elementos proporcionariam também a reprodução do espaço jardinense, criando novas identidades e maiores laços de pertencimento por parte da população local, importantes para o processo de reprodução das relações alternativas e solidárias de produção.

Caso essas implementações viessem a se concretizar, o espaço urbano jardinense adquiriria aquilo que resalta Lefebvre (2001): o espaço urbano torna-se o lugar do encontro das coisas e das pessoas, e da troca. Ou seja, a otimização do espaço produzido em Jardim promoveria maiores laços entre o setor econômico, político e social daqueles que formam o município.

Nesse contexto, os Coremas 4 e 5 apresentam uma proposta de fortalecimento do município de Jardim. Para tanto, seria necessário que houvesse uma produção e instalação do meio técnico-científico-informacional naquela localidade e que esses fossem de acesso à população. Dessa forma, a construção de estradas pavimentadas entre os distritos e entre estes e a sede faz-se necessária. Na respectiva proposta, os distritos receberiam escolas profissionalizantes de ensino médio e técnico, o que traria uma capacitação dos jovens e consequentemente agregaria valor à produção ali desenvolvida.

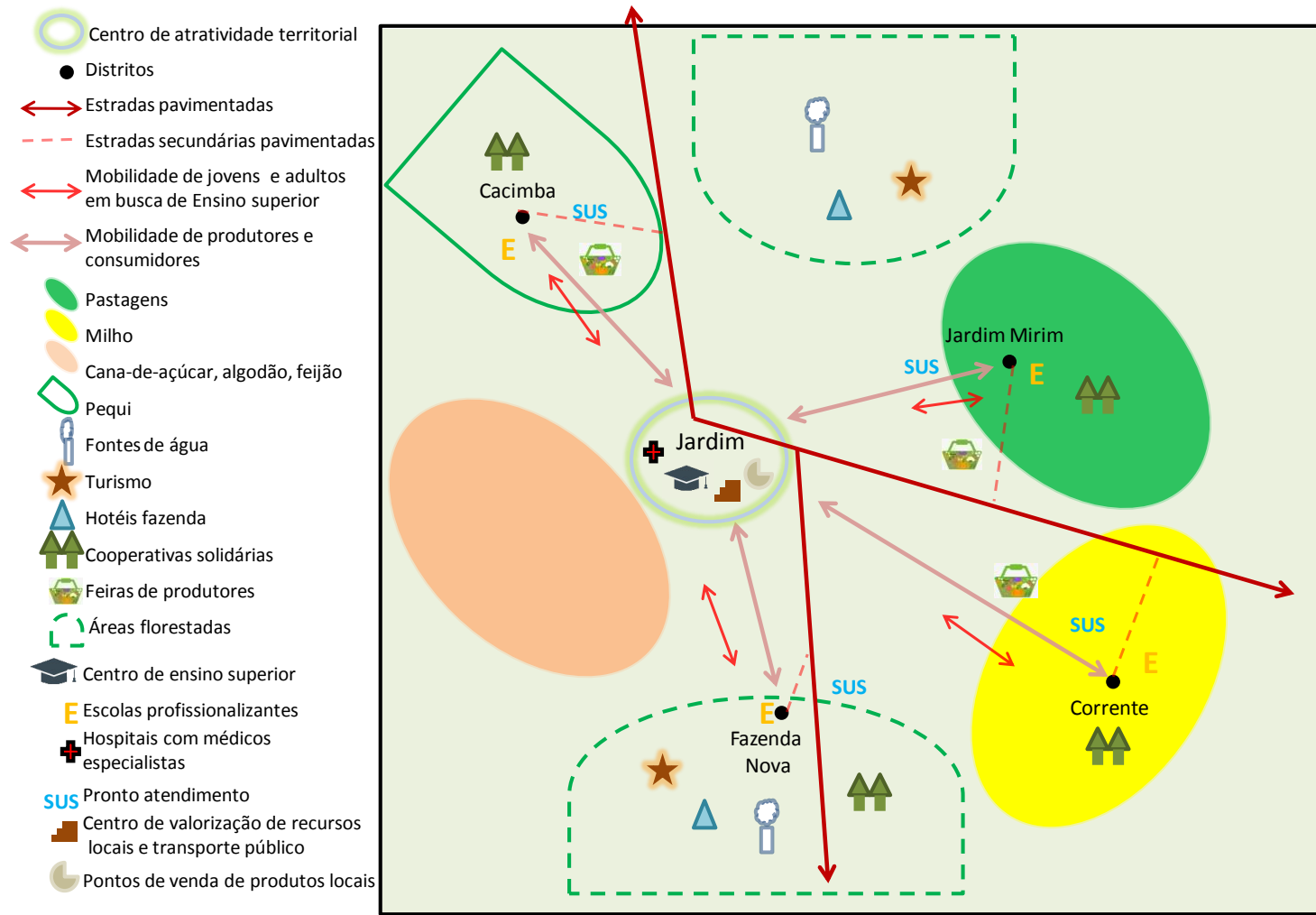
Um exemplo seria o beneficiamento do pequi, que atualmente possui a maioria da produção vendida in natura para outros municípios. Assim, seria importante beneficiar esse fruto e vender seus produtos com maior valor agregado. Exemplos seria o óleo de pequi, conservas, ração, entre outros. Essas produções seriam desenvolvidas em cooperativas

autogeridas nos moldes alternativos, promovendo o desenvolvimento local. Nesse caso, como os distritos receberiam, além das escolas e das unidades produtivas, seria necessário também que fossem beneficiados com a instalação de unidades de saúde para que a população permanecesse o maior tempo possível em seu território.

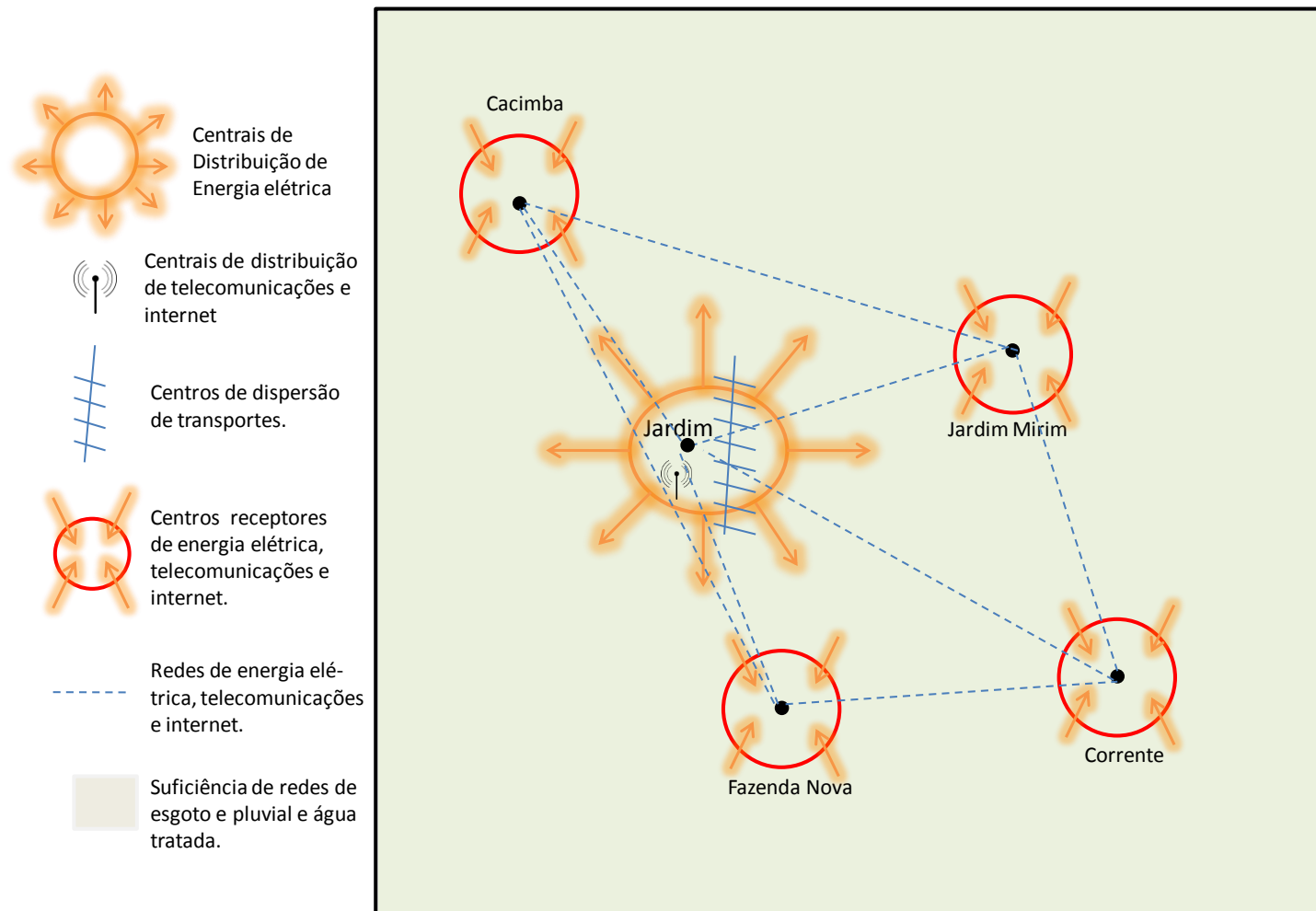
Porém, acredita-se que a mobilidade para a sede do município continuaria sendo realizada, mas principalmente para que a população dos distritos buscasse ensino superior e comercialização de seus produtos, assim como em Juazeiro do Norte, município médio distante aproximadamente quarenta e oito quilômetros do município em questão. O município de Juazeiro do Norte poderia se configurar como principal destino da produção das cooperativas, pelo menos a curto prazo. Assim, Jardim passaria a atrair capital de outras localidades, o que geraria um superávit em sua balança comercial.

Além das cooperativas que beneficiariam o Pequi na forma de economia alternativa, o município de Jardim, com um exuberante potencial hidrológico, poderia oferecer opções de ecoturismo. Afinal, há uma relativa abundância de nascentes e cachoeiras. Assim, poderia ser constituída uma rede hoteleira, que teria na natureza e na cultura local os principais elementos de atração.

Por fim, constituir uma economia alternativa social e solidária no município de Jardim pautada em um modelo político democrático e justo do qual salienta Santos (2002b) seria utilizar o espaço geográfico consciente, contra as especulações do capital e dos setores imobiliários, valorizando o potencial local, sua população e seus saberes. Essa estratégia de desenvolvimento local tenderia a reduzir as disparidades sociais e a democratizar a administração e a gestão pública municipal, além de aumentar os investimentos nos setores importantes ao desenvolvimento alternativo, tais como a educação, a saúde, a habitação, o saneamento básico e as redes de energia elétrica e comunicação. Somado a isso, imprescindível seria incentivar e subsidiar atividades de cunho não capitalistas oriundas do campo e que pudessem gerar também desenvolvimento urbano. Essas e outras políticas de curto, médio e longo prazo consistiriam em resistências ao modelo hegemônico globalizado, que valorizariam o espaço local, estimulariam as relações distritais com a sede por meio da micromobilidade física, aquecendo a economia e gerando emprego e renda, além de fomentar os laços de pertencimento ao lugar. Essas iniciativas, com certeza, forneceria subsídios para diminuir e até mesmo erradicar a macromobilidade física forçada, destituindo a miserabilidade que hoje se apresenta latente, além de promover o desenvolvimento econômico e social na região do Cariri.



Corema 4: Dispositivo de retenção populacional otimista para Jardim-CE.
Elaboração: Ribeiro, Vitor Hugo, 2015.



Corema 5: Dispositivo otimista para Jardim-CE e o meio técnico-científico-informacional.
Elaboração: Ribeiro, Vitor Hugo, 2015.

O meio técnico-científico-informacional, de acordo com Santos (2008a), é o atual momento histórico no qual o espaço geográfico é construído e reconstruído com um progressivo conteúdo de ciência, tecnologia e informação. Isso traz, conseqüentemente, transformações importantes em um determinado território, tanto no meio rural quanto no meio urbano. Uma nova configuração para o território jardinense pautada no meio técnico-científico-informacional corroboraria à cientificização do trabalho graças à cibernética, às biotecnologias, à informática, à eletrônica, dentre outras importantes para o fortalecimento da economia alternativa, além de reforçar e assegurar os laços de solidariedade no território em questão.

A proposta de desenvolvimento de uma nova configuração territorial sistêmica para o município de Jardim vem em consonância com os sistemas de transportes, de telecomunicações e energia elétrica. A informação, de acordo com Santos (2009a, p.38), *é o motor fundamental do processo social e o território é, também, equipado para facilitar a sua circulação*. Sendo assim, esses sistemas técnico-científico-informacionais possibilitariam uma qualidade nova ao espaço geográfico e à rede urbana jardinense, fortalecendo a articulação dos agentes que atuam em benefício da economia alternativa, além de reforçar os fluxos de micromobilidade no território. O município de Jardim, atualmente, carece de meios de transporte de qualidade. O mesmo se dá por meio de “topiques”, uma alternativa precária para a população se locomover dos distritos ao núcleo urbano. As caminhonetes, além de serem um meio de transporte perigoso, sempre estão superlotadas para desenvolverem o trajeto, como apresenta na Figura 42.



Figura 42: Topique no centro da cidade de Jardim com destino a Corrente.
Foto: Ribeiro, Vitor Hugo, 2016.

Além dos topiques, existem também os moto-taxistas, porém, um transporte menos significativo do que aquele. No município, atualmente não existe um projeto sério de planejamento urbano que vise o asfaltamento dos distritos. Como foi observado, o acesso aos distritos é demasiadamente complexo, por estradas não pavimentadas.

Um fenômeno favorável que o município disporá futuramente será o Projeto Ilhas Digitais do Governo Federal, que terá por objetivo disponibilizar internet gratuita em toda a cidade de Jardim, especialmente nas escolas, nos prédios e em secretarias públicas, dentre outros. Com isso, a população local poderá se deslocar próxima às centrais e se conectar à internet. Estima-se que serão sete pontos na cidade de internet fibra óptica, e a probabilidade é que o projeto se consolide no início de 2017. Contudo, visto que a maior parte da população do município jardinense vive nos distritos, se o projeto não se expandir às demais localidades, ele se tornará excludente, pelo menos para a população que habita nos distritos. É preciso que a rede de informática se consolide nos respectivos distritos para fortalecer a comunicação da população local e a construção de redes de contato, importantes para o desenvolvimento da economia solidária.

A existência dessas redes de contato, pautadas nos sistemas de transportes, nas telecomunicações, na energia elétrica e na internet, consolidadas futuramente com a intensificação da micromobilidade física, contribuiriam para explicar a intensidade dos deslocamentos populacionais dentro do território jardinense e para a construção de um novo modelo econômico em que as classes sociais menos favorecidas, sejam elas do meio rural ou do meio urbano, tornem-se mais perceptíveis no mundo global. Tais redes, nesse caso, se converteriam em forças sociais vitais e estabeleceriam uma articulação da população, das coisas e das ideias no âmbito local, possibilitando fluxos de informações e de pessoas que fazem da micromobilidade geográfica a sua principal estratégia de sobrevivência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mobilidade forçada se reproduz no espaço físico concreto em função das contradições socioespaciais desencadeadas pelo modo de produção capitalista. Esse fenômeno é o resultado do desenvolvimento desigual e combinado, e, atualmente, é intensificado pelo modelo hegemônico mundializado. Se por um lado a pobreza e a riqueza adquirem uma realidade antagônica, por outro, o desenvolvimento local alternativo e a mobilidade forçada também se constituem em fenômenos antagônicos. Quanto menor o desenvolvimento local sustentável de um determinado território, maiores os fluxos de macromobilidade, e estes podem ser de maneira forçada, como foi apresentado nesta pesquisa.

No âmbito do sistema hegemônico mundializado, os trabalhadores migrantes estudados nesta tese tiveram a sua força de trabalho extorquida em função da expropriação dos seus meios de produção, além da precariedade socioeconômica e pela falta de oportunidades para produzir no campo. Para que os trabalhadores, especialmente oriundos do meio rural, como foi apresentado, não tenham a sua força de trabalho extorquida, é preciso que detenham o controle real dos meios de produção por meio de cooperativas alternativas e solidárias gerenciadas pelos próprios trabalhadores e pela sociedade local. A economia alternativa, visando o desenvolvimento local sustentável, pautada em novas maneiras de produção não capitalista, constitui-se em dispositivos de retenção da população local e em modelos contra-hegemônicos que modificam as relações do processo de produção do espaço, modificando também as relações do homem com o seu ambiente e dos homens entre si.

Esta pesquisa de doutorado confirmou as hipóteses sinalizadas, sendo a primeira a mobilidade forçada condicionou os fluxos de macromobilidade física no que diz respeito à realidade estudada. Por meio dos procedimentos metodológicos, ou seja, a partir dos questionários e entrevistas, bem como as informações secundárias e as cartas coremáticas de modelização espacial, constataram-se os motivos, as causas e as consequências desse movimento populacional. Para erradicar essa problemática, é necessária uma transformação na organização atual do espaço geográfico de origem e que a nova configuração, baseada em uma economia alternativa, fortaleça a dinâmica local e estabeleça uma ampla transformação das relações do Estado com o modelo econômico hegemônico e promova, também, uma mudança do próprio modelo internacional. Com isso, chegou-se à confirmação da segunda hipótese: inibir a macromobilidade forçada por meio do fortalecimento da dinâmica local é fortificar e consolidar a micromobilidade física no âmbito da nova configuração do espaço geográfico de origem dos migrantes.

A economia alternativa social e solidária, como foi apresentada ao longo do Capítulo 4, são possibilidades de fortalecimento da micromobilidade física no município de Jardim, direcionadas exclusivamente às novas formas de produção não capitalistas, aos investimentos de capital na infraestrutura urbana como educação, saúde, moradia, segurança, energia, saneamento básico, meios de transporte, além da mobilidade urbana, dentre outros importantes para a consolidação desta proposta. Essa proposta de fortalecimento da micromobilidade física para Jardim é a construção de um dispositivo de retenção de população local e a confirmação da terceira hipótese desta pesquisa.

A nova dinâmica espacial para o município de Jardim, atrelada à economia alternativa e no fortalecimento da micromobilidade física, deve estar em consonância com os dados sociais. Melhorar os dados, como foi apresentado nos Coremas 4 e 5, é enfatizar a rapidez e a distribuição dos serviços básicos importantes para a reorganização do espaço geográfico em questão, atribuindo novas configurações e relações do Estado para com o modelo econômico global. É, nada mais, do que a mudança das direções econômicas e sociais além das novas relações no processo de produção.

Essas novas relações devem considerar o mercado e o circuito econômico local como prioridades. Sendo assim, a produção alternativa deve ser solidária e viabilizar as necessidades reais da população local. Esse modelo contra-hegemônico traria uma consequência positiva e importante para o município de Jardim e para o Brasil como um todo, conforme salienta Santos (2009b, p.70):

Para os países subdesenvolvidos as consequências seriam importantes. Os mesmos bens de capital seriam utilizados por mais tempo na produção de objetos úteis a todos e o seu acesso seria, então, permitido a camadas muito maiores da população. Mas, também, uma situação mais prolongada dos bens, certamente incidiria sobre os gostos e o consumo.

Na nova situação de consumo, os bens essenciais produzidos teriam mais vida e seriam acessíveis a uma quantidade maior de pessoas. Não se trata de uma ruptura com o modelo toyotista de produção e o retorno ao fordismo, mas sim a recusa em se adaptar constantemente às inovações e aos aparelhos de produção pautados na tecnologia mercadológica e na publicidade. Como foi visto no Capítulo 1, no atual modelo hegemônico, apenas as classes privilegiadas e as firmas multinacionais, dentre outras, são favorecidas. Isso porque, como foi apresentado, os recursos públicos são cada vez mais direcionados aos circuitos superiores e tecnificados, em detrimento dos gastos sociais.

As cidades, mesmo as de dinâmica local, como no caso de Jardim, poderiam ter a produção intensificada e até mesmo expandida com a economia alternativa. O encaminhamento da proposta sinalizada nesta pesquisa de doutorado aos demais municípios que assistem uma relativa força de trabalho emigrada aos canaviais do Paraná e às demais regiões do Brasil serviria de base para inibir essa problemática. Expandindo esta proposta para além de Jardim, expandiriam-se também as redes alternativas sociais e solidárias no Brasil, acarretando no desenvolvimento local sustentável em distintas regiões, acompanhado de um aumento do consumo interno, importante para a produção de novos espaços urbanos e rurais pautados na solidariedade.

O dispositivo de retenção populacional pautado na economia alternativa e a nova configuração territorial a ser construída devem ser aqueles nos quais os cidadãos das distintas camadas sociais participem do processo e dos resultados de produção pautados na coletividade. Para isso, entende-se que

o emprego assim como o investimento material e humano são condições inseparáveis, isto equivale a dizer que a política do emprego, a política do consumo, a política da produção são todas fins e, ao mesmo tempo, meios, de uma política espacial igualitária (SANTOS, 2009b, p.73).

O modelo econômico mundializado, conforme apresentado nesta pesquisa, desenvolveu no Nordeste e no Brasil como um todo uma produção do espaço organizada pelas instâncias econômicas, principalmente sociais e políticas que acabaram contribuindo com a acumulação capitalista por um lado, e, por outro, com o aumento das desigualdades sociais. Estas, como foram estudadas no Capítulo 2, tornaram-se instrumentos do capital, cruciais para a inserção de uma massa de excluídos em atividades econômicas estratégicas que demandam força de trabalho manual, como no caso do setor sucroalcooleiro, propiciando a mais-valia aos agentes desse ramo do agronegócio brasileiro. A força de trabalho migrante investigada nesta pesquisa foi subsumida pelo capital sucroalcooleiro por meio da mobilidade forçada, e, também, em função da desigualdade social e da precariedade de suas regiões de origem.

Devido a essa contradição, sinaliza-se que chegar a uma sociedade mais igualitária e menos excludente sem reformular a atual configuração espacial, sobretudo no que tange às áreas de origem dessa força de trabalho migrante, será impossível. A problemática em torno das causas e dos motivos que geraram o subemprego no município de Jardim, como foi apresentado no Capítulo 3, são as mesmas que ocasionam a mobilidade forçada. Resolver esse

problema não é apenas ofertar melhores salários a essa força de trabalho em regiões distantes, mas sim permitir um aumento de renda e do consumo, bem como expandir serviços públicos, tanto no campo quanto no meio urbano de origem, a fim de evitar novos fluxos de mobilidade forçada. As propostas de uma nova configuração pautada nas infraestruturas apresentadas nos coremas 4 e 5 seriam utilizadas levando em consideração os critérios sociais e solidários. Os preços dos produtos não seriam levados em consideração à manipulação dos valores de mercado, com isso, o poder de compra da sociedade local seria aumentado.

A cidade de Jardim, reconfigurada e reproduzida com as propostas apresentadas nos coremas 4 e 5, teria condições de absorver a produção, seja ela agrícola ou artesanal, do meio rural. Sendo assim, o município em questão geraria uma tendência à redução dos fluxos de macromobilidade física, multipolarizando e consolidando a micromobilidade em sua área municipal, fortalecendo uma economia voltada para dentro e libertaria a população local de várias formas de dependência. Trata-se de discorrer também sobre uma nova divisão interna do trabalho que não usurpa a classe trabalhadora e que os aparelhos de Estado, sejam eles o ideológico ou o cultural e o político, dos quais ressalta Poulantzas (1978), não resultam em desigualdades econômica, social, ambiental e cívica como um todo.

Numa divisão democrática do trabalho, conforme aponta Santos (2009b, p.80), *não se pode pensar em uma divisão interna do trabalho que não seja espoliativa, sem encontrarmos os meios de anular os efeitos deformadores da atual divisão internacional do trabalho*. A proposta sinalizada nas cartas coremáticas 4 e 5 é, na práxis, a construção de um dispositivo que reproduz o espaço geográfico por meio das práticas alternativas e solidárias, preservando a sociedade para que esta não reproduza desigualdades e contradições sociais. Trata-se de um dispositivo de retenção populacional que reestrutura a sociedade como um todo e a força de trabalho pautada numa divisão democrática que fortalece o circuito econômico e o consumo local.

Uma relação mais democrática do trabalho, especialmente no que tange ao meio rural, seria importante para o fortalecimento de camponeses e camponesas do município em questão e do Nordeste como um todo. Como foi visto no Capítulo 2, um pouco mais de 14 milhões da população nordestina vive na zona rural. Esse dado equivale a mais da metade da população brasileira vivendo no campo. As premissas da economia alternativa atentando-se às entidades de classes rurais fortaleceriam o campesinato, atrelando a essa categoria os demais trabalhadores que têm no campo as suas estratégias de sobrevivência. Sendo assim, dando

ênfase e ampliando a trilogia baseada na gestão articulada de transformação territorial de Benoît et al (2006), constrói-se o seguinte dispositivo:

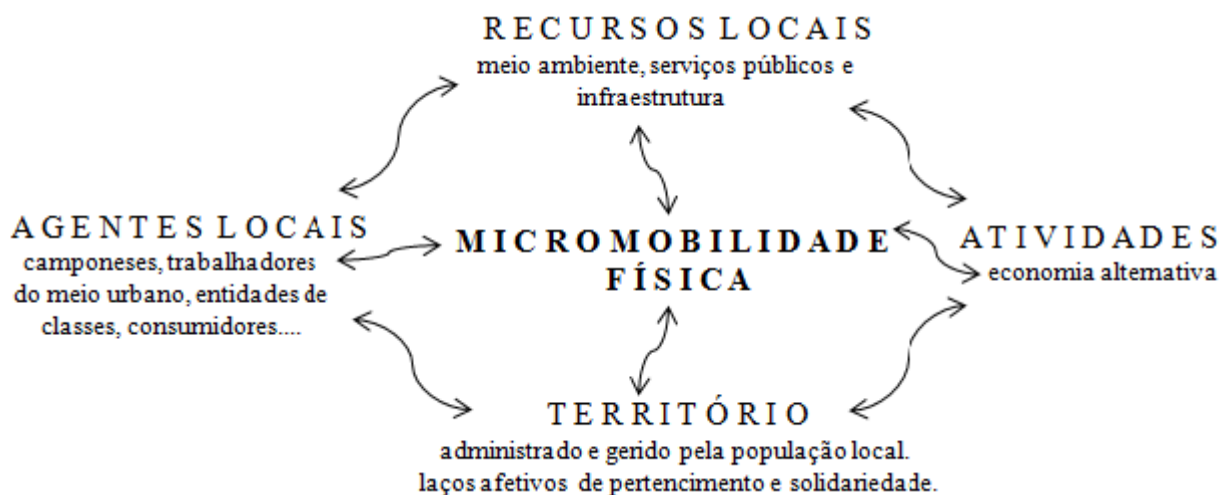


Figura 43: Dispositivo de retenção populacional baseado na gestão contra-hegemônica de transformação territorial.

Fonte: Benoît et al, 2006.

Adaptado por: Ribeiro, V.H; Rocha, M.M, 2015.

Percebe-se, na Figura 43, que a micromobilidade física é o principal elemento de articulação dos demais fenômenos apresentados. Nesse caso, os atores locais (ou agentes) compreenderiam os camponeses, os trabalhadores urbanos, as entidades sociais de classes que atuam em benefício de um modelo contra-hegemônico e duradouro, os consumidores, dentre outros. As atividades se pautariam na economia alternativa, em cooperativas sociais geridas pelos próprios trabalhadores, sejam eles urbanos ou rurais, e em serviços públicos tais como apresentados nos coremas 4 e 5. E, por fim, o território, que seria administrado pela população local, pelas entidades e por poderes que se articulariam à proposta de economia alternativa e aos agentes e aos recursos locais por meio da micromobilidade física, visando a solidariedade e um pertencimento maior ao local de origem por parte da população local. O território, uma vez apropriado pelos poderes hegemônicos e conservadores, dificilmente colocaria em prática projetos fundamentados nas premissas acerca da economia alternativa.

Por mais que o conservadorismo tenha castigado a maioria da população nordestina, nas últimas décadas a realidade vem se transformando, ainda que timidamente. Os financiamentos à agricultura no Nordeste, seja ela familiar ou não familiar, têm aumentado. No entanto, os recursos são destinados em sua maioria para a agricultura não familiar e para

os produtores familiares de renda mais elevada. Isso se deve ao fato de que os custos para administrar e gerir um grande número de projetos pequenos tornam-se muito altos. Com isso, as agências bancárias preferem financiar um número menor de projetos de grande retorno, além de serem administrados com mais facilidade (GUANZIROLI et al, 2011). Por isso, a importância da descentralização e da gestão solidária de projetos por parte da sociedade local.

Atualmente, com a transposição do Rio São Francisco, renasce a esperança de disponibilizarem água no sertão nordestino, especialmente na zona que compreende o clima semiárido. Em consequência, a importância do acompanhamento desse projeto de transposição por parte das entidades de classes que se atentam para projetos de economia alternativa, para que esse recurso não acabe sendo administrado pelo conservadorismo agrário, mas sim pela população local articulada no dispositivo da gestão contra-hegemônica de transformação territorial.

Em se tratando do município de Jardim, o projeto passará nas proximidades da sua área municipal. Conforme o Ministério da Integração Nacional, o Eixo Norte, via Cinturão das Águas, disponibiliza adutoras de transposição em vias de construção. Esse canal levará águas aos Municípios de Jardim, Porteiras, Barbalha, Missão Velha, Jati, dentre outros da região do Cariri. O projeto utilizado para fins sociais em benefício da população local seria crucial para fortalecer projetos de economia alternativa, além de possibilitar novas configurações socioespaciais nos municípios contemplados com as águas transportadas.

A tentativa de pensar e colocar em prática uma sociedade melhor, mais humana, é colocada, muitas vezes, como utópica (SANTOS, 2005). Sendo assim, a estrutura hegemônica global existente atualmente mostra-se como sendo a única prática possível e a única a ser aceita. Todavia, a sociedade pode, sim, pensar na construção justa do espaço geográfico, modelado por uma globalização mais humana (SANTOS, 2002b).

É pensando em uma globalização mais humana, na qual o meio técnico-científico-informacional seja socializado à população como um todo, das mais distintas esferas sociais de um determinado território, que encontramos as alternativas e as possibilidades de erradicar as contradições sociais tão expressivas no atual momento de globalização, além de criar oportunidades e estratégias para uma população economicamente ativa que depende da mobilidade forçada para sobreviver.

Os estudos acerca dos movimentos populacionais devem ir para além do equilíbrio econômico e das relações de mercado. As políticas eficientes de controle de deslocamentos no Brasil devem se tornar mais corriqueiras por parte das esferas públicas federais, estaduais e

municipais. Até bem pouco tempo atrás, os estudos acerca das migrações internas no país eram concebidos, conforme aponta Milone (1986), como um processo de cunho natural, no qual o excedente da força de trabalho rural era gradualmente transferido para o setor industrial com o propósito de suprir as necessidades crescentes de trabalhadores em setores industriais do meio urbano. No entanto, como foi apresentado nesta pesquisa, a migração, seja ela forçada ou voluntária, não pode ser pensada como fator espontâneo ou natural. Ela é um fenômeno condicionado pelas determinações de ações políticas e econômicas contraditórias. Em especial, a mobilidade forçada se reproduz no espaço geográfico em função dessa contradição que engendra um processo historicamente construído de espoliação e de marginalização sócio, econômica e ambiental de uma determinada população (PEGORARO, 1980).

A concepção de migração gerada pela desigualdade social vai ao encontro do sociólogo José de Souza Martins. Para o referido cientista social, o ato de migrar culmina na perda da qualidade de vida, submetendo o migrante à exclusão do seu habitat. As formas de inclusão e reinserção social são realizadas de modo conflituoso no processo de articulação no âmbito da sociedade de destino (MARTINS, 2002). Esta pesquisa identificou elementos desiguais na localidade de origem (Jardim) da força de trabalho estudada que condicionou a exclusão do seu habitat. Posteriormente, esses migrantes desenraizados do seu meio de origem tiveram a sua reinclusão “excludente” no município de Tamboara, aceitando relações exaustivas de trabalho para garantir a sobrevivência, envolvendo-se, em outras palavras, em atividades consideradas “degradantes” por parte da sociedade de destino. Por isso, a atenção às questões alternativas e nas melhorias no município de Jardim, a fim de possibilitar uma inclusão sem que essa força de trabalho tenha que se desenraizar do seu meio de origem.

Assim, se por um lado o dispositivo de retenção populacional proposto nesta pesquisa apresenta uma possibilidade de ressocialização dessa força de trabalho, emancipando economicamente e politicamente o migrante em seu local de origem na medida em que destrói as relações conservadoras e hegemônicas locais, por outro, o dispositivo também se constitui em elementos de articulação e inclusão social.

Diante dessa realidade, o que se deve fazer para colocar em prática o dispositivo de retenção proposto neste trabalho? Primeiramente, para responder essa questão, necessita-se encarar a análise da mobilidade forçada como uma realidade antagônica e complexa, resultado da espoliação, da contradição e da exploração do sistema capitalista. Pelas experiências vivenciadas, o município de Jardim dispõe de alguns elementos sociais, culturais e

econômicos que podem contribuir para a consolidação do dispositivo e para a manutenção da população em seu espaço de origem. São elementos pautados na agricultura e na potencialidade ambiental que, fortalecidos no âmbito dos projetos de cooperativas solidárias e no turismo social, proporcionariam emprego e renda aos mais jovens. Estima-se que, atualmente, as possibilidades de implementação de projetos de agroindústrias nos distritos para processar a produção agrícola se apresentam inviáveis pelos agentes políticos locais, devido à falta de recursos financeiros para a construção de tais projetos. Contudo, existem iniciativas locais de baixo custo que poderiam ser incentivadas, como a apresentada na Figura 44, a casa de farinha de mandioca de um produtor do distrito de Cacimba.



Figura 44: Casa da farinha de mandioca localizada no distrito de Cacimba.
Foto: Ribeiro, Vitor Hugo, 2016.

Nas relações comerciais no âmbito da mundialização econômica, como foi apresentado no Capítulo 1, o mercado vai se estruturando. Nesse processo de estruturação, há o condicionamento dos tempos diferenciados da reprodução do capital, ou seja, ao mesmo tempo em que há regiões com alta tecnologia e com produtos de alto valor agregado, existem também aquelas com formas pré-capitalistas de reprodução. São indústrias artesanais construídas com os recursos naturais advindos do seu próprio meio, algo bastante comum no Nordeste brasileiro, que não utilizam alta tecnologia no processo de produção. No entanto, essa produção artesanal é introduzida em um mercado globalizado e estruturado em rede, porém com formas diferenciadas no que tange ao processo produtivo. A Figura 44 apresenta esses elementos de uma unidade de produção que se assemelha às formas pré-capitalistas de

produção, visto que no Brasil existem muitas feculares e agroindústrias destinadas à mandiocultura e seus derivados.

Essas iniciativas de baixo custo, pautadas em elementos artesanais de produção e em consonância a uma conscientização local, certamente reverteriam o fluxo de população trabalhadora para fora dos distritos de Jardim, pois essas formas demandam força de trabalho no processo de produção. No entanto, as condições políticas por parte dos agentes locais visando a efetivação de tais dispositivos que possibilitariam a retenção populacional são quase nulas. De acordo com conversas com a população local dos distritos, permeiam ainda no município os interesses eleitoreiros, a compra de votos em benefício das classes hegemônicas locais e a perpetuação das relações patriarcais e familiares no âmbito político local.

O município de Jardim apresenta um relativo potencial de retenção populacional para a população mais idosa. As aposentadorias e os financiamentos de créditos para a produção agrícola (estimam que os produtores podem adquirir recursos financeiros de até 15 mil para a produção) possibilitam a manutenção da população idosa autóctone. São iniciativas do Governo Federal, porém, essa retenção não contempla os jovens adultos, que são forçados a migrar. A conjuntura atual em que vive a população de Jardim não é propícia para a reversão desse quadro emigratório, especialmente quando se trata dos jovens adultos, pois a localidade em questão carece de projetos de cunho social visando a erradicação de tais problemas.

Para tal dispositivo de retenção e reversão do quadro vigente, é necessária uma ampla reflexão nos setores e nas secretarias públicas locais em articulação à sociedade como um todo, atentando às sugestões a seguir:

- *Processo de conscientização local*: que remete à compreensão de maneira crítica do fenômeno mobilidade forçada, implicando em uma análise estrutural, destacando os traços políticos hegemônicos e conservadores, tendo essa mobilidade como interesses de determinados grupos políticos e econômicos. É necessária a formação de uma sociedade local em pleno exercício que auxilie os agentes locais por meio de materiais, meios de comunicação pautados numa linguagem popular. A conscientização popular pode ser formada no âmbito das comunidades, dos sindicatos, das escolas, das igrejas, das festas, das feiras populares, dentre outros;
- *Ações concretas de resistência*: apoiar e fortalecer as lutas existentes, tanto do meio urbano quanto do meio rural, tais como os grupos que reivindicam nos bairros elementos importantes do espaço urbano como infraestrutura, saúde,

educação, moradia e água potável, além de incentivar as lutas camponesas que pleiteiam a posse e a produção da terra;

- *Práxis transformadora*: estar presente e com uma ação crítica nas frentes de trabalhos que visam construções de projetos voltados à economia alternativa, denunciando os casos de exploração da força de trabalho além da compra de votos por parte dos agentes políticos locais;
- *Lutar pela reforma agrária e pela agricultura de autoconsumo*: que essas políticas tenham de fato como premissas os interesses do camponês e proporcionem a realização de cooperativas populares importantes para a construção de uma economia alternativa e contra-hegemônica.
- *Articulação entre os locais de origem e destino*: para uma ação libertadora, é necessária também uma articulação entre Jardim/ Tamboara por parte das entidades sociais a fim de favorecer trocas e experiências no que tange à realidade da força de trabalho na localidade de destino, evitando, com isso, a sua inserção em relações desumanas e precárias de trabalho.

As sugestões ora apresentadas se constituiriam em caminhos para uma democracia participativa plena da qual reitera Santos (2002b) que erradica os problemas da má nutrição e da alimentação como um todo, com o analfabetismo, com o desemprego e com o subemprego da população economicamente ativa, com o sub-pagamento de salários, com as moradias precárias, ou seja, uma democracia que se esforça na possibilidade de progressão e persistência às questões sociais.

Essas premissas, para serem atingidas, necessitam-se não de revoluções, como salientavam os clássicos da questão agrária, dentre eles Kautsky, Chayanov, dentre outros, mas, sim, de profundas reformas e transformações, por meio de uma tomada de consciência participativa que permite à população local escolher o regime político social que lhe convém. Atualmente, sabe-se que a competitividade exacerbada do modelo econômico global embasado no neoliberalismo levará rapidamente à destruição do ecossistema mundial, bem como entende-se que a discrepância crescente entre os ricos e pobres aumenta a problemática acerca dos movimentos migratórios e dos diversos conflitos de âmbito social e político como têm sido assistidos atualmente em diversos meios de comunicação. É em função desses e outros problemas que perpassam as distintas escalas geográficas, do global ao local, que a paz mundial vai se tornando cada vez mais ameaçada (DUMONT, 1989).

No entanto, também não se trata de rejeitar os clássicos da questão agrária sinalizados acima. A realidade que eles presenciaram era diferente da atual. Contudo, para o entendimento da exploração do homem pelo homem, das condições precárias e da submissão do camponês ao capital visando a acumulação por parte do modo de produção capitalista, a leitura dos clássicos é fundamental. As propostas de construção de uma sociedade mais justa por meio da revolução armada que atualmente pode estar em desuso (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2002). No espaço geográfico brasileiro, ocorreram alguns exemplos de conflitos armados, no âmbito do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), de partidos políticos como PC-do B, dentre outros que, nos dias de hoje, não proporcionaram efeitos de transformação política a partir da revolução armada.

Os caminhos e a rigidez da ditadura do proletariado na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) conduziram a sociedade à proibição de pensar de modo diferente do chefe de Estado (TROTSKY, 1980). Assim sendo, a sociedade acabou se submetendo aos atos e às políticas pragmáticas do chefe de Estado, embasada não em uma democracia participativa, mas, sim, em um Estado totalitário controlado pelo “Termidor” soviético, ou seja, pela rigidez burocrática sobre as massas.

O significado do “Termidor” soviético começa a ficar claro diante de nós. A pobreza e a incultura das massas concretizam-se de novo sob as formas ameaçadoras do chefe armado com poderoso cacete. Outrora recusada e difamada, a burocracia, de serva da sociedade, transformou-se em senhora. Ao sofrer esta transformação, afastou-se das massas, social e moralmente, e a tal ponto que já não pode admitir controle sobre os seus atos e sobre os seus rendimentos [...] Não se encontrando ainda à altura de satisfazer as necessidades elementares da população, a economia soviética faz nascer, a cada passo, tendência para a especulação e fraude interesseira. Por outro lado, os privilégios da nova aristocracia incitam as massas a dar ouvidos aos “rumores anti-soviéticos”, isto é, a toda a crítica, mesmo a meia-voz formulada, às autoridades autoritárias e insaciáveis (TROTSKY, 1980, p.81).

Uma democracia participativa deve ser pensada na população local, e a burocracia deve ser direcionada à sociedade e às questões sociais, e não o contrário, afastando-se. A rigidez de um estado totalitário dificilmente teria, na sociedade local, condições de colocar em prática seu projeto de economia alternativa e o seu dispositivo de retenção populacional. É preciso, então, libertar a sociedade dos diferentes tipos de autoritarismo pragmático, sejam eles de direita ou de esquerda. Não se trata também de rejeitar o marxismo e o materialismo histórico, mas sim de pensar em uma nova cultura política pós-moderna, importante para a emergência de cidadãos e cidadãs do mundo, emancipados e emancipadas do horizonte

capitalista, protagonistas e protagonistas de projetos contra-hegemônicos de libertação societal.

Por fim, acredita-se que o presente trabalho não poderia encerrar-se sem fazer alusão aos trabalhadores jardinenses, principalmente do Distrito de Cacimba. Afinal, durante os trabalhos de campo naquela localidade, foi possível perceber algumas características peculiares daquela população, como a excelência na receptividade e na pronta disposição em colaborar com este trabalho.



Figura 45: Trabalhadores do Distrito de Cacimba.
Foto: Cortador de cana-de-açúcar Nilvam Francisco dos Santos, 2016.

A Figura 45 retrata um dos momentos de entrosamento do pesquisador com a referida população, que é marcada pela dicotomia entre as dificuldades e a esperança, de um povo trabalhador que despende o suor acreditando na possibilidade de uma vida melhor.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **Dimensões da globalização: o capital e suas contradições**. Londrina: Praxis, 2001.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. 3ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1973.

_____. **Lutas camponesas no Nordeste**. São Paulo: Ática, 1986.

_____. **O Nordeste e a questão regional**. São Paulo: Ática, 1988.

_____. **Abolição e reforma agrária**. 2ª Ed. São Paulo: Ática, 1991.

ANTUNES, Ricardo. Produção liofilizada e a precarização estrutural do trabalho. In: SANT'ANA, Raquel et al. **O avesso do trabalho II: trabalho, precarização e saúde do trabalhador**. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p.21- 40.

BANCO MUNDIAL. **Brazil, industrial policies and manufacture exports**. Washington: Word Bank Country study, 1983.

_____. **O Brasil e o Banco Mundial: a quinta década de cooperação**. Washington: Banco Mundial, 1994.

BANCO DO NORDESTE. **O novo perfil do Nordeste brasileiro no censo demográfico 2010**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2012.

BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. **Geografia de população**. 2ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1971.

BECKER, O. M. S. Mobilidade Espacial da População: Conceitos, Tipologias, Contextos. In: **Explorações Geográficas: Percursos no Fim de Século**. Organização: Iná Elias de Castro, Pulo César da Costa Gomes, Roberto Lobato Corrêa. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BENOIT, M et al. **Acteurs et territoires locaux: vers une géoagronomie de l'aménagement**. Paris : INRA. 2006. 174.

BERNARDINO, Virgilio Manuel Pereira. **A mobilidade da força de trabalho e do consumo nas feiras de Maringá (Pr- Brasil) e de Leiria (Portugal): a resistência do setor no contexto do capitalismo global**. Maringá, 2015. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual de Maringá. Departamento de Pós Graduação em Geografia, 2015.

BESHERS, J.M. **Population Processes in Social Systems**. New York: Free Press, 1967.

BHOWMIK, Sharit. As cooperativas e a emancipação dos marginalizados: estudos de caso de duas cidades na Índia. In: Santos, Boaventura de Sousa, (org). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2002. p.369-400.

BOTTOMORE, T. B. **Introdução à Sociologia**. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BRUMES, K. R. **Movimentos migratórios em cidades médias: o caso de Uberlândia-MG (1970-2000)**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista-UNESP. Presidente Prudente: 2003.

BRUNET, Roger. La carte- modèle et les chorèmes. **Mappe Monde**. Montpellier, nº4, p.2-6. 1986.

BRUNET et al. **Les mots de la Géographie, dictionnaire critique**. Paris : Collection Dynamique des territoire, 2ª ed.1992. 470p.

BURTON, Ian. A Revolução Quantitativa e a Geografia Teorética. São Paulo: Rio Claro. **Boletim de Geografia Teorética**, vol. 7, nº 13, 1977, p. 63-84 .

CANASAT. Cultivo- município, 2013. Disponível em: <<http://www.dsr.inpe.br/laf/canasat/cultivo.html>> acesso em: out. 2014.

CANIATO, Angela M.P; TOMANIK, Eduardo A (org). **Compromisso social da psicologia**. Porto Alegre: Editora ABRAPSOSUL, 2001.

CARNOY, Martin. **Estado e teoria política**. 5ª Ed. Campinas: Papyrus. 1999.

CARVALHO, José Rodrigues de. **Cancioneiro do Norte**. 2ª Ed. São Paulo: Typographia da Livraria Nacional, 1928.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**. 9ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1965.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CLAVAL, Paul. **Essai sur l'évolution de La géographie humaine**. Paris: Belles Lettres, 1976.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. 7ª Ed. São Paulo: Ática, 2003.

DAMIANI, A. L. **População e Geografia**. 8ª Ed. São Paulo: Contexto, 2004.

DEFFONTAINES, Jean-Pierre; LARDON, Sylvie. **Itinéraire cartographiques et développement**. Paris : INRA, 1994. 136p.

DEFFONTAINES, Jean-Pierre. **Les sentiers d'un géoagronome**. Paris : Arguments. 1998. 359p.

DELGADO, Guilherme. **Capital Financeiro e agricultura no Brasil**. Campinas: Unicamp/Ícone, 1985.

DENIS, Pierre. **Géographie Universelle: Amérique du Sud**. Vol.2. Paris: Armand Colin, 1927.

DUMONT, René. **Um mundo intolerável: o liberalismo em questão**. Rio de Janeiro: Revan, 1989.

ENDLICH, Ângela Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná**. São Paulo: ED. UNESP. 2009.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro. Vitória. 1960.

ESCAFFRE, F. et al. Les jeunes dans les espaces de faible densité: d'une expérience de l'autonomie au risque de la captivité. **Sociétés et Jeunesses en Difficulté**. n°4, 1-14, 2007.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. Porto Alegre: Globo. 1957.

FERREIRA, Conceição Coelho; SIMÕES, Natércia Neves. **A evolução do pensamento geográfico**. Lisboa: Gradiva, 1986.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.

_____. **Educação e mudança**. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1983.

FRÈMEAUX, Philippe. **La nouvelle alternative?** Enquête sur l'économie sociale et solidaire. Paris: Les Petits Matins, 2011.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. 22ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1986.

GAUDEMAR, Jean Paul. **Mobilité du travail et accumulation du capital**. Paris: François Maspero. 1976.

GHIZZO, Márcio Roberto. **A mobilidade do consumo na cidade de Maringá-PR: o ensaio de uma noção**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós Graduação em Geografia. Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2006.

_____. **A mobilidade do consumo e a produção do espaço no aglomerado urbano de Maringá-PR**. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós Graduação em Geografia. Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2012.

GIBLIN, Béatrice. Chorème, Chorème, d'oùviens-tu? **Hérodote**. Paris, n° 76, p.72-92. 1995.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP. 1991.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná Elia de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

GONÇALVES, Claudio Ubiratan. A organização dos piquizeiros na Chapada do Araripe. **Agriculturas**. Rio de Janeiro. vol 4, n°2. 2007.

GRAMSCI, A. **Sobre poder, política e partido**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990, 166p.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O que é questão agrária**. 11ª Ed. São Paulo. Editora Brasiliense. 1985.

_____. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: Hucitec, 1981.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

GUANZIROLI, et al. **Agricultura familiar no Nordeste: uma análise comparativa entre os dois censos agropecuários**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2011.

GUERRA, Isabel. O território como espaço de ação coletiva: paradoxo e possibilidades do “jogo estratégico entre atores” no planejamento territorial em Portugal. In: Boaventura de Sousa Santos. (Org.) **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

HARVÉ, Thery. Une recherche cartographique: genèse et combinaison des chorèmes du Brèsil. **Mappe Monde**. Montpellier, n°4, p.14-19, 1986.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

_____. **A produção capitalista do espaço**. 2ª Ed. São Paulo: Annablume. 2006.

HERVIEU, B. **Les champs du futur**. Paris : François Burin. 1993. 172p.

HESPANHOL, Antonio N.; COSTA, Vera M. H. M. **A importância das cooperativas no processo de modernização da agricultura paranaense**. Boletim de Geografia Teorética. Rio Claro, v 25, n 49 -50, p. 373 – 384. 1995.

IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

_____. **A era do globalismo**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

IBGE. Censos demográficos 1991, 2000, 2010. Disponível em : <www.ibge.gov.br>.

_____. Indicadores sociais- educação, 2010a. Disponível em: <www.ibge.gov.br>.

_____. Indicadores sociais- migrações, 2010b. Disponível em:
<ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Resultados_Gerais_da_Amostra/errata_migracao.pdf>.

_____. Nordeste- Trabalho, 2012. Disponível em:
<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/territorio/unit.asp?e=v&t=176&codunit=3&z=t&o=4&i=>
Acesso em: out.2014.

_____. Cidades: Paraná-Tamboara, 2015. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br>>. acesso em: jan.2016.

_____. Produção agrícola municipal, 2000/2014. Disponível em: <www.ibge.gov.br>.

IPARDES. Caderno estatístico- Município de Tamboara, 2013. Disponível em: <www.ipardes.gov.br>.

IPECE, Instituto de Pesquisa Econômica do Ceará. Ceará em Mapas. Disponível em: <<http://www.ipece.ce.gov.br>> acesso: jan.2015

JULIO, Marcelo. Crise do capital, reestruturação produtiva e qualificação profissional. In: BATISTA, Roberto Leme; ARAÚJO, Renan. **Desafios do trabalho**: capital e luta de classes no século XXI. Londrina: Praxis, 2003, p. 115- 141.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. 3 Ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

KLUG, Heinz. Comunidade, propriedade e garantias na África do Sul rural: oportunidades emancipatórias ou estratégias de sobrevivência marginalizadas? In: Santos, Boaventura de Sousa, (org). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2002. p.159-188.

LACOSTE, Ives. Chorématique et géopolitique. **Hérodote**. Paris, n° 69-70, p.224-257, 1993.

LANE, Silvia T. Maurer. **O que é psicologia social**. 8ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

LARDON, Sylvie. Diagnostic de territoire et représentations spatiales : les chorèmes, graphes et jeux. IN : DEBARBIEUX, Bernard ; LARDON, Sylvie. **Les figures du projet territorial**. La Tour d'Aigues : L'Aube, 2003. P.109-129.

LARDON, Sylvie ; MAUREL, Pierre ; PIVETEAU, Vincent. **Représentations spatiales et développement territorial**. Paris : Hermes Science. 2001, 437p.

LASKI, Harold J. **O liberalismo europeu**. São Paulo. Mestre Jou. 1973.

LEFÈBVRE, H. **Lógica formal e lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

_____. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LENIN, Vladimir, I. **La lucha de los pueblos de las colonias y países dependientes contra el imperialismo**. Moscú: Editorial Progreso. 1978.

_____. **Imperialismo, etapa superior do capitalismo**. São Paulo: Global, 1979.

_____. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. 3 Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

LIMA, Maria das Graças de. Contribuições aos procedimentos de pesquisa em geografia humana: questionários e entrevistas para levantamento de informações. In: FERREIRA, M. E. C; ROCHA, M.M; ENDLICH, A. M. **Apontamentos geográficos I**. Maringá: UEM/ PGE, 2011, 153p.

LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa. **Problemas econômicos e sociais da lavoura canavieira**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Z. Valverde, 1943.

MARQUES, Maria Manuel Leitão et al. **O endividamento dos consumidores**. Coimbra: Almedina, 2000.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do Abismo**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARTINS, Helena. Trabalho informal é maioria em 59,4% das cidades brasileiras. **Revista Exame**. Online. Economia. 2014. Disponível em :<www.exame.com.br> acesso em : nov.2014.

MARX, Karl. **O Capital**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

_____. **O dezoito brumário de Louis Bonaparte**. São Paulo: Contexto, 2006.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MBOG, Raoul. Madagascar, la lutte des paysans contre la faim. **Le Monde**. Paris, 7 Avril. 2015. Planète.

MELO, Alberto. A ação local dos cidadãos como forma de resistência à nova onda de colonização global: o caso da associação In Loco no Sul de Portugal. In: Santos, Boaventura de Sousa, (org). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 435- 471.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. Experiências agroecológicas no cerrado em Goiás: o cultivo de sementes crioulas como estratégia de reprodução camponesa. In: MENDONÇA, Marcelo Rodrigues (org). **Agroecologia: prática e saberes**. 2ª Ed. Catalão: Gráfica Modelo, 2012.

MERLLIÉ, Dominique; PRÉVOT, Jean. **La mobilité sociale**. Paris: La découverte. 1997.

MILIBAND, Ralph. **O Estado na sociedade capitalista**. Rio de Janeiro. Zahar. 1972.

MILONE, Paulo Cesar. **População, migração e desenvolvimento econômico: evidências do caso brasileiro**. São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica IPE/USP, 1986.

MINEROPAR, Disponível em: <<http://www.mineropar.pr.gov.br>> Acesso em: out/2010.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. Disponível em: <www.mi.gov.br> acesso em: dez. 2015.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. **Zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar.** Rio de Janeiro. EMBRAPA. 2009.

MONBEIG, Pierre. Colonisation, peuplement et plantation de cacao dans le sud de l'état de Bahia. **Annales de Géographie.** France. N° 261. p.278-299, 1937.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: pequena história crítica.** 20ª Ed. São Paulo: Annablume, 2000.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação no futuro.** 2ª Ed. Brasília: Unesco, 2000.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses.** São Paulo: Ática, 1986.

NEVES STREY et al. **Psicologia social contemporânea** (org). Petrópolis: Vozes, 1998.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Geografia das lutas no campo.** São Paulo: Contexto, 1988.

_____. **A agricultura camponesa no Brasil.** 4ª Ed. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **O modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária.** São Paulo: Labur Edições, 2007.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião.** 6ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma Economia Periférica: o caso do Paraná.** São Paulo: HUCITEC, 1981.

PEGORARO, José. Migração, fato político. In: Centro de Estudos Migratórios. **Migrantes: êxodo forçado.** São Paulo: Paulíneas, 1980.

PEREIRA, Cláudio S. S; OLIVEIRA, João C. A. Cidades médias cearenses e a reestruturação do espaço urbano: algumas ponderações acerca de Juazeiro do Norte-CE. **Revista da Casa da Geografia de Sobral.** v.14, n.1. p. 56-68, 2012.

PERROUX, François. **A Economia do século XX.** Porto: Herder, 1967.

PETERSEN, William. **Population.** New York: The Macmillan Company, 1965.

PINVILLE, Martine. **Tout savoir et tout comprendre sur la loi économie sociale et solidaire.** Paris: Ministère de l'Économie, de l'Industrie et du Numérique. 2015.

POULANTZAS, Nicos. **As classes sociais no capitalismo de hoje.** 2ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar. 1978.

_____. **O Estado, o poder, o socialismo.** Rio de Janeiro: Edições Graal. 1980.

PÓVOA NETO, Helion. Migrações internas e mobilidade do trabalho no Brasil atual: Novos desafios para análise. **Revista Experimental**, ano, 2, n.02. p. 11-24, 1997.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 10ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense. 1970.

QUIJANO, Aníbal. Sistemas alternativos de produção. In: Santos, Boaventura de Sousa, (org). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p.475-514.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Joaquim. **Folclore do açúcar**. Rio de Janeiro: Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, 1977.

RIBEIRO, Vitor Hugo. **Mobilidade forçada e exploração da força de trabalho: um olhar para os trabalhadores da cana-de-açúcar do Noroeste Paranaense**. 2011. 174p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual de Maringá. Maringá.

_____. São Tomé-PR: um município “ilhado” pelo canavial. **Revista Pegada Eletrônica**. Presidente Prudente. vol. 14, n.1. p. 208-232, 2013.

RIBEIRO, Vitor Hugo et al. Transformações da paisagem rural da microrregião de Paranavaí-PR e a expansão da cana-de-açúcar nos Municípios de Tamboara e Itaúna do Sul de 1970-2012. **Revista Percurso**. Maringá. vol. 5, nº 1. p. 55-86, 2013.

RIBEIRO, Vitor Hugo; ROCHA, Márcio Mendes. Exploração e alienação da força de trabalho: os trabalhadores da cana-de-açúcar mobilizados pelas unidades de produção de Cidade Gaúcha e Rondon-PR. **Revista Pegada Eletrônica**. Presidente Prudente. vol.12, n.1. p.85-103, 2011.

RICHEZ, Jean-Claude. Éducation populaire: entre héritage et renouvellement. **Institut National de la Jeunesse et de l'éducation populaire**. Paris. n.14. Juillet, p. 1-4, 2013.

ROCHA, Márcio Mendes. **A espacialidade das mobilidades humanas**. Um olhar para o Norte Central Paranaense. 1998. 186p. Tese (Doutorado em geografia) Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade de São Paulo. São Paulo.

_____. Vazios demográficos como resultado de uma modelo de desenvolvimento concentrador: um ensaio sobre a Mesorregião Norte Central paranaense. **Boletim de Geografia**. Maringá. vol. 17, n.1. p.73- 79, 1999.

_____. A Geografia Política e Cultural no contexto de uma sociedade global: para além de um baile de máscaras. **Revista Percurso**. Maringá. vol.5, n.1. p.213-226, 2013.

ROCHE, Agnès. La pauvreté silencieuse des campagnes. **La Montagne**. Clermont-Ferrand, 9 Décembre. 2014. Sociétés.

RODRÍGUEZ, César. À procura de alternativas econômicas em tempos de globalização: o caso das cooperativas de recicladores de lixo na Colômbia. In: Santos, Boaventura de Sousa, (org). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2002. p.329-367.

RUDORFF, Bernardo Friedrich et al. **Uso de imagens de satélite de sensoriamento remoto para mapear a área cultivada com cana-de-açúcar no Estado de São Paulo- safra 2009/10**. São José dos Campos: INPE, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa, (org). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira. 2002b.

_____. Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice**. 10ª Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Os processos da globalização. In: Santos, Boaventura de Sousa, (org). **A globalização e as ciências sociais**. 4ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 25-102.

SANTOS, Boaventura de Sousa; AVRITZER, Leonardo. Para ampliar o cânone democrático. In: Santos, Boaventura de Sousa, (org). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p.39- 82.

SANTOS, Boaventura de Sousa; RODRÍGUEZ, César. Para ampliar o cânone da produção. In: Santos, Boaventura de Sousa, (org). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira. 2002. p. 23- 77.

SANTOS et al. Análise da fragilidade ambiental no Município de Tamboara-Pr: aplicação de estudo comparativo de duas metodologias. **Geoambiente**. Jataí-GO, n.14, p.93-120, 2010.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

_____. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2002a.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4ª Ed. São Paulo: Edusp, 2006.

_____. **Economia espacial: críticas e alternativas**. 2ª Ed. São Paulo: Edusp, 2007.

_____. **Técnica, espaço tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. 5ª Ed. São Paulo: Edusp, 2008a.

_____. **Da totalidade ao lugar**. 1ª Ed. São Paulo: Edusp, 2008b.

_____. **O centro da cidade de Salvador:** estudo de Geografia Urbana. 2ª Ed. São Paulo: Edusp, 2008c.

_____. **A urbanização brasileira.** 5ª Ed. São Paulo: Edusp, 2009a.

_____. **Pensando o espaço do homem.** 5ª Ed. São Paulo: Edusp, 2009b.

SAQUET, Marcos Aurélio. Contribuições para o entendimento da obra de Manuel Correia de Andrade: geografia, região, espaço e território. **Geo UERJ.** Rio de Janeiro. vol. 2, n.21. p.152- 171, 2010.

_____. **Abordagens e concepções de território.** 3ª Ed. São Paulo: Outras Expressões. 2013.

SCALON, M. C. **Mobilidade Social no Brasil:** Padrões e Tendências. Rio de Janeiro: REVAN, 1999.

SILVA, José Borzacchiello da. Ceará: os movimentos migratórios- o homem sem terra e a marginalidade urbana. **Geonordeste.** Ano 1, nº2. p. 46-51, 1984.

_____. Discutindo o rural e o urbano. **Revista da Anpege.** v.6, n.8. p. 3-11, 2011.

SILVA, Teresa Cruz. União Geral de Cooperativas em Moçambique: um sistema alternativo de produção? In: Santos, Boaventura de Sousa, (org). **Produzir para viver:** os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2002. p.401-434.

SINGER, Paul. **Economia política do trabalho:** elementos para uma análise histórico-estrutural do emprego e da força de trabalho no desenvolvimento capitalista. São Paulo: Hucitec. 1977.

_____. Migrações internas: considerações teóricas sobre seu estudo. In: MOURA, H. A. de (Coord.). **Migração interna:** textos selecionados. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil - BNB, Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste, 1980. t. 1, p.211-244.

_____. **Globalização e desemprego:** diagnóstico e alternativas. 3ª Ed. São Paulo: Contexto. 1999.

_____. **Introdução à economia solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002a.

_____. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: Santos, Boaventura de Sousa, (org). **Produzir para viver:** os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira. 2002b. p.81-129.

SIVIGNON, Michel. Choèmes : éléments pour un débat. **Hérodote.** Paris, nº76, p.93-109, 1995.

SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas:** a reafirmação do espaço na teoria social. Tradução: Vera Ribeiro. Revisão: Bertha Becker, Lia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, Itamar de; MEDEIROS FILHO, João. **Os degredados filhos da seca: uma análise sócio política das secas do Nordeste**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1983.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

STREY, Marlene Neves, et al. **Psicologia social contemporânea**. Petrópolis: Vozes, 1998.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Por trás dos canaviais, os “nós” da cana: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista**. São Paulo: Annablume. 2002.

TREWARTHA, Glenn T. **Geografia da População: padrão mundial**. São Paulo: Atlas, 1974.

TRINDADE-CHADEAU. Jeunes dans l'économie sociale et solidaire: s'engager, y faire carrière? **Institut National de La Jeunesse et de l'éducation populaire**. Paris. n.22. Nov, p. 1-4, 2014.

TRINTIN, Jaime Graciano. **A nova economia paranaense: 1970- 2000**. Maringá: Eduem, 2006.

TROTSKY, Leon. **A revolução traída**. São Paulo: Global Editora, 1980.

UNISOL BRASIL. **Congresso da UNISOL Brasil discute Economia Solidária**. Unisol Brasil. Congresso, 2012. Disponível em: <<http://www.unisolbrasil.org.br/>> acesso em: Outubro/2015.

VALENTEI, D. **Teoria da População**. Moscovo: Editora Progresso, 1987.

VALIM, Ana. **Migrações: da perda da terra à exclusão social**. São Paulo: Atual, 1996.

VALVERDE, Orlando. **Geografia agrária do Brasil**. Rio de Janeiro: CBPE/INEP/MEC, 1964.

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. **Principes de géographie humaine**. 2ª Ed. Paris: Armand Colin, 1936.

VIZZOTO, Elias Fernando. COOPCANA. Cooperativa se prepara para colher a melhor safra de sua história. **Portal do Agronegócio**. Notícias. 2012. Disponível em: <<http://www.portaldoagronegocio.com.br>>. Acesso em: out/ 2014.

APÊNDICES



Pesquisador: Vitor Hugo Ribeiro

Questionário aos trabalhadores rurais migrantes de Cidade Gaúcha-PR e Tamboara-PR.

O presente questionário é de cunho anônimo e compreende uma parte empírica da Tese de Doutorado em Geografia desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá (PGE/UEM). O objetivo do mesmo foi identificar o perfil dos trabalhadores rurais migrantes (temporários e permanentes) dos municípios de Cidade Gaúcha e Tamboara.

1) IDENTIFICAÇÃO

1.1. Gênero: Feminino () ; Masculino ()

1.2. Idade: _____ anos.

1.3. Estado de Origem: _____

1.4. Cidade de Origem: _____

1.5. Etnia:

1.5.1. () Preta

1.5.2. () Branca

1.5.3. () Amarela

1.5.4. () Parda

1.6. Escolaridade:

1.6.1. () sem estudos escolares () primário incompleto () primário completo

1.6.2. () 1º grau incompleto () 1º grau completo

1.6.3. () 2º grau incompleto () 2º grau completo

1.6.4. () superior incompleto () superior completo

1.7. Ano em que veio trabalhar no Paraná: _____

1.8. Atividade que exerce: _____

1.9. Moradia no Paraná:

1.9.1. Residência Própria ()

1.9.2. Residência Alugada ()

1.9.3. Alojamento ()

1.9.4. Casa de amigos ou parentes ()

1.10. Em maior parte da sua vida você morou em meio:

1.10.1. Rural ()

1.10.2. Urbano ()

1.11. No seu Estado de Origem, você morava no meio:

1.11.1. Rural ()

1.11.2. Urbano ()



Pesquisador: Vitor Hugo Ribeiro

Questionário aos trabalhadores rurais migrantes de Tamboara-PR.

Compreende a segunda etapa do questionário aplicado aos trabalhadores rurais migrantes de Tamboara, cujo objetivo foi investigar as motivações que os fizeram emigrar de suas regiões de origem.

2) CARACTERIZAÇÃO SOCIAL

2.1. Número de pessoas da família:

Pai (), Mãe (), Filhos (), Filhas (); Enteados ()

2.2. Quantas pessoas da Família vieram ao Paraná:

Pai (), Mãe (), Filhos (), Filhas (), Enteados ()

2.3. Quantas pessoas da família cursam ou pretendem cursar universidade:

Pai (), Mãe (), Filhos (), Filhas (), Enteados ()

2.4. Algum membro da família foi trabalhar na cidade: NÃO () SIM () quem?

Pai (), Mãe (), Filhos (), Filhas (), Enteados ()

2.5. Você teve alguma ascensão econômica depois que veio ao Paraná:

SIM () NÃO ()

2.6. O que você conquistou de mais importante depois que passou a migrar para o Paraná?

2.7. Você poderia apontar alguns motivos que levaram você a vir trabalhar no Paraná?

2.8. Você é sindicalizado? () Sim Não ()

2.9. Em que você trabalhava na sua região de origem antes de começar a vir para o Paraná?

3.0. Por que e qual o interesse em trabalhar no campo?

3.1. Renda aproximada que obtém aqui no Paraná:

() ½ salário mínimo; () 1 salário mínimo; () 2 salários mínimos; () 3 salários mínimos; () mais que 3 salários mínimos.

3.2. O que você pensa do município de origem e das políticas da administração pública na área social?

3.3. O que você pensa do município onde veio trabalhar?

3.4. Quais as dificuldades encontradas no município de destino e o que a administração pública poderia fazer para melhorar?
